

“Por mais estável que seja um meio social, sua estabilidade não pode ser comparada à de um meio físico; situações jamais se repetem espontaneamente; toda situação é mais ou menos nova; porque cada qual inclui novas atividades humanas diferentemente combinadas. O indivíduo não encontra passivamente situações feitas que se assemelhem exatamente e determinadas situações do passado; ele precisa conscientemente definir cada situação como sendo similar a situações anteriores se ele deseja aplicar-lhe a mesma solução aplicada àquelas situações. E é isso o que a sociedade espera que faça quando lhe exige uma organização estável da vida; não deseja que ele reaja instintivamente da mesma forma às mesmas condições materiais, mas que reconstrua, refletivamente, situações sociais semelhantes mesmo quando as condições materiais variam. A uniformidade de comportamento que ele tende a impôr ao indivíduo, não é a uniformidade de hábitos orgânicos mas de normas conscientemente obedecidas. Afim de controlar a realidade social para suas necessidades o indivíduo precisa desenvolver não séries de reações uniformes, mas esquemas gerais de situações; sua organização existencial é um conjunto de normas para situações definidas, que podem ser expressadas em formas abstratas. Princípios morais, preceitos legais, formas econômicas, ritos religiosos, costumes sociais etc. são exemplos de esquemas”

W. J. THOMAS e F. ZNANIECKI.

Assimilação e Populações
Marginais no Brasil

2067

ÓUTRAS PUBLICAÇÕES DO AUTOR

Essai sur le problème de la colonisation au Brésil. — Revue Internationale de Sociologie, N.º VII-VIII, Paris, 1934.

Opinião Pública e Imprensa. — Revista do Arquivo Municipal. N.º 35, São Paulo 1937.

Mobilidade e Flutuação das Profissões e o Problema Educacional no Brasil. — Tese de Concurso. São Paulo, 1937.

Posição social e Educação dos Imaturos entre Povos Naturais. — Revista do Arquivo Municipal. N.º 49. São Paulo, 1938.

Comunidade com Mortos. — Revista do Arquivo Municipal. N.º 50, São Paulo, 1938.

Peneiramento e Seleção. — Revista do Arquivo Municipal. N.º 52. São Paulo, 1938.

A Sociologia do Snobismo. — Revista do Arquivo Municipal. N.º 58. São Paulo, 1939.

Os grupos vicinais e o mutirão brasileiro. — Tese apresentada ao Congresso Internacional de Sociologia. — Bucarest, 1939.

Dicionário de Etnologia e Sociologia. — Em colaboração com Herbert Baldus. — São Paulo, 1939.

Série 5.^a — BRASILIANA — Vol. 186
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

EMÍLIO WILLEMS

Doutor em Filosofia. Graduado em Ciências Econômicas. Livre-docente de Sociologia
Educativa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo.

Assimilação e Populações Marginais no Brasil

*Estudo sociológico dos imigrantes
germânicos e seus descendentes*



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

1940

A

FERNANDO DE AZEVEDO

este livro é dedicado

ÍNDICE

CAPÍTULO I

O conceito de assimilação 1

Assimilação biológica e social. — Mudanças no conceito de assimilação social nos Estados Unidos. — Reciprocidade da assimilação social. — Seleção e eliminação dos dados culturais. — Critérios homogêneos e heterogêneos de seleção. — O conceito de assimilação social limitado aos dados transmissíveis pelo convívio e educação.

CAPÍTULO II

Caractères gerais do processo de assimilação 15

A assimilação como fusão cultural. — Principais dados sociais e culturais “oferecidos” pelo imigrante. — A aculturação. — Importância da religião, da economia e da estrutura familiar para a assimilação. — Avaliação e impedimentos axiológicos. — A semelhança dos povos de cultura ocidental. — Marcas raciais.

CAPÍTULO III

Fatores determinantes da assimilação. Meio e origem dos emigrantes germânicos. As causas da emigração 26

Análise do meio rural germânico. — Carater local da cultura campestre europeia. — Limitação do horizonte cultural do homem rústico. — Diferenças entre cultura rural e urbana como determinantes da assimilação. — Antecipação social e assimilação. — Tripartição dos emigrantes germânicos. — Causas econômicas da emigração alemã. — Tradição emigratória. — Consequências da manumissão. — Atração exercida pela mobilidade social das populações americanas. — Misticismo dos camponeses alemães. — A revolução liberal de 1848 e o êxodo de intelectuais alemães. — Composição heterogênea das correntes emigratórias *post bellum*. — Emigrantes aventureiros.

CAPÍTULO IV

Adaptação, acomodação e simbiose 55

Processos biológicos de adaptação e aclimação. — Taxas extraordinárias de natalidade entre colonos brasileiros de origem germânica. — Mudanças na cultura material condicionadas pelo meio brasileiro. — Formas de colonização. — Traços originais dos núcleos de origem germânica. — Papel de adaptação ativa entre as levas imigratórias mais recentes. — Relações aculturativas entre núcleos antigos e recentes. — Retrocesso cultural de núcleos isolados. — Isolamento especial e segregação social.

CAPÍTULO V

As condições da assimilação 76

O significado das estatísticas demográficas para o problema de assimilação. — As imagens desidealizadas dos imigrantes alemães e os processos de propaganda. — As decepções iniciais. — Consequências sociais do isolamento dos núcleos de origem germânica. — Conceito de insulamento social e cultural. — Fatores que contribuíram para a penetração paulatina dos núcleos urbanos e semi-urbanos teuto-brasileiros.

CAPÍTULO VI

A marcha da assimilação: os conflitos culturais e mentais 95

A avaliação recíproca dos padrões culturais como fenômeno preliminar da assimilação. — Aspecto subjetivo e objetivo do conflito cultural. — Desajustamentos sociais dos imigrantes. — Criminalidade dos imigrantes.

CAPÍTULO VII

Marginalidade e ressentimento 102

Conceito de ressentimento social. — Repulsa e sentimentos de inferioridade. — O homem marginal. — A marginalidade como crise da personalidade. — Manifestações marginais entre teuto-brasileiros. — Grupos marginais entre os descendentes de alemães. — Atitudes em face de luso-brasileiros e alemães novos. — Estratificação das populações de origem germânica.

CAPÍTULO VIII

A ambivalência das atitudes 128

Conceito de ambivalência. — Manifestações de ambivalência em face do estrangeiro: superestimação e xenofobia. — Efeitos de atração e repulsa dessas manifestações sobre as populações marginais. — Atitudes de ambivalência entre teuto-brasileiros. — Conceito de germanismo. — Separação dos elementos político e étnico como manifestação de marginalidade. — O germanismo como tentativa de perpetuar grupos étnicos endógamos com vida cultural distinta. — Nacionalismo marginal dos teuto-brasileiros. — Populações marginais ou minorias étnicas? — Conflitos no seio das populações marginais. — Efeitos que a política nacional-socialista produziu sobre os núcleos teuto-brasileiros.

CAPÍTULO IX

A função dos estereótipos ou representações coletivas 167

Conceituação. — Formação de estereótipos e sua influência sobre a assimilação. — Insulamento e hermetismo cultural como fatores determinantes de estereótipos contrários à assimilação. — O papel da eismogênese

CAPÍTULO X

As funções dos grupos marginaes 175

Diferença entre colônia estrangeira, grupo marginal e minoria nacional. — Diferenças fundamentais entre o meio norte americano e brasileiro. — Efeitos da imprensa em idioma estrangeiro entre nós. — Tendências de estabilizar a situação étnica e cultural das populações marginaes de origem germânica.

CAPÍTULO XI

A língua 187

Dialetos rurais da Alemanha e seu desenvolvimento no Brasil. — Termos portugueses introduzidos no linguajar dos colonos teutos. — Vocabulário de termos portugueses usados pelas populações teuto-brasileiras. — A língua portuguesa como meio de distinção social. — Permeabilidade linguística das populações teutas.

CAPÍTULO XII

A família 203

Diferenciação da família moderna. — A família moderna entre povos germânicos e românicos. — Posição social diferente da mulher nos dois tipos. — Traços patriarcaes da família rural germânica. — Relações sexuais pre-nupciaes entre teuto-brasileiros. — Idade do casamento entre teuto-brasileiros e alemães. — Objetivos econômicos da família rural. — Religião e miscibilidade. — Nivel econômico e miscegenação dos teutos. — Posição social da mulher na família teuto-brasileira urbana e semi-urbana. — Sexualidade pre-nupcial e prostituição: padrões diferentes entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros. — Miscibilidade e classe social. — Conflitos de gerações.

CAPÍTULO XIII

A religião 229

Posição jurídica das comunidades protestantes na época imperial. — — Organização eclesiástica dos protestantes teuto-brasileiros. — Fusão dos ideais étnico e religioso na Igreja Evangélica Alemã. — Situação marginal das comunidades evangélicas. — Formação germânica do clero protestante. — Função cultural do núcleo paroquial protestante. — Orientação diferente dos católicos. — Formação nacional do clero católico. — Diferença de padrões religiosos entre teuto-brasileiros e luso-brasileiros. — Assimilação e perda de religião.

CAPÍTULO XIV

<i>A economia</i>	252
Mentalidade capitalista e precapitalista. — Regimes de trabalho: trabalho permanente e intermitente. — Influência da religião. — Atitudes econômicas diferentes entre colonos protestantes e católicos. — Progresso e retrocesso econômico dos colonos de origem germânica. — Formas de produção agrícola rudimentares acondicionadas à estrutura econômica da zona de colonização. — Recidivas em formas precapitalistas. — A família teuta como unidade econômica. — Rigores do regime de trabalho e empobrecimento cultural. — Organização do trabalho inter-familiar. — Representações coletivas econômicas e seus efeitos sobre as variedades e formas de produção.	

CAPÍTULO XV

<i>A educação</i>	277
Assimilação e educação. — Antagonismo entre os agentes educativos. — Educação incidental assimiladora condicionada ao meio. — O processo de brasilização. — Estrutura e organização da escola teuto-brasileira. — Heterogeneidade das escolas. — Significado das estatísticas escolares. — Escolas protestantes e católicas. — Escolas rurais e urbanas. — Diferenças na composição das populações escolares. — Função da escola teuta. — Situação marginal da escola teuta. — O papel do aprendizado da língua. — Rivalidade entre a escola pública brasileira e a escola comunal teuto-brasileira. — Análise de livros didáticos. — A literatura escolar como reflexo da marginalidade cultural.	

CAPÍTULO XVI

<i>Direito e política</i>	316
As concepções de <i>ius soli</i> e <i>ius sanguinis</i> . — As concepções étnicas dos teuto-brasileiros como reflexo do direito de sangue. — Resíduos do <i>ius sanguinis</i> nas atitudes brasileiras. — Concepções diferentes de propriedade entre teuto-russos e brasileiros. — Elites políticas teuto-brasileiras. — A diferenciação de status social e estatuto político entre os teuto-brasileiros e seus efeitos sobre a política de assimilação.	

CAPÍTULO XVII

<i>Síntese</i>	327
<i>Literatura compulsada</i>	337
<i>Bibliografia suplementar</i>	340

PREFÁCIO

Não foi sem hesitação que resolvi publicar este trabalho. O interesse excepcional de que se reveste, no momento atual, o problema de assimilação, exigiria um exame completo da realidade. Encetadas as minhas pesquisas em 1930, somente abandonei a zona de colonização germânica em 1935. Quasi cinco anos de estreita convivência com populações em que o processo de assimilação se revelava sob todos os seus aspectos e em todas as suas graduações, permitiram que observasse, demoradamente, determinadas reações sócio-psíquicas as quais soem acompanhar as relações inter-étnicas e aculturativas. Não me foi dado, no entanto, percorrer todas as extensas zonas de colonização germânica afim de colher material estatístico sobre a miscibilidade dos teuto-brasileiros e, particularmente, as influências educativas, religiosas, econômicas e profissionais que determinam essa miscibilidade. Sem dúvida, teria encontrado dados abundantes, por exemplo, sobre os desajustamentos sociais e a delinquência de tipos marginais. Poderia eu ter colhido dados mais precisos sobre as influências que a organização escolar e eclesiástica exerce na assimilação dos teutos. Dos centros urba-

nos de população mista poderia ter levantado mapas ecológicos mostrando o paralelismo entre certos aspectos de concentração urbana e o grau de assimilação de seus elementos. As necessidades da minha vida profissional, no entanto, associadas a uma desconcertante pobreza de recursos jamais permitiram que pusesse em prática semelhante projeto. E ainda não sei quando poderei executá-lo... Os nossos estudos sociológicos têm sido, na maior parte, trabalhos de gabinete, de arquivo e biblioteca... Lança-se mão do material facilmente acessível: estatísticas computadas por repartições públicas, informações prestadas pelo telefone, questionário ou ofício; dados enfim cuja obtenção não acarrete ausências prolongadas da cidade, viagens penosas e coleção de dados nas próprias fontes. Fizemos muito poucos "trabalhos de campo" até hoje, e os institutos universitários aos quais cabe, por lei, trabalhos de pesquisa de grande envergadura, não dispõem de verbas para realizar as boas intenções do legislador. Não sei como se pode esperar assim a solução dos nossos problemas sociais e, particularmente, a tão debatida questão de assimilação dos alienígenas e seus descendentes. Fóra de reportagens e relatórios oficiais, frutos de ligeiras viagens de "inspeção", nada existe até hoje que possa servir de base para traçar diretrizes definitivas de ação. Julguei, portanto, de bom alvitre pôr os meus leitores em contacto com a admirável obra que os norte-americanos realizaram nesse terreno. Acrescentei uma bibliografia de obras especializadas no intuito de mos-

trar a extensão e ramificação desses trabalhos na América do Norte, onde a política de assimilação repousa inteiramente em bases científicas. Essa bibliografia, no entanto, não é completa e não contém, por exemplo, a riquíssima contribuição das revistas sociológicas e culturais em geral.

O presente estudo tem objetivos rigorosamente científicos. E' um determinado setor da realidade social que nele será analisado. Não se trata, portanto, de sugerir medidas ou traçar normas de ação. Penso que essa parte não compete ao cientista, mas ao educador, administrador, estadista e legislador. Darei-me por satisfeito se estes homens encontrarem algo de aproveitável no meu trabalho que pretende ser antes de uma introdução geral ao problema de assimilação do que um estudo exaustivo de seus múltiplos aspectos parciais.

E. W.

“Mas o meio, o ambiente particular em que o indivíduo vive, leva-o a ver e a sentir mais uma coisa do que outra; leva-o a seguir certos planos com o fito de ter bom êxito em suas relações com os outros, reforça-lhe algumas convicções e enfraquece-lhe outras, como condição para obter a aprovação de outras pessoas. Deste modo, põe-se a adotar gradativamente certo modo de proceder, certas disposições mentais para a ação. As palavras “ambiente” e “meio” denotam alguma coisa mais do que o lugar em que o indivíduo se encontra. Indicam a particular *continuidade* entre o meio e as próprias tendências ativas do indivíduo. Um ser inanimado acha-se naturalmente em estado de continuidade com o seu meio; mas as coisas que o cercam, a não ser metaforicamente, não lhe constituem um ambiente, por isso que aos seres inorgânicos *não importam* as influências que os afetam... As coisas pelas quais um homem *varia* é o que constituem seu verdadeiro ambiente”.

JOHN DEWEY

Democracia e Educação — São Paulo 1936, p. 31.

CAPÍTULO I

O CONCEITO DE ASSIMILAÇÃO

Uma das maiores dificuldades no terreno científico é, sem dúvida, a terminologia. As nomenclaturas das diversas ciências podem ser acoimadas não somente de falhas “internas” como também de transgressões, de analogias confusas, de repetições e outros defeitos decorrentes, em grande parte, de deficiências linguísticas. Assim, o termo assimilação é usado pela filosofia, pela biologia, pela psicologia e pela sociologia. Mas em cada uma das quatro ciências a palavra adquiriu um sentido especial. Surgiu, primeiro, na filosofia dos escolásticos, na célebre frase de Tomás: “*omnis cognitio fit per assimilationem cognoscentis et cogniti*”. Na psicologia assimilação é, segundo Wundt, a “alteração de determinadas estruturas psíquicas pela influência que parte dos elementos de outras estruturas”. A biologia usa o termo reportando-se aos processos pelos quais um organismo transforma uma substância de tal modo que esta perde suas qualidades anteriores a ponto de fundir-se com a própria substância orgânica.

E a sociologia?

Não sabemos se o autor que introduziu o termo na sua acepção atual, foi influenciado pela imagem da assimilação orgânica. E' bem possível, pois nas definições mais correntes percebe-se, nitidamente, a analogia com o processo orgânico. Fairchild (1), por exemplo, evoca o sentido fisiológico da assimilação, a perda de todas as características das substâncias absorvidas e sua combinação completa com o organismo quanto ao caráter e quanto às funções. Em analogia, a assimilação social "envolve o abandono da nacionalidade primitiva pelos imigrantes e a adopção da nacionalidade de seu novo meio". (2) A idéia de desnacionalização que "deve" preceder a nacionalização, encontra-se em quasi todas as definições do processo assimilador. Mas a dificuldade que se depara àqueles que procuram um sentido atrás das palavras, é a conceituação do nacional. Que seria nacional? Haveria congruência de "nacional" e "social"? Senão, como então poder-se-ão distinguir os caracteres meramente nacionais dos caracteres sociais?

Todos os processos de assimilação observados como fatos da realidade social, entre povos naturais, arcaicos e outros de civilização mais desenvolvida, apresentam um aspecto bem diverso do processo orgânico de assimilação. Não existe, nem existiu em parte alguma, uma absorção completa, sem vestígios, sem sobrevivências

(1) Henry P. Fairchild, *Immigration*, New York 1938 p. 105

(2) Fairchild o. c. p. 405.

biológicas ou sociais. Ora traços étnicos ou raciais, ora usos e costumes, ora resíduos linguísticos, religiosos ou mágicos ou formas de dominação política, ora uma alteração nos dados da civilização material (utensílios, habitações, ferramentas, armas etc.) testemunham a fusão social ou cultural consumada, por vezes, em épocas bastante remotas. Nunca se deve esquecer que o contacto de dois grupos sociais não é comparável, de maneira alguma, com o contacto de duas substâncias químicas que, invariavelmente, se atraem ou repelem segundo leis predeterminadas. Os contactos sociais e culturais são condicionados por um número praticamente *ilimitado* de fatores. Repete-se aqui o que se dá com todos os fenômenos sociais; a causalidade afigura-se sob um aspecto *toto coelo* diverso da causalidade mecânica das ciências naturais. Estamos abordando, porém, um assunto já muito ventilado.

A assimilação social, oriunda do contacto de duas unidades heterogêneas, apresenta, esquematicamente falando, tres aspectos diferentes. Suponhamos o caso de uma assimilação já consumada das unidades A e B. E' possível que A tenha conservado seus caractéres anteriores acrescidos apenas de alguns dados aceitos de B. O resultado poder-se-ia exprimir pelo sinal Ab. Mas é possível que tenha sucedido o contrário e, nesta hipótese, teríamos o resultado Ba. Enfim, não se deve desprezar uma terceira possibilidade. Da fusão de A e B poderá resultar uma síntese que, apesar de mostrar caractéres de A e B, constitue uma nova unidade C.

Ora, esta última hipótese é, em essência, a célebre teoria do “melting-pot”, que durante tantos anos desfrutou um raro prestígio nos Estados Unidos acabando, enfim, por ser repelida pela maioria dos sociólogos e publicistas norteamericanos. A teoria do “melting-pot” concebia a cultura americana como que em “*statu nascendi*”, recebendo de todas as correntes imigratórias elementos que a habilitassem a produzir, depois de eliminadas as “impurezas”, um americanismo legítimo. O caldeamento das etnias, raças e de seus elementos culturais era considerado como um processo natural que se consumasse fatalmente sem interferência de quem quer que fosse (3).

O colapso da teoria do “melting-pot” ocorreu durante a guerra mundial quando se verificou — aliás em circunstâncias pouco propícias para uma apreciação *sine ira et studio* do problema — que o simples contacto ou a mera simbiose de etnias diversas não envolve, de modo algum, o seu caldeamento.

Corrigindo o conceito de assimilação mediante dados que a própria realidade apresentava, mas ainda sob a impressão da psicose e que a conflagração mundial produzira entre os povos, deu-se um retorno ao conceito “biologista” de assimilação.

Preconizava-se uma forma sumário de assimilação total que consistia na “obliteração das características

(3) Isaac B. Berkson, *Theories of Americanization*, New York 1920, p. 59 seg..

alienígenas, de forma que a mudança se realizasse quasi só no ádvena e muito pouco no americano” (4). As mudanças ocorridas desde então na conceituação do processo de assimilação ou “americanização”, como se denominou sua feição yankee, Maurice A. Davie (5) história-as desta maneira: Durante e depois da guerra mundial “o termo americanização tornou-se popular visando um esforço nacionalista e político para fazer compulsória a assimilação. Envidaram-se esforços especiais afim de ministrar ao imigrante ensino em inglês e educação cívica, estimulando sua naturalização. Frequentemente fazia-se isso numa atmosfera de coerção ignorando-se o fundo cultural do imigrante e julgando-se a cultura americana já completa e muito superior à do imigrante. Em 1924, o interesse em tal americanização já havia cessado e o valor do movimento inteiro se havia tornado problemático. O primitivo ponto de vista cedia gradativamente à compreensão mais adequada dos processos de assimilação e integração e ao reconhecimento do valor das contribuições culturais do imigrante. A assimilação já não se concebe como simples abandono, pelo ádvena, de tudo quanto ele traz e a imitação de tudo quanto encontra, mas como processo de criação para o imigrante e americano também. Em 1930,

(4) Ibidem p. 59 seg..

(5) World Immigration, New York 1936 p. 495, 496.

a americanização se havia tornado educação dos adultos e a obra primitiva havia desaparecido”.

“A americanização passou pelo país como um temporal. Foi pervertida por interesses especiais — religiosos, políticos e raciais — constituindo uma ameaça ao verdadeiro processo de assimilação. Força e supressão foram suas características principais”. (6)

“Depois de haver passado a histeria da guerra, reconhecia-se que a tentativa de forçar o imigrante a desfazer-se da cultura do Velho Mundo e a adotar a americana, era, ao mesmo tempo, desnecessária e fútil”. (7)

“Passara a época que — por razões de ordem doutrinária ou por simples paixão — se considerava a assimilação como processo unilateral. Aprendia-se a ver no grupo imigrante uma entidade que “oferecia” dados culturais aproveitáveis senão insubstituíveis, que uma absorção apressada aniquilava em detrimento da “cultura americana”. Começava-se então a seleccionar os dados culturais apresentados pelo elemento alienígena, repetindo-se à base de reflexão assim apenas um processo que em todas as culturas rudimentares era espontâneo e natural.

“De fato, a rapidez, deste processo (de assimilação) é vantajoso no que auxilia a evitar discriminação e favorece o ajustamento social, mas é desvantajoso pelo fato de que muitos elementos culturais se perdem an-

(6) Davie, o. c. p. 501.

(7) Davie, o. c. p. 503.

tes de os americanos terem tempo de seleccionar os elementos melhores e de adoptá-los". (8)

Repara Davies (9) que "com os velhos e os moços, mas principalmente com estes, acontece muitas vezes que as influências no sentido de uma americanização produzem uma assimilação demasiadamente apresada que, por sua vez, priva os imigrantes dos elementos mais finos das culturas do Velho Mundo dando-lhes apenas o verniz da vida americana".

Encarada assim, a americanização conciente dos imigrantes se resume nas atividades seguintes:

1 — "Cooperação com as instituições dos vários grupos étnicos: associação com americanos.

2 — Para a segunda geração: evitar com que os filhos desprezem a herança cultural dos pais, afim de não produzir desajustamentos familiares.

3 — Proteção e difusão das artes populares dos ádvenas". (10)

Assim, a assimilação vem a ser, à opinião de Maurice Davie (11) "um processo social e cultural que envolve, de um lado, a fusão de heranças culturais e, de outro lado, a modificação de sentimentos e atitudes e a

(8) Hannibal G. Duncan: *Immigration and Assimilation*, New York 1933.

(9) Davie, o. c. p. 553.

(10) Davie, o. c. p. 512.

(11) Davie, o. c. p. 498, 499.

incorporação gradativa dos estrangeiros na cultura do grupo. Efetua-se onde há contacto e comunicação entre grupos. Uma parte realiza-se automaticamente, sem interferência formal ou oficial. É tão inevitável quanto desejável. O processo pode ser acelerado ou retardado; ele não pode ser parado. A transformação cultural não é unilateral; adoção e imitação de experiências do outro grupo ocorrem em ambos os lados, embora o padrão geral que prevalece seja o da sociedade dominante”.

Sobre o caráter recíproco da assimilação Donald R. Taft (12) resume sua opinião nestas palavras: “É claro que a assimilação é um processo recíproco em que os imigrantes recebem e fornecem valores. Contudo, é igualmente óbvio que as contribuições relativas dos dois grupos são muito diferentes. No caso de haverem traços culturais de manifesta utilidade para os imigrantes, o processo parece ser quasi que inteiramente unilateral e a conquista dos valores importados pelos valores nativos é muito rápido. Além disso, o imigrante típico tem sido um simples camponês ou operário, e estes não são considerados portadores de uma rica contribuição cultural. Mas se falamos de influência ao invés de contribuições definidas, não houve, provavelmente, um grupo imigrante, por humilde que fosse, cuja vinda não tivesse afetado, em qualquer grau, a cultura americana”.

(12) Human Migration, New York 1936, p. 284.

E' fácil verificar-se que a bilateralidade e a seleção dos dados culturais e sociais são conceitos suscetíveis de se neutralizarem, sob certas condições, mormente quando levados ao extremo. Trata-se de saber, no entanto, quais os dados aceitáveis e quais os outros cuja aceitação implicaria uma "perda de nacionalidade". "Quanto restaria de uma verdadeira nacionalidade americana se fossem perpetuadas, lado a lado, as línguas da Lituânia, Polônia e Dinamarca, os códigos morais da Albânia, França e Escócia, os hábitos sanitários da Itália, Grécia e Suécia, as instituições familiares da Turquia, da Eslovaquia e da Noruega, os sentimentos de classe de Rumânia, Suíça e Inglaterra e assim por diante ad infinitum?" (13)

Eis uma definição negativa do processo de seleção, isto é, uma enumeração de dados indesejáveis e destinados à eliminação para conservar a unidade social (nacional) preestabelecida em relação ao elemento advindo.

Naturalmente, o êxito do processo de seleção ou, também, de seu reverso, a eliminação, depende grandemente da homogeneidade dos valores ou critérios que presidem a sua realização. Somente uma uniformidade perfeita dos critérios pode determinar a homogeneidade da seleção e, conseqüentemente, da eliminação. A sociedade que procura incorporar-se grupos estranhos

(13) Henry P. Fairchild. *Immigration*. New York 1926 p. 431.

já deve ter seus padrões (14) culturais estabelecidos. Quanto à América do Norte, Taft (15) observa, com uma franqueza digna de elogios: — “E’ uma questão se a cultura americana como todo consistente representa hoje ou representou outrora uma realidade. Nós falamos e escrevemos sem hesitação de “americanização”, “americanismo”, “ideais americanos”, “espírito da América”, “a maneira americana de vida” e coisas semelhantes. Essas expressões parecem implicar uma homogeneidade no cenário americano que nunca existiu e que existe hoje menos do que nunca”. O autor lembra, em seguida, as diferenças entre norte e sul, os caracteres inconfundíveis das regiões fronteiriças, as diferenças econômicas entre o litoral atlântico, o “Middle West” e o “Far West”, os contrastes entre vida urbana e rural, as divergências religiosas que separam os ortodoxos e os emancipados, as diferenças entre os grupos profissionais, os contrastes que põem em relevo a situação social do negro, do índio e do imigrante mal assimilado. “A América está evidentemente longe de constituir uma entidade cultural no sentido exato da palavra”. (16)

“A cultura americana é múltipla e quasi desafia qualquer definição. Ela pode ser concebida apenas em termos de uma norma ou normas centrais”. (17)

(14) O conceito de “padrão cultural” já implica *eo ipso* a noção de uniformidade.

(15) o. c. p. 225.

(16) Taft. o. c. p. 225.

(17) Taft. o. c. p. 226.

E' em consequência da heterogeneidade dos padrões culturais que o processo de assimilação toma, às vezes, feições múltiplas e, não raro, contraditórias. Acontece, como observa Taft, que os reacionários que querem transformar o ádvena em puritano, os conservadores tencionam metamorfoseá-lo em representante dos padrões sociais predominantes. "Americanização significa esmagamento do Pro-germanismo, catolicismo, liberalismo, radicalismo — aos grupos interessados em tais fins... E' bastante divertido que grupos com programas exatamente opostos exaltam seus méritos nos termos do americanismo procurando americanizar o imigrante mediante influências opostas". (18)

Óbvio é que a seleção e eliminação dos elementos culturais trazidos pelo imigrante seguem critérios heterogêneos senão opostos. O grupo A procura transformar a crença religiosa do adventício, ao passo que o grupo B apregoa precisamente idéias as quais A tenciona eliminar. Jamais se deve perder de vista que não existe assimilação "em si". O que se verifica na realidade é um microcosmo de processos e sub-processos. Jamais o imigrante tem contacto com "a nação" como tal, mas sempre com grupos e sub-grupos, famílias, empresas, sindicatos, seitas, clubes, repartições públicas, escolas etc. Toda assimilação se processa nesses grupos e por meio deles. Se, entre eles, a discrepância fôr maior do que a similitude, forçosamente se deve admitir que a

(18) Taft. o. c. p. 265.

integração do estranho produzir-se-á com extrema lentidão interrompida senão tolhida, não raro, por desajustamentos mais ou menos graves.

Pondo de lado dificuldades que nos hão de ocupar ainda em capítulos posteriores, procuramos apurar os fatores implícitos nos quais se baseia o conceito de assimilação. Evidentemente esse conceito não abrange dados biológicos cujas alterações se costumam denominar adaptação ou aclimatação. A assimilação reporta-se, exclusivamente, às faculdades adquiridas, resultados de atividades grupais. Como base do processo afiguram-se a Fairchild (19) esses dois princípios:

1 — Um indivíduo pode mudar de nacionalidade pois “nascemos sem nacionalidade alguma e continuamos adquirindo “nacionalidade enquanto vivemos”.

2 — Os pais não têm nenhum poder para transmitir sua própria nacionalidade a seus filhos, em um novo ambiente, o não ser dentro de casa. À medida, porém, que os filhos crescem, eles vão se livrando dessas influências.

“Assimilação, pois, é mais uma profunda transformação espiritual que se opera antes nas zonas emocionais e sentimentais do que nas intelectuais e racionais da organização individual, como reação às influências de um novo meio social”. (20) Enfim não se trata de

(19) o. c. p. 411, 413.

(20) Fairchild, o. c. p. 413.

“uma questão de nascimento ou descendência. E’ uma questão de afiliação espiritual, de lealdade e fidelidade. Alguem que reage implicitamente, espontaneamente e sem reserva, ao apelo dos valores americanos, é um americano... Isto é verdade com relação a pessoas nascidas em terra americana como a pessoas nascidas em terra estranha...”. (21)

Robert E. Park (22) cujos estudos sobre aculturação são universalmente conhecidos, chega à conclusão de que assimilação “é o nome dado ao processo ou aos processos pelos quais povos de origens raciais diversas e de diferentes heranças culturais, ocupando um território comum, realizam uma solidariedade cultural suficiente, pelo menos, para sustentar uma existência nacional”.

Conclusão: Resumindo as definições dadas por alguns dos autores americanos mais eminentes, conseguimos fixar os seguintes *elementos constitutivos*:

1 — A assimilação social somente se compreende como processo bilateral, embora prevaleçam, em geral, os padrões de *um grupo*.

2 — A assimilação implica na seleção de certos dados dos grupos adventícios e a eliminação de outros.

(21) Fairchild, o. c. p. 418.

(22) Encyclopaedia of the Social Sciences Vol. II. New York 1935, Artigo Assimilation p. 281.

3 -- A assimilação se estende apenas aos dados transmitidos pelo convívio ou pela educação, não abrangendo elementos biológicos.

Embora o conceito de assimilação tenha sido corrigido, sucessivamente, pela observação dos fatos, ele contém, sem dúvida, elementos normativos e desiderativos. Mesmo assim parece-nos de valor o conhecimento de noções que constituem a quintessência de longas observações e estudos especializados de alguns dos melhores nomes da sociologia norteamericana.

CAPÍTULO II

CARACTÉRES GERAIS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO

Dissemos que o processo de assimilação abrange, exclusivamente, os caracteres transmitidos pelo convívio e pela educação. Assimilação é, portanto, fusão cultural e, como tal, afiliação espiritual e afetiva. Para os processos biológicos paralelos ou subsequentes usamos os termos aclimação ou adaptação (do organismo ao clima ou ao meio físico no sentido mais lato da palavra) e amalgamação ou fusão (para a miscegenação de etnias e raças diversas. Intenções científicas impõem o máximo rigor terminológico. Daí a necessidade fundamental e imperiosa de evitar a confusão que se estabelece, ordinariamente, entre os referidos termos. (23) Realmente, todos os citados processos interessam ao sociólogo que tenciona estudar a assimilação. O interesse, no entanto, não justifica a confusão terminológica. A assimilação

(23) Compare os artigos respectivos em Herbert Balduş e Emílio Willems, Dicionário de Etnologia e Sociologia. São Paulo 1939.

propriamente dita costuma ser precedida pela aproximação e acomodação, processos estes que serão estudados como fases sucessivas e, ao mesmo tempo, gradativas, com relação à assimilação.

Analisando os caractéres gerais da assimilação, deparamos na realidade com um determinado número de dados sociais e culturais “oferecidos”, por assim dizer, pelo indivíduo ou grupo imigrante. O confronto dos dados trazidos e os dados encontrados representa o problema fundamental. Pois, o confronto importa em avaliação mútua, e esta avaliação mútua determina a seleção de uns e a eliminação de outros dados, preparando a interpenetração dos elementos sociais e culturais. Afim de nos tornarmos mais claros, vamos enumerar os principais dados que o imigrante costuma trazer e que entram no ato de cotação recíproca em relação aos dados correspondentes, encontrados no grupo aceitante. São estes:

- 1 — Instituições familiares; formas de casamento; relações entre esposos, pais e filhos, filhos entre si; responsabilidades legais e sociais dos cônjuges; divórcio; sucessão; relações sexuais extra-nupciais; adultério; posição social de filhos naturais.
- 2 — Relações sexuais entre pessoas solteiras.
- 3 — Língua.
- 4 — Instituições educacionais; posição social das crianças, educação formal e informal.
- 5 — Religião.

- 6 — Superstições.
- 7 — Mentalidade política; formas de subordinação e dominação.
- 8 — Mentalidade econômica; formas de trabalho, de produção e de consumo.
- 9 — Vestuário e enfeite.
- 10 — Arte e literatura.
- 11 — Atividades recreativas; jogos, dansas, esportes, festas.
- 12 — Técnica; habilidades manuais e intelectuais. Habitações, utensílios e ferramentas.

Evidentemente, todos esses traços são adquiridos e suscetíveis, portanto, de alterações senão de eliminação completa da existência individual ou coletiva. A transferência de tais elementos, sua eliminação ou mudança pelo contacto de dois grupos culturais diversos, constitue o que se chama aculturação.

Assimilação e aculturação são aspectos diversos de um processo único. Com relação à esfera social falamos em assimilação, enquanto que as mudanças verificadas na esfera cultural levam o nome aculturação. E' inútil acrescentarmos que não pode haver assimilação sem haver, ao mesmo tempo, aculturação ou vice-versa.

A verdadeira assimilação opera-se, segundo as nossas observações, na esfera econômica, na esfera religiosa e na esfera da estrutura familiar. E' um fato singular

que precisamente esses três setores não despertam nem sequer a atenção dos poucos estudiosos do assunto. Interessam, sobremancira, as marcas raciais, o cabelo loiro, as formas cefálicas, a alimentação, a cerveja e as lendárias salchichas do alemão, a polenta e o vinho do italiano, os trajos e as artes populares, a propaganda pangermanista ou fascista, a cruz gamada em escolas “germânicas”, a refractariedade dos colonos à língua portuguesa e outros inúmeros fatos, mas não se estudam os fatos fundamentais: a organização da família, a posição social dos sexos e dos filhos, a organização do trabalho, o nível do consumo e, enfim... a grande incognita entre nós: a atuação das idéias e convicções religiosas!

Florian Znaniecki que estudou, em uma obra monumental (24), o contacto de fenômenos culturais heterogêneos, resumiu assim seu ponto de vista funcionalista:

“Os dois pontos que devem ser observados na análise de fatos de causação no mundo social, são estes: de tudo quanto acontece num sistema social nada demanda uma explicação causal que não constitua uma mudança da totalidade do sistema, e nada pode mudar o sistema como um todo o que não entre irremediavelmente em conflito com o significado original de seus valores”. (25)

(24) *The Polish Peasant in Europe and America*. em colaboração com W. Thomas.

(25) Florian Znaniecki, *The Method of Sociology*. New York 1934, p. 297.

Suponhamos, por exemplo, fenômenos como a crise econômica, o cisma religioso, a luta entre classes sociais, a guerra, a revolução política, a mudança das instituições. O fato de reclamarem esses fenômenos uma explicação causal, implicaria de acordo com as palavras de Znaniecki, a transformação da totalidade do sistema social. Ao mesmo tempo, tais fenômenos originariam conflitos com os valores dominantes do sistema social. Na terminologia de Znaniecki, os conflitos culturais decorrem de “impedimentos axiológicos”. “As mudanças de sistemas que exigem uma explanação causal, constituem sempre o resultado de impedimentos axiológicos. Um impedimento axiológico é a espécie de modificação na composição de um sistema que leva alguns de seus valores essenciais a conflitos axiológicos, à incompatibilidade mútua, sob o ponto de vista das tendências construtivas deste sistema. Quando uma criança imigrante, por exemplo, em contacto com outras crianças da comunidade aprendeu a desprezar os padrões culturais de seus pais e de aceitar, ao invés deles, os padrões de seu meio dos quais seus pais não compartilham, nasce um conflito de avaliação que constitui um impedimento axiológico para a continuação das primitivas relações entre pais e filhos”. (26) Axialógicas são todas as idéias, crenças, costumes, usos e conhecimentos aprovados e espontaneamente repetidos que representam a base e garantam o funcionamento de um sistema

(26) Znaniecki, *The Method of Sociology*, p. 299, 300.

social. São, enfim, os “axiomas” da vida em comum cuja “verdade” ou “utilidade” está fóra de qualquer cogitação.

A possibilidade de conflitos de avaliação está em relação direta com a heterogeneidade dos padrões culturais em contacto. Se os imigrantes evangélicos não podiam, sob o regime imperial, contrair núpcias porque os únicos casamentos legalmente válidos se concluíam na igreja católica perante o sacerdote, o conflito cultural era patente: ou o imigrante se fazia católico ou vivia, segundo a legislação brasileira, em concubinato, fato este que podia ter graves consequências para a posição legal e social dos filhos. Desde que sacrificassem a crença religiosa ao futuro material e social dos filhos, um impedimento axiológico tolhia a continuidade religiosa em certas famílias protestantes. Do contrário, o impedimento axiológico não admitia sua integração na sociedade jurídica e religiosa brasileira.

Não sofre dúvida de que o contacto de traços culturais oriundos de países europeus ou americanos somente pode produzir conflitos parciais, isto é, conflitos que afetam esta ou aquela esfera cultural. Apesar de todas as diferenças, as culturas européias e americanas continuam intimamente ligadas pelas raízes. Todas elas são, em última análise, rebentos da “cultura ocidental” e, embora se tenham distanciado e tendam a distanciar-se mais ainda, as afinidades aparecem nitidamente através de uma camada mais ou menos superficial de traços diferenciais. Totalmente diversas são as condições

de contacto com culturas asiáticas. Aquí se trata realmente de contactos que envolvem a possibilidade de conflitos que se estendem ao sistema inteiro. No primeiro caso, no entanto, tais conflitos somente se podem dar com relação a determinados aspectos culturais. Inteiramente esquecidos desses fatos elementares andam aqueles que se reportam, levemente, a “quistos” étnicos de italianos, japoneses e alemães, como se não houvesse a menor diferença entre eles e como se a política de assimilação em face de tais “quistos” devesse ser ditada por pontos de vista idênticos. Não vai nisso uma afirmação implícita sobre a inassimilabilidade dos japoneses. Queremos dizer apenas que as condições de assimilação entre grupos culturalmente afins (europeus e americanos) são diferentes das que determinam a assimilação de componentes de um sistema cultural completamente estranho.

A suposição de que há representantes da espécie *humana* “inassimiláveis” a um meio *humano* por mais estranho que seja, é dogmática e envolve, quasi sempre, uma idéia preconcebida. Desde que se admita o caráter social de toda espécie de cultura já se afirma, implicitamente, a possibilidade da assimilação. Pois não poderia haver transmissão de dados culturais sem a capacidade maior ou menor dos indivíduos de assimilarem esses dados. Por maior que seja a diferença entre esses dados, não é possível negar que todos eles obedecem, no fundo, às mesmas necessidades.

“As necessidades básicas dos grupos humanos ou dos indivíduos vivendo em grupos, são essencialmente as mesmas, no mundo inteiro. Os homens são, no fundo, muito mais semelhantes do que diferentes. Todo ser humano precisa de comida, bebida e sono; ele precisa da proteção dos elementos a qual seu meio ambiente requer; ele precisa de consorte se é destinado a contribuir para a perpetuação da espécie; ele precisa satisfazer, se possível, seus impulsos de curiosidade, jogo e reverência; ele precisa receber, da parte de seu grupo, aprovação e “resposta”. De modo semelhante, todo grupo humano precisa de seu sistema econômico, de seus meios de comunicação, seus órgãos de governo, suas instituições para regularizar as relações entre os sexos. Em cada sociedade, porisso, percebemos os mesmos tipos de instituições, ou produtos sociais de diversas espécies”. (27)

Afirmando a igualdade das necessidades e a semelhança das instituições, não pretendemos negar as dificuldades que podem advir da diferenciação nas maneiras de satisfazer tais necessidades e de criar e manter essas instituições. Encarando a situação atual desse problema, não podemos, no entanto; deixar sem menção um processo que, no decorrer do século passado, aproximou bastante os tipos culturais anteriormente diferen-

(27) Henry P. Fairchild: *Immigrant Backgrounds*. New York 1927, p. 8.

ciados aumentando por uma série de reajustamentos sociais inconcebíveis em épocas anteriores, a plasticidade social do homem europeu. “Quanto aos europeus”, observa Robert E. Park (28), “os movimentos de populações em épocas recentes, dissolveu a antiga base racial e solapou ou destruiu as primitivas culturas populares. O desenvolvimento dos Estados modernos efetuou-se mediante a transformação gradativa de pequenas e independentes organizações tribais em maiores e mais dependentes de âmbito nacional. Língua, maneiras, ritos sociais e todas as formas exteriores da vida que eram, originariamente, provinciais e locais, tornaram-se cosmopolitas e nacionais. Na América é proverbial que um polonês, um lituano ou um norueguês não pode ser distinguido, na segunda geração, da velha estirpe americana. Interação e imitação, associação íntima e participação da vida pública, elaboraram uniformidades na língua, nas maneiras e na conduta formal. A facilidade e rapidez com que alienígenas conseguiram assimilar costumes e maneiras americanos, habilitaram os Estados Unidos a digerirem toda espécie de diferenças humanas normais, com exceção das puramente externas, como, por exemplo, a cor da pele”. Realmente, as marcas raciais constituem um dos maiores obstáculos da assimilação, pois é a elas que se apega o preconceito, perpetuando diferenças e produzindo desajustamentos

(28) Artigo “Assimilation”, *Encyclopaedia of the Social Sciences*. Vol. II New York.

psíquicos nos indivíduos por ele atingidos. “Em uma vasta e variada sociedade de caráter cosmopolita tal qual na América, o obstáculo principal da assimilação parece consistir não de diferenças culturais, mas de traços físicos. (29) No Brasil, a cor dos cabelos ou certos traços fisionômicos determinam a identificação genérica do “alemão”, do “sírio” ou do “japonês”. Estudaremos mais adiante o papel da identificação racial para o problema da assimilação.

A despeito de todas as facilidades que pode encontrar o imigrante ao integrar-se em um novo meio, a despeito de todas as afinidades étnicas e sociais, jamais faltam impedimentos axiológicos suscetíveis de impossibilitar relações consideradas até então naturais. Toda assimilação será precedida de conflitos de avaliação produzidos pelo confronto de um certo número de padrões culturais. A solução de tais conflitos é relativamente fácil, como observa Taft (30) quando:

- 1 — os padrões importados se adaptam à escala de valores existentes no grupo aceitante;
- 2 — o nível cultural entre os dois grupos em contacto não for muito diferente;

(29) *Ibidem*, p. 282.

(30) *o. c.* p. 247-251.

- 3 — há relações amistosas entre os dois grupos em contacto; (31)
- 4 — há o desejo de elevar o nível econômico;
- 5 — se oferecem oportunidades iguais a todos, sendo prestigiado o indivíduo economicamente bem sucedido;
- 6 — as relações sociais têm um caráter democrático.

(31) "O uso da coerção para apressar a assimilação quasi sempre falha". Taft o. c. p. 248.

CAPÍTULO III

FATORES DETERMINANTES DA ASSIMILAÇÃO. MEIO E ORIGEM DOS EMIGRANTES GERMÂNICOS: AS CAUSAS DA EMIGRAÇÃO

O estudo do “immigrant background” na sociologia americana abrange, na definição de Fairchild (32), a totalidade do meio abandonado pelo emigrante. Só relativamente tarde compreendeu-se, nos Estados Unidos, a necessidade de estudar o meio original dos ádvenas, embora se trate, sem a menor dúvida, de uma das condições essenciais para a análise dos múltiplos e complicados processos sociais que favorecem ou retardam a assimilação dos alienígenas ou de seus descendentes. Já frizámos o fato de que assimilação é, a um tempo, social e cultural, afigurando-se na esfera cultural como transmissão, eliminação ou modificação de dados materiais ou espirituais. Ora, para saber quais os dados aceitos, eliminados ou transformados, indispensável pa-

(32) *Immigrant Backgrounds*, New York 1927, p. 1.

rece o conhecimento desses dados e suas interrelações com o meio social e físico.

Entre os povos da Europa, o povo germânico distingue-se por uma série de traços que se devem atribuir, na maior parte, a condições antropogeográficas. William McDougall as caracteriza assim: "Um território unitário bem definido de caráter bem marcado e razoavelmente uniforme tende à unidade nacional, tornando a comunidade não só relativamente fechada, mas ajudando também a imaginação a constituir a idéia da nação e oferecendo um objeto comum aos efeitos e sentimentos do povo.

"Contrastam, nesse particular, os caracteres físicos da Inglaterra e Alemanha. As divisas da última são, por toda parte quasi, artificiais e arbitrarias e têm fluído grandemente. Seria impossível a um poeta escrever da Alemanha o que Shakespeare escreveu da Inglaterra:

This fortress built by Nature for herself
Against infection and the hand of war;
This happy breed of men, this little world,
This precious stone set in the silver sea,

e todo o resto dessa esplêndida passagem. Nesse ponto, a França, Espanha, Itália, Grécia, Dinamarca, Escandinávia são todas mais felizes do que a Alemanha ou a Áustria; e essa falta de limites naturais tem sido no passado e ameaça ser no futuro uma fonte de fraqueza para a nação germânica. Podemos atribuir, penso eu,

pelo menos em parte, a essa circunstância uma peculiaridade notada muitas vezes em emigrantes germânicos — a saber que eles são desnacionalizados e rapidamente assimilados pelos povos entre os quais colonizam, e que um alemão americanizado, por exemplo, sente muitas vezes menos simpatia pela Alemanha do que um estrangeiro. Pois devido largamente à falta de divisas naturais e as consequentes flutuações ocorridas, e o cruzamento e a mistura com outros povos, a Alemanha é um conceito menos definido do que a Grã Bretanha ou França; ser alemão é algo muito menos definido de que ser inglês ou japonês ou mesmo francês ou espanhol”. E, numa nota de rodapé, o autor acrescenta: “O grande mito da unidade racial e superioridade do povo germânico que mencionámos em cima, tem sido cultivado e propagado, com acentuado desprezo da realidade, pelo programa germanista e seus adeptos nas universidades e alhures, em um esforço deliberado de remediar, artificialmente, a falta de divisas naturais e de uma verdadeira homogeneidade nacional”. (33)

A grande maioria dos imigrantes germânicos que procuraram o Brasil no século passado, eram campônios. Impõe-se, portanto, a necessidade de analisarmos o meio rural da Alemanha que é, *mutatis mutandis*, o meio rural da Europa central, havendo aliás numerosos traços comuns à população rural da Europa inteira.

(33) William McDougall, *The Group Mind*, Cambridge 1927, p. 127, 128.

Sociólogos há que analisaram as diferenças que separam a sociedade urbana da sociedade rural. Que estas diferenças são profundas mostra o estudo de Gunther Ipsen. (34) Aponta-se, geralmente, a grande estabilidade da sociedade rural em confronto com os centros urbanos. Essa estabilidade manifesta-se

- 1 — nas relações com o meio físico,
- 2 — na ordem existencial.

A natureza das relações que ligam o camponês à gleba, não se pode qualificar como mera sedentariedade. A terra, a paisagem, sua vegetação e suas criaturas estão perfeitamente integrados na vida do camponês. Não vai nisso nenhuma afirmação mística. O camponês europeu convive realmente com seus campos e seu gado, abrigando este, sua família e seus agregados, não raro, sob o mesmo teto. “Em nossas sociedades, o gênero de existência rústica se distingue de todos os outros pelo fato de que o trabalho se executa no quadro da vida doméstica e que a quinta, o estábulo, a granja, mesmo quando não se trabalha nela atualmente, permanecem na primeira plana das preocupações da família. É portanto muito natural que a família e a terra não se desliguem uma da outra, no pensamento comum. Como, por outro lado, o grupo rural está fixado no solo, o quadro do país limitado e da aldeia

(34) Das Dorf als Beispiel einer echten Gruppe. (A aldeia como exemplo de um verdadeiro grupo) Archiv für angewandte Soziologie. 1929, p. 415.

onde ele habita, se grava cedo no espírito de seus membros, com todas as suas particularidades, suas divisões, a posição relativa de suas casas e o entrosamento de suas parcelas". (35) Virtualmente, o sítio lhe é inalienável, mesmo onde não há leis que imponham essa inalienabilidade. Gerações se sucedem na mesma gleba; seu abandono ou sua fragmentação estão, absolutamente, fora de toda cogitação. A estabilidade não se revela apenas na inalterabilidade do sítio, mas também no tipo de colonização ou nucleação. Esta que tem, frequentemente, sua origem na primitiva ordem tribal, se transformou ao nosso tempo. A colonização primitiva em forma de sítios isolados ou aldeamentos de vários tipos conservou-se, em linhas gerais, mesmo nas proximidades das cidades.

O camponês europeu comunga de tal maneira com os fatores mesológicos que toda a sua vida é regional, senão puramente local. Nenhuma das manifestações culturais típicas dos grupos rurais seria concebível fora de um determinado meio, a começar pelo próprio linguajar o qual, de povoado a povoado acusa diferenças sutis, até no âmbito do mesmo dialeto. Tudo, desde os trajes, o tipo de habitação, costumes, superstições até a organização do trabalho, o direito de sucessão e as relações entre pais e filhos, afigura-se, de qualquer maneira, como inseparável do meio físico, ao qual o

(35) Maurice Halbwachs: Les cadres sociaux de la Mémoire. Paris 1925, p. 215, 216.

grupo está associado desde tempos imemoriais. Nada mais estranho e triste do que um campônio legítimo fora de seu meio nativo, mesmo que esteja num ambiente rural, entre homens que são camponeses como ele. Se é de uma região distante, o entendimento é difícil devido à diferença dos dialetos; a indumentária, os costumes, o modo de encarar a vida contrastam singularmente do novo meio. Ele, o camponês é um estranho entre estranhos, também camponeses. Sobre as diferenças que o separam de qualquer meio urbano, nada precisamos acrescentar.

Todavia, mais do que as relações com o meio físico, a ordem existencial dos grupos rurais acusa uma estabilidade que lembra, segundo as afirmações de Thurnwald, a estrutura social dos povos naturais. “Na Europa, os camponeses conservaram, por toda parte, velhos costumes e modos de pensar os quais lembram, na sua estrutura psíquica e nas condições da vida social, fenômenos que se encontram entre povos exóticos”. (36)

Entendemos como ordem existencial a totalidade das normas, crenças, idéias, dos usos, preceitos e conhecimentos que regulam a vida de um determinado grupo. “Existencial” é essa ordem porque abrange a existência inteira dos indivíduos, e não apenas esta ou aquela esfera da sua vida, a profissão, a vida familiar, o esporte ou as diversões. Todas essas esferas, diferenciadas

(36) Richard Thurnwald: “Archiv für Anthropologie”. Bd. XXIV, 3, 4, p. 281.

e mais ou menos divorciadas no meio urbano, são integradas, entre camponeses, na comunidade única a qual é chamada, por isso mesmo, comunidade existencial. O controle social exercido pela comunidade rural, as sanções diretas que dela emanem, se dirigem a todos os indivíduos, abrangem todas as manifestações da individualidade e ameaçam, em caso de deslises que se afastam muito da norma comum, a existência toda, material e moral, do indivíduo. Uma forma de simbolização da estabilidade rural é o traje. Este, embora seja, por vezes, resíduo ou sobrevivência de uma moda antiga frequentemente de origem aristocrática, não está sujeita à volubilidade e ao ritmo da moda urbana atual: ao ser transplantada do castelo ou da corte de um senhor feudal, para o meio rústico dos vilões, ela sofreu um processo de cristalização, transformando-se em trajes que se conservaram, com poucas alterações, até os nossos dias.

O rigor das tradições, a inflexibilidade das convenções e, ao mesmo tempo, o isolamento no espaço, determinaram a estreiteza do *horizonte cultural*.

O termo "horizonte cultural" designa, em sociologia, a totalidade dos fatores que constituem o meio social de um grupo ou indivíduo. É evidente que esse meio não se apresenta apenas como o total dos estímulos decorrentes de relações diretas e atuais. Há relações indiretas estabelecidas por comunicações indiretas, principalmente leituras e, hodiernamente, cinema e rádio, que podem alargar, consideravelmente, o ho-

rizonte cultural de uma pessoa ou grupo de pessoas. Da mesma forma, relações passadas, contactos mais ou menos incisivos tidos em viagens ou estadias em zonas, cidades ou países diferentes, podem dilatar o horizonte cultural. Não sofre a menor dúvida de que a totalidade de tais estímulos se associa permanentemente aos estímulos que partem das relações com o meio social, determinando atitudes específicas. Tais atitudes se distinguem profundamente daquelas que observamos entre indivíduos que nunca se afastaram do lugar que habitam e nunca tiveram contactos indirectos de espécie alguma. Não se trata de outra coisa senão da diferença entre pessoas "cultas" e "incultas", no sentido que se dá, comumente, a esses termos. Naturalmente, o camponês tem sua cultura, mas nela encontramos como observa Thurnwald, não somente um controle racional menos pronunciado como também uma quantidade muito menor de conhecimentos. Isso (1) "porque experiências não podem ser feitas devido à estreiteza do mundo circundante; (2) porque não há nenhuma organização ou classe de pessoas que se dedique exclusiva ou preponderantemente à coleção de experiências, e (3) porque o camponesato permaneceu, essencialmente, sem escrita até a introdução recente da escola; anteriormente, no entanto, o acúmulo de conhecimentos não podia ser fixado exatamente. A conservação de muitas superstições antigas, a despeito da presença periférica de centros de conhecimentos superiores, de um saber melhor e uma compreensão mais perfeita é a melhor pro-

va pela tenacidade de gênero humano de se apegar a “erros” e preconceitos, desde que estejam sancionados. Somente nos últimos tempos a cultura escolar, introduzida nas aldeias, consegue, a par da renovação das gerações, solapar as superstições antigas”. (37) Que a escola é uma realidade muito recente nas aldeias germânicas, verifiquei nos dados colhidos em Santa Catarina, pois entre os colonos chegados em 1860 e 1861, havia, segundo atestaram depoimentos reiterados de diversas pessoas interrogadas, muitos analfabetos.

Assim, o horizonte cultural do alemão rústico como de qualquer outro, permaneceu acanhadíssimo, contando apenas com as poucas experiências que se lhe deparavam no seu meio limitado. E este quasi sempre coincidia com o meio ou local nativo. Tal estado de coisas produzia fenômenos mentais e sociais característicos que Cecil Clare North (38) descreve assim: “Onde por meio de diversas formas de isolamento um grupo é privado de contactos com um círculo mais amplo de experiências, os espíritos dos membros do grupo apresentam uma vacuidade e estreiteza, uma mesquinhez e intolerância que estão em contraste flagrante com o tipo cosmopolita de espírito com sua simpática tolerância pelas diferenças de opinião, sua apreciação de tudo quanto a vida, em qualquer de suas formas, apresenta. A diferença que mais do que qualquer outra distingue

(37) Richard Thurnwald o. c. p. 282.

(38) *Social Differentiation*, Chapel Hill 1926, p. 275.

citadinos de habitantes rúrais e aldeões, através de muitos séculos, é esse contacto da parte do cidadão com um rico e variado meio mental, e a limitação do camponês a uma série relativamente estreita de contactos mentais”.

Se o homem rústico permaneceu à periferia do surto cultural que caracteriza a cultura urbana, o mesmo pode-se afirmar, e mais acentuadamente ainda, com relação ao desenvolvimento político. Até uma época muito recente, e mesmo hoje, o camponês é essencialmente apolítico, não compreendendo mesmo, por ultrapassaram completamente seu horizonte, as manifestações da nacionalidade. A “política” do campônio, se é que merece esse nome, é conservação e defeza de valores locais, contra quem quer que seja. Escapam à sua compreensão acontecimentos de âmbito nacional. Por mais ousado que esta afirmação pareça à primeira vista: o camponês germânico, como o de qualquer outra nação européia, vivia e vive ainda, em grande parte pelo menos, fóra da comunidade nacional. Ele é, como já dissemos alhures (39) “prehistórico e superhistórico, ele ultrapassa a existência das nações, não precisa da “civilização”, pois ele não nasce nem morre com ela; o camponês é, por assim dizer, o “homem eterno”. A nacionalidade do camponês, isto é, a formação de uma consciência nacional e participação ativa dos aconteci-

(39) Emilio Willems: Mobilidade e Flutuação das Profissões e o Problema Educacional. São Paulo 1937, p. 43.

mentos da política nacional e internacional, somente se operou em função da urbanização do campo ou da politização conciente e propositiva das massas rurais como ela se observa nos países denominados "totalitários". (Rússia, Itália e Alemanha). É precisamente a preocupação desses países, de "despertar" a população rústica, de integrá-la, mediante uma organização política e o exercício de um controle intenso, que atesta a natureza tradicionalmente apolítica das populações rurais.

Nas aldeias, os representantes de um horizonte cultural mais amplo, o vigário ou ministro protestante, o professor primário (professor e nunca professora), sempre permaneciam, no fundo, estranhos à comunidade dos aldeões.

A mentalidade do homem rústico pode ser caracterizada pela ausência relativa de um *controle racional* do meio social e físico. A organização familiar, as relações vicinais e comunais, os costumes e usos obedecem, muito mais do que na sociedade urbana, a impulsos do subconsciente. Não se procura defender um costume, por exemplo, com argumentos utilitaristas, mas simplesmente com a resposta estereotipada: "Isso era sempre assim", ou "Meus pais e avós faziam isso" etc.. As volições a serviço de representações coletivas implantadas por um processo educativo em que a *autoridade absoluta* do pai tem um papel relevante, são, na grande maioria, *reativas*, mas raramente *refletidas*. Frizamos, porém, que essas afirmações se estendem apenas aos elementos estruturais da população rural,

mormente à organização familiar, à organização do trabalho, a certos costumes e normas morais. A natureza das volições é, como veremos adiante, de importância capital para o processo de assimilação. Uma das diferenças fundamentais entre o homem rústico e o homem urbano, notadamente das camadas cultas da população, está na natureza das volições. Estas são *reativas* no camponês e *ativas* no cidadão (burguês). Dizemos *reativas* porque derivam de afetos, impulsos e representações tradicionais; *ativas* porque resultam de associações, experiências novas, idéias, da inteligência e do raciocínio. Cada qual cria condições de assimilação específicas.

E' incontestável que o homem "culto", no sentido que se dá, geralmente, a esse termo, dispõe de um aparelhamento o qual lhe permite antecipar um futuro muito próximo. O indivíduo instruído, decidido a transportar-se para um meio social diferente, procura, em regra, colher "informações" mais ou menos pormenorizadas sobre a sociedade em que pretende viver; não lhe basta o conhecimento da língua; ele procura fontes que o informem a respeito das condições climáticas, da organização econômica, da mentalidade do povo, de composição étnica ou racial, sua história e tradições nacionais. Se bem que a prévia construção mental muitas vezes não-esteja rigorosamente de acordo com a realidade encontrada, tal indivíduo também não será apanhado de surpresa, e sua integração no novo meio irá, em regra, acompanhada ou precedida por desajusta-

mentos que costumam retardar a assimilação de imigrantes “incultos”. Soubemos, por exemplo, que quasi todas as ordens e congregações religiosas que mantêm conventos, seminários ou estabelecimentos de ensino no Brasil, costumam preparar deste modo os membros destinados a mudar seu campo de atividade do Velho para o Novo Mundo. Somente depois de um estudo acurado do português, da história e da geografia do Brasil e provido de conhecimentos gerais sobre a psicologia do povo, esses religiosos costumam iniciar suas atividades em nosso país. Citamos aqui os Padres do Verbo Divino, os Jesuitas e as irmãs da Divina Providência, mas temos quasi certeza de que outros seguem as mesmas diretrizes.

Conhecimentos desta maneira adquiridos, alargam consideravelmente o horizonte cultural do indivíduo. Um meio futuro mas previamente construído participa do meio atual, como este passará a participar, posteriormente, do outro, isto é, depois de realizada a transplantação. Mas não é só. O próprio fato de que o homem instruído *procura* antecipar um ambiente estranho, revela uma mentalidade altamente racionalizada: prevalece nela o desejo de dominar o mundo circundante mediante os recursos que a própria inteligência lhe oferece. O homem “inculto” (40), além de não possuir os recursos racionais, não tem a iniciativa para tencionar um

(40) “Inculto” no sentido comum da palavra, mas não no sentido sociológico. Daí as aspas.

controle prévio de um meio social e físico que lhe é inteiramente desconhecido. E' perfeitamente possível serem as causas da emigração iguais para ambos, mas o indivíduo instruído emigra depois de um intenso trabalho racional, comparando talvez o clima brasileiro com o da Austrália, ponderando todos os prós e contras econômicos, religiosos, educacionais etc. Não deixará de ouvir conselhos e sugestões, depoimentos de amigos ou parentes para tomar, enfim, a resolução que as melhores possibilidades lhe promete, para um futuro ajustamento social. Não age nem pode agir assim o homem "inculto". Forçado por uma necessidade qualquer, ele emigra, seguindo os outros e imitando-lhes o rumo, sem aparelhamento conveniente, sem nenhuma representação mais ou menos clara da distância que os separa do destino, sem conhecimento da língua e de tantos outros fatores suscetíveis de influirem sobre o processo de assimilação. Possuímos inúmeros exemplos de emigrações malogradas, de revoltas de emigrantes decepcionados, de desajustamentos familiares, econômicos, religiosos. A história da imigração é abundante em tais casos que revelam todos uma ausência absoluta de controle racional e prévio da parte dos emigrantes.

O horizonte cultural do indivíduo parece estar em relação direta com os liames que o prendem ao meio costumeiro. O homem instruído, capaz de avaliar fatores de um meio estranho e distante, desprende-se com relativa facilidade do ambiente habitual. Sua integração em outros ambientes se opera com rapidez e, geral-

mente, sem atritos. Um tipo extremado, nesse sentido, é o “globetrotter”, no qual o desapego em relação ao ambiente se manifesta em um “nomadismo civilizado”.

Aliás, é fácil perceber o papel da educação para a formação do horizonte cultural. O ensino da história e, mais ainda, da geografia acumula um potencial de conhecimentos que proporcionam ao educando das escolas secundárias, uma imagem mais ou menos precisa do mundo.

Nada disso acontece com o indivíduo desprovido desses elementos. O proletário urbano ainda dispõe de meios para um alargamento relativo de seu horizonte cultural. Contactos com forasteiros, cinema, rádio e o próprio ambiente para onde convergem as atividades e relações de uma grande área cultural, lhe significam um meio relativamente amplo e rico em estímulos de toda espécie. *A educação urbana é centrífuga e tende a edificar um macrocosmo espiritual para os seus indivíduos.*

A grande maioria dos campônios que vive divorciada do meio urbano e cuja educação familiar e escolar é apenas rudimentar, senão inexistente, pelo menos na primeira metade do século passado, se apegam ao torrão natal, coincidindo o horizonte natural com o horizonte cultural de seus indivíduos. É uma das observações fundamentais e, ao mesmo tempo, universais, que o homem rústico radicado em seu meio, se desprende dificilmente dele, não apenas porque a natureza das

suas atividades estabeleça liames específicos, mas também pela sua educação *centrípeta* cujos estímulos, aliás limitados em número e qualidade, fazem convergir seus instintos, afetos e volições e, também, suas faculdades racionais “para dentro”, isto é, para o microcosmo de seu sítio, sua família e seus animais. Nessas afirmações não vai nenhuma “filosofia”: são traços reais da sociedade rural e tão corriqueiros que dispensam “provas”.

Mas, sendo assim, não é fácil compreender que possa haver emigrantes na população rural européia. De fato, não pretendemos negar que somente razões muito sérias possam levar o camponês europeu ao abandono da sua gleba tradicional. Creio, porém, que necessário se torna observar algo sobre a origem dos emigrantes antes de abordar a questão das causas do êxodo.

Limitando como já dissemos as nossas investigações aos emigrantes germânicos, verificámos que a grande maioria deles se compunha de elementos rústicos. Na primeira metade do século passado eram somente pequenos sitiantes das regiões sulinas (Badênia, Palatinado, Wurttemberg e Baviera) e da Renânia (Mosela, Hunsrück) que deixavam suas terras ou, antes, países, pois tratava-se de Estados independentes. Na segunda metade do mesmo século preponderava a emigração do proletariado rural da Prússia, mormente da Prússia Oriental. Essas correntes vinham entremeadas de um grande número de emigrantes intelectuais, oficiais, advogados, jornalistas, médicos, químicos, farmacêuticos, ar-

quitetos e até teólogos, além de representantes de muitas outras profissões. (41) Sabe-se que a grande maioria desses imigrantes se dirigiu para os Estados Unidos da América do Norte. Milhões entraram nesse país, ao passo que somente 70.000 mais ou menos, buscaram o Brasil, entre 1855 e 1905. Desde então, até 1939, vieram mais 117.000 aproximadamente, fora aliás dos austríacos.

Destacamos, pois, entre os emigrantes do século passado, estes tres grupos principais: os pequenos proprietários do sul e oeste da Alemanha (no sentido geográfico), os proletários do leste e os intelectuais de quasi todas as regiões. Seria difícil imaginar uma heterogeneidade mais acentuada. Os sítiantes do sul e da Renânia se distinguem dos prussianos em quasi tudo: no dialeto e nos costumes, na higiene e no regime econômico e de trabalho, na religião e na constituição física. E de ambos os grupos se destaca a corrente amorfa dos intelectuais desarraigados.

Vejam os razões que levaram esses elementos ao êxodo:

E' comum aduzir causas econômicas para explicar fenômenos sociais. Realmente, o fator econômico contribuiu consideravelmente para o deslocamento de certas partes da população dos Estados alemães do século

(41) Hermann von Freedén e Georg Smolka: *Auswanderer*. Leipzig 1937, p. 36, 90.

passado. Nas regiões mencionadas do sul e sudoeste da Alemanha “depois de cada colheita má, principalmente na Badênia e no Palatinado, a fome forçava milhares de sitiante alemães a emigrarem, tornando-os uma presa fácil de agentes estrangeiros. (42) Independentemente desses fatos intermitentes, os sítios e chácaras eram de tal maneira retalhados que mesmo em épocas boas não comportavam mais o número de pessoas que deles procuravam manter-se. Para se fazer uma idéia do grau de divisão da propriedade, basta dizer que, por vezes, o dote concedido à filha casadeira era constituído por uma única árvore frutífera. (43) Se, nessas regiões, o direito de sucessão obrigava os pais a repartirem os seus haveres entre os filhos a ponto de os entregar, frequentemente, à miséria, princípios diversos do mesmo direito que dava ao filho primogénito a proprie-

(42) Hans Gehse: *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*. Münster 1931.

(43) Freeden e Smolka o. c. p. 18. Aliás, entre descendentes de imigrantes provenientes de tais regiões observa-se o mesmo fenómeno: No distrito de Guabiruba, no Município de Brusque (Sta. Catarina) a divisão da propriedade chegou ao ponto que os sítios não mais sustentam as famílias numerosas obrigando os filhos a procurarem trabalho nas fábricas locais. O retalhamento acompanhado do esgotamento das terras e de um empobrecimento econômico, físico e moral da população leva à proletarização lenta mas incoercível de centenas de famílias rurais. E isso está-se dando em uma região de imensas reservas de terras virgens!

dade inteira, produzia efeitos semelhantes em outras regiões germânicas. Pois, nesse caso, os demais filhos que não quizessem permanecer em uma situação de dependência permanente em relação ao primogênito eram obrigados ao êxodo quer para as cidades quer para a América. (44) Se é incontestável que o apego ao solo não pode ser compreendido, de modo algum, sem a propriedade ou a posse efetiva, o amanho e usufruto do mesmo solo, também não pode sofrer a menor dúvida de que a desapropriação lenta ou brusca, em consequência de uma determinada organização jurídica, representa um fator que contribue quasi que fatalmente para o desarraigamento dos indivíduos.

Outro fato que, segundo os depoimentos dos contemporâneos, parece haver contribuído para a emigração coletiva da população, representa a administração de alguns territórios os quais estavam, como é sabido, sob um regime monárquico-reacionário inspirado pela orientação política da Restauração. Os impostos escorchantes desses minúsculos Estados forçavam a população ao êxodo ou, antes, à fuga, porque a emigração era, muitas vezes, proibida. Assim era comum que famílias ou mesmo levas de famílias vizinhas da mesma comuna abandonassem suas propriedades fugindo à perseguição das autoridades fiscais e policiais para embarcarem em portos dos Países Baixos, à procura de uma nova existência na América. Característica nesse sen-

(44) *ibidem* p. 18, 25.

tido é uma alusão humorística com que deparei em um número de "Fliegende Blätter" ("Folhas Soltas") de 1850:

"Mandei chamá-lo superintendente, porque é um homem de bom senso e conhece a gente. Diga-me, não tem uma idéia para tirar aos camponeses a vontade de emigrar?"

"Isso poder-se-ia fazer. Seria mesmo tão difícil para os nossos governos apoderarem-se da América do Norte? Se isso fôr possível e se aquele país estiver germanizado, posso garantir a Vossa Meçê que assim se acabaria completamente com toda a emigração". (45)

Seria, porém, um erro se considerassemos fatos econômicos ou administrativos como motivos únicos da emigração, pois "frequentemente não eram os mais pobres que emigravam, e a emigração continuava mesmo quando a situação do país já se havia tornado favorável, mais favorável às vezes, do que a situação do país de imigração". (46) Eu mesmo entrevistei, no dia 25 de Dezembro de 1931, no já mencionado distrito de Guabirúba, o último sobrevivente da primeira leva de imigrantes badenses chegados aqui em 1860. Esta pessoa, um velho de 82 anos, me declarou que na zona dele, não havia a menor necessidade de emigrar. A situação econômica de sua família e das demais famílias da locali-

(45) Citado em Freeden e Smolka, o. c. p. 40.

(46) Freeden e Smolka, o. c. p. 13.

dade era boa. Mas agentes estranhos os haviam convencido das vantagens concedidas aos imigrantes, no Brasil. Tais promessas levaram os camponeses a venderem suas propriedades afim de procurar uma vida mais fácil na América.

Levando em conta a propaganda intensa feita pelos agentes das companhias de emigração, não se deve esquecer que em muitas regiões já se havia estabelecido uma "tradição emigratória", fato esse que reforçava, singularmente, a eficiência de tal propaganda. Compreende-se que cartas como esta que a seguir reproduzimos, devem ter fascinado a imaginação dos parentes na longínqua Germânia:

"Habitamos um lugar que não se poderia imaginar melhor e mais belo, de maneira que ninguém dos nossos sente saudades da Alemanha...

Vivemos todos os dias às mil maravilhas, como os príncipes e condes na Alemanha, pois vivemos num país que se assemelha ao paraíso... Aqui há escolas alemãs e portuguesas. Eu e meu irmão Jacó frequentamos também a escola portuguesa e fizemos tantos progressos que sabemos falar correntemente. Já ensino português e alemão e ganho 800 florins, anualmente". (47) Essa carta foi escrita no dia 16 de julho de 1826, por um certo Peter Paul Müller, morador em São Leopoldo, Rio Grande do Sul...

(47) Freedén e Smolka, o. c. p. 84, 85.

Os fatores até agora apreciados contribuíram como já foi observado, para o desarraigamento e, conseqüentemente, para uma crescente mobilidade das populações rurais da Alemanha. A manumissão dos camponeses tributários não surtia os efeitos que lhe haviam atribuído: os camponeses libertos não conseguiram manter-se em suas minúsculas propriedades. Endividados, vendiam-nas para procurar alhures uma existência mais tolerável. “As sólidas e seculares comunidades rurais domésticas e as comunidades patriarcais dos latifúndios entravam numa fase de decomposição. Os filhos posteriores e trabalhadores rurais, apesar de salários mais altos, procuravam na indústria um meio mais rápido para a independência pessoal e prosperidade econômica”. (48) Mais do que a mobilidade incipiente da sociedade originária, foi a mobilidade das populações americanas, sua estrutura elástica e suas “possibilidades ilimitadas” de ascensão social que contribuíam, consideravelmente, para a emigração daqueles que haviam sido desarraigados pelos impulsos centrífugos do meio social:

A Deus, o pátria,
Partimos para outras plagas,
Partimos para o Brasil.
Só as dívidas deixamos aqui.

(48) Freedén e Smolka, o. c. p. 44.

Procuramos novas paragens
 Onde há ouro como areia.
 Hurra, Hurra,
 Breve chegaremos no Brasil. (49)

Entre os camponeses católicos da Alemanha ocidental verificavam-se tendências místicas nas quais o êxodo se afigurava como a vontade revelada de Deus. Temos notícia de uma canção “brasileira” (50) cantada nas aldeias do “Hunsrück”:

Deus nos chamou;
 Senão jamais nos teria
 passado pela mente.
 Assim cremos e caminhamos
 a seu mando.

Há quem afirme que os imigrantes germânicos se caracterizaram por um forte misticismo, aduzindo, a título de prova, o movimento dos “Muckers”, no Rio Grande do Sul. Esse fato, porém, longe de caracterizar os camponeses alemães, nos parece ser um traço comum a quasi todas as populações rurais. Quasi sempre são filhas de camponeses pobres às quais aparece a Virgem Maria. São elas, “Les filles aux cheveux-de lin”, que, na Westfália e na Normândia, revelam faculdades ocultas, prevendo a morte e ouvindo vozes de

(49) Freedén e Smolka, o. c. p. 151.

(50) Freedén e Smolka, o. c. p. 41.

defuntos. Os estigmatizados e taumaturgos surgem, de preferência, entre os camponeses. Lembramos Canudos, Joazeiro e os fanáticos do ex-Contestado.

Diferem profundamente desses grupos rústicos os intelectuais que demandavam depois, em meados do século 19, o Novo Mundo. O fracasso das revoluções de 1848 e 1849 forçava os liberais militantes de diversos Estados alemães e da Austria à fuga ou ao êxodo. A Legião Alemã, cujos membros, quasi todos intelectuais, fundaram, em 1851, a colônia Dona Francisca (hoje Joinville) e se sobrepueram à população germânica do Rio Grande do Sul como elite ou camada dirigente, constituía um grupo duplamente desarraigado. A doutrina liberal que considerava o individuo quite com os deveres para com a sociedade, tinha efeitos desintegrantes sobre as camadas intelectuais. A noção de Pátria ia, na mente de quantos professavam religiosamente tal doutrina, subordinada à liberdade individual, relação essa que aparece, de maneira eloquente, na máxima: "Ubi libertas, ibi pátria" de um Carl Schurtz. O que, pois, já existia na mentalidade dos liberais extremados como princípio confesso de orientação da conduta social, era reforçado e precipitado, em suas consequências práticas, pelo insucesso da Revolução de Março. Os que lutaram, de armas na mão, nas barricadas, fugiram, seguidos, pouco depois, por outros a que a perspectiva de continuarem em um regime tido por reacionário, parecia insuportável.

Embora todos esses grupos de imigrantes fossem representados por elementos desintegrados, à procura de uma nova Pátria “menos ingrata e mais digna”, a heterogeneidade entre eles era acentuadíssima. Temos o reflexo de tamanha discrepância social na divisão dos emigrantes em conservadores e liberais, com lutas ideológicas e políticas no seio das colônias riograndenses.

Se entre as levas de emigrantes germânicos preponderava, até a conflagração européia, o elemento agrícola, a derrota e as convulsões sociais de após-guerra alteravam, completamente, o quadro. Indivíduos de todas as regiões e todas as classes sociais, principalmente da pequena burguesia arruinada e desenraizada, vinham fixar-se no Brasil. As causas do êxodo eram, mormente, econômicas ou políticas. A inflação monetária arruinara grande parte das camadas abastadas do povo. A falta de trabalho cada vez mais acentuada contribuía, consideravelmente, para estimular a emigração. Numerosos elementos dos partidos da direita, desgostados pela derrota e pelo advento de um regime com tendências socialistas, emigravam para o Brasil. De outro lado, comunistas militantes, membros do “Spartakus” que haviam lutado nas barricadas, contra o governo republicano, achavam na emigração o único recurso para iniciar uma “nova vida” ou para realizar suas utopias sociais. Vinham então oficiais do exército imperial, funcionários aposentados, artifices e operários qualificados, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes,

professores e agricultores. Elementos das antigas colônias africanas, demandavam, de preferência os estados sulinos.

Ao lado de tais elementos, no entanto, não podemos deixar sem menção o aventureiro. Mereceria um estudo especial a tendência dos alemães para a vida aventureira. Verdade é que, na Alemanha, o meio exótico sempre fascinava a imaginação de adolescentes e adultos. Mas ao invés de indagar as causas do fenômeno, limitemo-nos a analisar-lhe os caracteres.

Sem dúvida, a existência social da maioria dos indivíduos é algo de previsível. A educação escolar, de acordo com recursos e posição social dos pais (esta de grande estabilidade na Europa), a escolha da profissão, a própria formação profissional, o exercício posterior de uma determinada profissão e as possibilidades que lhe são adstritas (mudança de profissão é muito rara); a constituição da família com suas estreitas possibilidades concernentes à escolha da esposa e ao número, à criação e educação dos filhos — todos esses fatos afiguram-se como sequências de situações facilmente previsíveis e cuja perspectiva costuma agradar ao homem “mediano”. Mas por razões que não vêm ao caso, ela não agrada ao aventureiro. A regularidade da existência “burguesa” lhe é simplesmente insuportável. “De maneira mui geral podemos dizer que a forma de aventura consiste no que excede e rompe a conexão da vida.” (51) O futuro do

(51) Georg Simmel, *Cultura Filosófica*: Leipzig 1919. Em espanhol: *Cultura Femenina y otros ensayos*. Madrid 1934, p. 123.

aventureiro tem que ser obscuro, e o valor do passado consiste em reminiscências semi-apagadas. Toda a vitalidade do aventureiro converge para o presente, e este é sempre vivido como situação isolada, única. "A aventura, por seu próprio sentido, é independente de que vai antes ou depois, fixando seus limites sem reparar nisso. (52)

Dir-se-ia que em virtude dessas qualidades a capacidade de ajustar-se a toda sorte de situações, é ilimitada no aventureiro. Mas a existência do aventureiro é possível somente a custo da estabilidade, de maneira que ele não passa, em última análise, de um eterno *desajustado*.

Não é de admirar-se, pois, que o aventureiro, nômade por índole, constitue um tipo comum entre emigrantes, mormente entre emigrantes germânicos. Todavia, a tendência para a aventura aparece muito diversa em intensidade. O indivíduo que é só aventureiro e nada mais, não representa a regra. Assim é fácil verificar, como verifiquei em muitos casos, que o rapaz que emigrou afim de lutar com índios e feras, se torna depois um ótimo colono e pai de família.

Acabamos de analisar perfuntoriamente, uma série de fatores cuja atuação sobre a população equivale a uma espécie de peneiramento social. Miséria, impostos escorchantes, dependência econômica ou política, per-

(52) Georg Simmel: o. c. p. 124.

(53) Sobre peneiramento veja o artigo respectivo no já citado Dicionário de Etnologia e Sociologia.

seguição ou uma propaganda hábil, às vezes vários desses fatores agindo simultaneamente, colocam as populações diante desta alternativa: ou desprender-se de todos os liames sociais, políticos e econômicos, abandonar o país de origem, melhorar a existência material e moral, ou vegetar, definhar em uma situação aparentemente irremediável, sem esperança de ascensão econômica ou social. Não é difícil observar que a reação a tais estímulos não apresenta nenhuma uniformidade. Na Alemanha não há exemplos de emigrações de comunidades inteiras. Ali nunca se deu, como na Espanha, o êxodo de comunas inteiras com as autoridades à frente. A tendência migratória nunca excedeu a família ou pequenos grupos de famílias, mas por isso mesmo a ação seletiva se tornou mais evidente. Há quem afirme que são os "melhores" que emigram. Parece-nos, porém, que as avaliações adstritas a essa afirmação, são bastante precárias. Os "melhores" seriam os mais inteligentes ou os mais fortes, no sentido biológico? Os remanescentes, portanto, seriam os menos inteligentes e menos sãos? Creio que tais afirmações são perfeitamente gratuitas visto não existir nenhum estudo objetivo sobre o peneiramento dos emigrantes. Com a mesma razão, aliás, poder-se-ia afirmar que os emigrantes se recrutam de desajustados, de levianos e fracos que fogem às responsabilidades sociais e econômicas. O êxito mui diverso com que os ádvenas costumam tentar a vida no país adotivo, em nada contribue para esclarecer a questão.

Quanto à capacidade de assimilação acrescentamos ao que dissemos inicialmente, apenas isto: a transição social e cultural se torna mais suave para os emigrantes nos quais a resolução de abandonar o país de origem representa o ponto final de um longo processo psíquico de vacilações, de apreensões e incertezas, de um desprendimento lento e gradativo de idéias costumeiras e queridas. O foragido político ou religioso, no entanto, tem que enfrentar todos esses fenômenos dentro de um lapso de tempo muito menor e, na sua maior parte, já no ambiente novo e desconhecido. A tensão psíquica que corresponde ao contraste cultural e social, é incomparavelmente mais acentuada e maior, por conseguinte, a possibilidade de desajustamentos.

CAPÍTULO IV

ADAPTAÇÃO, ACOMODAÇÃO E SIMBIOSE

O capítulo anterior permite, pelos menos, duas conclusões:

1. — A grande maioria dos emigrantes germânicos que se transplantaram para o Brasil meridional, consistia de elementos desarraigados.

2. — A emigração espontânea deve ser interpretada como desejo muito acentuado de substituir a velha ordem econômica e política por uma nova que se adapte melhor às aspirações individuais ou coletivas.

Nas relações, que se estabeleciam com o novo meio, urge distinguirmos três processos nitidamente diferentes:

a) *Processos biológicos*, independentes da vontade individual. É a adaptação como fenômeno fisiológico e, mais especialmente, a aclimação. Opina Huntington que “a prova da aclimação não é a sobrevivência do indivíduo, mas da espécie ou variedade” (54).

(54) Artigo Aclimation, *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Vol. I, New York 1935, p. 402.

Creio que, em virtude dos fatos aqui registrados, não pode haver a menor dúvida da capacidade de sobrevivência do elemento germânico, nas zonas subtropicais e temperadas do Brasil. Tomemos como exemplo a colonização germânica no Estado do Espírito Santo, a mais setentrional e, portanto, a menos favorecida de todas no que diz respeito às condições mesológicas. Ernst Wagemann que em 1914 procedeu a investigações minuciosas, nos núcleos teuto-brasileiros desse Estado chega, baseado nos dados da tabela anexa, a essas conclusões:

“Depara-se-nos o fato notável de que, no ano de 1912, entre 1.000 evangélicos do Espírito Santo, 48,5 pessoas nasceram e somente 7,8 morreram. Há, portanto, um nascimento sobre cada terceira ou quarta família, e um óbito sobre cada vigésima segunda apenas. A proporção entre nascimentos e óbitos era de 6:1, e o aumento anual de 4%.

“São números inauditos! Quasi que somos levados a pôr em dúvida a sua exatidão; mas achamo-los confirmados comparando o número de imigrantes que não ultrapassou 3.000, com o número atual dos colonos que perfaz um total de 17 a 18.000. (Hoje são 30.000, aproximadamente). Temos uma prova exata pelo seguinte: Em 1885 mais ou menos, a população era avaliada em 5.000 ou 6.000. Supondo-se um acréscimo de 4%, ela devia ter aumentado, no período de 30 anos, atingindo 16.217 a 19.460 pessoas o que realmente está de acordo com a minha estimativa. Não creio que se possa observar

**NASCIMENTOS E ÓBITOS REGISTRADOS EM DIVERSOS NÚCLEOS
TEUTO-BRASILEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

(Continuação)

Ano	Campinho		Santa Leopoldina		Jequitibá		California		Santa Cruz		Santa Joana		Santa Maria		Vinte-cinco de Julho	
	Nascimentos	Obitos	N	O	N	O	N	O	N	O	N	O	N	O	N	O
1891	39	14	51	11	131	15	26	4								
1892	29	10	85	20	128	28	29	6								
1893	55	18	85	13	104	21	38	9								
1894	48	9	78	14	163	24	49	10								
1895	46	12	60	17	164	24	60	7	—							
1896	51	8	81	32	140	21	60	8	—							
1897	47	11	92	19	156	26	50	6	—							
1898	44	7	97	35	157	26	63	8	—							
1899	44	4	73	16	154	37	53	5	—							
1900	56	9	56	14	200	29	61	11	—	—						
	459	102	758	191	1497	251	489	74	116							
1901	59	7	51	4	169	30	71	13	—	—						
1902	71	21	54	9	183	39	86	9	—	—	35	3				
1903	72	12	51	8	157	34	63	13	—	—	17	3				
1904	62	14	57	15	123	36	69	12	—	—	11	1	37			
1905	72	9	42	5	139	21	75	13	—	—	28	2	68	4		
1906	72	11	69	9	127	27	81	18	—	—	25	6	65	7		
1907	82	17	49	7	125	34	78	11	—	—	37	10	82	12		
1908	88	15	51	9	119	28	89	12	—	—	48	6	64	7		
1909	87	12	30	8	94	31	79	15	—	—	51	12	67	14		
1910	66	9	44	9	107	28	83	21	—	—	60	21	67	19		
	731	127	498	83	1343	308	734	137	211	49	312	64	450	63		
1911	82	9	42	5	115	25	81	6	19	4	87	23	95	16		
1912	67	16	48	4	113	18	102	19	18	3	108	14	94	17		
	2314	544	3697	(1) 708	4141	812	1527	251	364	56	502	101	639	93	(2) 250	(3) 5

(1) O registro indica esse número; a soma porém, é 3.883; parece que foram omitidos alguns casos. (2) Avaliação. (3) Avaliação.

coisa semelhante em muitos outros lugares do mundo; quasi me sinto levado a presumir que este seja o único caso provável de cifras demográficas tão propícias.

“Verdade é que uma natalidade de 50⁰/₀₀ e mais não é rara. Ela se encontra, por exemplo, em Java e em certas regiões da Rússia e Índia; mas geralmente se apresenta associada a uma mortalidade extraordinariamente elevada. A mortalidade costuma ser reduzida somente em países com higiene pública e privada bastante desenvolvida, como nos Estados da Europa ocidental. Segundo as últimas estatísticas ela é atualmente a mais baixa na Holanda. Todavia, mesmo ali ela era ainda em 1912, de 12,3⁰/₀₀, na Alemanha até de 15,6⁰/₀₀. De mais a mais, a natalidade desses países costuma oscilar entre 25 e 30⁰/₀₀. Na Alemanha ela era de 28,3⁰/₀₀ em 1912, de sorte que havia um excedente de 1,3⁰/₀₀. Um aumento de 2% já deve ser considerado como extraordinário. Um aumento de 4% a gente é levada a julgar lenda. Mas reitero que não é possível duvidar da exatidão do número.

“À primeira vista, no entanto, um aumento tão acentuado parece ser a consequência de uma distribuição especial das idades, isto é, da ausência das idades avançadas. Mas isso não se dá, de forma alguma; podemos supor, ao contrário, que decorridos 30 a 70 anos desde a chegada dos colonos, a distribuição das idades não se distingue, em essência, da das populações nativas. Pois se a situação demográfica sobremaneira favorável tivesse de ser atribuída a esse fator, a morta-

lidade devia haver-se tornado maior, no decorrer dos anos. *Mas ocorreu o contrário.* Pelo menos a estatística nos demonstra que, enquanto o número de nascimentos mais que duplicou desde 1880, o número de óbitos não chegou a duplicar, embora se possa presumir que as inscrições no registro de óbitos antigamente não fossem completas. Vemos também que a mortalidade é diminuta justamente nas comunidades antigas: em Campinho e Santa Leopoldina.

Número de óbitos sobre 100 nascimentos, de 1901 a 1910:

Campinho	17
Santa Leopoldina	17
Jequitibá	23
Califórnia	19
Santa Maria	14
Santa Cruz	23
Santa Joana	21

Vamos comparar agora a população de 1912 com a média anual referente à natalidade e mortalidade de 1911 e 1912.

SOBRE 1000 PESSOAS

	nasceram	morreram
Campinho	39	7
Santa Leopoldina	50	4,5
Jequitibá	42	8
Califórnia	48	7
Santa Maria	43	7
Santa Cruz	60 (50)	10 (8)
Santa Joana	72 (60)	14 (11)

“Julgo muito precária uma comparação desses algarismos em todos os sentidos. Mas uma coisa resulta deles com toda a nitidez: que as comunidades da zona baixa (quente e húmida), Santa Joana e Santa Cruz, revelam os números mais altos...”. (55)

No Rio Grande do Sul “as zonas agrícolas alemãs ou italianas conservam ainda hoje taxas de natalidade de 30 a 40 por mil com condições de higiene relativamente boas e fraca mortalidade”. (56) “Calculou-se uma média de 8 filhos por família em 1924, e 9 filhos por família em 1934”. (57) Uma natalidade que oscila entre 3 e 4% é muito superior às cifras de qualquer zona rural da Alemanha atual. Em virtude de ser, ao mesmo tempo, diminuta a mortalidade infantil, a capacidade de sobrevivência está fora de qualquer dúvida. Aliás com os descendentes germânicos deu-se o mesmo que já foi verificado em relação a outras etnias transplantadas: a separação morfológica. Se os colonos espíritosantenses têm o dobro dos filhos que os camponeses alemães, de que descendem, a estrutura demográfica daqueles núcleos está inteiramente divorciada da de sua etnia

(55) Ernst Wagemann, *Die deutschen Kolonisten im brasilianischen Staate Espirito Santo*, München und Leipzig 1915, p. 49 a 52.

(56) Jacques Lambert, *As colônias alemãs do Rio Grande do Sul*, Estado de São Paulo, 13-6-1939.

(57) Dr. Hanns Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*, 1937, p. 82.

originária. Essa separação se efetuou, como é natural, em função de necessidades oriundas do meio físico e social.

O estudo dos processos biológicos que a transplantação provoca no organismo do imigrante, não pode fazer parte de um trabalho sociológico. Restringimo-nos às observações seguintes: os fatores mesológicos, a alimentação diferente e outros fatores talvez, cuja existência ou eficácia nos escapa, produzem estados mórbidos de maior ou menor duração. Frequentemente os imigrantes alemães são atacados de doenças mais ou menos graves. Casos de tumores, abcessos da pele, perturbações do aparelho circulatório e digestivo não são raros como tive ensejo de observar. Mas quasi todos esses fenômenos são passageiros, não excedendo em geral, a duração de algumas semanas. O caso mais grave observado por mim, foi o de um jovem que permaneceu paralítico durante seis meses. Depois disso nunca mais adoeceu. Observei, também o contrário: Pessoas afetadas de doenças crônicas do aparelho respiratório (asma, bronquite), sararam completamente. Seria errônea, no entanto, qualquer generalização nesse sentido. Muitos imigrantes se transplantaram para o extremamente quente e húmido vale do Itajaí sem que o seu estado sanitário revelasse a menor alteração.

Nem sempre, porém, a situação nos primeiros tempos da colonização era favorável. Observa Ballod (58)

(58) Carl Ballod, *Der Staat Santa Catharina. Dissertation.* Stuttgart 1892, p. 28.

que “em Dona Francisca (Joinville) a mortalidade era, nos primeiros tempos, elevadíssima: dos 1717 imigrantes introduzidos até 1856, dizimados pela disenteria, pelo tifo e pela malária, restaram 901, naquele ano”. Épocas houve, em que a mortalidade era grande. “Mormente em 1890 podia-se observar, por toda parte, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul onde se constituíam colônias, que sobretudo os filhos dos imigrantes morriam em massas. As dificuldades de aclimação, as erupções cutâneas e tumores, nos pés e nas mãos que, às vezes, duram vários meses invalidando os imigrantes, são tanto mais graves quanto pior a alimentação, principalmente quando são obrigados a viver de pão de milho e de farinha de mandioca”. (59) Levando em conta a deficiência de recursos higiênicos da época, o desconhecimento da profilaxia contra as moléstias epidêmicas, a falta de médicos, de medicamentos, a carência enfim de gêneros de primeira necessidade que facilitassem ao imigrante a mudança do regime alimentar, compreende-se que os recursos de adaptação ativa eram nitidamente inferiores em comparação ao período posterior quando os imigrantes vinham melhor instruídos, mais bem aparelhados encontrando, além disso, condições materiais indiscutivelmente superiores às épocas da primeira colonização.

b) *Processos acomodativos* impostos pelas condições materiais do novo meio. Aquí figura quasi toda a

(59) *Ibidem*, p. 28, 29.

mudança da cultura material do imigrante. Essa mudança costuma ser muito mais profunda do que certos observadores superficiais percebem. O camponês que se alimentava na Pomerânia ou no Palatinado de batatas, de carne de porco, de certos legumes e massas de farinha de trigo, tem que habituar-se à farinha de milho, ao arroz, à mandioca, ao feijão preto, ao cará; a carne rareia e a farinha de trigo não está, muitas vezes, ao alcance de seu bolso. Ele que usava lã e camisas de linho, tem que aceitar o brim e a chita. Na Alemanha, o camponês usa botas ou botinas, aqui o colono anda descalço. A casa rural, variando, na Alemanha, no material, no estilo e no tamanho segundo as tradições regionais, tem no Brasil, um aspecto mais diverso. Conheço reportagens sobre as colônias "alemãs" de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que descrevem as casas como se houvessem sido importadas já feitas da Alemanha. Nada mais errado. A não ser o telhado pontiagudo (que não é exclusivamente nórdico) (60), a casa do vale do Itajaí, por exemplo, muito pouco se assemelha às casas típicas da Alemanha rural. Nem o material, nem o estilo, nem a divisão interna foram emprestados. Uma grande parte das casas é construída de madeira, material quasi nunca usado para esse fim na Alemanha. Sem bem que a casa de madeira represente,

(60) A cidade de Catmandú, Capital de Nepal (Índia) com seus telhados em ponta, aparenta um aspecto acentuadamente "nórdico".

no Brasil, uma solução intermediária para o imigrante que se inicia na vida do lavrador, não são raras as colônias onde esse tipo de casa se tornou definitivo. E a casa de madeira geralmente não tem vidraças, ao passo que na Alemanha seria muito difícil encontrar uma desprovida de vidraças. Uma parte característica das casas do vale do Itajaí é a varanda que, muitas vezes, ocupa toda frente da casa. Na Alemanha, tais varandas não existem. Quanto ao estilo, verifiquei tendências niveladoras. As casas de madeira têm quasi todos os mesmo aspecto: as paredes caiadas e sem ornamento, a porta de entrada flanqueada por duas janelas sem vidro. Mais um pormenor interessante: a cosinha ocupa quasi sempre uma dependência inteiramente separada da casa, uso desconhecido na Alemanha. Viajantes que se limitam a percorrer as estradas principais ladeadas, naturalmente, pelos sítios mais prósperos, avistam casas solidamente construídas, vivendas às vezes, rodeadas de jardins floridos. Predomina neles a impressão de conforto, de bem-estar, de asseio e, quanto às formas arquitetônicas, impõem-se-lhes certos pormenores exóticos: o telhado em ponta, o madeiramento das paredes a mostra, a pintura caprichada, certos ornamentos etc.. De tais impressões costuma brotar depois uma flora de reportagens já bastante conhecida descrevendo certas cidades sulinas como "centros puramente germânicos". Não veem esses viajantes que geralmente desconhecem a feição material das zonas rurais da Europa central, os numerosos elementos e traços que destoam, profunda-

mente, do quadro arquitetônico europeu. Na impossibilidade de nos determos em um estudo puramente etnográfico, limitamo-nos a frizar apenas:

que a casa rural mediana, nas zonas de colonização germânica, é muito mais pobre do que geralmente se diz;

que a casa rural, nessas mesmas zonas constitui, em qualquer uma das suas formas, uma solução original, a despeito de haver certo número de elementos “importados”;

que essa originalidade, sendo principalmente o produto de um processo de ajustamento ao meio físico, tende a acentuar-se cada vez mais nas construções recentes nos centros semi-urbanos e urbanos.

Não é somente a casa em si, mas também o sistema de colonização, o aspecto exterior dos núcleos urbanos e semi-urbanos. Esses consistem em geral de uma única rua de vários quilômetros de extensão, crescendo o número de ruas transversais e paralelas à medida que os terrenos na veia principal vão encarecendo e se tornando escassos. Tipos de cidades dessa categoria são Blumenau, Brusque e Ijuí. Sabe-se que essa maneira de construir cidades não é germânica. Em todas as regiões alemãs a colonização urbana é compacta e cumulativa.

Não somente a colonização urbana: a aldeia compacta predomina, quanto à área que ocupa, sobre o sítio isolado. Mas aldeias propriamente ditas não existem

nas zonas rurais do Brasil meridional. (61) Há centros semi-urbanos, sedes de administração municipal, constituídas por algumas centenas de casas; há ainda “capelas” com denominações locais, um conglomerado de vinte a trinta casas mais ou menos, situadas em volta de uma igreja. Esses logarejos se movimentam só aos domingos, na hora do ofício religioso e depois para o jogo de bocce ou futebol, para as “domingueiras” (bailes) e carreiras de cavalo, para a reunião da cooperativa ou associação agrícola, para as conversas e bebedeiras nas vendolas, para as kermesses e os comícios eleitorais. Durante o resto da semana, o lugar permanece morto, não se distinguindo a vida de seus moradores em nada da dos numerosos sítios isolados da redondeza.

Enorme é a distância que separa esse estilo de vida da maneira de viver das comunas rurais da Alemanha, onde os contactos são ininterruptos, onde as relações vicinais desempenham um papel importante, onde as reuniões sociais dos homens são diárias, figurando entre os hábitos mais enraizados da comuna. Lá todo o membro da comuna vive sob os olhos dos vizinhos e aldeões; aqui o controle social é intermitente e a vida social reduzida em intensidade. Essa mudança decorre do isolamento dos sítios com relação aos centros locais e destes em relação à sede municipal ou cidade. Voltaremos

(61) Salvo algumas poucas aldeias no Paraná, fundadas por teuto-russos, ainda no tempo do Império.

mais adiante à questão do isolamento, verificando, aqui, apenas isto: o isolamento conduz a um processo acomodativo que ocorre em virtude de fatores sociais e, também, mesológicos contrariando inúmeros hábitos, costumes e usos queridos dos imigrantes germânicos.

Os ajustamentos no terreno material abrangem também os meios de transporte e certos instrumentos de trabalho (como a própria organização do trabalho de que falaremos em outro capítulo). O cavalo (burro) como meio de locomoção, inacessível ao simples camponês, na Alemanha, aqui é usado por todos, homens, mulheres e crianças. (Uma camponesa montada em cavalo seria a idéia mais extravagante para o cérebro conservador do alemão rústico.) Carros com toldos de lona sobre quatro suportes de ferro e seis assentos, usados nas colônias com estradas transitáveis, são desconhecidas, nessa forma, na Alemanha. Nas zonas de colonização germânica que possuem apenas picadas, usa-se o carro de boi, veículo aceito, integralmente, do caboclo.

O imigrante rústico, habituado ao uso de um maquinário mais ou menos rico em instrumentos de trabalho, vê-se, pelo menos no primeiro quinquênio da sua existência no Brasil,⁴ limitado ao uso da enxada. Mesmo empresas organizadas e tecnicamente dirigidas cometem erros de previsão. Assim, um grupo de jovens imigrantes alemães, com direção econômica e técnica, trazia um locomóvel destinado a ser instalado na séde do núcleo recém-aberto. Desembarcada a máquina verificou-se que nenhuma das inúmeras pontes da estrada

por onde o locomóvel havia de passar, aguentaria seu peso. A máquina teve que ser abandonada no próprio porto de desembarque.

Citamos mais um exemplo típico de acomodação material. O camponês germânico ao qual certas circunstâncias materiais e sociais permitem o exercício da caça, usa em regra, a espingarda de dois canos que se carrega pela culatra. Os cartuchos costuma adquirir a um preço ínfimo. Aquí, o colono depressa se habitua à espingarda de vareta, pois os cartuchos como a própria arma moderna não estão ao alcance de seus recursos.

Todas essas mudanças no terreno material decorrem quasi exclusivamente de fatores mesológicos e econômicos. Alguns como a alimentação, o vestuário e os meios de locomoção exercem uma coerção à qual o imigrante não pode fugir se quer sobreviver.

E' fácil perceber as interrelações que ligam os processos acomodativos materiais aos processos biológicos de adaptação. Mas a adaptação não é apenas biológica, isto é, passiva, mas antes de tudo ativa. "O homem adapta-se a seu habitat não tanto pela mutação do que pelo aperfeiçoamento cultural." (62) A parte passiva ocupa entre os povos de rico equipamento civilizador, uma parcela muito reduzida na totalidade do processo adaptativo. A aplicação de inúmeros recursos técnicos destinados a transformar o meio físico de tal forma que

(62) Frank H. Hankins, Artigo Adaptation, The Encyclopaedia of the Social Sciences. Vol. I. New York 1935.

o homem possa sobreviver nele, está apenas em sua fase inicial. Mas seja como for, quer sob o ponto de vista da adaptação passiva quer no sentido da intervenção ativa, toda adaptação é essencialmente dinâmica. Não compreendemos a afirmação de Oliveira Viana que “biologicamente, os descendentes dos imigrantes europeus fixados nos trópicos, são também organismos em crise de adaptação, embora mais próximos da *adaptação final* do que os seus ancestrais imigrantes.” (63) Que é “adaptação final” e quem atingiu esse estado? Serão porventura os pescadores catarinenses, dizimados pela opilação e maleita? Será o “paulista de quatrocentos anos” que respira o ar condicionado de seu palacete e se alimenta de pratos franceses e italianos? Se não estamos muito enganados, as afirmações de Oliveira Viana contêm implicitamente a idéia de que a adaptação vai progredindo com o número de gerações que habitam a mesma terra. Ora, os fatos desmentem essa opinião. São precisamente os núcleos mais antigos e, portanto, de recursos técnicos mais pobres, que revelam uma adaptabilidade mais fraca do que os núcleos recentes, pelo menos no sul. O combate às influências negativas do meio físico ou, melhor, a racionalidade com que se trava esse combate, é muito mais acentuada e eficiente entre as levas de imigrantes que entraram no país nesses últimos trinta ou quarenta anos, do que entre as gerações pioneiras do século passado. Jamais vi colo-

(63) Raça e Assimilação. São Paulo 1934, p. 134.

nos mais sadios do que nos distritos do município de Hamônia, elementos que entraram nos últimos vinte ou trinta anos, sem o lastro embaraçoso de hábitos anti-higiênicos, de superstições tradicionais, de credices obsoletas, sem a mentalidade lerda e estreita dos antigos camponeses alemães. Observei entre esses elementos, fortemente peneirados pelo ambiente (milhares voltaram à terra de origem), o hábito do banho diário no rio, (64) habitações higiênicas, um regime alimentar adequado, conhecimentos profiláticos modernos, habilidade em organizar os seus interesses, superando assim as dificuldades da distância dos centros consumidores e as tendências exploradoras do comércio intermediário; vi, nesses núcleos, homens a trabalhar, expostos ao sol causticante do estio catarinense de cabeça descoberta. Seria evidentemente um exagero imperdoável se afirmássemos que somente as colônias novas apresentam esse aspecto. Há muito núcleo antigo que, depois de paásar pela crise inicial, se encontra em condições regulares ou boas, *mormente quando a imigração não foi interrompida. Houve, em inúmeros núcleos de colonização antiga, transmissão de conhecimentos técnicos pelas levadas imigratórias que seguiram, no decorrer do tempo, os colonos primitivos.* Tudo quanto concerne à transformação do meio ambiente, principalmente a técnica de uma agricultura racionalizada, os colonos anti-

(64) Onde é que se vê, na Alemanha, um camponês legítimo tomar banho de rio?

gos aprenderam dos que chegaram depois. Pois somente nos últimos decênios do século passado, os países europeus começaram a melhorar, com meios científicos, as suas terras depauperadas. A política de melhoramentos teve que ser realizada contra a resistência feroz dos camponeses conservadores e apegados aos processos antigos. No Brasil, divisamos os reflexos dessa luta na discrepância entre várias gerações de colonos imigrantes. Onde a imigração não prosseguiu, onde não se realizaram contactos fertilizantes entre elementos pobremente equipados e imigrantes mais recentes e mais bem aparelhados, a adaptabilidade ativa não é somente inferior, mas observa-se uma depauperação material muito pronunciada em comparação com a fase inicial da existência dessas colônias. No já mencionado distrito de Guabirubá, a população que não teve contactos com imigrantes mais recentes, esgotou não somente suas terras mas, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência às influências negativas do meio físico, de sorte que à miséria econômica se associou o esgotamento orgânico. Incapazes de se defenderem contra a malcita, o amarelão e as várias espécies de "feridas", as gerações atuais se apresentam fisicamente tão depauperados quanto os caboclos da região.

Os processos até agora examinados — se bem que perfuntoriamente — se operam muito mais em função do ambiente físico do que com relação ao meio social. Essa verificação, porém, não quer dizer que houve, na realidade, uma separação entre adaptação e assimilação.

Mesmo os núcleos os quais, devido ao seu isolamento, não mantinham senão raros contactos com outras populações, estabeleceram uma espécie de simbiose social-econômica. A simbiose representa uma certa forma de co-existência de populações de origem diversa. O imigrante e os grupos nativos podem viver na mesma área geográfica e estabelecer relações de interdependência quasi sem relações culturais. Isso implica que os contactos entre o nativo e os grupos segregados são antes secundários do que primários. Quer dizer que os imigrantes, em tais condições, não são admitidos às famílias, escolas, igrejas, grupos recreativos e outras formas de relações diretas. (65) No caso brasileiro, porém, a segregação originária dos imigrantes ocorreu exclusivamente em virtude do fator espacial. Se o imigrante não se aproxima das famílias, escolas e igrejas do elemento nativo, a razão deve ser procurada, principalmente, no isolamento das populações adventícias e na inexistência de meios de comunicação. Nas relações simbióticas predominava o intercâmbio econômico. Em Santa Catarina, por exemplo, exportação e importação se desenvolveram, desde os primórdios da colonização com os portos do litoral: São Francisco, Itajaí, Florianópolis e Laguna. Mas, ao mesmo tempo, os núcleos eram procurados pelos tropeiros do interior que traziam gado para o corte e cavalos e muares para serem vendidos aos colonos. E' desnecessário dizer que tais con-

(65) Donald R. Taft. o. c. p. 246.

tactos não se efetuavam sem nenhuma transmissão cultural. No terreno material as transmissões eram abundantes como já verificámos. Não faltam, também, exemplos de transmissão espiritual: grande parte dos termos portugueses enumerados mais adiante, se introduziram para sempre, nos dialetos alemães falados pelos colonos. Assim, os tropeiros de Lages não somente traziam o cavalo de montaria, mas o vocabulário integral para denominar as peças dos arreios e da sela, vocabulário esse que se fixou definitivamente no linguajar dos ádvenas e seus descendentes.

Não foi indistintamente que usamos os termos adaptação, aclimação, ajustamento e acomodação para os fenômenos estudados neste capítulo. Adaptação designa as transformações biológicas que se operam no organismo transplantado para um meio diferente. A aclimação não representa senão um aspecto parcial da adaptação. Somente a chamada "adaptação ativa" ultrapassa os limites biológicos, confundindo-se com a acomodação, que se opera no terreno cultural e social, consistindo principalmente na conciliação intencional de contrastes entre o grupo adventício e o meio físico ou social. A aceitação do cavalo e dos apetrechos de montaria pelo camponês germânico seria um exemplo de acomodação material. As relações econômicas travadas com a população nativa fornecem exemplos de acomodação social. Em todo caso, a acomodação é equilíbrio, convergência de interesses, sendo considerada, portanto, como fase preliminar da assimilação. O termo

ajustamento enfim costuma ser usado, sem distinção nenhuma, como sinónimo de todos os processos já mencionados.

c) *Processos de assimilação propriamente dita.* A separação dos fenómenos de adaptação, acomodação e assimilação, embora na realidade se confundam completamente, se torna indispensável em ciência. E' o único meio que possuímos de descobrir os nexos causais que encadeiam os fenómenos na complexidade indistinta da vida social concreta. A assimilação ocupar-nos-á intensivamente, em todos os demais capítulos deste estudo.

CAPÍTULO V

AS CONDIÇÕES DA ASSIMILAÇÃO

As estimativas acerca do número de habitantes de origem germânica no Brasil, acusam oscilações consideráveis. Segundo as cifras divulgadas pelo jornal "Der Kompass" (No.25, 1937), o número total orça em ... 1.150.000, distribuidos assim:

Rio Grande do Sul	650.000
Santa Catarina	250.000
Paraná	100.000
São Paulo, Espírito Santo e outros Estados ..	150.000

Somente 10% do total seriam estrangeiros, isto é, cidadãos alemães, austríacos e suíços. Estimativas mais antigas indicam geralmente um total de 800.000 indivíduos de origem germânica.

O professor Jacques Lambert (66) dá o número de 500.000 para o Rio Grande do Sul. Em uma "estatística" de 1928 deparamos com o número de 655.000 para o Brasil inteiro. (67) Todas essas cifras não merecem

(66) Estado de São Paulo, 8-6-1939.

(67) Hans Gehse, o. c. p. 10.

muita confiança. Contudo, mesmo se houvesse uma estatística bem feita indicando o número exato dos “brasileiros de origem germânica” e dos alemães residentes no Brasil, nenhuma conclusão de valor poderia ser tirada para o problema de assimilação. Mesmo um recenseamento especial com indicações precisas sobre a distribuição linguística, o bilinguismo, a instrução, a mentalidade cultural etc. teria um valor muito relativo em virtude de

não haver dados anteriores para a comparação; efetuarem-se mudanças rápidas nas atitudes das populações marginais. (68)

Como, por exemplo, recensear o bilinguismo? Esse fenômeno, simples à primeira vista, se afigura, na realidade, como um dos mais complexos. Há tauto-brasileiros que se servem, com a mesma facilidade das duas línguas, mas outros há cujos conhecimentos do vernáculo se restringem a um vocabulário reduzidíssimo empregado em construções defeituosas e cheias de germanismos. Outros há e em grande número, como tivemos ensejo de observar nas colônias do vale do Itajaí, que não falam o alemão senão com as maiores dificuldades, evitando mesmo o uso dessa língua por motivos psicológicos ou limitando-o às relações comerciais. De outro lado, nem todos esses elementos são de origem puramente germânica. Há inúmeros casamentos mistos

(68) O fato da marginalidade cultural com seus fenômenos específicos ocupar-nos-á em capítulos posteriores.

cujos filhos são bilingues, dando preferência ora a essa ora àquela língua. A língua falada em família nem sempre corresponde às preferências reais dos filhos. Estes, obrigados às vezes pelo conservantismo dos pais a falar alemão em casa, não se utilizam desse idioma, tendo-lhe, não raro, uma antipatia muito acentuada desde que estejam a sós ou em companhia de amigos e conhecidos da mesma idade. Seria realmente difícil apanhar tais sutilezas em um recenseamento estatístico em que fenômenos de alcance sociológico muito diverso, figurariam, provavelmente, sob a mesma denominação “bilinguismo”.

A descoberta de que há 600.000, 800.000 ou 1 milhão de “teuto-brasileiros” é perfeitamente inexpressiva no quadro do nosso estudo. A própria designação “teuto-brasileiro” é confusa, pois ela abrange, indistintamente, a descendência étnica e a marginalidade cultural, fatos esses que, em inúmeros casos, não coincidem. Brasileiros há que do alemão apenas têm algumas vagas marcas raciais, ao passo que outros conservaram certos traços culturais. Estes seriam, sociologicamente falando, teuto-brasileiros, enquanto que, para aqueles, o termo teuto-brasileiro é tão inexpressivo quanto a designação luso-brasileiro para os descendentes dos portugueses, isto é, a grande maioria do povo brasileiro. Na confusão atualmente reinante, tão ao agrado de certas pessoas que se referem vagamente às vantagens ou ao perigo que os 500.000 “alemães” do Rio Grande do Sul constituem

para o Brasil, não nos parece supérfluo lembrar tais diferenças fundamentais.

Para constituir uma sociologia completa da assimilação das populações de origem germânica, necessário seria elaborar uma monografia de cada núcleo ou cada região, pois todos eles tiveram um desenvolvimento individual com diferenças bastante pronunciadas. Não nos atrevemos, no entanto, a uma tarefa que certamente ultrapassa a capacidade de trabalho de um único indivíduo. Os nossos propósitos são mais modestos, pois pretendemos estudar apenas alguns aspectos do fenômeno. Para tal nos servem de base as observações feitas in loco, mormente entre os colonos do litoral catarinense, como também publicações que ilustrem situações e atitudes típicas...

Já apontamos o perigo que reside nas imagens desconsiderativas do imigrante, principalmente do imigrante "inculto". Incapaz de se formar uma noção exata acerca da terra longínqua e da vida que ali o espera, o imigrante europeu costumava sofrer, as mais das vezes, decepções rudes. Acresce o exagero das descrições feitas pelas companhias de colonização. Os processos de propaganda de que lançam mão tais empresas, utilizam-se de todas as possíveis variações, desde a fraude grosseira até certos jogos sutis de simples palavras cujo significado aqui é outro que na Europa. Certas companhias de colonização empenhadas em vender terras a famílias... além das desejosas de tentar nova vida no Rio Grande do Sul, traduziam, por exemplo:

cidade por Stadt
vila por Stadtplatz;
auto-estrada por Autostrasse;
venda por Kaufhaus etc.

Tomando a tradução ao pé da letra, não é possível duvidar da sua honestidade. Mas acontece que uma localidade de dois ou tres mil habitantes não é uma cidade no sentido europeu; a auto-estrada, na Europa é asphaltada ou, pelo menos, macadamizada. Aquí o termo se usa para qualquer estrada construida de modo a permitir o trânsito de automóveis ainda que só em tempo seco, como quasi todas as estradas no Rio Grande do Sul. O "Kaufhaus" enfim é para o alemão uma espécie de armazem ou empório, daqueles que só se encontram nas grandes cidades. Assim, o imigrante costuma estranhar tudo, desde a estrada de ferro de bitola estreita e um único trem diário, a auto-estrada, as casas de madeira, as vendas modestas sem vitrinas etc. Mas por maiores que sejam as decepções que sofrem esses indivíduos, elas não podem ser comparadas com as desilusões amargas que esperavam as primeiras levas de imigrantes, no século passado. Ouçamos a descrição da chegada dos primeiros colonos de Brusque (Sta. Catarina) "No ano de 1861 chegaram outras famílias... que subiram o Itajaí-Mirim em lanchas, levando para essa viagem 9 dias devido à enchente. (Hoje uma hora e meia de automóvel!) Chegados ao destino, eles foram alojados em um rancho construido de palmitos

onde tinham que morar 9 meses até que puderam transportar-se para as suas terras. Recebiam como alimento farinha de mandioca, carne seca e toicinho de Minas... Os adiantamentos concedidos pelo governo orçavam, de acordo com o número de membros de cada família, em réis 30\$000 a 40\$000 que passavam a ser transcritos em forma de dívida hipotecária. Durante vários anos, os colonos ganhavam a vida na construção de estradas; somente em 1865 conseguiram manter-se pelas suas terras." (69) A situação material dos colonos é, nos primeiros tempos, a mesma por toda parte, como se pode inferir facilmente das numerosas descrições. (70) Não há dúvida de que a distância entre a expectativa e a realidade deve ter sido enorme. As decepções da chegada seguiram outras não menos amargas. "Queixam-se em geral, os colonos", diz Augusto de Carvalho: (71).

- 1 — "da recusa em entregarem-se-lhes os títulos permanentes de propriedade dos prazos coloniais, que o governo lhe concedeu;
- 2 — da falta de medição e demarcação desses prazos,
- 3 — da venda de terrenos encravados entre prazos feita a especuladores que só tinham em vista revendê-los por preços exagerados.

(69) Publicação em comemoração do cincoentenário da associação dos atiradores. Brusque 1916, p. 10.

(70) Algumas dessas descrições, principalmente as de Avé l'Allement, contribuíram para a proibição da emigração para o Brasil, pelos governos da Bavária (1852) e da Prússia (1859).

(71) O Brasil, Porto, 1875, p. 195.

Embora tais acusações não possam ser generalizadas, a legalização da posse das terras encontrava, frequentemente, as maiores dificuldades e os desgostos daí provenientes desanimavam mais do que uma família de imigrantes. Também as fraudes em títulos de propriedade eram frequentes em algumas zonas do Sul, tendo sido praticadas, em certos municípios de Santa Catarina, até 1930. Numerosas famílias perdiam assim as suas terras e o seu pecúlio. As dificuldades dessa ordem associavam-se outras como, por exemplo, estas descritas por um viajante estrangeiro em 1891: “As condições de transporte são incrivelmente complicadas. O colono de Blumenau é obrigado a levar, de carroça, os seus produtos, em viagem de um a dois dias, à cidade; daí eles são transportados em um pequeno vapor fluvial, de 90 cm. de calado, ao porto de Itajaí. Segue outra baldeação e um navio leva os produtos à Capital, Desterro, onde há alfandega. Ali pagam-se os impostos aduaneiros e depois os produtos são carregados por outro vapor... Assim, as despesas até o Rio de Janeiro são duas ou tres vezes mais altas do que as que se pagam da Europa ao Brasil. (72) Por mais que destoe a situação material do imigrante das expectativas anteriores, mais grave e de efeitos mais incisivos pode ser considerada a situação mental: “Depois do duro trabalho quotidiano, não podiam descansar à maneira acostumada do país de origem. Não lhes era

(72) Carl Ballod, o. c. p. 59, 60.

possível palestrar, à tardinha, com os vizinhos à direita e à esquerda. Nas manhãs de domingo não ouviam o toque dos sinos que os chamassem à igreja, à tarde não podiam passear pelos trigais, à noite não se podiam encontrar com os amigos no botequim para tomar cerveja. Os filhos se criavam sem companheiros, sem instrução. Habitavam na solidão e no deserto de um país estranho e seus olhos não avistavam nada senão a monotonia sombria da mata virgem.” (73) Os conflitos mentais são comuns entre os imigrantes, mormente os “incultos” e rústicos que mais apegados vivem aos costumes e às tradições da sua terra. O que Hannibal G. Duncan diz dos imigrantes nos Estados Unidos vale, da mesma forma, para os imigrantes que procuravam o Brasil. “Muitas decepções e sofrimentos enchem, naturalmente, o imigrante de amargura levando-o à indiferença. Continuam os conflitos mentais e sociais. Ele está longe da sua aldeia natal com todas as suas tradições, seus costumes e outras imposições sociais. Ele não compreende a cultura nova. Parcialmente divorciado do antigo fundo social, mas sem participação real do novo, presenciando o desaparecimento das antigas tradições sem apreciar novas; distanciando-se dos antigos companheiros mas entrando em contacto apenas com homens marginais a formarem grupos móveis, o imigrante fica cada vez mais desorganizado.” (74)

(73) Publicação em comemoração etc. o. c. p. 9.

(74) Hannibal G. Duncan, o. c. p. 516.

O ressentimento que se vai formando, desta maneira, no colono, deposita não raro, sedimentos até na estrutura psíquica dos filhos. Verdade é que os conflitos eram antes mentais do que sociais, pois o colono germânico, poucos contactos tinha com o meio social. O isolamento dos núcleos rurais e também urbanos, era quasi completo. No Rio Grande do Sul “sem vias de comunicação, esses camponeses formaram cidadezinhas onde vivem entre si, dependendo de pequenos centros comerciais de dez a trinta mil habitantes, inteiramente alemães, onde os mais audazes dentre eles organizaram o comércio com o resto do Brasil e o estrangeiro e, - mais tarde, inúmeras pequenas indústrias. Foi unicamente na sua capital, Porto Alegre, que é, também, capital do Estado, que o aventureiro avanço da colonização alemã, saindo dos limites da vida rural, encontrou o Brasil.

“Na verdade, a não ser a Capital, outro ponto de contacto não havia entre a população alemã e a população luso-brasileira cuja atividade se desenvolvia em outras ocupações ao Sul do Estado, ao redor das cidades de Pelotas e de Bagé. E a despeito de algumas manifestações da propaganda metropolitana alemã, os brasileiros puderam, realmente, ignorar durante a maior parte do século 19, esse mundo alemão que silenciosamente se desenvolvia em seu território.” (75)

(75) Jacques Lambert no Estado do São Paulo de 8-8-1939.

Se essas observações correspondem à realidade riograndense, não menos verdadeiras parecem elas com relação a Santa Catarina. Aí, porém, a Capital jamais teve a função integradora de Porto Alegre. Florianópolis, situada na Ilha de Santa Catarina, pequena e insignificante como centro comercial e sem nenhuma importância industrial, não podia, evidentemente, desempenhar o papel que Porto Alegre tinha em relação aos imigrantes riograndenses, e Curitiba, ainda que em escala menor, com relação às colônias paranaenses. A ausência de vias de comunicação reforçava os efeitos isolantes da localização geográfica dos núcleos. A falta de contactos sociais com a população nativa deve ser considerada como uma das características mais acentuadas das colônias germânicas do Brasil meridional. *Se as condições eram, sem dúvida, inteiramente desfavoráveis à assimilação, elas eram propícias, no entanto à formação de uma sociedade nova e perfeitamente distinta do meio social "metropolitano".* O italiano, espanhol ou sírio de São Paulo "ia ocupar na estante ou despensa dos valores sociais a prateleira que lhe estava designada, subindo ou descendo de prateleira depois, segundo sua sorte ou seu merecimento, o colono alemão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul nada encontrava organizado. Tudo estava por desbravar. Com a mata virgem a sociedade virgem. Tudo por fazer." (76)

(76) Observador Econômico, outubro de 1938, p. 125.

Ao observador superficial, as colônias teuto-brasileiras parecem aldeias transplantadas da longínqua Alemanha para estas paragens sulamericanas. Não podemos deixar de apontar o erro crasso que vai nessas constatações perentórias e grosseiras. Além dos fatores materiais, geográficos e demográficos, há outros de ordem socio-psíquica que contribuíram para a elaboração de algo que não pode ser confundido com uma sociedade européia. A migração foi, ao mesmo tempo, dispersão. Não houve, como já dissemos, transplantação de comunas inteiras. Quasi todas as colônias fundadas por imigrantes germânicos, se compõem de elementos étnicos diversos. Alemães de províncias e "tribus" de regiões e zonas diferentes, do norte e do sul, do oeste e leste, entraram na composição desses núcleos, fornecendo-lhes a matéria prima humana. Só quem conhece as diferenças regionais entre camponeses europeus, pode avaliar o alcance desses caldeamentos. Brusque, por exemplo, foi fundada por camponeses alemães da Badênia (Sul) de Oldenburgo (Norte) e da Renânia (Oeste). Vieram depois campônios das províncias de Schleswig-Holstein (Norte), Pomerânia (Nordeste) e de Brunswick (centro). Talvez mais do que esses fatos, foi o próprio isolamento, a forma de nucleação ou colonização que influiu sobre a mentalidade das populações ádvenas. Tanto o indivíduo ou a família como também os próprios núcleos sofriam os efeitos do isolamento que era geográfico e social a um tempo. *O isolamento social era duplo consistindo na privação de contactos e rela-*

ções com a sociedade de origem, e na ausência de tais contactos e relações com a sociedade adoptiva. Para exprimir melhor essa situação, adotamos o termo *insulamento social*, pois inúmeros desses núcleos representavam, por assim dizer, ilhotas com uma vida cultural relativamente autónoma.

Sendo assim, não admira terem os imigrantes que chegaram depois, encontrado, a despeito de todas as afinidades, uma sociedade nativa essencialmente estranha. Os atritos e conflitos resultantes das divergências culturais ocupar-nos-ão mais adiante. No Rio Grande do Sul, os imigrantes são os "Deutschländer" (alemães da Alemanha), ao passo que os nativos de descendência germânica se chamam "Deutsche" (alemães). Em Santa Catarina e no Paraná, os adventícios levam a denominação "Neudeutsche" (alemães novos) ou "galegos" entre aqueles que não usam ou não querem usar a língua alemã.

Em face do isolamento geográfico e social que caracterizava, durante diversos decênios, as populações de origem germânica (como, aliás, também os imigrantes italianos, poloneses e russos), a assimilação não pôde ser efetuada. Todos os argumentos pró ou contra a capacidade de assimilação do imigrante alemão são inteiramente falhos enquanto não consideram o fator isolamento. Que valor pode ser atribuído, por exemplo, aos coeficientes de fusibilidade ou miscibilidade dos elementos de origem germânica? Evidentemente há,

entre as populações rurais, relativamente poucos casamentos com elementos caboclos, e o “coeficiente de fusibilidade” há de ser, portanto, insignificante. Nenhuma conclusão, no entanto, permite tal coeficiente quanto à verdadeira miscibilidade desses grupos. O coeficiente teria sentido se eles estivessem em contacto permanente com populações de outras origens e de nível cultural semelhante. Em face da ausência quasi completa de tais contactos, na maioria dos núcleos coloniais, o coeficiente não exprime a verdadeira disposição do imigrante alemão de contrair casamento com “lusobrasileiros” e outros elementos étnicos. Aliás, quanto aos centros coloniais com população mista, a fusibilidade de qualquer elemento étnico somente pode ser expressa por meio de uma curva. Investigações isoladas contribuem apenas para deturpar a realidade, pois a miscibilidade não é um fator estacionário. Ela pode ser x neste momento e y dois anos depois. Cinco ou dez anos significam muito na vida de localidades sulinas, mormente nos centros urbanos em vias de uma forte industrialização, que costuma atrair elementos de todas as origens.

O isolamento social, sintomático nos primeiros decênios para a colonização estrangeira no Brasil meridional e ainda hoje característico da estrutura e organização de numerosos núcleos rurais, cedia aos poucos a uma penetração social lenta que se deve atribuir a fatores diversos:

1 — A chegada de numerosos *grupos de intelectuais*, desarraigados pelo malogro da revolução de 1848. A “legião alemã” (1900 soldados e 52 oficiais) que chegou em 1852 a convite do governo brasileiro, era composto quasi exclusivamente de elementos cultos. Eles haviam lutado nas barricadas pela ideologia liberalista e vinham sobrepor-se à população germânica como elite intelectual, exercendo, principalmente, as profissões de professor e jornalista. Esses homens tinham, naturalmente, uma visão mais larga da situação social dos imigrantes. Quanto à assimilação, seu papel foi nitidamente intermediário como é fácil verificar, por exemplo, em relação a Karl von Koseritz, um dos líderes proeminentes da política rio-grandense. “Quando em 2 de Julho de 1864 Karl von Koseritz assumia a direção, começou a política positiva do “Diário Alemão” (Porto Alegre). Koseritz defendia sua política com grande habilidade e dedicação incansável, não somente nesse jornal, mas também na imprensa brasileira, mormente no “Rio Grandense” e, mais tarde, na “Reforma”. Nos primeiros dois decênios sua personalidade como suas idéias eram das mais discutidas. Ele estava em plena luta pela imigração com seus múltiplos efeitos sobre os campos mais diversos, tornando-se alvo dos ataques mais violentos da parte de seus adversários em Porto Alegre, São Leopoldo, Berlim e Rio de Janeiro, utilizando-se da sua pena combativa para pagar a seus adversários, na mesma moeda... Seu nome tornava-se um programa político para os alemães do Brasil. Pode-se

falar de uma “*éra Koseritz*” que começou, para a imprensa teuto-brasileira, em julho de 1864.

“Koseritz tinha, desde o princípio, um programa positivo. Político realista e oportunista a um tempo, encontrava-se sempre no terreno dos fatos, os quais colocaram o alemão no Brasil em um novo ambiente político... Ele não queria *auxílio de espécie alguma* do governo alemão para os seus conterrâneos no Brasil; muito ao contrário: os próprios teuto-brasileiros deviam conquistar a posição política à qual tinham direito. Para tanto era preciso estimular uma imigração livre de qualquer restrição, como também o ingresso dos imigrantes alemães na vida política brasileira, quer dizer, *a naturalização*. Assim ele mesmo se naturalizou cedo, lutando, em seguida, com toda energia pela abolição de todas as restrições que ainda cerceavam a imigração”. (77) Até que ponto Koseritz compreendia a realidade social, mostra a distinção que fazia entre os alemães do Rio de Janeiro e dos colonos radicados no Rio Grande do Sul. Havia entre os dois grupos divergências muito sérias que refletiam, com nitidez, as diferenças fundamentais realmente existentes: “Os alemães do Rio são apenas estrangeiros; eles se interessam pelo Brasil e seus destinos somente quando estes colidem com seus próprios interesses imediatos... Nós somos uma população de colonos, o centro de gravitação dos nossos interesses está no Brasil. Nós adquirimos a ci-

(77) Hans Gehse, o. c. p. 137.

dadania brasileira e compreendemos a necessidade de participar da vida política do país e adquirir influência para nos tornarmos respeitados.” (78) A função de muitos desses intelectuais foi a de aproximar as populações advindas da vida política brasileira, de preparar o terreno para uma assimilação subsequente.

2 — *A expansão econômica* de alguns núcleos teuto-brasileiros que se iam tornando, paulatinamente, centros de exportação, rompia, pelas relações comerciais entabuladas com centros de consumo mais distantes, o isolamento cultural. A necessidade de conhecer a língua da terra, a passagem de um número cada vez maior de viajantes, a par com o desenvolvimento lento das vias de comunicação e meios de transporte, são fatores que punham em contacto permanente um número crescente de pessoas.

3 — A prosperidade econômica de certos núcleos condicionava a formação de uma *elite da terra*. O número de jovens que faziam seus estudos secundários e superiores nos grandes centros do país, ia crescendo cada vez mais. Esses elementos retornavam à sua terra com um horizonte cultural mais amplo e impregnados, não raro, de um espírito profundamente nacionalista.

4 — A formação de distritos administrativos e jurisdicionais (municípios e comarcas) determinava a vinda de *funcionários brasileiros*, enviados da capital.

(78) *Ibidem*, p. 136.

A participação ativa desses elementos na orientação cultural da localidade era quasi sempre considerável.

5 — Os núcleos mais desenvolvidos iam atraindo representantes das principais *profissões liberais*. Médicos, advogados, agrimensores, farmacéuticos e dentistas, em grande parte brasileiros formados nas capitais e frequentemente portadores de uma cultura respeitável, vinham domiciliar-se nas cidadezinhas da zona colonial.

6 — A formação de *guarnições militares* era, pelo grande número de pessoas de todas as camadas do povo que trazia de outros municípios e outros Estados, mais um fator de interpenetração cultural de alguns núcleos.

7 — Enfim mencionamos a *ação educacional* desenvolvida pelos governos, pelas ordens religiosas e por particulares. Essa ação, como iniciativa pública de maior envergadura começou só em época muito recente, de sorte que, entre os fatores aquí enumerados, o papel menos importante deve ser atribuído à escola pública. Muito importante, porém, foi a atuação das ordens e congregações religiosas no terreno educacional.

Nos capítulos seguintes acompanharemos a marcha da assimilação em todas as suas peripécias oriundas dos contactos de elementos e traços culturais diferentes. Em virtude da atuação que tais contactos exercem sobre a mentalidade dos imigrantes, não parece supérfluo insistirmos no conceito de mentalidade. Óbvio é que, neste estudo, não nos interessam os traços diferenciais na mentalidade individual, mas apenas o seu aspecto

social. Compreendida assim, a mentalidade se afigura como o conjunto de atitudes decorrentes de determinadas representações coletivas. Dizemos coletivas porque:

1 — O indivíduo por si só jamais chegaria a integrar tais representações. Sómente a vida em sociedade explica a sua existência.

2 — O indivíduo por si só é, em regra, incapaz de mudar as representações que determinam sua mentalidade. As mudanças se ligam, funcionalmente, às atuações do meio ambiente.

As atitudes principais que correspondem a determinadas representações coletivas, podem ter como objeto:

A organização da família e da vida sexual, as relações nupciais e extra-nupciais; a posição social da mulher e dos filhos.

A organização do trabalho e da produção; formas de cooperação e de divisão-do-trabalho.

A justiça e o direito.

As crenças religiosas.

A organização política.

A educação familiar e escolar.

Paralelamente a esses conceitos correm ideias sobre moral e moralidade na vida pública e privada. Vê-se, portanto, que a mentalidade é alguma coisa muito complexa. Como a estabilidade das representações coletivas é relativa, a mentalidade individual não pode ser fixa. Se o indivíduo é colocado em um meio social

cujo característico essencial é a mudança, sua mobilidade mental atinge o máximo. Mas não há, nem pode haver compartimentos estanques na mentalidade individual: *tudo está funcionalmente ligado a tudo*. Esta é uma das descobertas fundamentais da sociologia e psicologia de aculturação. E' sempre a pessoa inteira que muda em função das mudanças do mundo circundante. Daí:

1 — A mentalidade do imigrante é extremamente móvel.

2 — A mudança de um fator cultural implica na mudança direta ou indireta de outros e, assim, na transformação da personalidade. (79)

3 — A mentalidade do nativo não é estacionária e não pode servir como ponto de orientação fixo. Ela sofre, por sua vez, as influências do meio social criado pelos ádvenas.

(79) Subentende-se que não nos estamos reportando ao aparelhamento inato, portanto biológico, do imigrante.

CAPÍTULO VI

A MARCHA DA ASSIMILAÇÃO: OS CONFLITOS CULTURAIS E MENTAIS .

O contacto de grupos sociais de cultura diferente leva à comparação recíproca. Cada grupo avalia as manifestações culturais do outro, servindo-lhe de critério, naturalmente, os padrões da cultura própria. Esses padrões que se baseiam em representações coletivas, são, ao mesmo tempo, *valores sociais*. Dizemos, que um objeto, uma idéia, um costume ou um símbolo “tem valor” quando existem *experiências positivas a seu respeito*. Quanto aos valores sociais, as experiências são *coletivas* e se estendem, comumente, através de *várias gerações*. As atitudes aprobatórias que continuam em relação aos valores sociais, não decorrem apenas da reflexão. Tais atitudes não são apenas utilitaristas no sentido racional da palavra. Elas são inspiradas, principalmente, por sentimentos coletivos. Com relação às instituições políticas consagradas por certas experiências históricas, as atitudes espontâneas da nação são antes afetivas ou emocionais do que racionais. A reflexão fornece os argumentos pelo que os

sentimentos já aprovaram. Todo grupo alimenta, portanto, *uma atitude axiológica* de aprovação espontânea e geralmente inacessível à auto-crítica, com relação a seus *valores sociais*. A consequência direta das atitudes é o *etnocentrismo* dos grupos sociais, isto é, a tendência de insinuar os padrões da cultura *própria* como medida *universal* de valor. Sobre o etnocentrismo observa Ross que cada povo considera “suas próprias maneiras como aperfeiçoadas e excelentes, de acordo com a razão e a vontade de Deus, menosprezando as outras à medida que se afastam de seu próprio padrão. Ora, quando elementos com tradições divergentes no que diz respeito à alimentação, ao vestuário, às maneiras e aos costumes sociais, se misturam, a aversão e o desprezo mútuos não somente limitam sensivelmente sua cooperação, mas podem também conduzir à violência... Espontaneamente em parte, e em parte como resultado de um esforço racional, elementos de etnias diversas se adaptam, gradualmente, uns aos outros. As etapas principais neste processo são: tolerância, compromisso, acomodação e fusão” (80).

A verificação da diferença cultural e a avaliação intransigente da cultura alheia, pelo prisma dos próprios padrões culturais, costuma originar *conflitos culturais*. Inúmeras situações de conflito entre imigrantes já fo-

(80) Edward Alsworth Ross: Principles of Sociology. New York 1930, p. 331.

ram analisadas pelos sociólogos americanos. O problema em si não é novo, portanto; encarado sob o ângulo de vista brasileiro há de ocupar-nos em quasi todos os capítulos seguintes.

O conflito cultural apresenta um aspecto subjetivo enquanto se desenrola na mentalidade do indivíduo. A projeção na opinião pública, na língua, na imprensa e outros veículos ou manifestações do pensamento humano, constitue o seu lado *objetivo*. Evidentemente trata-se de dois aspectos do mesmo fenômeno. Consideremos primeiro o lado subjetivo.

Dos conflitos mentais produzidos no imigrante, ao entrar em contacto com traços culturais estranhos, podem resultar perturbações mais ou menos graves da personalidade. Libertinagem, crime, suicídio ou psicose são as manifestações mais frequentes do desajustamento psíquico dos imigrantes (81). “Entre a população imigrada, a porcentagem de suicídios reflete a desorganização típica da transplantação cultural. Nos Estados Unidos a porcentagem de suicídios, em certas cidades, é mais elevada para o imigrante do que para os nativos. Entre os habitantes de Chicago nascidos no estrangeiro em 1930 por exemplo, a proporção era de 38,8 em 100.000, ao passo que ela era de 12,4 para os nativos. Nos Estados Unidos em geral, a porcentagem,

(81) Everett V. Stonequist, *The Marginal Man*, New York p. 159,

sobre cada grupo de imigrantes, é duas ou tres vezes maior do que para a mesma nacionalidade na Europa. A porcentagem de suicídios de orientais nos Estados Unidos é, em comparação, mais elevada do que nos países asiáticos correspondentes. Entre os orientais em Hawaii, os suicídios eram menos frequentes do que entre orientais na Califórnia — uma prova pela diferença na facilidade de ajustamento” (82).

Os sociólogos americanos atribuem muita importância à criminalidade dos imigrantes. Taft que critica os dados estatísticos colhidos em várias cidades norteamericanas, vem, de acordo com Sutherland (83) a estas observações: “Os imigrantes desenvolveram respeito pela lei em seus países de origem. Em seus grupos homogêneos e estáveis, eles foram controlados pelas tradições transmitidas através das gerações e pelos seus grupos primários, onde foram caldeados numa unidade cultural. Esses hábitos, ideais e códigos persistem depois de eles entrarem na América, de forma que não manifestam tendências tão criminosas como as pessoas educadas na desorganização da cidade americana. Todavia, eles são afetos pela mobilidade e separação de suas comunidades, porque a média de criminalidade entre eles é mais elevada do que as médias em seus países de origem. Assim, as proporções de

(82) *Ibidem*, p. 203.

(83) *Principles of Criminology*, Philadelphia 1934. \

criminalidade entre eles são elevadas pela imigração, mas as proporções de criminalidade da América não aumentam” (84).

A criminalidade entre os filhos de imigrantes parece atingir proporções mais altas do que entre os próprios imigrantes. Aí foi, à opinião de Taft, a escola que contribuiu para os desajustamentos individuais. “Até a escola de cunho nitidamente liberal, tendia, às vezes, para uma assimilação demasiadamente rápida. Verificou-se isso principalmente com relação aos efeitos que a educação escolar produziu sobre os filhos de imigrantes. Não somente a escola ensinou, mas também associações informais recreativas tenderam a ensinar às crianças antes a desprezar suas heranças do Velho Mundo, do que a apreciá-las. Assim tem-se ensinado um americanismo barato, abrindo um hiato entre as crianças e seus pais. Já reparámos em que proporções esse hiato é um dos principais fatores de desmoralização e de tendências criminosas dos filhos de imigrantes” (85).

O conflito mental a que se expõe o imigrante é *primário*. Podemos distinguir, ainda, o conflito mental *secundário*. Este ocorre quando um indivíduo já integrado em uma sociedade determinada, se vê repellido, posteriormente, por essa mesma sociedade em virtude de um preconceito, geralmente de natureza racial. É a

(84) Taft, o. c. p. 215, 216.

(85) *Ibidem*, p. 268.

situação do judeu na Alemanha atual, do negro, chinês e japonês na sociedade americana. “Quanto mais completa for a identificação com a cultura dominante, tanto maior a decepção e reação emocional subsequente se lhe for negada a posição social a que aspirava” (86).

No Brasil, o segundo caso é relativamente raro, ocorrendo, por exemplo, em relação ao alienígena, imigrado moço e nacionalizado pelo convívio e pela educação. Este encontra, mais tarde, obstáculos legais que lhe vedam o acesso a certas carreiras profissionais.

O conflito primário, no entanto, é comuníssimo no Brasil, tanto na primeira como, principalmente, na segunda geração. Verdade é que não existem estatísticas sobre a criminalidade ou a frequência do suicídio entre os imigrantes. Há razões para se admitir que a criminalidade dos imigrantes seja menor entre nós, pois o fato de que a maioria dos ádvenas, principalmente os alemães, vinha, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, em demanda de zonas rurais dedicando-se a atividades agrícolas, tornava menos violento o choque cultural (87). Ao passo que naquele país o proletariado rural ou camponesato alienígena se transformava em proletariado industrial e urbano, no Brasil não havia, na grande maioria dos casos, solução de continuidade

(86) Stonequist, o. c. p. 160, 161.

(87) 90% dos imigrantes germânicos e seus descendentes são lavradores.

profissional. Deixando de lado a criminalidade que, entre nós, ainda constitue um problema a ser investigado, estudamos o conflito mental pela análise de sua manifestação sintomática: o *ressentimento*. Mesmo se for verificado que a criminalidade entre imigrantes alemães, italianos ou japoneses é maior do que nos respectivos países de origem, o crime, como também o suicídio, representam casos extremos que não podem ser considerados, de forma alguma, manifestações típicas do conflito mental.

CAPÍTULO VII

MARGINALIDADE E RESENTIMENTO

O ressentimento tem tido uma das aplicações mais fecundas no terreno da psicologia social. O próprio termo adquiriu celebridade desde que Nietzsche chamou o cristianismo “uma religião de ressentimento”. Por mais contestável que fosse a afirmação de Nietzsche, a existência do fenômeno em si não podia ser negada. A teoria psico-analítica de Alfred Adler precisou mais o problema, e desde então vê-se no ressentimento, mormente em sua forma sub-consciente, um dos móveis mais poderosos de inúmeros conflitos sociais. Atribuindo grande importância ao ressentimento, Vierkandt o define como “impulso de ódio, inimizade ou inveja, de um lado e impotência de outro lado. Inveja e ódio podem dirigir-se, em primeiro lugar, contra certas pessoas, mas também contra as qualidades invejadas ou odiadas *como tais*, isto é: contra determinados valores (88).

(88) Citado apud Herbert Baldus e Emílio Willems, Dicionário de Etnologia e Sociologia. São Paulo 1939, p. 196.

Situações culturais e raciais ambíguas produzem um ressentimento que resulta da consciência mais ou menos nítida da própria inferioridade em relação ao grupo dominante. O sentimento de inferioridade afigura-se ora como resultado negativo de um processo de avaliação, ora como consequência de uma repulsa mais ou menos decidida. Ao comparar a situação social do grupo dominante com a sua própria situação, o indivíduo verifica uma suposta ou real inferioridade da sua pessoa. A consequência é, geralmente, um rancor surdo o qual, no entanto, pode chegar a conflitos abertos. No segundo caso, o indivíduo sente-se repellido ao aproximar-se do grupo dominante. A repulsa nem sempre é decidida ou explícita. Ela pode consistir em subterfugios ou tergiversações, em atitudes ambíguas que revclam a intenção de um tratamento diferencial. Mas a repulsa é inegável e dá origem ao ressentimento do repellido. Não há dúvida de que os dois motivos se podem associar: a inferioridade social induz à repulsa; ou a repulsa motivada talvez por motivos raciais, religiosos ou de competição econômica, leva à formação de um sentimento de inferioridade.

É a situação, por exemplo, do anglo-indiano, na Índia, do mulato na América e do judeu em vários países da Europa.

Observa Stonequist a respeito dos anglo-indianos, descendentes de ingleses e hindús: “Associados a sentimentos de inferioridade e subserviência há outros traços como uma exagerada auto-consciência, sensibilidade,

super-compensação psíquica etc. Existem preconceitos de côr dentro desses grupos, os indivíduos mais claros desprezam os mais escuros e lutam para ser incluídos na raça branca. Os que são bastante claros conseguem passar por ingleses, fato esse de que se ressentem amargamente os que ficaram atrás. Assim os anglo-indianos permanecem uma massa sem líderes. Em uma palavra, a luta pela posição social domina-lhes o espírito e o comportamento, como membros da comunidade — uma luta realizada pelos indivíduos sem apoio mútuo eficaz, e por isso mesmo desesperada. Ela produz um conflito emocional profundo que um dos mais importantes escritores eurásios formulou assim: “Há, por isso, de um lado uma tendência para odiar o indiano, e, de outro lado, um conflito entre a dependência e o ressentimento contra os europeus” (89).

Em tais condições não admira que o nacionalismo indiano tome feições ambíguas, senão nitidamente opostas. Observa-se o desejo muito accentuado de assimilar-se à população européia e, ao mesmo tempo, uma super-avaliação da cultura autóctone que se agrada em condenar, dogmaticamente, tudo quanto desvia o indivíduo da cultura nativa (90).

“Em situação semelhante encontra-se o mulato na América. A posição inferior à qual é relegado, cria naturalmente sentimentos de descontentamento e revolta.

(89) Stonequist, o. c. p. 15, 16.

(90) Stonequist, o. c. 161, 162.

Da primitiva identificação espontânea com o branco ele se afastou em face da repulsa decorrente de um categórico preconceito racial, para se identificar com a raça negra. Nesse processo, ele sofre um profundo conflito interno” (91). O que Stonequist observa de Jamaica, pode ser aplicado ao Brasil, pelo menos ao Brasil meridional. Embora não haja segregação ou discriminação racial, “o fator cômico penetra com uma insistência desconcertante na esfera das relações sociais e pessoais íntimas” (92).

Como o mestiço parece estar na divisa de duas raças, não pertencendo realmente a nenhuma delas, o imigrante se encontra, durante a fase aguda do conflito mental, na divisa de duas culturas, sendo, de fato, alheio a ambas. Robert Park denominou com rara felicidade esse tipo “marginal man”, homem marginal. A marginalidade cultural é uma situação de conflito, e os sintomas típicos são os recalcamientos, os sentimentos de inferioridade com suas compensações, as psicoses, os crimes e o suicídio.

“O indivíduo que por meio de migração, educação, casamento ou outras influências deixa um grupo social ou cultura, sem realizar um ajustamento satisfatório a outro, encontra-se à margem de cada qual sem estar integrado em nenhum.

(91) *Ibidem*, p. 25.

(92) *Ibidem*, p. 29.

“A personalidade marginal se encarna claramente em indivíduos que são, inconscientemente, iniciados em duas ou mais tradições históricas, línguas, relações políticas, códigos morais ou religiões. Tal sucede, por exemplo, como resultado de migração. A migração é tão comum no mundo moderno que em quasi todo país ou toda cidade se opera um caldeamento de raças e nacionalidades. Países novos como os Estados Unidos oferecem apenas o exemplo nítido de condições comuns ao mundo inteiro.

“Consequentemente não precisamos procurar longe para encontrar casos concretos do homem marginal. Pode ser o nosso vizinho mais próximo: o imigrante economicamente bem sucedido mas socialmente desajustado o qual deixou, jovem ainda, seu meio rural em qualquer país distante para fazer fortuna em países novos e ricos; talvez também o filho já nascido no país, cuja vida é influenciada por uma inclinação espontânea pela herança ancestral” (93).

Evidentemente não é lícito definir o imigrante ou filho de imigrante como pessoa marginal. Seria uma generalização ou simplificação grosseira do problema. A marginalidade é apenas uma crise da personalidade, uma fase de desequilíbrio cultural e, portanto, de *caráter passageiro*. “O indivíduo não é uma pessoa marginal enquanto não experimenta o conflito grupal como pro-

(93) Stonequist, o. c. p. 3.

blema pessoal” (94). O alheamento em relação à cultura originária, os “remorsos” e arrependimentos mais ou menos acentuados que se afiguram como atuação tardia de preceitos acumulados pela educação da vida afetiva e, portanto, como ação indireta do grupo primitivo associada ou não a tentativas sucessivas de interferência de conterrâneos ainda fiéis à cultura originária, marcam as etapas fundamentais do processo de “marginalização”. O alheamento se apresenta, simultaneamente, com a aproximação à cultura adotiva; os arrependimentos surgem alternados com a satisfação ou prazer espiritual oriundo da compreensão dos fenômenos novos, e as tentativas de conservar os velhos liames culturais são compensadas pela atração consciente ou inconsciente que o ambiente novo exerce sobre o imigrante. “Em consequência da crise experimentada, o indivíduo encontra-se alheio às duas culturas. Participando de cada uma, ele é agora capaz de julgar-se sob dois pontos de vista... Desde que esses dois pontos de vista estão em conflito — o desdém ou preconceito de um a combater o respeito de si mesmo e a demanda de lealdade do outro — o indivíduo sente o embate. Ele tem qualquer coisa de uma personalidade dupla, “uma consciência dupla”, para usar as palavras de Du Bois” (95).

(94) *Ibidem* p. 140.

(95) Stonequist, o. c. p. 144, 145.

Não resta dúvida de que a marginalidade é uma crise da vida afetiva. Não o fato de conhecer uma cultura alheia produz o homem marginal. O mero conhecimento de uma língua, ciência ou arte estrangeira não afasta o indivíduo da língua, ciência ou arte originária. A marginalidade começa no momento em que esses fenômenos culturais se insinuam à vida afetiva do modo a rivalizar com os sentimentos e emoções anteriores. Se, antigamente, colonos teuto-brasileiros (96) enviavam, por ocasião do aniversário do imperador alemão, telegramas de felicitações ao presidente da República, essa manifestação deve ser qualificada como atitude tipicamente marginal. Eu mesmo encontrei, na sede de uma cooperativa agrícola, no município de Hamônia (Santa Catarina) uma bandeira, que ostentava num lado as cores nacionais e noutro lado as cores do antigo império alemão. Disseram-me pessoas fidedignas que não era raro encontrarem-se bandeiras semelhantes nas colônias riograndenses. O que pode aparecer a muitos hipocrisia, ingenuidade ou falta de sentimento pátrio, é simplesmente sintoma de marginalidade cultural.

“A situação marginal produz uma auto-consciência e consciência racial (97) excessiva. O indivíduo está

(96) Usamos o termo teuto-brasileiro exclusivamente para designar a *marginalidade cultural*. Em todos os demais casos preferimos a denominação “brasileiros descendentes de alemães”.

(97) “Consciência racial é uma forma de auto-consciência, uma consciência que aparece quando o indivíduo percebe que ou-

ciente de sua posição anormal entre duas culturas, e sua atenção se dirige, repetidamente, para cada qual das atitudes grupais e suas relações para consigo próprio. Essa focalização contínua da sua posição racial (98) dirige a sua atenção, em um grau excessivo, para si mesmo. Ele se torna um problema a si próprio e assim, supersensível em suas relações raciais. Ele pode desejar pertencer a uma outra raça; e pode, por uma espécie de introjeção psicológica, desprezar a si mesmo, assim como a raça dominante o despreza" (99).

De certo, a marginalidade racial é muito mais incisiva e, principalmente, mais prolongada do que a marginalidade meramente cultural. Ela pode mesmo sobreviver ao indivíduo ou à geração como no caso dos anglo-indianos. A nossa insistência sobre o fator racial não decorre da preocupação de afirmar hipotéticas qualidades raciais de imigrantes em relação ao povo brasileiro. A razão é mais simples. Certos imigrantes como o alemão, o sírio ou japonês revelam,

tros o observam de certa maneira porque pertence a um grupo racial distinto... Não significa simplesmente consciência de raça como tal, mas também a consciência associada de uma posição social incerta e, geralmente, inferior; o indivíduo está como que estigmatizado aos olhos do grupo dominante". (Stonequist, o. c. p. 122.)

(98) A posição social deriva da posição "racial" ou, melhor, a posição da raça é social em face das atitudes positivas ou negativas dos grupos de seu convívio.

(99) Stonequist o. c. p. 148.

geralmente, certas marcas raciais que os tornam facilmente reconhecíveis. A cognoscibilidade física serve àqueles que não pertencem à mesma etnia, para prolongar uma distinção que, sob outras condições, certamente já haveria desaparecido. Os cabelos loiros, os olhos azues, a compleição traem a etnia germânica, ou, pelo menos, são tidos como característicos do alemão (embora grande parte do povo alemão não tenha nem olhos azues, nem cabelos loiros). A facilidade de identificar o indivíduo pelas marcas raciais é largamente aproveitada. O homem do cabelo loiro é simplesmente o “alemão”, independentemente de sua naturalidade, nacionalidade ou mesmo descendência étnica. A distinção começa na escola. O colega loiro é simplesmente “o alemão”. O apelido aceito, a princípio com indiferença, começa a exasperar o menino, mormente quando usado como insulto. “Alemão”, “italiano” e “polaco”, também “judeu”, são apelidos e insultos a um tempo. Mas apelido e ultraje se misturam na memória afetiva do indivíduo e o significado pejorativo da palavra vai se acentuando aos poucos. Nas desavenças mais sérias que costumam ser ajustadas mediante “xingaçõcs” desabridas aparece o alemão-batata (Rio Grande do Sul) ou o “alemão-de-mcrda” (Santa Catarina e Paraná).

Como a recognoscibilidade pelas marcas raciais e a subsequente classificação precipitada mas fácil, pode influir sobre o comportamento do indivíduo, mostra o

seguinte caso, observado por mim na cidade de Blumenau. H. B., vindo da Alemanha com 15 anos de idade, entrou no seminário de B. onde mais de 90% dos alunos eram nativos de Santa Catarina, mas de descendência germânica. Passou por um processo intenso de nacionalização. Depois de quatro anos aproximadamente abandonou os estudos e procurou uma colocação em Blumenau. Encontrei-o casualmente como empregado de um cinema da cidade. Estava quasi irreconhecível, pois os cabelos, antigamente de um loiro muito claro, estavam pretos como também o bigodinho a Hollywood que deixara crescer. Evidentemente estava feliz, pois não era mais o “alemão”.

A tendência de classificar as pessoas pelas marcas raciais como sendo “alemães”, “turcos” (100) ou “japoneses”, contribue essencialmente para a formação de ressentimentos, pois tendo esses termos adquirido sentido pejorativo, o indivíduo sente-se assim constantemente diminuído.

“Quanto ao homem marginal, o sentimento de inferioridade surge da situação do grupo onde ele é estigmatizado como sendo inferior ou levado a se sentir inaceitável. No caso de se tratar de mestiços ou de elementos de raça diferente da do grupo, o papel de traços físicos focalizados por Adler, é patente. Mas a

(100) Os chamados “turcos” são geralmente sírios, contribuindo essa confusão para intensificar o ressentimento.

“defeituosidade” existe primeiramente aos olhos da raça dominante; a definição do grupo precede a auto-definição do indivíduo. O indivíduo pode ou não aceitar essa definição, mas ela não deixa de influenciá-lo” (101). A associação íntima que liga a auto-consciência individual à consciência coletiva, representa a pedra angular do fenômeno encarado do ponto de vista sociológico. A determinação dos juízos de valor coletivos é um dos fatos fundamentais da vida social e pode ser observada, largamente, entre povos naturais. “Primitivamente, figura como origem do juízo de valor o grupo cuja aprovação ou reprovação a pessoa julgada não considera como fato exterior, mas como sendo parte da sua própria existência. Em virtude da dependência daí oriunda, o indivíduo é, muitas vezes, influenciado, nas suas atuações, pelo grupo no sentido de uma seleção, de um desenvolvimento ou de uma alteração das suas tendências volitivas” (102). O caráter coercitivo dos juízos coletivos se patenteia no fato de eles determinarem até a posição social daqueles que não os aceitam. Se um indivíduo continua a ser classificado de “alemão” embora não seja alemão, nem se considere como tal, somente em virtude de certas mar-

(101) Stonequist o. c. p. 149.

(102) Alfred Vierkandt cit. apud Herbert Baldus e Emílio Willems, Dicionário de Etnologia e Sociologia, S. Paulo 1939, Artigo “Auto-consciência afetiva.

cas raciais ou de um nome “arrevizado”, o fato ilustra o poder coercitivo da opinião coletiva.

A posição marginal do imigrante faz com que ele se mire, por assim dizer, em dois “espelhos”. Os juízos coletivos dos dois grupos opostos lhe determinam as volições. As atitudes são hesitantes, indecisas, ambíguas e, frequentemente, contraditórias. A sensibilidade e afetividade da auto-consciência tendem a aumentar cada vez mais.

Em 1937, um propugnador do germanismo cultural, caracterizou a situação dos teuto-brasileiros assim: “A comunidade do povo alemão procura absorver-nos porque julga ameaçado, pelo nativismo, o nosso germanismo. Mas o nativismo redobra os seus ataques contra as nossas idéias étnicas porque ele considera a organização política estrangeira do partido nacional-socialista com seus princípios totalitários e racistas, como forças que nos procuram integrar na comunidade étnica alemã, em detrimento da comunidade do povo brasileiro” (103).

A situação marginal leva o imigrante a “olhar-se, continuamente, pelos olhos dos outros. Isso pode redundar na tendência de descobrir malícia e discriminação onde não houve tal intenção” (104). “A ambivalência das atitudes e dos sentimentos é justamente um

(103) Franz Metzler, *Volkstum und Volksgemeinschaft*, Porto Alegre 1937, p. 162.

(104) Stonequist o. c. p. 150.

dos fatores essenciais que caracterizam o homem marginal” (105).

A situação marginal começa, para o imigrante, no momento em que ele se aproxima da cultura do país adotivo, ou quando a cultura se aproxima dele. Vimos no capítulo anterior que nem uma nem a outra coisa se deu com relação ao imigrante germânico, salvo em alguns centros urbanos ou semi-urbanos. É preciso separar, portanto, o problema das gerações da marginalidade ou assimilação. Mostramos que a transplantação para o Brasil deu aos imigrantes germânicos todos os elementos necessários para constituírem uma sociedade nitidamente distinta da de seu país de origem. *Mas não somente lhes deu os elementos, mas os colocou ante a necessidade imperiosa, absoluta de edificar uma sociedade nova e diferente.* Embora a nova sociedade revelasse, em seus traços materiais, certa semelhança com a sociedade propriamente brasileira, a assimilação no terreno da cultura espiritual era restrita por motivo de ausência de contactos culturais. Daí nos parece desprovido de sentido ligar o problema da assimilação ao das gerações. Se alguns sociólogos americanos associam a marcha da assimilação ao problema das gerações, esse processo, aplicado ao imigrante no Brasil meridional, não pode surtir efeito. O próprio imigrante, vindo de

(105) *Ibidem* p. 146.

um dos países europeus ou asiáticos, revela, depois de poucos anos de convívio intenso com nativos, geralmente num meio urbano, um grau incomparavelmente mais elevado de assimilação do que milhares de colonos sulinos cujos avós e bisavós já residiram no Brasil. Mas além de haver diferenças entre cidade e campo, existem diferenças ainda mais acentuadas entre grupos religiosos e classes sociais, como se verá mais adiante.

Somente centros urbanos, onde as famílias de imigrantes estão expostas aos contactos da cultura nativa, o problema das gerações adquire certa relevância. As relações entre os pais imigrantes e filhos nascidos no Brasil acentuam a marginalidade de ambos, principalmente dos filhos. “Suas tendências para a assimilação despertam a inquietação e oposição dos pais; sua falta de assimilação acarreta a antipatia dos nativos. Eles estão entre dois fogos” (106).

“O conflito cultural na família dos imigrantes, entre os filhos americanizados e os pais não assimilados, tem sido descoberto como sendo um fator importante de delinquência, crimes e outras formas de desorganização pessoal. Em geral, o imigrante traz um caráter maduro que o põe nas condições de realizar um ajustamento nítido, se vive numa comunidade de imigrantes. Contudo, as normas de comportamento do Velho

(106) Stonequist o. c. p. 101.

Mundo não se adaptam às condições verdadeiramente americanas, sendo frequentemente desprezadas pelos próprios filhos do imigrante. A segunda geração é, portanto, incapaz de receber os benefícios usuais de governo e controle da geração mais velha, e não assimila suficientemente os padrões americanos, nem possui a maturidade para controlar, sabiamente, a sua própria conduta. Não é de se admirar que a demonstração estatística revela uma percentagem mais elevada de crimes na segunda geração do que entre os imigrantes” (107). Embora a marcha da assimilação dos imigrantes germânicos até hoje não tenha sido de molde a produzir desequilíbrios graves, o problema existe, entre nós, na mesma forma. Entre os colonos catarinenses observei, no entanto, que o conflito se passa, não entre a primeira e a segunda, mas entre a segunda e a terceira geração.

E. B., filho de alemão, protestante, casado com uma bisneta de alemão, igualmente protestante, tinha duas filhas educadas no internato de uma escola normal da capital. Ali os contactos se limitavam às colegas brasileiras. Quando estavam em casa, tinham que falar alemão, pois o pai não tolerava, como dizia às vezes, que se falasse português em casa. Mas a proibição dos pais originava apenas uma ogeriza acentuada da língua

(107) *Ibidem*, p. 204.

alemã, evitada propositalmente pelas filhas quando estavam fora de casa.

Um grupo de descendentes de alemães, alunos de um seminário de religiosos católicos, havia substituído o alemão pelo português devido a um processo intenso de assimilação, quando foram, pela primeira vez, passar as férias em casa dos pais, colonos de um dos municípios do sul de Santa Catarina, completamente isolados e quasi sem vias de comunicação com os centros de cultura brasileira. Qual não foi o horror dos pais ao perceberem que seus filhos conversavam, entre si, em português! Algumas mães choravam porque os filhos eram agora "verlust" (108). Não deixaram de acusar os padres de haverem provocado essa mudança.

Aliás, desavenças entre pais e filhos a respeito da língua são frequentes. Muitas vezes observei a repugnância da geração nova pela língua alemã.

O campo mais próprio para a observação da marginalidade e do conseqüente ressentimento, me parecem ser os centros semi-urbanos do Brasil meridional. Ali não existe a diferenciação surpreendente de tipos intermediários, graus de assimilação e interpenetração étnica e cultural dos grandes centros urbanos onde a observa-

(108) Do vocábulo luso e do prefixo alemão *ver*, os colonos formaram o verbo "verlusen". Mais usado é o verbo "verbrasilianern".

ção encontraria dificuldades muito maiores. De outro lado, a população semi-urbana já despertou do estado de inconsciência decorrente do insulamento cultural e da impossibilidade total de comparar padrões culturais diversos. Nos centros semi-urbanos fundados por imigrantes germânicos cujos descendentes perfazem, atualmente, a maioria ou, ao menos, uma parte importante da população, estão-se industrializando rapidamente. A industrialização implica num afluxo muito acentuado de pessoas de origens diversas. Em Brusque, por exemplo, centro de indústrias textis, existe não somente uma tendência da roça para a cidade, mas também a população dos municípios vizinhos como Tijucas e Itajaí, mostra-se propensa a desertar suas terras e a procurar trabalho nas fábricas. A prosperidade atrai, naturalmente, representantes de profissões liberais, comerciantes, técnicos e educadores. A população e, com ela, o eleitorado, aumenta; aparecem jornais, clubes recreativos e esportivos. A vida política torna-se mais intensa e a necessidade de compreender a organização social e o funcionamento das instituições nacionais cada vez mais premente. Relações comerciais, políticas, educacionais, religiosas, recreativas (esportes!) e parentais rompem enfim o estado de insulamento cultural: o núcleo está vinculado à vida nacional. Com a multiplicação de contactos aparecem as avaliações recíprocas dos padrões culturais; o etnocentrismo com seus preconceitos radicados no sub-consciente das populações influe,

poderosamente, sobre a natureza das relações sociais que se vão estabelecendo. A reação natural, instintiva, espontânea do indivíduo que se encontra em frente de um estranho de aspecto e costumes diferentes, que fala uma língua incompreensível, é de desconfiança. O outro não é somente estranho mas, ao mesmo tempo, suspeito e, não raro, inimigo. Em nosso caso acresce mais isto: o brasileiro de descendência portuguesa se considera naturalmente “em casa”. Para ele é uma verificação dolorosa encontrar “intrusos” que desenvolveram, despercebidos, uma vida social própria. Ele não está inclinado a reconhecê-los como “patricios”. Essa atitude é natural e corresponde inteiramente ao que sóe acontecer em outras sociedades e outros tempos. Posteriormente é incrivelmente difícil alterar essa atitude. Blumenau, por exemplo, conservará, por muito tempo ainda, sua fama de cidade “alemã”, e o blumenauense cujos antepassados imigraram no Brasil há cem anos, continua sendo “alemão”. O não-reconhecimento que parece derivar dessa atitude diferencial, não costuma afetar o indivíduo realmente assimilado. Nesse sentido o seguinte caso é típico:

L. M., descendente de alemães, funcionário federal que havia residido em diversos Estados e não revelava mais traços culturais germânicos, costumava gabar-se de seu puro “sangue alemão.” Não mostrava rancor a outras etnias apreciando e criticando-lhes o que considerava qualidades e defeitos. A mesma atitude, isenta de

qualquer ressentimento, encontrei em numerosos indivíduos de descendência germânica mas completamente assimilados. Não pode deixar de ser assim, pois o ressentimento nasce de um estado psíquico do indivíduo, determinado pela marginalidade. Não me parece demais frizar, com insistência, que as observações subsequentes *não podem ser generalizadas indistintamente*. Não é a população de descendência germânica em sua totalidade, mas apenas certo número de indivíduos e grupos só parcialmente ajustados ao meio social, e *tipicamente aqueles em que a marginalidade social e cultural atingiu a fase aguda*.

Onde a marginalidade aparece como situação coletiva, isto é, em certos núcleos de colonização teuta, as atitudes individuais são orientadas por um determinado estado da consciência coletiva. Esses *grupos marginais* desaprovados pela opinião pública que os critica, esporadicamente, sobretudo na imprensa e nas campanhas eleitorais, mantêm uma atitude de oposição velada. O sentimento de inferioridade provém, de um lado, da impossibilidade de eles compreenderem certas atitudes típicas da sociedade brasileira, de outro lado, das críticas feitas por essa mesma sociedade. Mas, na sua própria situação social-econômica, os núcleos teuto-brasileiros encontram, quasi sempre, uma compensação. Daí um ardente “patriotismo local”, uma superestimação muito acentuada do “progresso” realizado, uma espécie de bairrismo cultural com tendências manifestas de desprezar

tudo quanto não conseguiu elevar-se ao mesmo nível. Com orgulho mostram-se fábricas e hospitais, estradas e pontes, escolas e sedes recreativas. O ressentimento contra o “lusó” (109) aparece nas formas mais diversas, variando, aliás, em função de posição ou classe social. Nas campanhas eleitorais, por exemplo, os candidatos com fama de “germanófilos” encontram, como mostra o passado mais recente, uma oposição organizada e fortíssima em municípios com população teuto-brasileira. Quando o governo catarinense majorou, em 1933, certo imposto afetando com essa medida principalmente a indústria, a oposição dos industriais quasi todos teuto-brasileiros, deixou transparecer em manifestações que eu mesmo registrei, uma solidariedade dirigida contra essa providência julgada injusta e inspirada pelo rancor e pela inveja, às “florescentes cidadãs teuto-brasileiras”.

O sinal mais evidente da distância que, em zonas marginais, separa “teutos” e “lusos” é, talvez, uma atitude mista de desânimo e desconfiança, de oposição e justificação em relação às exigências da assimilação. Inúmeras vezes ouvi frases como estas: “Não convem nacionalizar-se. Para os lusos scremos sempre ale-

(109) A população dos tres Estados sulinos costuma dividir-se a si mesma pela origem, em luso-brasileiros, teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros etc. Essa divisão é, geralmente, aceita e não se compreende que ela possa causar estranheza no resto do país.

mães”. — “Não pense em assimilação; por mais que você queira ser brasileiro, para eles você será sempre o alemão”. — “Que adianta quereremos ser como eles. Meu irmão não fala alemão, tem aspecto e hábitos de brasileiro, mas todos o chamam de alemão”, assegurou-me uma senhora de Blumenáu; “melhor é ficarmos o que somos desde que não queiram reconhecer-nos”, ela acrescentou. — “Já que continuo sendo alemão para eles, apesar de haver nascido no Brasil”, afirmou um industrial teuto-brasileiro, em conversa com um comerciante sírio, “melhor é mantermos a distância que eles mesmos estabeleceram”. — “Chamam-nos de estrangeiros no país em que nascemos e em que nasceram os nossos pais. Não adianta quereremos ser brasileiros” etc. A denominação de “populações estrangeiras” que a imprensa brasileira usa, às vezes, com relação aos núcleos teuto-brasileiros, suscitando violentas reações psíquicas, contribue para corroborar essas atitudes de descrença, desânimo e oposição.

“E” de maior importância para os teuto-brasileiros conhecerem sua colaboração gigantesca na exploração do Brasil, defendendo-se contra os jornais nativistas e os deputados do Congresso Federal que há pouco os chamaram de estrangeiros. Os descendentes dos imigrantes alemães, nascidos no Brasil, são brasileiros legítimos, da mesma forma como os descendentes dos imigrantes portugueses cujos antepassados desembarcaram, em grande parte, muito tempo depois dos primeiros colonos alemães. Antes de mais nada, o teuto-brasileiro

pode salientar o fato de que os primeiros imigrantes alemães foram chamados, há 110 anos, pelo governo do país e que aqueles abriram sob sacrifícios imensos de sangue e suor, as selvas brasileiras, mais do que os antigos bandeirantes em trabalho corajoso e pacífico e sem subjugar a população indígena. As numerosas colônias, vilas e cidades, estradas, pontes, escolas, igrejas, indústrias que, pelas atividades dos teuto-brasileiros, nasceram nas matas e nos brejos, dão àqueles um direito igual sobre a terra brasileira ao dos concidadãos originais de Portugal. Para gravar na consciência pública esse direito à terra adquirida em 110 anos, por mil sacrifícios e méritos; para fortalecer a solidariedade e a auto-consciência dos teuto-brasileiros, é de máxima importância a instituição e a comemoração solene de um dia consagrado aos primeiros colonos alemães" (110).

Talvez mais acentuado ainda seja o ressentimento com que se acolhe o alemão. Este procura, de preferência, as zonas de colonização germânica, trazendo, em geral, um cabedal de conhecimentos maior do que o pôde adquirir o homem da terra. De todos, o "alemão novo" parece o menos preparado para enfrentar as susceptibilidades das populações marginais. Inguenuamente ele põe tudo em comparação com a sua terra de origem e criticando, ridicularizando às vezes, aconselhando sempre, ele se incompatibiliza logo de início

(110) Der Kompass, 1935, No. 54.

com a população local. Prevenida por longos anos de experiência, esta recebe o “galego”, o “alemão-batata” com desconfiança, às vezes com hostilidade mais ou menos velada. Conhecimentos e habilidades novos suscitam inveja e oposição que, no entanto, raramente se manifestam abertamente. O homem marginal sente, vivamente, a distância que o separa do povo de seus próprios antepassados. Ele se envergonha da sua simplicidade, da sua relativa pobreza material, da sua linguagem errada, das inúmeras coisas que causam a decepção do ádvena. Ele se sente humilhado e desprezado: todo o esforço seu, de seus pais e avós, de transformar um recanto de mata-virgem em um lugar aprazível e habitável, todo o “progresso” local realizado com tantos sacrifícios de duas ou tres gerações, tudo isso ele vê criticado e espinhado por simples imigrantes. O ressentimento torna-se assim uma das atitudes típicas das populações marginais em relação aos adventícios.

Há uma literatura teuto-brasileira em que o “alemão novo” é ridicularizado e representado, de preferência, em seus aspectos negativos. “Predomina a descrição dos caracteres inferiores. Mormente um diretor de colonização, José Deeke, nascido no Brasil, descreveu, em diversas histórias, o alemão fanfarrão que se ufana da sua formação adquirida na Alemanha e despreza o teuto-brasileiro. É comum dirigir-se contra os que *condenam o Brasil e o seu governo*. Combatem-se os ale-

mães novos “supra-inteligentes”, os socialistas e agitadores políticos que chegam “na suposição de que as classes laboriosas aqui esperem o fornecedor de frases feitas da Europa para derrubar o capitalismo”. De mais a mais, descreve-se o alemão como vagabundo e trapaceiro, fazendo escárneo das suas fraquezas. Ao lado dessa condenação direta que traz a maioria das novelas, reconhece-se a boa vontade, admitindo a sua maior vivacidade intelectual, criticando-lhe, porém, o senso prático pouco desenvolvido” (111).

Não é difícil perceber, em zonas de população marginal imigrada em épocas diferentes, uma espécie de estratificação por idades com segregação relativa das diversas camadas. Assim verifiquei no município de Hamônia (Sta. Catarina) a existência de pelo menos três estratos. O mais antigo é constituído pelas pessoas já nascidas na zona e pelos velhos colonos imigrados antes da guerra mundial. É uma camada bastante homogênea, de experiências sólidas, de vida simples e atitudes pioneiras. A segunda camada imigrou depois da guerra mundial. Cheia de iniciativas revolucionárias, irrequieta e projetista com um espírito de organização muito desenvolvido e com atitudes de superioridade,

(111) Manfred Kuder, *Die deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschbrasilianischen Volksgruppe in Brasilien*. Ibero-Amerikanisches Archiv, Berlin, Bd.X, Heft, 4, p. 485,486.

esse estrato está em oposição aos velhos, oposição essa que se torna manifesta na vida social, nas reuniões das cooperativas, na vida religiosa e, sobretudo, na política. Há uma terceira camada, nova ainda e constituída por imigrantes germânicos do Volga. Evidentemente, essa última imigração obedeceu a um plano preestabelecido, mas a solidariedade interna, a vida econômica, social e religiosa semi-fechada desses grupos pouco agrada aos núcleos mais antigos. O ressentimento nascido de comparações e avaliações recíprocas, determina as interrelações dos tres estratos, caracterizando-lhes, ao mesmo tempo, a marginalidade social e cultural.

Se o desejo de "aprovação" é, segundo Thomas (112) e Wiese (113) uma das molas principais de ação entre indivíduos vivendo em sociedade, a impossibilidade de ver satisfeito esse desejo fundamental, deve influir, profundamente, nas atitudes das populações marginais. A atração que exercem, no caso dos teuto-brasileiros, ora os padrões culturais da sociedade brasileira, ora os padrões da longínqua Alemanha insinuados apenas pela bagagem cultural dos recém-imigrados, a

(112) W. I. Thomas: *The Polish Peasant in Europe and America etc.* e "The Unadjusted Girl", Boston 1923. Znaniecki, Park, Burgess Faris, Bogardus e outros desenvolveram essa teoria dos desejos sociais.

(113) Leopold von Wiese, *System der Allgemeinen Soziologie*, München 1933.

repulsa que parte ora da sociedade brasileira em forma de críticas e ataques aos “quistos raciais” e “às populações estrangeiras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, (114) produz um fenômeno típico: a *ambivalência*, objeto das investigações do capítulo seguinte.

(114) Prova a existência de uma “consciência teuto-brasileira” o fato de os colonos emigrados para províncias argentinas limítrofes continuarem a se considerar “teuto-brasileiros”, mesmo na segunda ou terceira geração nascida em solo argentino. Informaram-me que essa emigração aliás bastante numerosa, se deve atribuir em parte, ao horror que a população rural tem ao serviço militar. Muitas famílias, conforme me relataram, voltam para território brasileiro quando os filhos nascidos na Argentina, atingem a idade militar.

CAPÍTULO VIII

A AMBIVALÊNCIA DAS ATITUDES

É principalmente Kimball Young (115) que descobriu a importância das atitudes de ambivalência para as relações sociais. “Ambivalência”, observou ele, “é a simultânea atração e repulsão de um objeto, pessoa ou ação. Os nossos hábitos se orientam por esses mesmos fatores. A ambivalência se patentia no dualismo de amor e ódio, de aceitação e desaprovação, por outros, de idéias “verdadeiras” e “falsas”. No desenvolvimento da auto-imagem, os sentimentos e as emoções agradáveis com relação a certas formas de conduta são postos em comparação com os sentimentos e as emoções desagradáveis que dizem respeito a outros aspectos da mesma situação”.

O conflito mental que se traduz nessa atitude vacilante de aceitação e desaprovação, resulta de determinadas situações culturais. “Se o indivíduo encontra diversas maneiras aprovadas de agir, que se afiguram talvez como inconsistentes por ser o resultado de desor-

(115) *An Introductory Sociology*, New York 1934, p. 87.

ganização social ou falta de integração, é possível mudar de uma para outra sem se chegar a fazer um ajustamento. Há muitos exemplos de tal situação na época atual em que a cultura envolvida em um processo de mudança e re-definição não oferece padrões estereotipados de comportamento sendo o próprio indivíduo obrigado, com o risco de conflitos abertos ou mentais, a fazer sua escolha" (116).

Mas não é somente a mudança de cultura que destrói os padrões tradicionais de comportamento originando conflitos em face do novo, mas principalmente o contacto de culturas parcial ou totalmente diversas. A curiosidade em face de novo e o apego à tradição, a utilidade patente dos dados culturais oferecidos pelos ádvenas e o sentimento de inferioridade quanto à cultura própria, produzem uma ambivalência de atitudes que parece chegar às suas manifestações mais pronunciadas em países de forte imigração.

Os efeitos da ambivalência sobre o processo de assimilação do alógena são óbvios. Simpatia e antipatia como atitudes simultâneas ou alternadas não podem deixar de retardar a absorção do elemento marginal que se sente ora atraído ora repellido, sendo suas atividades e manifestações espirituais bem acolhidas em certos terrenos, mas rejeitadas em outros setores da vida social.

(116) Queen, Bodenhofer and Harper. Social Organization and Disorganization, New York 1935, p. 570.

Todavia, não é possível investigar a ambivalência da população teuto-brasileira ou de outros grupos étnicos em situação marginal, sem, pelo menos perfunto-riamente, pôr em relevo as atitudes de ambivalência de certas classes ou grupos brasileiros de antiga estirpe. Pois, mesmo ao observador superficial não podem escapar as relações que existem entre os dois casos.

Realmente podemos distinguir atitudes nítidas de ambivalência em relação ao estrangeiro em geral. Não há necessidade de pôr em relevo a “hospitalidade proverbial do brasileiro”, a accitação entusiástica de tudo quanto nos vem de paragens longínquas desde os dados da civilização material até às idéias religiosas e políticas, mormente, porém, os representantes dessas idéias. O mero fato de serem estrangeiros assegura-lhes um prestígio invejável na sociedade brasileira. A cotação do estrangeiro reflete-se, objetivamente, na preferência de trabalhadores, técnicos e especialistas de toda espécie de origem estrangeira e mormente na remuneração quasi sempre superior à de nacionais da mesma categoria. Existe até uma legislação especial para equilibrar, até certo ponto, essa situação. Tudo isso é assás conhecido e não carece de confirmações. Tal não sucede, no entanto, com as atitudes xenófobas que aparecem, ocasionalmente, em campanhas pró ou contra a colonização estrangeira. Embora menos conhecida e frequentemente contestada, a xenofobia é inegável. Pedro Calmon (117)

(117) Espírito da Sociedade Colonial, São Paulo 1935.

dedica-lhe um capítulo inteiro apontando-lhe a origem colonial. “O horror ao estrangeiro preocupou, orientou a colonização portuguesa e espanhola da América, desde o seu início até a Independência. O estrangeiro era o indesejável religioso, porque pertencia a países de pouca, ou diferente fé; o indesejável econômico, porque “atravessava” as mercadorias ou lhes alterava o preço; o indesejável político, porque, revelando as riquezas da colônia, para elas atraía a cobiça de suas nações, a audácia dos ladrões do mar; e isso por tal forma, que preferiram os ibéricos arruinar-se e perder os Estados, a franqueá-los ao comércio internacional” (118).

“A família colonial herdou ao primitivo “clan” vicentino ou olindense a repugnância instintiva pelo forasteiro, que se agrava onde quer que ele apareceu, a insinuar-se com o retraimento medroso da mulher, com o ciume feroz do homem, com a intolerância religiosa do eclesiástico. A hospitalidade decorria, como um costume característico da sociedade patriarcal, da suntuosidade da casa-grande, da “lei de nobreza” em que os fazendeiros viviam, orgulhosos da mesa franca, da famulagem numerosa; porém, até aí, o estrangeiro era indesejável. Recebia-o de má sombra o “fidalgo”. Hospedava-o constrangidamente. Não lhe mostrava o interior da casa, muito menos a porção feminina da família. Tratava-o com suspeição e sobressalto — curiosamente informando-se sobre o que ocorria nos outros

(118) *Ibidem*, p. 239.

países (sic!), e cuidando de encobrir o que se passava no seu. Pois não diziam todos — a carta régia, o sermão do padre, a tradição popular, a crónica da terra — que o estrangeiro era espião, traficante ou renegado?” (119).

“Queixou-se Henderson da hostilidade que encontrou em meio da gente de Rio de Janeiro, em pleno período de anglicanização do Brasil, em 1818” (120).

“Quando John Mawe chegou a São Paulo, em 1808, teve a impressão de que nenhum estrangeiro lá estivera ainda!... as próprias crianças manifestavam o seu espanto, fugindo umas, contando outras os dedos das nossas mãos, e exclamando que tínhamos o mesmo número que elas...” (121).

“O orgulho nativista definiu-se com a fixação do tipo nacional. Essa vaidade de ser colono, não europeu “mazombo” ao envés de estrangeiro, dá à aristocracia paulista uma agressividade particular” (122).

“Os mestiços — a maior parte da população colonial — eram insolentemente nativistas; seguiam a parcialidade dos agricultores e, nos centros populosos, se lançavam contra os monopolistas reinóis” (123).

(119) *Ibidem*, p. 245.

(120) *Ibidem*, p. 246.

(121) *Ibidem*, p. 247, 248.

(122) *Ibidem*, p. 249.

(123) *Ibidem*, p. 255.

“A reação mais forte contra franceses e holandeses na colônia, contra os portugueses e ingleses no Império, proviera daquela incompatibilidade primitiva, do egoísmo luso-brasileiro (à moda paulista ou pernambucana), defendendo-se do alienígena (“emboabas” e “marinheiros”). A continuidade dessa paixão projecta o “jacobinismo” (intolerância xenófoba) sobre todo o século XIX, até bem perto de nós” (124).

“O mata-maroto” da Baía, em seguida à Independência, o ódio ao alienígena, em 1831, as “rusgas” em Mato Grosso em 1832, a “cabanagem” no Pará, com o morticínio de portugueses, a “balaiada” no Maranhão, o “mata marinho” com a sedição pernambucana de 1848, xenófobas, misturando ao instintivo nacionalismo as cóleras baixas e ferozes do povo das ruas, visavam ao homem de fora, porém especialmente ao monopolista dos negócios, ao fornecedor dos gêneros, ao responsável pela vida cara, enriquecido no balcão, odiado das populações pobres, ainda mais indigentes em consequência das desordens políticas e da paralisia econômica em que se afogavam” (125).

Em tais circunstâncias era natural que, mal encetado o ciclo imigrantista do século 19, as tentativas de fixar em pontos diversos do Brasil alienígenas, vindos

(124) Pedro Calmon, História Social do Brasil, Tomo 2: Espírito da Sociedade Imperial, S. Paulo 1937, p. 118.

(125) Ibidem, p. 119, 120.

espontaneamente ou trazidos com pesados sacrifícios para o erário público, fossem logo de início hostilizados. “Onde não havia escravos, que aviltassem o trabalho, ou populações concentradas, que hostilizassem as colônias novas, progrediram estas num clima propício e numa liberdade exemplar” (126).

Um artigo publicado em 1860 por um jornal carioca e que, observa Augusto de Carvalho, “mereceu ser reproduzido em muitos outros”, parece-nos uma manifestação típica de xenofobia. Eis o trecho citado por Augusto de Carvalho: (127).

...“Isto posto demos que a colonização é possível, demos que os governos germânicos, compreendendo a vantagem que lhes oferecem os nossos colonizadores, em vez de oporem bemaventurados embaraços à emigração, facilitam-na por todos os modos, incitam-na, e que por efeito de suas medidas, aparece de novo agora na bela Germânia um movimento de êxodo, análogo ao que há quatorze séculos arrojou as suas bárbaras hordas sobre a Europa ocidental, demos que esse movimento se faz para o Brasil, demos que se multiplicam nos nossos portos navios e navios transportando aos milhares esses colonos; dissei-nos: ao cabo de algumas dezenas de anos o que será deste nosso Brasil latino, católico, na presença dess’outro Brasil germânico, protestante, em hábitos, em índole, em tudo completamente repulsivo,

(126) *Ibidem*, p. 182.

(127) O Brasil, Porto 1875, p. 183, 184..

antagônico, ao Brasil a que pertencemos, de que nos ufanamos?

“E não nos falaremos na discordância religiosa. Já, para promoverdes a vossa colonização, profundamente feristes a constituição de Estado; reconhecestes cultos que ela declarou não deverem ser reconhecidos; e não só os reconhecestes como os assalariastes...

“E por isso, especialmente, dizemos que a colonização européia não é desejável; — porque queremos o Brasil — Brasil para todas as gerações de brasileiros, e não o Brasil, terra de lutas sangrentas das duas raças hostis...

“E agora, haverá justiça nesses favores, que à custa do contribuinte brasileiro, fazeis ao estrangeiro, que aquí queira vir estabelecer-se? Sois generosos, pagais-lhes as passagens; dais-lhes alimentos; dais-lhes terra... à custa de quem? Será à vossa custa? Terieis bem máu gosto, decerto, pois aí sobriariam patrícios vossos, a quem esses obséquios seriam utilíssimos, habilitando-os para conquistarem com o seu trabalho o bem-estar... Mas não, essas despesas saem do tesouro, isto é, saem da algibeira de todos nós, da do pobre como da do rico; ora, não tendes direito de esportular o pobre brasileiro, para socorrer à custa dele, o pobre que ides buscar à Europa.

“Basta esse vosso procedimento, para lançar sobre vós e sobre os colonos que trouxerdes, um desfavor, um odioso, que vai desde já fomentando sinistras rivalidades,

“E, pois, dizemos-vos: a colonização européia não é desejável; sem remediar a nossa lavoura na sua falta de braços, sem preparar o regime da pequena lavoura e do proprietário trabalhador, só predispõe antagonismos e rivalidades... o seu futuro seria a guerra intestina”.

Como se vê, não faltam argumentos ao jornalista xenófobo; não nos interessam, no entanto, as causas da xenofobia, mas seus efeitos sobre os que procuravam, ignorando tais atitudes e seus motivos, uma nova pátria no Brasil. A solicitude com que os emigrantes foram engajados na Europa, as vantagens e subsídios concedidos pelo governo imperial, a entusiástica defesa da causa imigrantista por uma plêiade de intelectuais e altos funcionários como também pelo próprio imperador, contrastavam singularmente com os ataques mais ou menos violentos à idéia de colonização oficial, a sabotagem dos planos traçados e com a negligência das empresas colonizadoras. Ao jornalista xenófobo, Augusto de Carvalho, defensor ardoroso de uma colonização em moldes liberais, responde nestes termos:

“Querem o Brasil — Brasil para todas as gerações de brasileiros?”

“Pois bem; nacionalizem por uma lei liberal e equitativa todos os estrangeiros. Quebrem por uma vez o molde acanhado, em que nos fundiu o absolutismo português.

Na época de sua emancipação, contavam os americanos pouco mais de 3.000.000 de habitantes; e por se não deixarem tomar de receios estultos, chegaram ao apogeu de grandeza e prosperidade em que hoje os vemos". (128)

A ambivalência em face da imigração européia, encontramos-la em uma carta da filha de Hermann Blumenau (Freeden e Smolka):

"Em Desterro (Florianópolis) houve muitas encrencas e dificuldades. Papai teve de lutar muito com intrigas e contrariedades e contra a xenofobia dos brasileiros". (129)

Logo adiante ela dispende os elogios mais calorosos ao grande número de amigos fiéis que assistiam o doutor Blumenau em suas dificuldades financeiras e morais, citando entre eles o Marquês de Abrantes, o Barão de Rio Branco, Alfredo d'Escagnolle Taunay, o Barão de Capanema e Ignácio da Cunha Galvão. (130)

Aliás não sofre a menor dúvida de que hoje a xenofobia diminua "para cima" e "para baixo". Na classe mais culta considerada elite intelectual, a xenofobia é fraca. O mesmo pode-se afirmar das classes rurais mais baixas, pelo menos no sul, com sua hospitalidade cordial e espontânea. A xenofobia parece ser, pelo menos no Brasil atual, um fenômeno da média e

(128) o. c. p. 186.

(129) Freeden e Smolka o. c. p. 93.

(130) Ibidem, o. c. p. 97.

pequena burguesia das cidades. “Principalmente nos últimos tempos” observa Carl Ballod (131) em 1890, “o elemento nativista hostil à imigração, ganhou decididamente terreno, também entre os funcionários que procuram desmoralizar e arruinar sistematicamente, ou antes assistematicamente os imigrantes, intuíto esse que se tornou evidente mormente em 1890 por ocasião das imigrações coletivas de alemães e poloneses”.

Quem acompanha, com atenção, tudo quanto foi escrito e falado sobre a imigração no Brasil, depara com um fato significativo; não se debatem apenas questões ligadas à imigração, modalidades ou fenômenos secundários, mas desde as discussões parlamentares e extraparlamentares do Império até os últimos tempos, a *própria imigração*, sua oportunidade ou inoportunidade, continuou no foco das controvérsias. As opiniões oscilam, muitas vezes, entre dois polos; condena-se ou elogia-se, incondicionalmente, a imigração, ou, pelo menos, a imigração de determinadas etnias. Prevalecem, nesses debates, as razões sentimentais ou os interesses econômicos, senão motivos puramente demagógicos. Não pretendemos aqui entrar em pormenores; seria assunto para outro livro. Assinalemos apenas isto: As oscilações contínuas e excessivas de opinião, ataques e controvérsias extremadas e apaixonadas, alternadas com encômios não menos apaixonados, produzem os efeitos de atração e repulsa alternadas

(131) o. c. p. 63.

sobre os grupos marginais. Estes, por sua vez, não podem deixar de reagir da mesma forma. Mas, ao passo que, no primeiro caso se trata de ambivalência simples, as atitudes dos grupos marginais são ambivalentes em um duplo sentido; aceitação e desaprovação se dirigem tanto contra os padrões culturais brasileiros, como talvez em grau mais elevado, contra os padrões do país de origem. *A ambivalência do grupo marginal é dupla.* Encarada através do tempo, ela sofre o processo de *cismogênese* e influe sobre a formação de *estereótipos*, fenômenos esses que analisaremos mais adiante.

Vamos a examinar, no seguinte, a ambivalência dos grupos marginais de descendência germânica. As atitudes de aceitação e repulsa em relação aos padrões culturais brasileiros e germânicos aparecem ou transparecem em um grande número de exteriorizações que se costumam objetivar e sedimentar na imprensa e em outras publicações. Mormente as publicações periódicas julgamos extraordinariamente valiosas para os nossos fins, pois eles refletem o *desenvolvimento* das atitudes ambivalentes acusando mudanças, desequilíbrios e reajustamentos dos juízos coletivos. Essas publicações no que se relacionam com a ambivalência cultural, têm um centro de gravitação cujos característicos se podem resumir na palavra "Deutschtum". O termo costuma ser traduzido por "*germanismo*" ou "*pangermanismo*", mas o seu significado é tão vago ou mesmo ambíguo que a tradução pode apenas dar uma

idéia aproximada. Certo é que ele tem sido muitas vezes interpretado como idéia ou sentimento político — o que não é exato. Grande parte dos imigrantes germânicos se transportou para cá antes da unificação da Alemanha. Os colonos do Espírito Santo cujos antepassados emigraram de Estados alemães diferentes, continuam até hoje a considerar os emigrantes de outro Estado que não o seu, como *estrangeiros* com relação a seus antepassados. O prussiano é estrangeiro para o badense e vice-versa, como me afirmou um velho pastor protestante que havia trabalhado muitos anos entre colonos espiritosantenses. Sabe-se que a própria unificação política não conseguiu acabar com o regionalismo acentuadíssimo dos alemães e que os antagonismos políticos, religiosos, linguísticos, econômicos e sociais entre norte e sul, oeste e leste se prolongaram até os nossos dias. O ambiente relativamente impermeável e o horizonte cultural restrito das populações rurais que forneceram os maiores contingentes imigratórios ao Brasil, constituíam um clima extraordinariamente propício à perpetuação de certas representações coletivas. Levando em conta o isolamento total ou parcial de muitos núcleos, a falta de contactos com novas correntes imigratórias, o desinteresse da Alemanha por seus “filhos americanos” durante várias décadas, não é difícil compreender o anacronismo político em que viviam e ainda vivem esses grupos marginais. Quando se iniciou, com o advento do regime nacional-socialista na Alemanha, uma tentativa séria de realizar

o pangermanismo *total* (racial, étnico, cultural, social e, também, político), os hiatos que existiam em estado latente, apareceram com toda nitidez, sacudindo em conflitos violentos os grupos marginais de origem germânica, patenteando-se, de uma só vez, que o pangermanismo político não passava de uma quimera ou construção utópica. Mas não queremos antecipar as análises que, mais adiante, elucidar-nos-ão essas situações típicas.

O uso do termo "Deutschtum" envolve a idéia de conservação de caracteres culturais, raciais e sociais dos grupos de origem germânica. Essa "definição", no entanto, deve-se considerar com certa reserva. Nem sempre existe uma representação nítida desses ideais e a sua conservação não obedece, frequentemente, a um esforço racional e premeditado. Em muitos, a palavra evoca apenas vagos estados afetivos; outros entendem-na simplesmente como dever de perpetuar a língua alemã. Encontrei famílias cujos chefes, embora intransigentes quanto à conservação da língua e certos costumes, não hesitaram em casar suas filhas com brasileiros de origem lusa ou italiana. Grande número de famílias bilingues continuam falando em "Deutschtum", mas não usam mais o idioma alemão em família. Uma professora primária que durante a grande guerra lecionava no grupo escolar de Blumenáu, contou que, no início da conflagração, quasi todos os alunos queriam ser considerados alemães, no ato da matrícula. Quando o Brasil entrou na guerra ao la-

do dos aliados, os mesmos alunos insistiram em ser brasileiros. Na campanha ideológica em favor dos aliados e contra a Alemanha, campanha essa cujas vítimas eram, não raro, os cidadãos alemães residentes nos Estados sulinos, o número de teuto-brasileiros germanó-fobos militantes, era elevado.

A ambiguidade reinante em relação ao termo "Deutschtum", o contraste evidente entre a ideologia e a realidade caracteriza a marginalidade e ambivalência cultural de certas partes da população teuto-brasileira.

"A idéia étnica" (132) baseia-se em sangue e língua. Ela ultrapassa as fronteiras do Estado e não tem nada que ver com as convicções políticas e os direitos de cidadania. Onde se procura fundir poder estatal, política e nacionalidade com a idéia étnica, trilha-se por caminhos errados, em prejuízo da idéia étnica". (133)

"Falamos tanto de germanismo, da necessidade de conservá-lo, de cultivá-lo na escola e em casa, da sua importância para a alma e a salvação do homem germânico. Mas que é germanismo? Não é o lugar de nascimento, não é a cidadania que o definem, mas a grande família étnica, as tribus de que os homens pro-

(132) O termo alemão é "Volkstum", simples variante de "Deutschtum".

(133) Jornal "Der Kompass", 1935, No. 36.

cederam. Um cidadão russo ou americano de sangue germânico, sempre fará parte do povo alemão quanto à mentalidade e caráter; ele vive da etnia à qual pertence, mesmo se isso jamais lhe vier à luz da consciência.

“Ninguém se pode afastar da disposição criada pela própria natureza, sem sofrer prejuízo na alma. Não convem manter-se indiferente em face de tais assuntos. Certamente é fácil dizer: “Se ganhar o suficiente para mim e minha família ou se um outro país me der espaço para viver, porque não hei de ligar-me material e espiritualmente àquele povo?” Certamente, podem-se adotar a língua e os costumes desse povo. Mas assim o homem forçosamente se transforma, à guisa de uma flor que, transplantada para outras terras, em vão procura a seiva vital. Ela prospera, mas há de perder seus caracteres particulares. Todo povo tem seu caráter inconfundível para desenvolver suas capacidades próprias. Jamais queremos afirmar que outras culturas são melhores ou piores do que a nossa, mas cada etnia poderá realizar o melhor somente se desenvolver suas atividades dentro da sua mentalidade e disposição inata, se lhe forem conservadas suas boas faculdades.

“Juramos neste dia: queremos ser e permanecer: homens alemães, honestos e bons cidadãos brasileiros”.

“Se neste dia afirmamos que somos homens alemães, se, neste dia, juramos ficar homens alemães, faze-

mos isso na melhor das intenções e na firme convicção que *somente assim* podemos ser realmente bons cidadãos brasileiros.

“Neste dia deveria ser o juramento do todo descendente de alemães, conservar a idéia étnica germânica, trabalhar para conservar a língua alemã na escola, em casa e na igreja... (134)

Dois fatos revelam esses tópicos:

1 — Um pangermanismo intencional de feição cultural, propondo-se a conservação de língua e raça. Temos, por conseguinte, em relação ao meio brasileiro, os seguintes processos sociais:

a) perpetuação de *disparidades* pela conservação de grupos étnicos distintos (Endogamia).

b) *Segregação e individuação* desses grupos por meio de uma vida cultural própria e inconfundível.

2 — O juramento final, cujos dizeres já foram repetidos inúmeras vezes em publicações de toda espécie, podemos caracterizar como sendo a tentativa de *fixação racional da marginalidade*. Alemães honestos e bons cidadãos brasileiros: *a tentativa de separar, espiritualmente, o nacional do cultural*. Ouçamos as razões apresentadas: “Seria uma perda para o Brasil se os

(134) Discurso feito no “Dia do Colono” (25 de Julho), “Der Kompass”, 1937, No. 87.

tento-brasileiros abandonassem os seus traços característicos e o domínio da língua materna que significa um cabedal de importância vital. Os melhores cidadãos de todo país serão aqueles que cultivarem o sentimento familiar e étnico herdando-o a seus filhos. Eles são os fatores sobre os quais se podem construir o progresso e a cultura da pátria..." (135)

Já aludimos aos conflitos produzidos no meio das populações marginais pelas tentativas de realizar um pangermanismo político. Afim de evitar dúvidas e confusão, frizamos que o "político" se afigura, nesse caso, como dominação ou tentativa de dominação, exercida por indivíduos ou organizações subordinados *de fato* a governos ou organizações partidárias estrangeiros, visando o controle moral e, talvez, material, sobre as populações marginais, suas organizações e instituições. Essas tentativas que partiram dos núcleos nacionais-socialistas, estabelecidos em determinadas localidades do Brasil meridional, tiveram o efeito de tornar conciente o conflito cultural das populações marginais. A ambivalência das atitudes que até então tivera uma vida quasi completamente subconsciente, ou pelo menos latente, surgiu à luz da consciência. O conflito aberto, a discussão, a controvérsia obrigaram os indivíduos, as famílias, as "picadas", os povoados e vilas, a definir-se, isto é a explicar, a defender as suas atitudes e a agredir

(135) Der Kompass, 1937, N.º 25.

atitudes adversas. *Foi a racionalização da ambivalência cultural das populações marginais:*

“Os brasileiros de descendência germânica querem cultivar as suas *tradições*. Essas tradições são familiares, sociais e culturais. Os brasileiros de descendência germânica (alemães, austríacos, suíços, alemães do Volga, tirolezes, etc.) cumprem fielmente seus deveres para com a sua pátria brasileira. Não existe outra pátria para eles. Esses deveres são os mesmos para cada brasileiro, do Oiapoque ao Prata. Nisso não há diferença para norte e sul, branco ou preto. Os brasileiros de descendência germânica possuem todos os direitos que a constituição concede a qualquer brasileiro nato sem distinção de estado, cor e religião. Os brasileiros de descendência germânica são brasileiros tão bons e tão legítimos quanto os de descendência lusitana, italiana, francesa, indígena, polonesa, etc.

“Os brasileiros de descendência germânica pertencem, integralmente, de coração e alma, à sua única pátria, o Brasil. Eles repelem, decididamente, ligações super-nacionais. Eles se recusam a fazer parte de organizações políticas estrangeiras ou de órgãos culturais ou sociais afiliados àquelas. Também estes são repelidos. Eles não se incomodam com organizações de cidadãos estrangeiros, enquanto estas forem de caráter meramente interno. Para evitar futuramente situações desagradáveis tais como sucederam há pouco, denunciarão, às suas autoridades, qualquer desmando

de organizações políticas estrangeiras, solicitando providências imediatas contra tais abusos.

“Os brasileiros de descendência germânica exigem de seus filhos e parentes o domínio, escrito e oral, do vernáculo brasileiro. Suas escolas particulares envidam, há muito, esforços para cumprir tais exigências e não desfalecem enquanto não alcançarem esse objetivo.

“Os brasileiros de descendência germânica querem cultivar as suas tradições. Essas tradições se encontram na sua etnia. A etnia conhece costumes, usos e a língua. Cultivam-se os valores étnicos sem prejuízo de sua “brasilidade”, destinando-se, *pelo contrário, a favorecer esta cada vez mais*. Para isso, os brasileiros de descendência germânica aceitam, exclusivamente, a *comunidade étnica brasileira*.

“Nós somos um grupo étnico dentro da comunidade brasileira.

“Os brasileiros de descendência germânica são brasileiros integrais, repelindo uma comunidade étnica super-nacional. Eles não se consideram componentes do povo dos 100 milhões, porque não constituem *uma minoria étnica*. Jamais deixar-se-ão tratar como tal. Eles declaram bem alto que nunca serão objeto de um convênio internacional. Eles cultivam seu “tradicionalismo” como brasileiros, pois assim como os imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, etc. se tornaram brasileiros no decorrer do tempo, assim os descendentes dos imigrantes alemães se fizeram brasileiros; a terra

pertence a todos, em proporções iguais; a história foi feita por todos eles juntamente, e quanto à exploração econômica e à construção da nação, os brasileiros de descendência germânica *não ficam atrás de quem quer que seja.*

“Seu trabalho feito calma e patrioticamente, sem espalhafato e palavrório egoísta — este trabalho só pertence a eles, aos brasileiros de descendência germânica, tendo-se realizado em uma época quando ninguém lhes queria impor a idéia de uma comunidade étnica super-nacional. Que esse trabalho tranquilo, diligente, ordeiro e construtivo sirva àqueles que agora entram no país, como exemplo digno de imitação! Assim trabalharam os alemães que durante um século entraram no país. Todo recém-chegado julgou calma e honestamente o trabalho, auxiliando em seguida para aumentar e embelezá-lo. Jamais lhe passou pela mente de sentar-se a uma mesa posta vangloriando-se do trabalho dos outros. Esperamos contudo, que as coisas voltem a esse estado antigo. Se os recém-vindos não o quiserem, que não se demorem. Nós e o Brasil não precisamos deles.

“Assim como os brasileiros de descendência germânica ignoram e repelem estritamente uma idéia super-nacional, assim suas organizações sociais e culturais não conhecem ligações supra-nacionais. Suas associações, escolas etc. não podem ser afiliadas, portanto, a quaisquer associações estrangeiras. Somente admite-se a ligação com corporações nacionais. Caso

existam ligações com associações estrangeiras convem anulá-las para evitar a dissolução ou expropriação da sociedade ou organização. Todo brasileiro tem o direito de manter relações culturais, científicas ou outras de qualquer espécie com organizações estrangeiras, mas essas nunca podem assumir um caráter subordinativo.

“Os brasileiros de descendência germânica devem cultivar suas tradições pelo seu próprio bem e pelo bem do país. Eles devem pôr os seus conhecimentos e suas capacidades, inteiramente, a serviço da sua pátria. Devem participar na construção da cultura da sua pátria. Para serem capazes de tanto, devem dominar completamente a língua do país e a língua de seus pais. Eles devem mandar seus filhos para as escolas superiores, devem providenciar a formação dessa mocidade em todos os ramos da ciência e das atividades humanas para produzir personagens líderes no comércio e na indústria, nos ofícios, na lavoura, na técnica e na ciência. Onde faltarem escolas, estas deverão ser criadas de comum acordo com o governo. O que lhes poderá ser oferecido da Europa em novidades culturais, eles mesmos irão buscar espontaneamente. Não aceitam caixeiros-viajantes de uma comunidade estrangeira. Eles mesmos hão-de-escolher o que lhes serve.

“O Brasil possui a cultura ocidental, mas a sua independência é bastante sólida para buscar no Ocidente o que lhe pode ser útil.

“Os brasileiros de descendência germânica defendem seus valores étnicos assim como sua comunidade

étnica com o Brasil. Esta comunidade brasileira tornar-se-á tanto mais forte e grandiosa quanto mais ela respeitar os valores étnicos do indivíduo, insistindo sobre a conservação do “tradicionalismo” das diversas “etnias”, auxiliando-as em suas pretensões. Quanto mais fortes as etnias, tanto mais vigoroso o povo, tanto maior a capacidade produtiva do país e tanto mais auspicioso o futuro de todos nós...” (136)

A repulsa das influências políticas, a aproximação dos valores culturais brasileiros e, ao mesmo tempo a afirmação do “tradicionalismo” germânico, constituem uma variante no desenvolvimento da ambivalência cultural provocada pelos conflitos no seio das populações marginais. De certo, a opinião enunciada nesse artigo de jornal reflete apenas as atitudes de uma certa parte dos teuto-brasileiros. Já aludimos às estratificações existentes nesse meio. A marginalidade tem camadas e o seu aspecto, sua intensidade varia em função de fatores sociais, profissionais, familiares, religiosos, econômicos, educacionais etc. A julgar pelas discussões violentas que suscitou, na ocasião, a exteriorização das opiniões na imprensa teuto-brasileira, a opinião reproduzida aqui, deve ter sido considerada por uns, muito conciliadora demais com relação aos padrões brasileiros e por outros, violenta em demasia no que diz respeito ao ponto de vista nacional-socialista. Essas variações refletem o grau de marginalidade e as oscila-

(136) I. B. Doetzer Junior em “Der Kompass”, 1938, No. 8.

ções na ambivalência cultural. O fato de o jornalista insistir em que os teuto-brasileiros não se consideram uma minoria étnica, desloca mais ainda o problema originário, agindo, principalmente, no sentido de diminuir as tendências segregadoras adstritas a toda tentativa, conciente ou não, de transformar um estado marginal em um estado definitivo. *Realmente, não se pode considerar uma população em estado transitório, caracterizado por desequilíbrios e conflitos psíquicos e culturais, como minoria étnica.* O termo nos vem da Europa, e as minorias da Europa não são grupos marginais. As minorias germânicas, por exemplo, na Rússia, na Rumânia, na Iugoslávia são grupos com vida social e cultural consolidada e definida. Aí pode-se falar, realmente, de minorias étnicas e, por vezes também, políticas. (137).

A distância que certas correntes teuto-brasileiras desejam manter com relação aos núcleos nacionais-socialistas, não impede que haja entre eles quem se sintam ofendido pelo tratamento diferencial dispensado, nas organizações nazistas, aos cidadãos alemães e teuto-brasileiros.

(137) Uma minoria se torna política quando reivindica autonomia legislativa, judiciária ou executiva, parcial ou total, dentro da nação em que está integrada. A concessão de um estatuto político especial ou a sua reivindicação pode ou não coincidir com a aprovação da ingerência "de facto" ou "de jure" de uma potência estrangeira.

“Mas os núcleos nacionais-socialistas não excluem os próprios teuto-brasilciros? Não ouvimos sempre, nas reuniões nacionais-socialistas que povo, Estado e partido são uma coisa só? Não fazemos parte do Estado alemão, não podemos pertencer ao partido, que temos que ver, portanto, com o nacional-socialismo? Não pertencemos mais ao povo alemão identificado com partido e Estado!...

“Sentimos alegria em que os nossos companheiros alemães do Reich enfim começaram a compreender também que o povo alemão não habita somente dentro das fronteiras do Reich.

“Alegrámo-nos que eles começaram a considerar a nós, alemães fora da Alemanha, como alemães.

“Mas a nossa alegria cedeu a uma decepção amarga. Pois reconheceram-se os alemães da Checoslováquia, os alemães da Rumania, da Iugoslávia, da Polônia, da França, como alemães legítimos cedendo-lhes o direito de representarem seus interesses culturais.

“Mas para nós, teuto-brasileiros, constituiu-se um tutor.

“Pois, de outra maneira não podemos compreender o direito que os núcleos do partido nacional-socialista se arrogam em querer dirigir os interesses germânicos, esses mesmos núcleos que accitam só cidadãos alemães mas não querem em suas fileiras alemães nascidos aqui.

“Essa relegação em comparação com outros grupos étnicos alemães, fora do Reich, *nos enche de amar-*

gura. Ela é, em grande parte, a causa que levou a uma diminuição do entusiasmo pelo nacional-socialismo...

“O fato de que 90 % dos alemães residentes no Brasil, são excluídos da direção por razões de nascimento, criou um estado de coisas intolerável...”

“Se os teuto-brasileiros, estribados nos princípios do próprio nacional-socialismo, exigem uma mudança desse estado indigno, eles não são, por isso, “renegados e traidores”...”

“Nós, teuto-brasileiros, aos quais o nacional-socialismo deu o direito de nos considerarmos como membros do povo alemão, exigimos, baseados nesse direito, também o reconhecimento como membros legítimos do povo alemão.

“Exigimos a revogação dessa tutela indigna, exigimos a equiparação com outros grupos étnicos alemães fora do Reich...” (138)

A situação marginal, a ambivalência do teuto-brasileiro acarreta-lhe o atributo de “renegado e traidor”. Ele deseja ser brasileiro e reage com ressentimento quando tratado como “alemão” ou “estrangeiro”. Ele deseja pertencer ao povo alemão e “enche-se de amargura” quando não tratado em pé de igualdade com os cidadãos alemães residentes no Brasil. A oscilação não poderia ser mais pronunciada. Essa oscilação de polo a polo acarreta-lhe, ora dos brasileiros ora dos alemães,

(138) Der Kompass, 1935, No. 64.

a pecha de “renegado e traidor”, acentuando-lhe o conflito mental e o ressentimento. A marginalidade da situação, a ambivalência das atitudes cujos característicos mais importantes são as mudanças bruscas, a hesitação, a indecisão e o ressentimento, não permitem a aceitação de uma “tutela” definitiva, a convergência dos sentimentos e volições para um polo só:

“O que sabemos também é que, desde a existência do partido (nacional-socialista) o perigo para a nossa etnia vai crescendo cada vez mais. Até agora nós cultivámos livremente, como diz a “Aurora Alemã”, a idéia étnica, obtendo, mesmo sem o partido, os mais belos sucessos. Como tudo isto mudou, desde que existe o partido, eles procuram responsabilizar simplesmente “emigrantes”, “forças super-nacionais” (católicos) e “intrigantes” como bodes expiatórios...

“Como brasileiros verificamos que a cunha que existe entre a Alemanha e o Brasil — que não é a nossa “pátria seletiva”, como erroneamente supõe o partido, mas a *nossa única pátria* — são os núcleos do partido (nacional-socialista). Queremos tirar essa cunha, e somente depois, se formos considerados e tratados também pela Alemanha como brasileiros cem por cento que ignoram estranhos compromissos de comunidades étnicas, somente depois poder-se-á falar em relações limpas, na política, cultura, ciência e economia, entre a nossa pátria brasileira e a Alemanha... (139)

(139) Der Kompass 1938, No. 6.

Já em 1935 começou nos meios teuto-brasileiros a luta contra a introdução do nacional-socialismo que visava, falando em terminologia sociológica, a transformação de populações marginais em minorias etno-políticas:

“Verificou-se que os núcleos nacionais-germânicos, por sua natureza e seus princípios, não se *adaptam às realidades teuto-brasileiras*. Mas ao invés de aproveitar-se logo de início dos erros cometidos no sentido de adaptar-se à realidade, ainda se procura enxertar sistemas nacionais-germânicos. Não se quer compreender que esses círculos alemães — assim como eles são agora — exercem os efeitos de corpos estranhos entre os teuto-brasileiros ocasionando uma separação ao invés da união dos elementos de descendência alemã.

“Na Alemanha há uma congruência perfeita entre cidadania política (*Staatsbürgertum*) e cidadania étnica (*Volksbürgertum*). (Exceções constituem apenas os cidadãos israelitas e alguns outros.) O caso das zonas de colonização alemã no Brasil Meridional é totalmente diverso. Quasi 90 % dos cidadãos étnicos alemães são politicamente cidadãos brasileiros. Esse fato as organizações e núcleos diretamente transplantados da Alemanha não levaram em conta. Naturalmente, só alemães e não brasileiros podem participar de uma organização que exige de seus membros a cidadania alemã. Como os chefes e sócios desses núcleos monopolizam o direito de representar e transmitir a cultura alemã, a desunião há de dividir a frente até agora uni-

da dos antigos propugnadores da cultura e língua alemã. *Rompeu essa frente dos pioneiros alemães* que nunca se incomodaram com a cidadania, na qual todos que combateram pelos valores étnicos alemães, ingressaram espontaneamente. E' evidente, no entanto, que o pioneiro teuto-brasileiro que se ajustou ao país através de quatro gerações, representa na frente de luta pelo espírito germânico, um elemento pelo menos tão valioso quanto o alemão propriamente dito. *Mas agora é obrigado a abandonar essa luta que sustentou com idealismo durante um século.* Ele tem que ceder lugar aos alemães recentemente imigrados que possuem, por acaso, a cidadania alemã.

“Sem dúvida alguma, o alemão ainda se sente ligado interna e externamente por relações estreitas com a antiga pátria, mas em compensação lhe faltam a ligação com a terra brasileira e o sentimento pelas particularidades, pelo destino e pela luta do colono teuto-brasileiro. O imigrante alemão que geralmente pisa na terra brasileira com idéias muito erradas, leva anos para se ajustar ao país. Uma segregação em círculos alemães de um lado, dificulta a assimilação do recém-chegado e, de outro lado, desperta a desconfiança dos teuto-brasileiros *que se sentem humilhados* por não poderem colaborar em causa própria, nessa nova organização exclusivista.

“*O rebaixamento à posição de membro inferior da etnia germânica, o teuto-brasileiro considera como humilhação intolerável* (sic.)

“Acresce ainda que o recém-imigrado — antigamente chamado “Deuschländer” — não goza da confiança dos antigos colonos alemães. Essa desconfiança, aliás completamente injustificável em tempos mais recentes, estriba-se nas experiências dos antigos colonos de alguns decênios atrás, quando o Brasil acolhia frequentemente malandros de origem alemã.

“O descontentamento dos teuto-brasileiros aumenta pelos discursos realizados nos sarás dos núcleos aos quais se admitem também cidadãos brasileiros de origem alemã. Nesses discursos põe-se em relevo com uma insistência pouco feliz que o trabalho cultural, até hoje realizado no Brasil meridional, é desprovido de valor por não basear-se em conceitos nacionais-socialistas.

“Friza-se que a luta pelo espírito germânico foi iniciada só agora pelos núcleos-portadores da cultura alemã. Além disso, os representantes do Reich alemão não fazem menção do trabalho até agora realizado, chegando mesmo a anular, apagar essa página de história do trabalho alemão no Brasil. Só quem conhece o Brasil meridional e o teuto-brasileiro pode avaliar a injustiça e a ofensa dessas arrogâncias.

“Constitue um grande perigo para os próprios núcleos e também para a etnia germânica em geral, a impossibilidade de fiscalizá-los pelo governo alemão. Aquí cada qual pode falar e fazer o que quer enquanto não se dispõe com as autoridades brasileiras.

“Essa falta de controle e fiscalização envolve o perigo de que muitos alemães ingressam no partido não por verdadeiro idealismo e convicção, mas levados por determinados interesses pessoais. Compreendem-se perfeitamente estes interesses pessoais que em todos os casos concretos são bem evidentes. Infelizmente, essa política interesseira é incontestável sendo confessada abertamente por muitos membros. O fato desperta, não somente no teuto-brasileiro mas também entre os alemães nacionalistas, uma desconfiança justificada contra a qualidade da instituição tão distante da séde do partido.

“As reuniões fechadas dos núcleos, a propagação da política alemã em país estrangeiro, o uso de uniformes alemães e enfim as divergências entre os alemães — tudo isso acaba despertando a atenção das autoridades brasileiras. Dificulta-se assim ao teuto-brasileiro a colaboração fecunda com as autoridades brasileiras. Sua fama de bom cidadão brasileiro é prejudicada. *A consequência é o fato de se dificultar e impedir, da mesma forma, o trabalho do teuto-brasileiro pela conservação da cultura alemã.*

“*A atitude dos núcleos nacionais germânicos produz, portanto, o contrário daquilo que constitue o lema das suas bandeiras.* (140)

“As organizações partidárias estrangeiras revelam uma tendencia muito acentuada de exhibir-se de modo

(140) Der Kompass, 1935, No. 32.

que a exibição lhes parece ser mais importante do que a causa. O teuto-brasileiro, porém, tem uma antipatia contra todo exibicionismo. De mais a mais, ele acha que lhe compete o primeiro lugar em tudo quanto se refere aos interesses da etnia germânica, não somente por se achar em seu campo de atividade específico, mas também porque ele é aqui dono em sua própria casa, o núcleo porém apenas hóspede...

“As organizações partidárias perturbaram essas atividades por inquietações constantes. Produziu-se uma corrente interminável de atritos que puseram em polvorosa a colônia inteira. Incidentes pessoais tornaram-se acontecimentos partidários, divergências pessoais produziram choques nas próprias associações. Isso já não é servir à idéia étnica. As organizações partidárias devem ser modelo e reflexo da nova Alemanha. Para tal é preciso ter disciplina, reserva e espírito de união...”

“As nossas atividades étnicas exigem enfim uma liderança autóctone. A organização partidária jamais poderá assumir a chefia dos alemães no estrangeiro. Ela jamais poderá encarregar-se da representação da nossa colônia teuto-brasileira”. (141)

O conflito contribuiu para uma aproximação das populações marginais dos padrões brasileiros. Não queriam ser mais alemães e a ambiguidade da de-

(141) Der Kompass 1935, N.º 34.

signação teuto-brasileiro lhes despertou suspeitas acerca da sua situação. Eis um tópico da resposta de um alemão nazista aos teutos "dissidentes".

"Verificou-se que a maioria dos sócios dessas associações não se considera mais como alemães ou teuto-brasileiros, mas como "*brasileiros de origem germânica*" (sic), que nutrem apenas simpatias pela Alemanha, mas os quais querem ser, quanto ao resto, somente brasileiros. Não se pode dizer nada contra essa atitude; pois segundo as leis brasileiras os filhos de alemães nascidos aqui são brasileiros, mas desde que os descendentes de alemães se considerem brasileiros puros, já não lhes compete assumir a direção exclusiva das festas alemãs, muito menos ainda sob a ameaça: "nós somos donos e vós os hóspedes" etc. Pois os brasileiros de origem germânica cujos pais eram ou ainda são cidadãos alemães devem compreender que nós cidadãos alemães não somos os *seus hóspedes indesejáveis*, mas que somos os hóspedes do grande e hospitaleiro *Brasil!*"... (142)

A redação do jornal apressa-se em acrescentar, no mesmo número, algumas linhas confirmando a distância política com relação ao nacional-socialismo, mas pondo em relevo, ao mesmo tempo, a duplicidade dos valores políticos e étnicos.

"90 % dos nossos teuto-brasileiros são cidadãos brasileiros de tronco germânico, não somente pela lei,

(142) Der Kompass, 1935, No. 41.

mas também de coração. Eles se consideram integrados no Estado brasileiro e na *etnia alemã*. Ofende-os quem lhes contestar o seu valor nesse ou noutro sentido”.

Citamos a título de resumo e para deixar bem patente a psicologia da ambivalência social e cultural, alguns tópicos de um “Apelo aos brasileiros de sangue alemão”, incitando-os a cerrar fileiras na “Federação 25 de Julho”:

“Devotação irrestrita à Pátria Brasileira”.

“Defesa da integridade e unidade brasileira”.

“Propagação, entre os cidadãos de origem germânica, da compreensão da cultura e língua alemãs”.

“Cultivo das relações de amizade entre a Alemanha e o Brasil”.

“Conservação da herança cultural dos antepassados”.

“A cultura introduzida no país pelos nossos antepassados tornou-se, no decorrer dos séculos, parte integrante e indivisível da cultura brasileira”.

“Constituiu-se, sob a proteção do governo, um patrimônio nacional, que nos sentimos obrigados a conservar para o bem do Brasil. Esse dever de *civismo* também é um *dever de honra* que sabemos cumprir como o cumpriram os nossos antepassados”.

“A imprensa de língua alemã lutou bravamente pelos nossos interesses e os do nosso país e resolveu grandes problemas culturais, oferecendo um ótimo ser-

viço de informação e contribuindo para a grande obra de integração dentro da nossa pátria”.

“Queremos ser os *mediadores* e *depositários fiéis* da cultura legada pelos nossos pais e avós, da *lealdade* para com o Brasil e da *amizade* entre a nossa Pátria e a Alemanha”.

Em 1937, um líder teuto-brasileiro em Porto Alegre, realizou um concurso afim de “aprofundar a idéia do dia 25 de Julho” (143) *contribuiu para o auto-conhecimento dos teuto-brasileiros*. Visivelmente impressionado pelos conflitos entre nazistas e teuto-brasileiros, o autor do concurso procurou averiguar o que nós podemos chamar aqui “fixação racional da situação marginal”. Para isso levantou os seguintes quesitos:

“1 — Que é etnia? Que é comunidade étnica? Ambas são idênticas?

2 — Há etnia alemã, uma comunidade étnica alemã? — sendo esses termos usados por todo o mundo. Há também analogias brasileiras?

3 — Se as houver; pode um indivíduo pertencer à etnia alemã, à comunidade étnica alemã e, ao mesmo tempo e em proporções iguais, às analogias brasileiras?” (144)

(143) Neste dia comemora-se a chegada dos primeiros colonos alemães no Brasil (25 de Julho de 1824).

(144) Franz Metzler, Volkstum und Volksgemeinschaft, Porto Alegre 1937 p. 11.

“Todos os (27) trabalhos apresentados acreditam na etnia alemã e na comunidade étnica alemã. Todos os trabalhos reconhecem a comunidade do povo brasileiro. A maioria dos trabalhos considera a “brasildade” (145) como fenômeno demasiadamente fraco para influir, uniformemente, sobre a vida do indivíduo e do povo inteiro. Mas todos reconhecem princípios promissores, com exceção de três que contestam a existência de uma brasilidade.

“Entre os 27 trabalhos, 22 consideram etnia e comunidade étnica como fenômenos diversos; 5 trabalhos julgam as duas palavras como sendo denominações diversas do mesmo fenômeno. Acrescentamos que 4 desses estudos que não distinguem os fenômenos e apagam os conceitos, respondem afirmativamente a todos os quesitos. Eles reconhecem os fenômenos brasileiros análogos à etnia alemã e à comunidade étnica alemã. Para eles é possível pertencer, simultaneamente e em proporções iguais, à etnia alemã e à etnia brasileira,

(145) E' quasi impossível traduzir a expressão “brasilianisches Volkstum”. A noção é complexa e abrange representações coletivas acerca de tradições, costumes, usos, crenças, instituições sociais, mas também os próprios grupos que cultivam esses dados culturais. Em ausência de outro termo apropriado, usamos a palavra “brasildade”. Toda vez, porém, que “Volkstum” designa um grupo, usamos o termo etnia. “Etnia é uma realidade social super-estatal e super-nacional; — a comunidade étnica é um fenômeno associado à ordem estatal e jurídica existente”. (Metzler o. cip. 160, 161)

à comunidade étnica alemã e à comunidade étnica brasileira.

“No que diz respeito à comunidade étnica, eles contrastam nesse ponto de vista conciliador com todos os demais trabalhos salvo um. De outro lado, 19 afirmam a possibilidade de participar da brasilidade conservando, ao mesmo tempo, o germanismo. Entre os 8 trabalhos que contestam a fusão de elementos étnicos, um se ocupa com formas étnicas mistas, retirando assim, em parte, a sua negação. Nos outros trabalhos dessa categoria, a omissão das formas mistas encontradas na realidade, é um defeito evidente.

“Erros manifestos de observação e raciocínio estão na aceitação de uma dupla comunidade étnica. Um trabalho diz assim: “O tento-brasileiro pertence jurídica e politicamente à comunidade étnica brasileira, mas pode aderir, também, a outras comunidades étnicas, como, por exemplo, à germânica”.

.....

“Todos estão perfeitamente de acordo com a relação: germanismo-comunidade étnica brasileira. Nessa associação a maioria dos estudos vê até a essência — e com isso eles têm razão.

“Os trabalhos apresentam, em resumo, o seguinte quadro:

“Etnia e comunidade étnica são fenômenos diversos da vida humana e social”. (22 contra 5 votos).

“Há uma etnia alemã e uma comunidade étnica alemã”. (Unanimidade).

“Há brasilidade (ou etnia brasileira) em “statu nascendi” (24 contra 3 votos); “há uma comunidade étnica brasileira”. (Unanimidade).

“Germanismo e brasilidade são conciliáveis sem prejuízo para ambos”. (19 contra 8 votos).

“Não é possível, contudo, que um homem pertença a duas comunidades étnicas (22 contra 5 votos). Os teuto-brasileiros pertencem à comunidade brasileira, não à germânica”.

“A quintessência do teuto-brasileirismo consiste no fato de membros da etnia alemã se haverem integrado na comunidade étnica brasileira”. (Unanimidade) (146)

Quando ao desenvolvimento do conflito das populações marginais, no Rio Grande do Sul, citamos o depoimento do professor Jacques Lambert que reuniu algumas observações feitas “in loco” em um trabalho sobre “as colônias alemãs do Rio Grande do Sul”. (147)

“A propaganda nacional-socialista não deixa de encontrar resistências em certos círculos germano-brasileiros da velha estirpe, particularmente nos das cidades. Descendentes de alemães, integrados na comunidade brasileira, inquietam-se com uma propaganda que quereria obrigá-los a se excluírem deste. Essa re-

(146) Franz Metzler, o. c. p. 158 a 160.

(147) Publicado no Estado de São Paulo em Junho de 1939.

sistência manifestou-se durante todo o ano de 1937, por um conflito permanente no seio das sociedades alemãs de esporte, de educação ou de assistência que são muito numerosas. As tentativas de “colonização” dessas sociedades por alemães recentemente chegados ao Brasil, que queriam submetê-las diretamente às ordens de Berlim, ao passo que seus fundadores queriam, *mesmo servindo à cultura alemã* (148) conservar sua autonomia e fazer uma política brasileira, produziram cisões...

“No seio da colônia alemã mesmo, está travada uma *luta pró ou contra a assimilação* (148), uma luta cuja terminação depende em grande parte das reações do próprio govêrno brasileiro...

“Saindo do Rio Grande do Sul em Novembro de 1937, alí deixei bom número de germano-brasileiros, que criam dever publicar bem alto as suas relações com o partido nacional-socialista alemão e cujas lapelas se ornavam de pequenas insígnias da cruz gamada. Voltando, em Junho de 1938, encontrei, esses mesmos visionários a *ostentar bandeiras brasileiras bem visíveis e a desenvolver em favor da fusão dos elementos teuto-brasileiros na comunidade nacional, a mesma atividade que no ano precedente desenvolviam em sentido inverso*”. (149)

(148) Grifei as frases que deixam transparecer a ambivalência no comportamento.

(149) O Estado de São Paulo, 13 de Junho de 1939.

CAPÍTULO IX

A FUNÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS OU REPRESENTAÇÕES COLETIVAS

Seriam incompletas as nossas reflexões sobre os psiquismos típicos de que costuma ser acompanhado o complexo e intrincado processo de assimilação, sem fazer menção da formação de determinadas representações coletivas, sua perpetuação através do tempo e sua intensificação mediante um processo chamado cismogênese.

Os estereótipos ou representações coletivas são imagens ou idéias aceitas por um grupo e geralmente expressas em forma verbal, tendo, muitas, um acento fortemente emocional. (150) O termo “representação coletiva” tem encontrado, frequentemente, a recusa mais ou menos acentuada de sociólogos que lhe desconfiam o dogmatismo ou misticismo de certas doutrinas pseudo-sociológicas do século passado. Para evitar malentendidos frizamos:

(150) Kimball Young cit, apud Herbert Baldus e Emilio Willems, Dicionário da Etnologia e Sociologia, S. Paulo 1939, Artigo Estereótipos.

1 — Que chamamos representações coletivas (ou estereótipos) uma categoria de representações cuja existência não se explica pelas experiências do indivíduo. São idéias, imagens ou valores que o indivíduo encontra feitas e de que é apenas portador e divulgador. São chamados estereótipos porque são relativamente uniformes nos diversos indivíduos que integram o grupo, caracterizando-se, além disso, por uma notável persistência na sucessão das gerações. Com muito acerto, Bogardus (151) observa que “os estereótipos são autoridades à quais fatos e experiências novas são automaticamente referidos para proceder à avaliação.”

2 — Que o indivíduo considera essas idéias, valores, conceitos etc. como inseparavelmente ligados à própria pessoa, como partes integrantes do Eu, de sorte que qualquer experiência discordante dos estereótipos tem pouca possibilidade de ser aceita ou aproveitada.

Da capacidade de transmitir essas representações de geração à geração, resulta a “memória coletiva.” O grupo se lembra, através de seus componentes, de inúmeros eventos, idéias, imagens, crenças, costumes etc. de que os indivíduos jamais foram testemunhas. Dividimos essas representações em positivas e negativas. As positivas se relacionam com a cultura inteira do grupo, com a língua e os costumes, com as crenças e experiências econômicas, com os usos, as artes, com as habilidades e técnicas adquiridas pelas experiências acumuladas.

(151) cit. apud Herbert Baldus e Emilio Willems o. c. Artigo Estereótipos.

das de muitas gerações, as representações têm *funções preventivas* porquanto a sua existência não admite sejam suplantadas por outras, novas. As representações negativas consistem na lembrança de conflitos, decepções e humilhações sofridas. Ao lado dessas reminiscências relativas, geralmente, ao passado do grupo, estão representações ligadas à situação atual, as quais se resumem em um conjunto de normas, preceitos, proibições e abstenções. Não é difícil perceber que as representações negativas tem funções nitidamente *inibitórias*, ditando o comportamento dos indivíduos. Para os contraventores há uma série de sanções cuja menor é a condenação pela *opinião pública*.

A assimilação consiste, desde as suas fases iniciais, da desagregação de uma grande parte das representações positivas: “Logo depois de abandonado o grupo, começamos a desembaraçar-nos do sortimento de lembranças que se têm constituído em torno de nós, pelo seu uso, e a velocidade com a qual nos desembaraçamos é inversamente proporcional ao tempo durante o qual fizemos parte do grupo.” (152) A assimilação precipitada pode conduzir à destruição total dessas representações e a um depauperamento cultural dos grupos imigrantes se não há substituição proporcional dos traços culturais perdidos.

A existência ou formação de representações negativas afeta mais diretamente a assimilação dos imigra-

(152) Charles Blondel, *Introduction à la Psychologie collective*, Paris 1928, p. 135.

dos ou seus descendentes. Temos que distinguir entre estereótipos originados nas populações nacionais pelos contactos que tiveram com os ádvenas, e as representações que existiram ou se formaram nos grupos ádvenas em contacto com os nacionais. Ambos determinam até certo ponto a atuação dos indivíduos, favorecendo ou impedindo a assimilação. Anterior a qualquer contacto direto é a desconfiança contra o estrangeiro em geral. Conflitos iniciais, provenientes de malentendidos, de atitudes de agressão ou de crítica, de conservantismo ou intolerância, de antagonismos religiosos, econômicos, políticos ou raciais, contribuem, principalmente quando têm sua origem num passado por vezes bastante remoto, para a formação de estereótipos. Acresce que algumas experiências reputadas más, podem reduzir os contactos. As experiências iniciais não tardam em ser generalizadas, e das generalizações costumam derivar os mais estranhos estereótipos. Assim, por exemplo, formou-se do imigrante germânico uma representação que se poderia circunscrever mais ou menos assim:

Ser exótico de cabelos loiros e olhos azues. E' muito trabalhador, alimenta-se de cerveja e salchichas. Tem orgulho da sua raça e não quer casar com brasileiro. E' imperialista (ou espião nazista), imoral, bebedor, protestante, lerdo, bronco e grosseiro. Fala obstinadamente alemão, mesmo na terceira e quarta geração, não manda seus filhos à escola brasileira e

trabalha, secretamente, para que Santa Catarina se torne uma colônia do “Reich”.

Em certas regiões habitadas por descendentes de imigrantes germânicos podem-se encontrar estereótipos sobre o “lusobrasileiro”, os quais, reduzidos a um denominador comum, apresentam estes aspectos:

O “lusobrasileiro”: ser exótico, negroide ou escuro (“azul”), preguiçoso, doente, pouco asseado, alimenta-se de feijão e farinha de mandioca. É germanóphobo, nativista, político, invejoso, amável, hospitaleiro, mas falso.

Os estereótipos variam bastante, ora assumindo as feições mais estranhas e afastadas da realidade, ora dissipando-se onde os contactos entre as populações de origem étnica diversa são mais frequentes e intensas. Nas zonas de núcleos teuto-brasileiros quasi que fechados devido ao insulamento cultural, a resistência dos estereótipos em suas formas mais crassas, é notável. A impressão penosa que causam alguns poucos caboclos desprovidos de recursos materiais e intelectuais é, frequentemente, decisiva para a constituição de estereótipos sobre “o” brasileiro. O desconhecimento da realidade brasileira é quasi completa, pois ao insulamento cultural dessas colônias corresponde uma espécie de hermetismo cultural da população brasileira que jamais empreendeu tentativas espontâneas de penetração cultural das populações teutas. Fora do bafejo oficial, isto é, da escola e, às vezes, do quartel, nada se faz para suplantiar os estereótipos tradicionais por noções consonantes com a realidade.

Ao lado do insulamento e do hermetismo cultural mencionamos certas situações de antagonismo ou conflito que contribuíram para a formação de estereótipos desfavoráveis à assimilação. Henrique Handelman reportou-se às relações entre imigrantes germânicos e brasileiros, no Rio Grande do Sul do século passado, com estas palavras:

“Portanto, evidentemente não querem que São Leopoldo (como Porto Alegre) venha a ser o que podia ser (o mesmo que primitivamente foram para a União Americana, Germantown com Philadelphia, e Nova York): o ponto de partida de onde a imigração alemã de lavradores livres podia irradiar para o coração do país. Ou, considerando de um ponto de vista mais acanhado: a inveja dos nativistas brasileiros não deseja, e pretende impedir, onde possível, que esta colônia alemã ativamente industriosa, que, compreendendo apenas a vigésima parte do total da população, já concorre com o sétimo da exportação total, venha a preponderar mais ainda, com maior influência de trabalhadores alemães e elementos de cultura alemã.”

“Todavia, não era só isso; por outro lado, é evidente que era vista com máus olhos a pertinácia com que em São Leopoldo os colonos alemães se apegavam à língua e aos costumes da sua pátria, e que o governo provincial julgava obrigação de seu cargo proceder quanto antes no sentido de uma fusão, mesmo se fosse por meio coercitivo: não se queria consentir que ao lado de brasileiros de língua portuguesa prosperassem

e subsistissem teuto-brasileiros.” “Ainda é de muito pouca monta a instrução na língua nacional — assim exprimia o acima citado relatório de 1852; — em São Leopoldo, os colonos preferem (com razões de sobra) o ensino nos colégios particulares alemães. Se nós não proibirmos a superabundância (?) dessas escolas e não castigarmos com multas os pais das crianças, que as frequentam antes de lhes ter sido suficientemente ensinado a ler e escrever o português, os filhos dos colonos pouco frequentarão as nossas escolas e sempre permanecerão estrangeiros em nosso país”.

“Portanto, uma verdadeira perseguição contra a língua materna alemã, o ensino escolar alemão; e nesta questão existia ao mesmo tempo inimizade religiosa para com os colonos protestantes, pois as escolas brasileiras nacionais são todas católicas. Além disso, para o mesmo fim e, sobretudo, para enfraquecer São Leopoldo, lançou-se mão das duas medidas coercitivas que no Brasil se aplicavam em geral contra os municípios tidos em má conta: também ali foi tentado o recrutamento para o serviço regular de guerra e para a milícia”. (153)

Citamos essas palavras, não apenas porque elas refletem um antagonismo que se prolongou até aos nossos dias, mas principalmente porque nelas, escritas por

(153) Henrique Handelmann, História do Brasil. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro 1931, p. 533, 534.

um historiador, transparece a influência dos próprios estereótipos negativos, a imagem generalizada do brasileiro xenófobo, “nativista”, invejoso, vingativo e mesquinho.

Não pretendemos indagar as causas imediatas dos antagonismos e conflitos que se explicam em última análise, pelo etnocentrismo e a diferença cultural de grupos diversos. Certo é que, pelo processo da *cismogênese simétrica* (154) determinadas atitudes provocam atitudes iguais no grupo ou indivíduo antagônico. Dessa reciprocidade resulta uma intensificação do fenômeno. Por exemplo: orgulho e desconfiança de um lado, produzem orgulho e desconfiança no grupo antagônico, e assim o orgulho e a desconfiança vão assumindo uma intensidade cuja desproporção, em relação à causa verdadeira, é evidente. Só pelo processo da cismogênese compreende-se a tensão que as relações entre teutos e brasileiros de vez em quando assumiram e que, em alguns casos, levaram os ânimos mais exaltados ao empastelamento de jornais em idioma alemão nos quais se criticaram instituições brasileiras.

(154) Cf. Gregory Bateson, *Culture Contact and Schismogenesis*. Man 1935.

CAPÍTULO X

AS FUNÇÕES DOS GRUPOS MARGINAIS

E' preciso não confundir colônia estrangeira, grupo marginal e minoria nacional. A colônia estrangeira é constituída por cidadãos de outras nações que se encontram no país por tempo limitado. Embora sofram, em gráu diverso, as influências do meio, não se pode falar em assimilação, mas apenas em acomodação ou simbiose. O grupo marginal consiste de emigrantes ou seus descendentes que vieram com a intenção de radicar-se no país. O grupo se caracteriza, como já foi exposto, por uma grande habilidade, conflitos mentais acompanhados por desajustamentos mais ou menos graves, sentimentos de inferioridade, ressentimentos e ambivalência de atitudes. A minoria nacional tem a sua vida social e cultural consolidada e definida, seja por um processo de estancamento de marginalidade, seja pela segregação ou insulamento cultural completo. De uma ou de outra maneira, a minoria consegue conservar, com relativa (nunca porém com absoluta) pureza os padrões sociais e culturais originários. Não há dúvida de que na realidade os três tipos, a colônia, o

grupo marginal e a minoria nacional se podem confundir, havendo interrelações, influências mútuas ou até flutuações, mormente entre colônias estrangeiras e grupos marginais.

Ao grupo marginal, essencialmente transitório, sociólogos americanos atribuem a função de iniciar a transição, de facilitar e controlar a assimilação dos novos imigrantes. Segundo a opinião de Maurice R. Davie, (155), esses grupos têm “sua razão de ser na necessidade de ajustamento. O fato de que os imigrantes podem residir juntos, falando a sua própria língua, cantando as suas próprias canções, comendo os seus pratos nacionais e seguir os seus antigos costumes, facilita grandemente o ajustamento. Sem esse refúgio cultural, o imigrante seria desmoralizado. A comunidade étnica serve assim ao útil propósito de perpetuar o controle social no meio de um ambiente novo e também para a preservação das artes e especialidades do alógena afim de enriquecer a vida americana”.

“Aqueles imigrantes que se americanizam mediante a comunidade dos imigrantes, passam por dois fogos ou dois caldeamentos; o da comunidade dos imigrantes americanizados e o da vida americana nativa fora da comunidade. Depois de ajustar-se ao ghetto de Nova York, M. S. Ravage sentiu-se levado a aprender o que era a América real. Assim ele foi sosinho para a Universidade de Missouri. Aí sofreu uma segunda e mais profunda americanização se bem que não sem dificul-

(155) o. c. p. 477, 478.

dades e crises. Finalmente sentiu que podia afirmar: "Eu não era um homem sem país. Eu era americano". (156)

Na argumentação desses dois autores transparece a preocupação de (1) evitar desajustamentos e (2) impedir uma assimilação precipitada. Já nos reportamos à possibilidade de desajustamentos no meio brasileiro. Quanto ao "perigo" de uma assimilação demasiadamente apressada, lícito nos parece afirmar, depois do que já foi exposto, que essa possibilidade é inexistente entre nós. Digamos mais: se a primeira fase de assimilação ao grupo etnicamente afim é fatal e rápida para os imigrantes, o segundo "caldeamento" com o meio brasileiro é extremamente lento, estendendo-se, ao menos no passado, sobre quatro ou cinco gerações.

O insulamento cultural priva as populações rurais de descendência germânica, da oportunidade de participação de um meio social mais amplo. Assim facilitam-se as tendências mais ou menos acentuadas de fixar a marginalidade, isto é, de transformar o grupo marginal em minoria étnico-cultural. Não vai exagero na afirmação de que, pelos menos no meio rural, a segunda função atribuída ao grupo marginal é inexistente. A prova está no fato de que a mobilidade no meio marginal brasileiro é muito fraca. O grupo se compõe durante muito tempo, dos mesmos elementos ou, melhor, das mesmas famílias que permanecem, através de várias gerações no estado marginal *acrescidas mas raramente substituídas por elementos advindos*. O grupo margi-

(156) Stonequist, o. c. p. 91, 92.

nal americano é essencialmente urbano ou urbanizado. Sua mobilidade parece ser extremamente grande, caracterizando-se por uma sequência rápida de processos de integração e desintegração de ádvenas, processos que se consumam na mesma geração. Até nas cidades brasileiras, a mobilidade dos grupos marginais é menos acentuada com exceção talvez de São Paulo que mais se aproxima do padrão norte-americano.

A função real de um grupo reflete-se sempre e de qualquer maneira nas suas objetivações culturais. Citamos aqui apenas a imprensa dita “estrangeira” que se publica no país. Maurice R. Davie (157) atribua-lhe funções idênticas às do próprio grupo marginal. “Sem jornais em sua própria língua, o recém-chegado imigrante que não fala inglês, seria impedido não somente quanto às relações com o seu próprio grupo mas também no que diz respeito ao ajustamento à estrutura e ao meio complicado da América.” Ora, se a imprensa em língua estrangeira é realmente um meio de assimilação, sua função vai desaparecendo à medida que a imigração diminui. De fato, na América do Norte o desaparecimento dos jornais em línguas alemã e escandinava corresponde mais ou menos à diminuição da imigração das nacionalidades respectivas: (158)

ANO	1900	1920	1934
Número de jornais	1162	1040	806

(157) o. c. p. 484.

(158) Maurice R. Davie, o. c. p. 486.

ESTATÍSTICA DA IMPRENSA PERIÓDICA
 TEUTO-BRASILEIRA

(Compilada conforme os dados de Hans Gehse, o. c. p. 29 a 30)

ANO	Estado					Folhas religiosas		Revistas pedagógicas	Revistas agrícolas	Revistas recreativas	Almanaques	TOTAL
	R. Grande do Sul	S. Catarina	Paraná	S. Paulo	Rio de Janeiro	Católicas	Protestantes					
1852	1											1
1853					2							2
1855	1				1							2
1860	1				2							3
1865	1				2							3
1870	2				2							4
1875	2				2							4
1880	2			1	2						1	5
1885	4	4	2	1	2				1(1881)		1	7
1890	4	3	2	2	2		1		0		2	15
1895	4	3	1	2	1		1		0		2	15
1895	6	3	1	1	1		2		0		2	16
1900	6	4	1	1	2		1		2		3	20
1905	9	5	1	1	2		3	2	4	1	3	32
1910	10	6	3	1	2		5	1	5	1	3	37
1915	8	6	3	1	3	1	5	1	1	1	3	33
1920	6	6	3	1	3	1	6	1	1	2	5	32
1925	7	6	2	1	2		6	1	1	1	6	33
1929	6	5	1	1	1	2	11	3	3	1	6	40

Note-se que essa diminuição foi espontânea nos Estados Unidos refletindo, portanto, uma situação real. Mesmo um estudo superficial mostra que a imprensa em língua estrangeira é, em primeiro lugar, uma fonte de informações indispensáveis à adaptação, acomodação e ajustamento social dos imigrantes. Reconhecendo essa necessidade o governo federal norteamericano iniciou, em 1918, o "Foreign Language Information Service" que provocou ser um bom instrumento de assimilação. O "Flis" fornece notícias e artigos em 17 línguas. (159)

A imprensa em língua alemã tomou um desenvolvimento diverso no Brasil. Não houve diminuição, mas aumento e consolidação material e intelectual das publicações periódicas. (160) Ao lado de um rico serviço informativo e técnico, mormente agrícola, ia a *propaganda cultural*. Já demos, nos capítulos anteriores, fartas provas dessa propaganda pelos periódicos em idioma alemão.

Propaganda seja qualquer "técnica destinada a determinar atitudes e ações humanas pela manipulação de representações psíquicas". (161) O objetivo da propaganda cultural na imprensa em idioma estrangeiro é

(159) *Ibidem* p. 485.

(160) Esse desenvolvimento sofreu uma interrupção pela atual campanha de nacionalização com suas leis especiais.

(161) Lasswell cit. apud Herbert Baldus e Emilio Willems, *Dicionário de Etnologia e Sociologia*. São Paulo, 1939. Artigo "Propaganda".

a tendência de fixar a marginalidade. Entre as publicações periódicas em língua alemã destacavam-se os almanaques (Kalender). Um deles publicado pela casa Rothermund em São Leopoldo (Rio Grande do Sul) trazia anualmente uma espécie de alocução salpicada de censuras, conselhos e admoestações, em forma ora sentimental ora irônica apelando aos sentimentos germânicos de seus leitores, constituídos, na sua grande maioria, de colonos. Ouçamos este tópico, traduzido do número em que se festejou o sexuagésimo aniversário da casa editora:

“A maioria dos moços não encara com hostilidade essas questões e os nossos esforços? Não afirma a geração nova — com algumas exceções — que essas opiniões são antiquadas e decrépitas e que se trata apenas de infantilidades e “belas lendas” que um homem sensato não pode aceitar?

“Minha resposta a tais objeções já é tão conhecida que não preciso repeti-la. Mas uma coisa vos digo: os que se consideram e gabam como “sensatos” podem-se julgar como renegados pois não se envergonham de desprezar e escarnecer seus pais e quanto estes têm de mais sagrado; eles cometem crimes contra o próprio sangue!...

“Porque não me contradizeis, vós que afirmais que deveis, como brasileiros, aceitar tudo o que os lusos trouxeram de Portugal como se pudesse trocar sua descendência como se troca uma camisa branca por uma camisa de côr. Não posso compreender que esses super-

sensatos... não percebem que não é dado ao homem abandonar suas disposições inatas e adotar outras. Aquelles cle pode apenas ocultar e estas simular, sendo em qualquer hipótese um homem falso. A natureza não admite tais violações. Ou será que vós já vistes uma rêz de raça holandeza transformar-se, de repente, em um zebú? Só existem cruzamentos cujo produto é, as mais das vezes, miserabilíssimo. Todo criador esforçar-se-á por obter gado de raça pura, empenhando-se por cultivar e desenvolver as qualidades boas e peculiares a essa raça. Mas seria o cúmulo do absurdo se elle quisesse “implantar pela educação” qualidades a essa raça que não correspondem a suas particularidades raciaes. Mas como se comportam os homens? Naturalmente elles estão em nível superior ao gado, mas agem, frequentemente, muito menos sensato que os animais.

“A macaqueação de caractéres exóticos que essas pessoas chamam “dever para com a Pátria”, não é outra coisa senão fraqueza. Isso não tem nada a ver com o verdadeiro amor à Pátria. Este consiste em coisas muito diferentes, não em palavras, mas em ações. Uma dessas ações que podem ser definidas como verdadeiro amor pela Pátria, consiste em cultivar suas disposições inatas dedicando-as inteiramente ao Bem da Pátria. E se vier alguém e disser que é necessário vestir-se, falar, pensar e sentir como elle próprio, responder-se-á calmamente que um homem sincero não pode proceder assim, mas apenas alguém que gosta de virar casa-ca. De tal homem não se pode formar um juizo muito

elevado. E se alguém entre nós adotou essa maneira de pensar, ele não é lá dos mais inteligentes, embora tenha um conceito bastante elevado de si mesmo, mas ele é simplesmente um sujeito idiota que se envergonhou diante de outros e se deixou persuadir sem refletir”.

“O representante do almanaque acompanhou esse discurso dando alguns murros na mesa. Via-se que essas idéias o tinham atormentado já muito tempo e que ele estava satisfeito em poder desabafar afinal de contas. Nenhum dos ouvintes ousou interrompê-lo até que o mestre-escola lhe respondeu:

“Velho amigo, infelizmente vós tendes razão afirmando que muitos da nossa gente, no campo e na cidade, chegaram ao ponto de sentir vergonha em pronunciar uma palavra em alemão, sua língua materna. A causa está em um mal sinistro que invadiu a nossa gente, prejudicando todo o nosso ser, pensar e agir, a saber, a indiferença e passividade perante a herança de nossos pais. Podemos afirmar que a época atual se tornou fatal para a nossa etnia. Eu mesmo verifico diariamente que também aqui, na nossa colônia, que uma família depois da outra deixa de participar das questões do bem-estar comum, que somente poucos nos auxiliam no nosso trabalho pela escola, pela igreja e pelas associações, enfim que seus descendentes já se vão tornando estranhos para nós”.

“E’ assim mesmo” disse o representante do almanaque. “Vós atinastes com o mal. A alienação do espírito étnico e racial enfraquece o nosso corpo. E’ tris-

te que ninguém mais enxerga o mal e que chegamos ao ponto de ninguém mais poder enxergar. Mas ainda há uma receita: Vós professores, vós párocos, educai uma geração que conheça os laços da hereditariedade, as questões étnicas e os efeitos da desnatural “assimilação”, que corrompe os caracteres. Educai uma mocidade sã e neste caso não terei mais receio pelo futuro da nossa etnia germânica no Brasil. Nas suas fileiras hão-de surgir os nossos chefes. Ela achará o caminho que nos conduz ao nosso fim comum: a defesa da nossa etnia em prol de nossos irmãos de sangue e de todo o Brasil, nossa Pátria querida. Estou convencido de que a nossa geração atual seria o coveiro da nossa etnia se eu não pusesse toda a minha esperança nessa mesma mocidade”.

“Mas”, replicou alguém entre os presentes, “qual é a vantagem que o indivíduo pode tirar do fato de que se educa uma mocidade com idéias étnicas?”

“Meu caro”, respondeu o representante do almanaque, “ainda não compreendestes que a desunião é o nosso pior inimigo? Quanta coisa se planeja entre nós, e nunca se executa — porque cada qual critica ao outro, e cada qual tem sua vontade! Olha o nosso país de origem! Que trabalho ingente se realizou e ainda está se realizando, desde que a divisa: “bem-estar comum acima do bem-estar individual” surgiu como máxima de todas as ações!. Isso certamente nos serve de exemplo. Se a geração nova, diversamente de nós, con-

siderar como irmãos aqueles que são, dentro da mesma Pátria, do mesmo sangue, ela estará unida. Graças a Deus já vimos, nos últimos anos, certos progressos no sentido de se estabelecer essa união. Já muitas vezes vos falei sobre a idéia de 25 de julho e não quero aborrecer-vos mais uma vez com isso. Verificou-se que atinamos com o caminho certo. Muitas vezes constatei que em lugares onde antigamente uma ação comum da população inteira parecia impossível, todos se reúnem no dia 25 de junho, formando-se até “comunidades de trabalho” entre sociedades antigamente “hostis”, tomando-se, de vez em quando, resoluções sobre questões étnicas de interesse geral. Isso se deve fazer por toda parte. O campo de tais comunidades de trabalho é ilimitado”. (162)

Além de mostrar que as populações de descendência germânica constituem, realmente, grupos marginais em vias de assimilação, o tópico revela dois fatos:

1 — Uma propaganda cultural adaptada à psicologia dos colonos. O argumento tomado do reino animal é dos mais convincentes para a mentalidade de camponês.

2 — A ação de uma pequena elite (jornalistas, ministros etc.) dentro dos grupos marginais, sobre uma massa relativamente passiva e sujeita às influências do meio social e cultural. A função dessa elite resume-se

(162) Kalender für die Deutschen in Brasilien. São Leopoldo 1937 p. 33 a 36.

na tendência de estabilizar a situação étnica e cultural das populações marginais a exemplo, talvez, dos franco-canadenses. Em qualquer hipótese, essa elite se opõe à fusão étnica, à assimilação e aculturação completa das populações de origem germânica.

CAPÍTULO XI

A LÍNGUA

O homem rural germânico (e europeu em geral) fala o seu dialeto, verdadeira língua regional que desempenha, na vida quotidiana, um papel incomparavelmente mais importante do que a língua oficial ensinada nas escolas. A influência dos dialetos é tão acentuada que até as populações urbanas os aceitam e as camadas cultas lhe pagam tributo em forma de um sotaque que facilmente trai a procedência dos indivíduos.

Os colonos que se transplantaram para o Brasil, trouxeram, naturalmente, os seus dialetos. Mas raramente os núcleos que aqui fundaram, eram constituídos por componentes de uma só região germânica. Gente da Pomcrânia e da Renânia, da Badênia, da Áustria e do Palatinado tornaram-se, de repente, vizinhos. O contacto linguístico levou à fusão de dialetos, vencendo geralmente, a influência do dialeto mais falado. A influência dos imigrantes cultos, dos ministros, professores e jornalistas, era limitada, mormente a princípio. Não se podia impedir que o linguajar dos colonos tomasse um rumo que se afastava cada vez mais do padrão oficial.

O insulamento cultural dos núcleos e o número limitado de contactos devido à rarefação das populações faziam com que a língua empobrecesse. Mesmo o alemão falado nos núcleos urbanos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná é pobre em recurso: a construção da frase é simples, o vocabulário restrito, e os erros de regência sobretudo são inumeros. Onde imigrantes de procedência diversa constituíram, desde o começo, núcleos semi-urbanos com escolas, igrejas e uma vida social relativamente rica em contactos, os dialetos cederam aos poucos ao alemão oficial que acabou por ser adotado pelos descendentes dos primeiros imigrantes. E' o que se deu com a colônia Dona Francisca (Joinville) em Santa Catarina, fundada por suíços, saxões, pomeranos, prussianos e outros. Mas não se deve esquecer que o número de elementos cultos entre os fundadores da cidade era elevado.

A literatura teuto-brasileira, isto é, o romance, a novela, a poesia e o teatro criados pelos imigrantes e seus descendentes, encontrou a reprovação estética muito decidida da crítica alemã. (163) Todavia, como manifestação da marginalidade cultural, essa literatura não deixa de ter valor para as nossas reflexões. Citamos uma espécie de proclamação (em alemão) do poeta Ernst Niemeyer: "Nós temos uma vida nova, nós, teutões na Pátria nova. E por isso, devemos possuir uma poesia própria. Estamos desligados do passado dos nos-

(163) Manfred Kunder, o. c. p. p. 395, 396.

sos ancestrais. Sua terra de origem está longe, noutra hemisfério do mundo. E' alheia aos nossos sentimentos. Os seus poetas cantam para um povo diferente, eles não nos conhecem, a nós e à nossa terra. Outras plantas, outras montanhas nos rodeiam, um outro sol ilumina os nossos dias, outras estrelas cintilam na nossa noite, eles têm um ceu diferente do nosso. Eles não nos compreendem, e nós escutamos o seu canto como uma palavra de língua estranha. Não nos satisfazem os seus sentimentos, pois não é a nossa vida que neles palpita... teutões! Temos direito a uma poesia própria e nós a criaremos". (164) No fundo, essas palavras cuja espontaneidade não pode sofrer dúvida, significam uma repetição do processo de alheamento, de divórcio espiritual que criou as literaturas americanas e as afastou da literatura européia...

Apesar de serem fugazes e raros os contactos que muitos núcleos puramente rurais, tinham com elementos brasileiros, esses contactos deixaram, por toda parte, vestígios duradouros, em forma de um vocabulário considerável de termos portugueses adaptados ao linguajar dos colonos. As principais razões pela introdução desses termos são:

1 — O desenvolvimento técnico do século 19, posterior em grande parte, à emigração germânica. Ignorando os termos alemães, os colonos adotaram palavras portuguesas para denominar dados de cultura material desconhecidos no tempo do êxodo.

(164) Manfred Kunder, o. c. p. 400.

2 — O meio físico e social determinou a aceitação de novos termos que não têm equivalentes em alemão. Nomes da flora e fauna do Brasil, processos diferentes de amanho, de criação e de utilização de animais domésticos, mormente do cavalo, pesos e medidas diferentes, instituições, usos e costumes desconhecidos no país de origem, impuseram a introdução de denominações cujo número é avaliado em 500 aproximadamente. (165)

U. Löw (166) aponta os setores principais em que predominam os termos portugueses:

- 1 — Comidas, bebidas e plantas;
- 2 — Aparelhamento do gaúcho;
- 3 — A campanha e suas tradições;
- 4 — Toponímia;
- 5 — Construção da casa;
- 6 — Criação e aproveitamento do gado;
- 7 — Pesos e medidas.

O terreno da cultura espiritual, no entanto, não sofreu influências linguísticas. Além dos próprios termos portugueses o linguajar dos colonos acolheu muitos brasileirismos, isto é, expressões idiomáticas traduzidas ou adaptadas ao idioma alemão. Já aludimos alhures ao processo de germanizar verbos portugueses pelo acréscimo de terminações alemãs. Citámos o verbo “verlu-

(165) Dr. Hanns Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*, Ochsenfurt am Main, 1937, p. 98.

(166) cit. apud Porzelt o. c. p. 99.

sen". As terminações "ieren" e "en" produzem numerosas corruptelas linguísticas, como sejam:

multieren	multar
despachieren	despachar
fiskalisieren	fiscalizar
puxen	puxar
einzerken	cercar
lassen	laçar
Kargären ou Kargärn	de cargueiro
sellieren	selar
namorieren	namorar
inkomodieren	incomodar
arranchieren	arranjar
konversieren	conversar
arrumieren	arrumar

Damos a seguir uma lista alfabética dos termos portugueses mais usados pelos colonos teutos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Espírito Santo: (167) *Frisamos, no entanto, que esse vocabulário não foi colhido entre populações bilingues, mas em zonas de colonização teuto-brasileira onde se fala apenas o alemão.*

Abacaxi	
Advogado	
Aibi	aipim
Alfaf	alfafa
Alfândega	

(167) A maior parte desse vocabulário, colhido por C. H. Oberacker, foi publicada na Revista Sociologia, No. 3, 1939.

Amendoim	
Amesche	ameixa
Amigo	
Ante	anta
Araça	
Aranha	no sentido de carro leve de duas rodas
Ararut	araruta
Armazem	
arranchieren	arranjar
Arrieiro	
Arrobe	arroba
Arrumieren	arrumar
Assisista	adepto de Assis Brasil (po- lítico).
Atafona	
Bacalhau	
Bai	baio
Bainha	
Bala	
Balde	
Balsa	
Banhado (paujade)	
Baranke	barranco
Barbaridade	
Barke	barco
Barriga	no sentido de beberrão
Bast	pasto
Batate	batata (doce)
Beijú	
Beleg	pelego
Bem-te-vi	
Bicicleta	
Bigode	
Bisch	bicho (também o jogo)

Bobra, bober	abóbora
Bolas	
Bolaschen	bolacha
Bolsa	
Bomba, Bombilha	para sorver o mate
Bombaschen	bombachas
Bonde	
Boné	
Borgista	adepto de Borges de Medeiros
Botinas	
Brasse	braça
Buger	bugre
Butiá	
Cachimbo	
Cachoeira	
Cadeado	espécie de cavalo
Cadela	
Caderneta	
Caixeiro	
Calção	
Calombo	raça de gado vacuum
Camarong	camarão
Caminhong	caninhão
Campanha	
Capa	
Capanga	
Capataz	
Capilé	
Capital	
Capitong	capitão
Capixaba	
Capong	capão
Cargueiro	
Carimbo	
Carteira	

Cascalho	
Cascudo	
Cavanhaque	
Ceboula	
Ceroula	
Chapa	
Churrascada	
Churrasco	
Chuteira	
Cinamong	cinamão
Cinema	
Cipó	
Cobrança	
Cocada	
Companheiro	
Conto de réis	
Coronel	
Coqueiro	
Criado, a	
Crioulo	raça de gado
Cunhado, a	
Delegado	
Deputado	
Distrikt	distrito de paz
Domingueira	baile vespéral aos domingos
Doss	doce
einzerken	cercar
Empacador	espécie de cavallo
Empregado, a	
Enkrenke	encrenca
Estância	
Estancieiro	
Fakong	facão
Farin	farinha (de mandioca)
Farmácia	

Farrapen	farrapo
Fasende	fazenda
Fasendeiro	
Fejong	feijão
Fejoada	feijoada
Ficha	
Fichário	
Fiskal	
Fiscalisation	fiscalização
Fiskalisieren	fiscalizar
Fósforo	
Fogette	foguete
Foice, Fose	
foïçen, fosen	foiçar
formidável	
Free	freio
Fregese	freguês
Frigorífico	
Fumm	fumo
Funde	funda
Galpong	galpão
Garaúna	
Garrafong	garrafão
Garupa	
Gasolina	
Gasose	gazosa
Gaúcho	
Goiabada	
Goiabe	goiaba
Goleiro	
Governador	
Granja	
Gravata	
Gurí	
Hiate	

Jams	inhame
Imbuia	
Imposto	
Inkomodation	incomodação
Inkomodieren	incomodar
Intendent	intendente
Intendenz	intendência
Interventor	
Ipê	
Jacarandá	
Javalí	
Jequitibá	
Juiz	
Jundiá	
Juntamente	juntamento (mutirão)
Kabokler	caboclo
Kabrest, Gaprest	cabresto
Kadee	cadeia
Kalsat	calçada
Kamerad	camarada
Kammer	camara (municipal)
Kamp	campo
Kauecker	caneca
Kangalje	cangalha
Kanivett	canivete
Kanne	cana
Kano	canoá
Kanzelle	cancela
Kara	cará
Karabatte	carrapato
Karaff	garrafa
Kargär	cargueiro
karimbieren	carimbar
Karnesseck	carne seca
Kapi	capim

kapienen	capinar
Kapoer	capoeira
Karrehre	carreira
Karrette	carreta
Karrosse	carroça
Kasch	cache
Kaschass	cachaça
Kerosen	kerosene
Kascheer	caixeiro
Koaté	coatí
kobrieren	costrar
Kolonie	colônia
Komark	comarca
Komader	comadre
Kompader	compadre
Konvenieren	convir
Konversieren	conversar
Kooperative	cooperativa
Koral	curral
Kuje	cúia
Lagarto	
Lagoa	
Lambarí	
Lansche	lança
Laransch	laranja
Laranschade	laranjada
lassen	laçar
Lasso	laço
Latte	lata
Latrine	latrina
Légua	
Leitão	
Liga	
Lime	lima
Limonade	limonada

limong	limão
Linguixa	
Lizens	licença
Loja	
Lott	lote
Luso	
Machado	
Mãe	
Major	
Mala	
Malharia	
Mamong	namão
Manga	
Mandiok	mandioca
Maragatten	maragatos (revolucionários de 1893)
Marchador	
Marmelada	
Mascholle	munjolo
Masega	macega
Matabisch	mata-bicho
Matriz	
Matunge	matungo
Matt	mate
Matteschimarrong	mate-chimarrão
Milje	milho
Milreis	
Mineiro	
Molek	moleque
Molhadist	molhadista
Moringa	
Moskit	mosquito
Mulato	
Mule	mula
Multe	multa

multieren	multar
Munizip	município
Namorado, a	
namorieren	namorar
Nenê	
Oficina	
Onze	onça
Pai	
Paciência	
Pack	paca
Palha	no sentido de cigarro
Palmo	
Panela	
Pass	passo
Past, Bast	pasto
Pataack	pataca
Patrong	patrão
Pão	
Perekitt	periquito
Perobe	peroba
Petiss	petiço
Pica-páu	
Pico	
Picolé	
Pikade	picada
Pikass	picasso
Pikarette	picareta
Pinhong	pinhão
Piscina	
Piteira	
Poncho	
Portong	portão
Potreer	potreiro
Posada	pousada
poseñ	pousar

Praça	
Prefeito, perfeito	
Prefektur	prefeitura
Primo, a	
Pneu	
puschen	puxar
puxa	
Quader	quadra
Quecro-queero	
Rälje	relho
Rancho	
Recreio	
Refresco	
romen	remar
Remo	
Reza	
Ribeirão	
Rifa	
Rio	
Roske	rosque
Rosiljo	rosilho
Rosse	roça
Sabiá	
Safra	ceva dos porcos
Salto	
Salva-conduto	
Schakra	chacara
Schalär	chaleira
Scharke	xarque
Scharutte	charuto
Scheff	chefe
Schikott	chicote
Schimarong	chimarão
Schinellen	chinelos
Schuschú	xuxú

Séde	
sellieren	selar
Selim	
Selo	
Serra	
Serrano	espécie de gado vacuum
Sobrinho, a	
Sócio	
Soco	
Sombreiro	
Sorvete	
Surucucú	
Tanjerine	tangerina
Tapioca	
Taja, Tajobe	taia
Tapioca	
Tapir	
Taquara	
Tatú	
Taxa	
Teuto	
Tiro (de guerra)	
Tostão	
Trair	traíra
Trapisch	trapicho
Trava	
Tresmaria	
Troco	
Trocken	trocar
Tropeiro	
Tropp	tropa
Tucano	
Tulje	tulha
Urubú	
verluser	abrasileirar

Vigário	
Vila	
Viva	
Wagon	vagão
Wende	venda
Wendist	vendista
Wentim	vintém
Wowô	vovô
Wowó	vovó
Zebú	
Zerk	cerca
Zerimonie	cerimônia
Zipo	cipó

ALGUNS BRASILEIRISMOS NO LINGUAJAR TEUTO:

Er ist flocho	Ele é frouxo
Er ist mole	ele é mole
Er ist suspeito	ele é suspeito
mais ou menos	
vamos embora	
Einen passeio machen	dar um passeio
pronto	
Telogo	até logo
ida e volta	
Eine Volte machen	dar uma volta
Question machen	fazer questão
es pressiert mir	tenho pressa
Es konvängt mir	convem
Es konveniert mir	
Linhas ziehen	tirar linhas (namorar)
Es chegt	chega

A grande maioria dos 378 termos aqui citados, com ligeiras diferenças regionais apenas, encontra-se em todos os núcleos teuto-brasileiros em que o português é geralmente ignorado. Certo é que a escola pouco ou nada contribuiu para a difusão dessas palavras. Trata-se de um processo de aceitação espontânea, em oposição, por vezes, aos puristas e conservadores alemães. Se a aceitação de muitos termos se explica pelos motivos já apontados, não é difícil verificar que em muitos casos não havia necessidade nenhuma em substituir o termo alemão pela palavra portuguesa. A introdução espontânea de palavras aparentemente desnecessárias, relaciona-se com o problema da aculturação linguística em geral. Quando e porque se aceita uma nova língua? Quais são os canais de infiltração linguística? Restrinjamos as respostas às populações que constituem o objetivo deste estudo.

Em primeiro lugar é preciso que haja contactos suficientes. Mas a mera frequência dos contactos não basta. E' preciso que neles apareça uma superioridade que determine ou imponha a aceitação. Essa superioridade pode ser econômica, política ou profissional. As mais das vezes haverá concomitância de vários fatores. Decisiva, porém, é geralmente outra causa. As pessoas que falam português, em contacto permanente ou intermitente com os colonos, são geralmente representantes da sociedade urbana, considerada mais "fina", mais "inteligente" e por isso mesmo invejada e imitada pelas

populações rurais. Trata-se de um fenómeno bem conhecido que explica, em grande parte, o absentismo e a tendência muito acentuada de abandonar o campo em busca de uma vida urbana mais fácil e menos monótona.

São juizes, advogados, médicos, engenheiros, dentistas, comerciantes, professores, padres, funcionários administrativos que os encargos profissionais levam a pôr-se em contacto com os núcleos rurais ou semi-rurais. Eles constituem aí uma elite e, ao mesmo tempo, um início de urbanização. No conjunto de outros fatores aparece a língua portuguesa como símbolo da cultura urbana. Entre os fatores considerados requisitos da civilização urbana: o vestido e as meias de seda, o salto alto, o pó de arroz e o batão, o exercício de uma profissão que não seja “de enxada”, a frequência de bailes e cinemas, também figura a língua portuguesa. Juntamente com a enxada, os tamancos, o vestido de chita, o dialeto teuto é desprezado e substituído o mais breve possível. Na sofreguidão de falar o português, sem escola e sem contactos suficientes, os colonos adotam, por vezes, um linguajar repassado de monstruosidades, como sejam certas tautologias cstranhas: milje - Mais em vez de milho ou *Mais*, chapéu - Hut em lugar de chapéu ou *Hut*, cavalo - *Pferd* em vez de cavalo ou *Pferd*. Encontrei num espetáculo destinado a comemorar o dia 25 de julho o seguinte diálogo:

João Pötter: Bó tard'!

Franz Lohmann: Biste zu Fuss gekomm' João?

João Pötter: Não, ich sin mit mei Cavallo - Pferd geritte gekumm.... Bo' tard' Lenche, como vai?

Lene Lohmann: Muito' brigad, senhor, e o senhor?

João Pötter: Egalmente gleichfalls.

Lene Lohmann: Estim muito, senhor...

Essas palavras provocam a indignação do professor Kurt Engel que se dirige ao Pötter, em alemão: Se você pelo menos soubesse falar dircito! Mas você fala como tantos nesta terra, nem brasileiro, nem alemão direito. — Quanto à sua língua materna, não deve desprender-se dela assim desmioladamente e com desprezo... (168)

Nas localidades do vale do Itajaí, a introdução do português se realizou *pari passu* com a urbanização e industrialização. Pode-se dizer que, apesar das numerosas escolas em que se ensinava o alemão (até 1938), os jovens não usam mais o alemão entre si, embora o conheçam muitas vezes. No recreio de escolas das comunidades evangélicas que davam preferência ao ensino do alemão, ouvi as crianças falarem entre si só o português. Nesse meio, portanto, o português penetrou contra os esforços da escola, da igreja protestante e da propaganda cultural. Nas zonas rurais, isoladas, no entanto, a situação é diferente. Contudo, em alguns municípios há uma forte tendência de abandonar a lavoura e trabalhar nas fábricas e, concomitantemente, uma penetração

(168) Unser Tag, São Leopoldo 1935, p. 34.

linguística cada vez maior. As conclusões às quais chegámos, depois de observações minuciosas que se estenderam sobre quatro anos, são estas:

1 — A geração nova mostra, independentemente de qualquer propaganda, uma tendência cada vez mais acentuada de substituir o alemão pelo português. Os conservadores são, em geral, velhos.

2 — Essa tendência é mais forte entre católicos do que entre protestantes. Os católicos, em geral, não se opõem ao uso do português, mesmo em família.

3 — O proletariado industrial revela a maior permeabilidade linguística de todas as classes sociais.

4 — Essa permeabilidade diminue para cima, isto é, na pequena burguesia, na burguesia média e na alta burguesia, com as seguintes restrições:

a) ela é maior entre católicos do que entre protestantes;

b) ela é maior entre pessoas que cursaram ginásios brasileiros;

c) ela é muitas vezes completa entre pessoas que cursaram escolas superiores em São Paulo ou no Rio;

d) ela é menor entre pessoas que cursaram ginásios ou escolas superiores na Alemanha;

e) ela é maior nas famílias em que um dos cônjuges não fala alemão;

f) ela é, muitas vezes, maior entre as pessoas ou famílias que imigraram depois da guerra mundial do que entre os imigrantes anteriores à conflagração mun-

dial. Nota-se, no entanto, que essa afirmação se reporta apenas aos verdadeiros imigrantes;

g) ela é menor entre populações rurais isoladas;

h) ela é grande entre populações rurais em contacto permanente com outras etnias, mormente em zonas de nucleação heterogênea.

CAPÍTULO XII

A FAMÍLIA

Embora seja comum falar em *família moderna* ou *família conjugal* como se fosse uma só nos países de cultura européia e americana, as diferenças são múltiplas e profundas. Elas afetam a sua estrutura e sua organização. A estrutura, porque as relações entre esposos, entre pais e filhos como entre os parentes em geral variam bastante. A organização, a distribuição das funções ou atribuições de seus componentes, mormente da esposa, não são as mesmas. Partindo de dois critérios diversos, apontamos as diferenças que existem, de um lado, entre

- 1 — família rural e
- 2 — família urbana;

de outro lado, entre a família

- 1 — dos povos germânicos e anglo-saxões;
- 2 — dos povos românicos e
- 3 — dos povos eslavos.

Além de revelar traços patriarcais, a família rural constitue sob o ponto de vista econômico, unidade de trabalho e de produção. O papel econômico da família

urbana restringe-se ao mero consumo, os traços patriarcais tendem a desaparecer ou desapareceram por completo. Mas as relações entre caspos e gerações variam. Entre os povos germânicos e anglo-saxões, a equiparação relativa dos sexos, limitada apenas por diferenças biológicas irreduzíveis é um fato. Ao adultério prefere-se um divórcio relativamente fácil. Não há reclusão da mulher. Ao contrário: não há campo de atividade vedado à mulher. Mesmo a dona de casa participa cada vez mais das atividades do esposo. Ela lhe acompanha, frequentemente, os trabalhos profissionais e, quasi sempre, as atividades recreativas: os esportes, as diversões e as viagens. Ao passo que a antiga subordinação da mulher cedeu à coordenação, as relações de subordinação entre filhos e pais são muito acentuadas. As crianças, pelo menos na Europa, não aparecem na vida pública, a não ser em determinadas ocasiões. As liberdades infantis são muito restritas, vigiando pais e mestres, com a mesma severidade, a vida dos adolescentes. Também aí há equiparação relativa dos sexos: não se restringe apenas a liberdade das moças casadouras: os rapazes em geral não gozam de maior liberdade do que as raparigas. Entre os povos românicos (deixando de lado os eslavos) a situação é diferente. A sociedade ibérica que nos interessa aqui porque ela influiu decisivamente na formação da família brasileira, constitui, como se sabe, a modalidade extrema entre os referidos povos. A desigualdade dos sexos, o domínio do homem na vida pública, a reclusão da mulher são traços atribuídos à influência

árabe. Acresce que se prefere tolerar o adultério secreto a facilitar o divórcio. Restrita ao papel de dona de casa e criadora de filhos, a esposa pouco participa das atividades do homem. Este, por sua vez, vive a sua vida fora de casa. Na sociedade "pública" predomina a influência masculina, na sociedade doméstica prepondera a influência das mulheres. (Nos chamados povos "nórdicos" não existe essa separação). Na sociedade doméstica e feminina, as influências religiosas são notáveis, ao passo que essas influências, *quando existem*, afetam tanto o homem como a mulher, entre os povos germânicos e anglo-saxões. O papel da criança, notadamente no Brasil, faz-se sentir na vida pública. A tolerância dos pais é grande nesse ponto. A influência da escola sobre a educação das crianças é limitada senão completamente nula. O controle dos pais sobre a vida dos filhos é fraco e desaparece cedo, ao passo que as filhas núbéis vivem sob o controle rigoroso dos pais, mormente da mãe.

Entre os povos germânicos e anglo-saxões, as relações com os demais parentes pouco afetam a vida familiar. Nas sociedades românicas, as relações são, em geral, mais estreitas, havendo frequentemente uma convivência íntima entre os parentes mais próximos. De mais a mais apontamos a diferença que existe quanto à idade de casamento: essa idade é muito mais elevada entre os povos nórdicos do que entre povos meridionais, e a idade de casamento dos camponeses é, por toda parte, inferior à dos cidadãos.

Esboçando rapidamente essas diferenças estruturais, aliás conhecidas e muitas vezes descritas, frizamos os traços que, no caso de um contacto entre esses tipos diversos, poderiam facilitar ou dificultar a assimilação.

Nos núcleos isolados e puramente rurais de origem germânica “o matrimônio é orientado por princípios patriarcais: o homem é o único representante da família, a mulher pouco aparece na vida pública. Delitos contra o matrimônio quasi não há, os cônjuges observam fidelidade mútua...” (169) As mulheres, solteiras e casadas, acompanham os homens à roça participando de quasi todos os trabalhos agrícolas. O casamento com caboclos é, às vezes, um meio de escapar ao trabalho na roça. “As coloninhas gostam de casar com brasileiro. Consideram isso uma honra. E depois... casando com brasileiro não precisam trabalhar na roça”. (170)

A separação dos sexos iniciada com a puberdade (aquí mais cedo do que na Alemanha) é rigorosa. Relações pre-nupciais são raras entre solteiros sem compromisso de casamento, mas frequentes entre noivos. Aliás, as diferenças regionais nesse ponto variam bastante na Alemanha e, por conseguinte, entre os colonos teuto-brasileiros. Na Alemanha meridional, mormente na Bavária, as relações sexuais entre namorados são comuns e o número de nascimentos ilegítimos é elevado.

(169) Dr. Hanns Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*, 1937, p. 82.

(170) Vianna Moog, *Um rio imita o Reno*, Porto Alegre, 1939, p. 157.

Solteiras com um ou dois filhos não são raras e mesmo assim encontram parceiro para o casamento. O esposo, no entanto, nem sempre é o pai do filho natural, prova que a virgindade não é tido como valor absoluto. Sobre os núcleos teuto-brasileiros no Espírito Santo encontramos esta observação no bem documentado trabalho de Ernst Wagemann: (171) “Dentro das comunidades germânicas, no entanto, as relações pre-nupciais são provavelmente muito frequentes. Verdade é que os nascimentos ilegítimos raramente ocorrem mais de uma ou duas vezes por ano, sendo que em alguns anos não se regista caso algum nas diversas comunidades; em compensação, as relações pre-nupciais seguidas de casamento em caso de gravidez, são muito frequentes segundo uma antiga tradição campesina.

Todavia, a sociedade procura estigmatizar essas relações. Assim, o estatuto da comunidade de Jequitibá pune “com uma multa de 30 mil reis a noiva deshonesta que se casa com coroa e da à luz dentro de *sete* meses a contar do dia do “casamento”. Deshonesta é a noiva que silenciou as relações pre-nupciais “obtendo por astúcia”, para o casamento, o predicado honorífico de virgem. No caso de confessar a falta contra os bons costumes, ela não pode aparecer de coroa nem o cúmplice de ramalhete, e assim como ela não é chamada virgem, ele não mercede o título donzél (Junggesell)” (172)

(171) Die deutschen Kolonisten im brasilianischen Staate Espírito Santo, München und Leipzig 1915.

(172) Ernst Wagemann, o. c. p. 117.

Segundo o depoimento de Porzelt (173), as relações sexuais entre noivos são frequentes, mas “o amor não ocasiona grandes perturbações. Não tem seu fim em si mesmo, mas é considerado época de transição para um casamento breve e este significa o começo de trabalhos pesados pela constituição de uma nova existência”. A escolha da esposa é determinada, em geral, por motivos econômicos. Costuma-se casar cedo. Wagemann verificou que, no Espírito Santo, o colono se casa, em média com 24 a 26 anos, sendo a idade média de casamento para as mulheres de 20 a 22 anos. Baseado no registro de casamentos de Ijuí (Rio Grande do Sul), Porzelt (174) indica 23 a 24 anos para os homens e 20 a 21 anos para as mulheres, não havendo modificações no período de 1914 até 1932. Ao mesmo tempo, os cidadãos alemães residentes no município se casaram em média com 30 anos e as mulheres com 27 anos.

“A diferença na idade de casamento entre teuto-brasileiros e alemães tem à sua causa principal em circunstâncias econômicas; mas há uma diferença no modo de encarar a vida. O teuto-brasileiro cogita de contrair matrimônio o mais cedo possível; não conhece a fórmula “gozar a vida primeiro”, e só no matrimônio vê uma possibilidade de entrar na sociedade dos homens. Na opinião popular, todo solteiro, mesmo quando tem trinta e mais anos, é “jovem” (jung), ao passo que o conceito de “homem” — honra especial — se aplica só

(173) o. c. p. 81.

(174) o. c. p. 81.

aos casados". (175) Essas concepções associadas a uma natalidade muito elevada e à satisfação e alegria geral que costuma causar a riqueza de filhos, não se explicam apenas pela necessidade de suprir a falta de braços e pelo desejo de aumentar a prosperidade: a causa principal está na conservação de velhos costumes e tradições há muito desaparecidos *mesmo nas zonas rurais dos países germânicos*. Somente contactos com populações de origem étnica e nível cultural diverso, iniciam a fase marginal das populações rurais. Fatores, que influem sobre a fusão de tcutu e luso-brasileiro são, principalmente três:

1 — Diferenças de credo religioso impedem a fusão. "A estreita convivência eclesiástica dos católicos alemães com católicos de descendência não germânica tem por consequência, mormente em zonas de línguas diferentes, casamentos mistos, e se há uma ameaça para a conservação permanente da etnia germânica, ela existe nesse ponto: Como prova sirva uma estatística de todos os matrimônios contraidos, na paróquia católica de Ijuí, de 1899 a 1932. *Ao passo que casamentos mistos na paróquia evangélica alemã da mesma localidade constituem uma raridade, 53,3% de todos os casamentos dos alemães católicos do lugar são contraidos com pessoas de etnia diversa*. Outro fato notável desta estatística é que também as barreiras étnicas das outras nacionalidades se apagam em consequência dos casamentos mistos". (176)

(175) Porzelt, o. c. p. 82.

(176) Porzelt o. c. p. 95

EXTRATO DO REGISTO DE CASAMENTOS DA PARÓQUIA
 CATÓLICA DE IJUI

De 1899 a 1932

Ano	Homem :		alemão italiana	italiano alemã	alemão brasileira	brasileiro alemã	polonês alemã	alemão polonesa	sírio alemã	Total dos casamentos mistos
	alemão	Mulher alemã								
1899	2		1	1		1	3	2	1	9
1900	3				2			1		3
1901	2							3		3
1902	2			1			1			5
1903	4							3		0
1904	3					1	1			0
1905	1				2	1		3		2
1906	5			1		1		1		6
1907	2									2
1908	9			3						0
1909	2		1				1			3
1910	3			1				1		2
1911	3		2	3		2				7
1912	6			4	1					5
1913	5		1	1			1			3
1914	7		1	1				1		3
1915	5		1			1				2
1916	6					2				0
1917	4			1		1				3
1918	8		3	2		3				6
1919	8			3		3				6
1920	5		1	2	3	1		2		10
1921	1		1				1			1
1922	8		3	4	1	3	1	3		15
1923	4			5	2	1	2	1		11
1924	7			3			1			4
1925	5		2	3	1	1	1			8
1926	13			2		1				3
1927	8		4	6	3					13
1928	4		2	1	2			1		7
1929	7		3	7	2	3	1	1		17
1930	5		1	3	4	4	2		1	15
1931	4		1	2	2	2				7
1932	8		1	2	3	2	1	1		10
TOTAL	169		29	62	28	30	18	24	2	193

(177) As designações alemão, italiano, polonês etc. referem-se à etnia e não à nacionalidade. Realmente, quasi todos são brasileiros de várias gerações.

OUTROS CASAMENTOS REALIZADOS NO MESMO PERÍODO
NO MUNICÍPIO DE IJUÍ

Entre brasileiros	471
Entre italianos	469
Entre poloneses	658
Entre espanhóes	9
Entre sírios	2
Brasileiros com italianos	103
Italianos com poloneses	34
Poloneses com brasileiros	26
Franceses com brasileiros	2
Sírios com italianos	1
Sírios com russos	1
Espanhóes com brasileiros	1
Espanhóes com italianos	1

Não seria difícil obter registos semelhantes de outros municípios de população mista e com índices de fusibilidade maiores. Sempre os católicos revelam uma tendência mais acentuada para casamentos mistos. *Podemos afirmar que o católico alemão prefere o casamento com pessoa de etnia diversa ao casamento com o protestante alemão.* Não podemos documentar essa afirmação, mas ela se baseia no conhecimento da mentalidade dos católicos (praticantes) alemães e em observações longas e minuciosas. Um enfraquecimento dessa tendência só se verifica na alta burguesia de tintas plutocráticas, no proletariado urbano, como em todas as partes da população, alheia às práticas religiosas.

2 — Diferenças de nível econômico dificultam a fusão. Nas colônias teuto-brasileiras solidamente constituídas e prósperas que conservaram suas tradições antigas, o casamento obedece, antes de tudo, a imperativos econômicos. As pessoas que contraem matrimônio, frequentemente sob a influência dos pais, não visam senão uma existência material sólida e, possivelmente, próspera. A futura herança, dote e enxoval da noiva são fatores decisivos. Compreende-se que em tais condições os casamentos com colônios brasileiros, geralmente caboclos pobres sem fortuna e sem estabilidade, estejam completamente fora de qualquer cogitação. Só o desnivelamento de uma das partes é susceptível de romper essas barreiras de classe. Duas são as causas que podem determinar um desnivelamento econômico. Frequentemente, os núcleos rurais teuto-brasileiros empobrecem, quer por esgotamento do solo, quer pela partilha exagerada das propriedades. Nesse caso se dá uma aproximação do nível econômico e padrão de vida à população cabocla. E' o caso de diversos núcleos no vale do Itajaí. A outra causa é, não raro, a urbanização lenta das populações rurais. Urbanização ali não é outra coisa senão industrialização: o abandono paulatino do campo e o ingresso nas indústrias. Aí os operários não especializados ganham o mesmo salário, independentemente de descendência étnica e, assim, a aproximação econômica das etnias torna-se um fato consumado. E' a sorte de quasi todos os pequenos centros industriais da zona de colonização germânica, nos estados meridion-

nais. Têm um valor documentário estas observações de Vianna Moog: “Amava aquela vida no meio dos operários. Loiros, morenos, caboclos, mulatos, cafusos, negros, alemães, polacos, teuto-brasileiros, luso-brasileiros, viviam todos numa perfeita comunhão. Uma variedade humana como Geraldo ainda não tinha visto. Muitos deles manejavam indiferentemente o português e o alemão, mas a maioria falava uma língua aparte, um dialeto feito dos outros dois idiomas. Tratavam-se entre si com afetiva rudeza. “Seu alemão duma figa”, “negro diabo” eram expressões que, à força de repetidas, haviam perdido entre aquela gente todo o poder agressivo. E não tinham eles preguiça de trabalhar. De resto, o capataz, um alemão retaco, grialhão, amigo de palavrões, não lhes dava tréguas.

“Moravam nas circunvizinhanças, ao redor da fábrica, no bairro operário. Havia ali casais curiosos: teutos e alemães casados com cabrochas; alemãs repolhudas casadas com morenos e mestiços. A garotada que brincava junto às obras afinava pelo mesmo diapásão; meninos loiros, morenos, tipos claros de cabelo vermelho, faces cheias de sardas; sararás de olhos muito azues. Ao recollir do trabalho, Geraldo se dava ao jogo de adivinhar a quem pertenciam as casas do caminho. Onde houvesse um chalé com jardimzinho na frente, cortinas nas janelas, uma aparência agradável de asseio, lá devia morar uma dona de casa loira; nas casas descuidadas, de pintura desmaiada, com portões a cair, a dona havia de ser morena. Quasi sempre acertava.

Um dia, porém, um dos chalés que mais lhe tinham chamado a atenção ofereceu-lhe uma surpresa: um bando de negrinhos metidos em camisas de brancura imaculada, apinhados na janela. Só no correr de casas que Wolff e Filhos mandaram construir para os seus operários, não podia fazer distinções. Eram habitações rigorosamente padronizadas.” (178)

3 — Preconceitos raciais (representações coletivas) que só em parte se afiguram como sendo a consequência de uma propaganda organizada, se opõem aos casamentos mistos. Onde há contactos permanentes, os preconceitos costumam desaparecer ou, pelo menos, se revelam impotentes para impedir a fusão. Nas alianças mistas o elemento mestiço parece exercer uma forte atração estética e sexual sobre a outra parte.

Há, além disso, representações coletivas, às vezes ligadas aos preconceitos raciais. Figura aí, por exemplo, a má fama de que a mulher brasileira goza como dona de casa e o brasileiro como trabalhador. No capítulo sobre a economia teremos que analisar os fatos que se ocultam atrás dessas representações. Outro impecilho à fusão das etnias é o horror que o alemão e o europeu em geral tem às doenças venéricas, precipuamente à sífilis, horror esse que se transmitiu às populações teuto-brasileiras. Não é apenas uma repugnância inspirada pela doença como fenômeno fisiológico e suas consequências reputadas irremediáveis, mas também a con-

(178) Vianna Moog, o. c. p. 29,30.

denação moral que estigmatiza a pessoa contaminada. Os colonos riograndenses chamam a sífilis “schlechte Krankheit”, doença má, porém má no sentido moral. Doenças que sob o ponto de vista biológico, constituem uma ameaça muito mais grave e imediata para a vida familiar, como, por exemplo, a tuberculose pulmonar, longe de inspirar o mesmo pavor, não impede, frequentemente, a despeito de conselhos médicos, o casamento. Mas o sífilítico dificilmente encontra esposa. As palavras que Vianna Moog põe na boca de “Frau Marta” exprimem exatamente a representação coletiva, o conceito estereotipado acerca da sífilis: “Então havia de entregar a sua filha para um deles? Para aquele engenheiro bronzeado que ninguém sabia de onde vinha? De certo havia de ser um aventureiro. Mandar um homem daqueles construir a hidráulica! Boa coisa sairia dali! E ainda por cima o diabo do mestiço tomava banho no rio. Ah! daquela água é que ela não ia beber. Da água em que ele se banhava. Viria cheia de sífilis. Frau Marta nem mesmo em pensamento usava a palavra sífilis, substituía-a por — *das grosse S* — o grande mal. No Brasil eram todos doentes”. (179)

A estrutura da família teuto-brasileira nos pequenos e grandes centros urbanos é menos definida do que na zona rural. O que torna difícil a sua análise é mormente o fato de que os fenômenos nela observados não resultam apenas da marginalidade, mas também de quasi to-

(179) Vianna Moog, o. c. p. 117, 118.

das as tendências gerais que agem no sentido de produzir uma situação de “desequilíbrio instável” da família moderna. Se as relações entre os esposos, entre estes e os filhos nem sempre seguem um padrão estabelecido pela coletividade, a causa não está, por vezes, em uma crise de assimilação, mas nas mudanças gerais que tendem a decompor os elementos estruturais antigos. Assim, por exemplo, a posição da mulher. Não há dúvida de que, na sociedade urbana, a moça teuto-brasileira goza de liberdades geralmente vedadas às filhas solteiras das famílias luso-brasileiras. As mães não lhes vigiam todos os passos, e mesmo nas famílias burguesas, os passeios à noitinha, as visitas, a assistência às “domingueiras” ou bailes se toleram, frequentemente, sem a presença das mães ou outros parentes idosos. Sem a naturalidade e o senso eminentemente prático das populações rurais, o amor toma feições que se assemelham bastante às das pequenas cidades da Alemanha. Relações sexuais pre-nupciais são frequentes. Numa das cidades do vale do Itajaí, o velho vigário católico declarou, em um sermão, que 60% das moças que contratavam casamento na igreja paroquial, não eram mais virgens. Este e outros padres me confirmaram baseados em muitos anos de trabalho no confissãoário, a observação anterior. Nos municípios de população mista, no entanto, esse problema assume um aspecto interessante: nos núcleos de colonização italiana a situação é inteiramente diferente. No mesmo município de que o padre indicou a porcentagem de defloramentos, há uma colônia de descendentes

de italianos tirolezes. Ora, o mesmo padre me afirmou que nesse núcleo, relações sexuais entre noivos ou solteiros em geral eram raríssimas. Verdade é que se trata de um núcleo puramente rural, mas outros núcleos rurais do município, situados a mesma distância da cidade e com população teuto-brasileira, não apresentam um aspecto muito diferente do da cidade, quanto aos costumes sexuais ainda segundo os depoimentos dos padres (aliás alemães). A diferença não se explica tão pouco por motivos religiosos, pois a maioria dos teuto-brasileiros do município é católica e as observações foram feitas exclusivamente entre católicos. Não parece haver dúvida de que a diferença nas representações coletivas se explica pela diversidade da formação étnica e cultural desses grupos.

A sexualidade pre-nupcial liga-se intimamente à prostituição. É notável que a referida cidade (com 5.000 habitantes, aproximadamente) não tem prostíbulos. O mesmo pode-se afirmar de quasi todos os pequenos centros urbanos teuto-brasileiros. (180) Sabe-se, que nas cidadesinhas e vilas do interior brasileiro por menores que sejam, quasi nunca faltam prostíbulos. A opinião pública mostra-se tolerante nesse ponto, mas extremamente intolerante no que se refere aos menores deslisés das “moças de boa família”. Numa pequena cidade do Paraná setentrional, onde a mocidade masculina se contaminava em numerosos lupanares de ínfima

(180) Nas cidades médias e grandes, a situação é diferente.

categoria, uma moça de “boa família” não achou marido porque correu o boato, aliás totalmente infundado, de que ela havia sido deflorada pelo noivo. O falecimento do noivo condenou a moça a um celibato forçado. Certamente, casos semelhantes são comuns e traem não só a desigualdade mais completa dos sexos no terreno sexual, mas também o alto apreço em que se tem a virgindade a qual me parece ser, frequentemente, o atributo mais valioso da mulher das classes médias do interior. Ora, vimos que a opinião pública nas cidadesinhas teuto-brasileiras é mais transigente nesse particular, mas de uma intolerância absoluta quanto à prostituição. Na referida cidade de B., no vale de Itajaí, algumas mulheres abriram um lupanar e começaram a contaminar os rapazes da cidade. Não tardou, porém, a reação que sobreveio violentamente, ameaçando as prostitutas de expulsão a viva força. Desde então “a cidade está limpa” como afirmou o cidadão que me relatou o sucesso. Mas a opinião pública não pode impedir a prostituição difusa e incidental, e esta parece difundir-se cada vez mais na classe operária. Na burguesia média, principalmente nas famílias católicas, observei uma aproximação aos padrões morais brasileiros. Não me estou referindo, naturalmente, às famílias luso-brasileiras que geralmente procuram manter as suas tradições (com exceção, às vezes, da alta burguesia) mas as famílias constituídas por descendentes de alemães. Contudo, esses casos são raros, e se a assimilação encontra obstáculos muito sérios, senão intransponíveis, é precisamente nesse ponto. Pois

como já dissemos: há tendências que independentemente do problema especial da marginalidade ou assimilação, procuram mudar a estrutura da família destruindo-lhe os últimos restos patriarcais e emancipando mormente as mulheres e os filhos. E' justamente o tipo semi-patriarcal da família brasileira que parece estar destinado ao desaparecimento. Ora, não é de se esperar que ela ainda possua forças de atração suficientes para absorver um tipo que está mais de acordo com o ideal novo. Não se deve esquecer que a imigração de após-guerra reforçou essas tendências, pois a "crise de valores", quer dizer a mudança ou revolução nas representações coletivas, produzida pelas conseqüências sociais da conflagração mundial, levou à migração em massa, e precisamente os emigrantes foram, em grande parte, indivíduos profundamente afetados senão desajustados pela revolução social. As concepções familiares introduzidas assim, não estavam mais de acordo com a moral dos antigos colonos, e, muito menos, com os traços patriarcais da família burguesa brasileira.

Já aludimos às relações conjugais nas famílias rurais teuto-brasileiras. Nos centros urbanos e semi-urbanos, a situação é diferente. A mulher participa, com uma parcela maior de influência das atividades do homem. Essa participação aumenta, "para cima", atingindo o seu gráu máximo na alta burguesia, classe essa constituída por industriais e comerciantes enriquecidos e quasi sempre descendentes em segunda, terceira ou quarta geração de simples colonos. Aliás, é nessa classe que os

homens procuram, frequentemente, as esposas na Alemanha, indo para lá em “viagens de estudo” e solteiros, voltando depois de anos, noivos ou casados. Casar com brasileiros tem para a moça alemã um sabor exótico e lhe serve como meio de distinção. O rapaz teuto-brasileiro procura compensar, dessa maneira, os sentimentos de inferioridade, rehabilitando-se, ante o seu eu marginal e distinguindo-se, na rusticidade do meio colonial brasileiro, pelo casamento com uma rapariga considerada mais culta ou mais fina do que as mocinhas da terra. As famílias dessa classe, porém, não se opõem geralmente aos casamentos mistos. Médicos, magistrados e advogados descendentes de alemães casados com mulheres de outras origens étnicas são frequentes, mormente entre os católicos. Um horizonte cultural mais amplo, conhecimentos mais exatos da sociedade brasileira e, às vezes, interesses econômicos constituem um clima favorável às alianças mistas.

Verdade é que os conflitos entre pais e filhos não são raros. Não assumem as proporções que as torna, pela rapidez da assimilação e pela diferença dos padrões culturais, assunto preferido dos sociólogos e psicólogos norteamericanos. A assimilação entre nós era lenta até hoje; mesmo assim ela ameaçava padrões culturais que os pais queriam salvar a todo transe. E' preciso formar-se um juízo exato o que esses conflitos significam para a existência da família. O choque se dá quando a autoridade dos pais entra em concorrência com a autori-

dade dos professores e as influências do meio social. Os companheiros de brinquedo ou de trabalho, os professores ou adultos em geral com que a criança ou adolescente entra em contacto, ensinam-lhe a desprender-se da língua, de certos costumes, modos de pensar ou agir cujo valor os pais não cansam em inculcar na mente do imaturo. Geralmente o meio extrafamiliar é mais forte do que as influências domésticas. Os pais verificam que estão criando estranhos em sua casa, filhos insubmissos que não falam a língua materna, que têm outros conceitos sobre religião, sobre relações com o outro sexo, outros hábitos de trabalho e, às vezes, traços considerados vícios. A tradição familiar sofreu uma interrupção, há “impedimentos axiológicos” que se opõem à continuação ou ao reatamento das relações tradicionais. A ruptura é completa. Inúmeras vezes registrei a existência de tais conflitos nem sempre em sua forma mais aguda e dramática que costuma acabar com o aniquilamento completo da comunidade familiar, com a expulsão do filho ou abandono da casa paterna. É o já citado pavor que os colonos têm do “verkaboklern” (acaboclar) ou “verlusen” do filho, pois eles não conhecem outros padrões de vida brasileira senão a paupérrima, desamparada existência do caboclo litorâneo, sem recursos materiais, sem trabalho constante e metódico, infestada pelo alcoolismo e a sífilis. “Verlusen” significa para o colono tornar-se algo parecido com esse tipo de caboclo brasileiro. (Daí explica-se também o fato de a palavra “caboclo” ser usada como insulto).

A proibição de falar português em família é outro exemplo que reflete conflitos entre gerações. Os filhos enquanto menores sujeitam-se, mas adquirem desdém ou até ódio à língua materna e nunca mais voltam a usá-la quando maiores.

“Muitas crianças de quatro, cinco e seis anos, recusam-se a usar a língua de seus pais. Pela influência de outras crianças elas chegam a desdenhar de tudo quanto é estrangeiro, recusando-se a falar a língua materna porque esta as identifica como estrangeiros”. (181)

Superada a situação marginal que pode prolongar-se através de várias gerações, mormente no Brasil, o interesse pela língua dos antepassados pode voltar sob outra forma: “A segunda geração recusa-se, muitas vezes, a falar a língua dos pais porque ela a liga aos estrangeiros. O filho de terceira geração, no entanto, não manifesta esse sentimento, mostrando frequentemente um interesse considerável pela língua dos avós”. (182) Observei diversos casos semelhantes em nosso meio, não porém com o rigor da mesma ordem; realmente vi descendentes de alemães em terceira, quarta ou quinta geração voltando seus interesse à aprendizagem dessa língua cujo manejo já se havia perdido nas famílias respectivas. Citamos esse fato para demonstrar a que ponto a marginalidade e os ressentimentos contribuem para assimilar os indivíduos.

(181) Hannibal Gerald Duncan, o. c. p. 698.

(182) Ibidem, p. 828.

“Infelizmente temos que presenciar que os nossos filhos como tantos patrícios adultos vão perdendo, aos poucos, os sentimentos germânicos. Quasi não temos contactos com a cidade. Vivemos inteiramente entre brasileiros. Além disso, a escola brasileira. E’ impossível conseguir que se fale só alemão em casa”. (183)

Nos capítulos subsequentes daremos outros fatos relacionados com os conflitos que a assimilação costuma originar entre pais e filhos.

(183) Hugo Grothe, o. c. p. 95.

CAPITULO XIII

A RELIGIÃO

As comunidades protestantes constituídas por imigrantes alemães na época impèrial, permaneciam corpos estranhos no país. A união de Estado e Igreja Católica e a legislação daí proveniente colocava os matrimônios protestantes fora da lei. Um relatório de 1844 do ministro Joaquim Marcelino de Brito caracteriza a situação:

“Observa porém o Presidente da Província que a falta de leis ordinárias que regulem e tornem efetivo o preceito constitucional que consagra a tolerância religiosa, gera alguns embaraços de que se ressentem a colônia; e são sem dúvida graves os que se manifestam por ocasião das alianças de famílias, ou sejam protestantes ambos os cônjuges, ou prefira um aquela religião e outro a católica apostólica romana, pois as leis em vigor no contrato de matrimônio só tiveram em vista os católicos romanos. E’ igualmente sensível nos óbitos e nascimentos a falência de medidas administrativas visto que os católicos têm os seus registros legais encarregados aos respectivos párocos, o que falta aos protestantes que nem batizam os seus filhos em paróquias constituídas nem

sempre enterram os seus cadáveres em cemitérios a cargo de curas". (184) De 1855 em diante, os protestantes se empenharam em conseguir uma alteração das leis e, embora tivessem numerosos parlamentares a seu favor, nada conseguiram até o advento da república. Num projeto de 1858, do ministro da Justiça, temos esta frase: "Todavia, qual será o homem honrado que não hesitará em vir para o império, se não tiver a certeza de nele ver reconhecida a legitimidade de seus filhos, se nele vir considerada como um concubinato a união que contraiu, se os filhos são ilegítimos e portanto incapazes de lhe suceder?" (185) A oposição contra o credo evangélico era tão pronunciado que ainda em 1887 o chefe de polícia da província do Rio Grande do Sul mandou fechar a igreja protestante de Santa Maria porque ela tinha, contra o dispositivo da constituição de 1824 (artigo 5) uma torre. E' óbvio que essa atitude oposicionista que permaneceu inalterada desde 1824, quando começou a imigração alemã, até 1889, se fixou na memória coletiva das comunidades evangélicas, contribuindo para a sua segregação social e o particularismo étnico da sua estrutura. Em numerosas publicações de fonte luterana, os primeiros cinquenta anos de vida religiosa no Brasil, são descritos como período de atribulações e sofrimentos. Ao fato da segregação causada pelo trata-

(184) Cit. apud Joaquim da Silva Rocha, *História da Colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, 1918, p. 246,247.

(185) Cit. apud Augusto de Carvalho, o. c. p. 269.

mento jurídico diferencial, ligam-se determinadas particularidades estruturais dos grupos religiosos constituídos pelos imigrantes alemães. *No protestantismo alemão a idéia étnico-nacional está inseparavelmente ligada à idéia religiosa.* A Igreja Evangélica é igreja nacional cujo chefe foi, como se sabe, o próprio imperador alemão. No Brasil contamos três instituições principais, além de algumas secundárias e certo número de comunidades livres. A maior é a “Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul” (ou Sínodo Riograndense) com 173.000 fiéis, aproximadamente. Desde 1903, essa igreja faz parte da Igreja Territorial Prussiana. (186) § 2 dos estatutos reza: “O Sínodo adota, baseado na Sagrada Escritura, os símbolos da reforma de Martim Lutero, mormente da Confissão de Augsburgo e do Pequeno Catecismo de Lutero. Ele se une quanto à organização dos ofícios religiosos, à doutrina e à disciplina eclesiástica, com a Igreja Evangélica Alemã”. (187)

Além do Sínodo Riograndense existem duas grandes organizações eclesiásticas de protestantes teuto-brasileiros. São elas o “Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados”, com 37.760 adeptos (188) e o “Sínodo das Comunidades Evangélicas Alemãs do Brasil Central”, com 31.340 membros

(186) Porzelt, o. c. p. 92, 93.

(187) Ferdinand Schröder, *Brasilien und Wittenberg*, Berlin 1936, p. 225.

(188) Schröder, o. c. p. 352.

(1927). (189) O primeiro está ligado há poucos anos, à Igreja Evangélica Alemã, a segunda parece ter conservado a independência. Ao lado dessas grandes organizações, aliás pouco coesas em comparação com outras igrejas, existem numerosas comunidades independentes. Mesmo assim, as influências germanizantes eram sempre muito acentuadas. “O que salta aos olhos de quem chega ao Brasil, é o *cunho nacional alemão* da nossa Igreja Evangélica Alemã... A nossa Igreja Evangélica Alemã, fundada pela cristandade evangélica germânica, considera, embora reconheça a cultura luso-brasileira, a índole germânica, o modo profundo dos alemães de interpretar o evangelho, o ofício divino germânico, a língua alemã, os ricos tesouros de arte, ciência e teologia que trouxe da Alemanha, dotes divinos que ela sabe honrar e cultivar em igreja e escola. *A Fé evangélica e o germanismo constituíram, desde os tempos de Lutero, uma união íntima que não pode ser rompida sem prejuízo...*

“Até agora, muitos membros das comunidades evangélicas alemãs do Brasil foram alemães mais por hábito do que pela vontade de serem alemães. Será tarefa da igreja implantar neles a consciência germânica... *A Igreja Evangélica Alemã do Brasil só poderá cumprir a sua missão se for, conscientemente, igreja nacional alemã.*

“Verificamos sempre a mesma coisa: quando um evangélico alemão ou seu descendente não fala mais o alemão, ele se converte ao catolicismo ou a uma das igrejas evangélicas brasileiras que consideram as nossas comunidades campo de missão.

“No interesse da nossa Igreja devemos exigir dos nossos ministros no Brasil que sejam alemães integros a ponto de cultivar o germanismo na igreja e na escola. Se verificarem que o germanismo de seus fiéis, velhos e jovens, for ameaçado pela força de atração do ambiente estranho, mormente nas cidades, pelas influências da rua e das empregadas domésticas brasileiras nas famílias ou por influências outras, é o seu dever opôr-se com todos os meios justos”. (190) Entre os tauto-brasileiros do sul catarinense encontrei a frase, já citada alhures: (191) “que bom protestante não pode ser bom brasileiro e um bom brasileiro não pode ser bom protestante”. *Naturalmente, essa frase se refere exclusivamente aos membros da Igreja Evangélica Alemã.* A estrutura das outras igrejas protestantes do Brasil é totalmente diversa, e as relações que existem, frequentemente, com grupos religiosos norteamericanos, não são étnico-nacionais. Sem dúvida, o ponto de vista do trecho

(190) M. Dedekind, *Deutschtum und Evangelium in Brasilien*. Leipzig 1929 p. 36, 37.

(191) Emílio Willems, *Essai sur le problème de la colonisation au Brésil*, *Revue Internationale de Sociologie*, Julho-Agosto 1934, p. 367.

transcrito representa uma opinião extremada. Pelo que pude observar, nem todos os ministros protestantes alemães partilharam de um programa de ação tão radical. Todavia, *mutatis mutandis*, encontramos em todas as comunidades da Igreja Evangélica Alemã, a fusão funcional dos seguintes elementos:

a) a vida religiosa propriamente dita (culto, preces, interpretação dos evangelhos, pregação, cerimônias etc.);

b) a língua alemã;

c) certos costumes, mormente a endogamia, (isto é, casamentos só dentro da comunidade evangélica).

Essa fusão é funcional porque de cada fator parte uma influência poderosa sobre os demais fatores e sobre a coesão moral e étnica das comunidades. Praticamente: A vida religiosa favorece a conservação e difusão da língua e dos costumes, a língua serve de veículo à pregação, transmissão e difusão das doutrinas religiosas, e os costumes afastam as influências a que a doutrina religiosa se expõe pelo contacto inter-étnico.

Daí se compreende perfeitamente a importância que revestem, para essas comunidades, as escolas e a formação dos futuros ministros. Em 1920 esboçou-se um programa (192) em que se manifesta, singularmente, a posição marginal da Igreja Evangélica Alemã. Ouçamos os itens:

(192) Cit. apud Deutsche evangelische Blätter für Brasilien Agosto-Setembro 1937, p. 137.

1 — A necessidade de despertar uma compreensão nítida e vontade étnica decidida somente mediante chefes nascidos aqui (no Brasil) Por isso: escolas!

2 — Princípio: quanto mais brasileiro em assuntos políticos tanto mais alemão em assuntos étnicos.

3 — Quanto mais independente para fora, tanto mais íntima a união interna (com a Alemanha).

“Como o problema da Igreja Evangélica *Alemã* no Brasil é considerado problema étnico, era preciso que se iniciasse um programa popular, e este abrangia:

1 — Escola normal e escola teológica (como se chamara o proeminário antes da sua fundação).

2 — A independência completa como igreja popular brasileira.

3 - - Conseguir a união com a “Liga eclesiástica evangélica-alemã.”

Grande parte desse programa está realizado. “Realmente, na estatística sobre a imprensa periódica teuto-brasileira, nota-se um esforço considerável envidado pela Igreja Evangélica, afim de penetrar, mediante a imprensa dominical, o meio rural e semirural. Enquanto que o número de jornais acusa uma ligeira diminuição, a curva de desenvolvimento das folhas religiosas, mais baratas e mais acessíveis à mentalidade dos colonos, é francamente ascendente.

“Para mim, a idéia étnica não está acima do evangelho como insinuaram pessoas que se dizem luteranos, mas acima da igreja cujo *princípio construtivo* é

tanto evangélico quanto étnico". (193) As "Folhas Evangélicas Alemãs" foram fundadas há três anos afim de reunir a idéia e a vontade para a constituição de uma Igreja Evangélica Alemã. Com muitos outros cultivei a idéia de uma Igreja Evangélica Alemã. De tais manifestações resultou para o autor a acusação de fazer um trabalho de germanização; mas quando queria que, em casos de emergência, se pregasse em português aos descendentes de alemães que não entendiam o alemão, insinuaram que o autor se prestava à desgermanização". (194) Seria fácil transcrever inúmeros outros tópicos espalhados em quasi todas as publicações periódicas e não-periódicas, que põem em relevo (1) a fusão do ideal étnico-nacional com a doutrina religiosa, (2) a situação marginal em que as comunidades religiosas se encontram, e que se apresenta como consequência lógica daquela fusão.

À situação marginal das comunidades religiosas corresponde a marginalidade de clero "evangélico alemão". A vida religiosa dos protestantes alemães sofreu um hiato profundo em consequência da emigração. "As igrejas pátrias não se incomodaram, durante decênios, com a sorte de seus membros emigrados. À medida que o número dos protestantes alemães no Brasil crescia, a falta de direção espiritual de pastores e professores ia-se tornando cada vez mais sensível.

(193) O grifo é nosso.

(194) Deutsche evangelische Blätter für Brasilien, o. c. p.

Eles ficaram entregues a si mesmos". (195) Indivíduos sem formação teológica, frequentemente sem cultura nenhuma, eram eleitos "párocos" pelas comunidades. "Este é um mestre-escola escorraçado, mal afamado como beberrão e jogador; aquele é um sargento desertor do exército prussiano, sem rival em matéria de bebedeiras; o terceiro é um taverneiro de Porto Alegre que faliu diversas vezes e se tornou pastor por não achar outros meios de subsistência. O quarto é um sujeito de péssima reputação que não sabia ler nem escrever; um outro que não era dos piores, fora laçao de um conde, um outro ajudante de agrimensor, e havia um que tinha sido alfaiate. No Rio Grande do Sul, havia talvez 40 "pastores", ex-escreventes, ex-garçons ou ex-oficiais". (196) Só em 1863 começou a reação das autoridades eclesiásticas alemãs. Daí em diante enviou-se um número cada vez maior de ministros para as colônias teuto-brasileiras. E' evidente que assim se retardou a formação de um clero recrutado de elementos nativos. Possivelmente o desenvolvimento teria tomado um rumo diferente, no sentido de maior independência da igreja alemã se desde o princípio da colonização germânica se houvesse cogitado dessa questão. Só em 1921 fundou-se um "Pro-seminário" para a formação teológica de elementos teuto-brasileiros. No programa dos cursos figuravam língua e literatura

(195) *Ibidem*, p. 33.

(196) *Ibidem*, p. 36.

alemã, latim, grego, *mas não havia português, nem qualquer matéria relacionada com o meio social brasileiro.* (197) O número de alunos era reduzido. Em 1928 havia só 38. Quem era aprovado nos cursos do seminário, *devia continuar os seus estudos na Alemanha.* Em 1936 havia dois párocos que cursaram o seminário em São Leopoldo. Ao mesmo tempo, quatro ex-alunos estavam fazendo o curso em escolas teológicas na Alemanha. Pode-se afirmar, portanto, que a formação cultural e profissional dos elementos nativos não se distinguia em nada da dos ministros vindos da própria Alemanha.

Já dissemos que em todas as práticas religiosas, a única língua usada era (198) o alemão. Pouquíssimos eram os pastores que em comunidades mistas ou bilingues, pregavam em português. A casa paroquial, a escola alemã anexa, às vezes um salão de teatro e reuniões, constituíam o núcleo típico pelo seu aspecto material e espiritual, sobreposto às comunidades. Sobreposto por vários motivos: o ministro com sua família e, nas localidades maiores, um ou mais professores com suas famílias, representavam uma pequena elite de emissários da Igreja Evangélica Alemã. Em cidades como Porto Alegre, São Leopoldo, Curitiba, Blumenau,

(197) Ferdinand Schröder, o. c. p. 242, 243.

(198) Falamos no passado porque a campanha de nacionalização só deixava esta alternativa: ou fechar a igreja ou ministrar as práticas religiosas em vernáculo.

Joinville, Brusque e outras menores, esse núcleo se compunha de funcionários alemães comissionados pelas autoridades alemãs para um determinado número de anos (cinco, geralmente). Os subsídios pagos aos pastores pelas autoridades eclesiásticas germânicas figuravam no orçamento de muitas comunidades evangélicas. Essa relação econômica, aliás, pode ser qualificada como reflexo objetivo da dependência e subordinação que determinam (ou determinavam) as relações entre as comunidades evangélicas no Brasil e a Igreja Alemã.

A missão oficial do núcleo paroquial evangélico era "Deutschtumsarbeit im Ausland" (trabalho pelo germanismo no estrangeiro). É óbvio que, em virtude do objetivo, o núcleo devia ser *impermeável* às influências do meio social e cultural brasileiro. Mesmo a atitude marginal se tornava suspeita como se pode inferir do tópico transcrito à pag. 235. O pastor que pregasse em português, era, aos olhos ortodoxos, um "traidor". Mas tudo isso não impedia que a atitude de inflexibilidade mantida por essas pequenas ilhas culturais, entrasse em oposição (velada ou aberta) com as camadas marginais ou já assimiladas da comunidade. Nas cidades e zonas de população mista onde muitos descendentes de alemães protestantes não falam mais o alemão, o êxodo da Igreja Evangélica e a indiferença religiosa chegaram a ser fenômenos coletivos. Muitos dissidentes se incorporam no *Sínodo Evangélico-luterano de Missouri, Ohio e outros Estados (distrito brasileiro)*. Essa seita norteamericana

está em oposição aberta contra a Igreja Alemã. As polêmicas tomaram, temporariamente, formas agressivas e ofensivas, e uma das acusações mais sérias que se faziam ao sínodo norteamericano, qualificava este “como scita tipicamente norte-americana que não compreende, absolutamente, os valores do germanismo e da cultura espiritual alemã”. (199) Realmente, o sínodo americano (com 15.000 fiéis aproximadamente e quasi todos no Rio Grande do Sul), ainda que fundado por teuto-americanos, não accita a fusão de doutrinas religiosas com idéias étnicas ou nacionais, ministrando os seus ensinamentos a todos e na língua cujo uso porventura facilite a difusão religiosa.

Compreende-se assim que a casa paroquial evangélica constituia uma verdadeira ilha cultural, alheia em certo sentido à cultura marginal do ambiente e comparável a um núcleo impermeável e imóvel no meio de um protoplasma cujos movimentos eram centrípetas nos meios puramente rurais, mas nitidamente contrífugas nas cidades ou zonas de população mista. *Isso quer dizer que existia um hiato entre núcleo paroquial e comunidade, hiato esse cujas proporções variavam com o grau de marginalidade e os ajustamentos sociais realizados pela população*”. (200)

(199) Ferdinand Schröder, o. c. p. 382, 383.

(200) Um fato que contribue para desagregar o protestantismo, mas sem relação direta com o nosso problema, são as divergências doutrinárias entre as comunidades e sínodos. A união

Não há necessidade de análises demoradas para mostrar as diferenças profundas que separam o catolicismo do luteranismo germânico. Longe da rigidez e impermeabilidade da Igreja Evangélica, a Igreja Católica impõe o que é dogma e doutrina essencial, aceitando e assimilando, no entanto, as contingências do meio. Daí a possibilidade de distinguir um catolicismo francês, alemão, espanhol, americano, etc., o que quer dizer algo mais do que o catolicismo *em França, na Alemanha, na Espanha, ou na América*. Pois o francês, o alemão, o italiano e brasileiro etc., vivem e sentem essa igreja e essa religião como se fossem especialmente feitas para eles. Não se concebe, dentro da igreja de Roma, a fusão de doutrinas religiosas com idéias étnicas ou nacionais. Não é possível que venham sacerdotes emissários de autoridades eclesiásticas, com a obrigação moral de fazer uma propaganda sistemática em prol do germanismo. Não há segregação intencional de comunidades católicas, nem núcleos paroquiais cujas atitudes e atividades fossem determinadas pela preocupação de conservar língua e

imposta, na Alemanha, pelo governo nacional-socialista, em forma de uma "Igreja Evangélica Alemã", não parece ter autoridade suficiente para conseguir a unificação das organizações eclesiásticas que a soberania política da Alemanha não atinge. Em todas as igrejas e scitas luteranas aparece, com maior ou menor nitidez, o princípio calvinista do isolamento completo do indivíduo, "sem sacerdote, sem sacramento, sem amigo, mas só com Deus." (Baxter e Bailey).

costumes germânicos (ou italianos, poloneses etc.). A comunidade dos fiéis é uma só e abrange, virtualmente, todos os moradores do distrito paroquial. Vemos a estreita convivência de católicos teuto-brasileiros com todas as outras etnias porventura existentes no lugar ou na zona. Já nos reportámos à grande fusibilidade dos católicos em comparação com os evangélicos. “Nas comunidades católicas (do Espírito Santo), a unidade para dentro e para fora é bem mais sólida; a Igreja Católica trabalha no sentido de uma fusão do elemento alemão com o nativo”. (201) O clero católico é brasileiro. O fato de haver nele numerosos elementos estrangeiros, é mera contingência. Em uma paróquia mista ou puramente brasileira, o padre italiano, alemão, português etc. não pode adotar processos de trabalho ou objetivos espirituais diversos dos de seus colegas brasileiros. E se ele adotar um tratamento diferencial, entrará imediatamente em conflito com as autoridades episcopais. Pois não somente a orientação espiritual mas a estrutura social da Igreja Católica é *toto coelo* diferente da do protestantismo. As comunidades católicas são mais coesas e a autoridade dos sacerdotes e bispos é incomparavelmente maior. Znaniecki, citando uma análise de F. Mirek (202) “achou que o sacerdote como pessoa delegada

(201) Wgemann, o. c. p. 121, 122.

(202) Florian Znaniecki, *The Method of Sociology*, New York 1934, p. 279.

pela igreja, e institucionalmente dotada de autoridade, é o primeiro e dominante elemento do grupo paroquial que somente começa a existir como tal depois de ter estabelecido certos contactos com certo número de indivíduos, de haver obtido resposta deles e tê-los organizado em u'a unidade social capaz de atuação coletiva". Na comunidade evangélica, o ministro não é essencial. A comunidade pode existir e funcionar, como existe e funciona, sem ministros ordenados. Basta uma pessoa para entoar as preces e os cantos, e se ela possui dons oratórios, a comunidade se dá por satisfeita.

Ora, a indiferença da Igreja Católica em face de tudo aquilo que representa a quintessência do protestantismo germânico, redundou na acusação inúmeras vezes repetida de que "o catolicismo era o cozeiro do germanismo no Brasil". Aliás, o conflito entre as duas religiões é antigo, e desde a fundação do império alemão até os nossos dias, a desconfiança dos católicos com relação às idéias evangélicas, era determinada, em grande parte, pelo tratamento diferencial que as autoridades alemãs aplicavam aos católicos. Estes se queixavam amargamente de que eram considerados "cidadãos de segunda classe", como dizia a expressão muito corrente, mesmo na república de após-guerra. A solidariedade dos católicos com essa espécie de governo não podia ser incondicional e as divergências já existentes só se acentuavam mais no ambiente brasileiro onde os católicos jamais constituíam minoria e os

evangélicos tomavam atitudes de defesa de seus ideais étnicos e nacionais.

E' inútil observar que a formação do clero católico obedece a princípios inteiramente diversos dos que orientam os formadores do clero evangélico-alemão. Claro é que não nos referimos à formação teológica em si que é naturalmente diferente. Em primeiro lugar: normalmente, o sacerdote católico faz os seus cursos todos *no próprio país*. Embora os dirigentes espirituais do seminário central de São Leopoldo e de outros seminários sejam alemães (como há italianos, franceses, holandeses etc.), a formação é *nitidamente nacional*, no sentido de integrar o educando no meio social brasileiro. Basta, por exemplo, lembrar isto: o clero sulino é recrutado quasi exclusivamente no meio rural, entre os descendentes de colonos alemães e italianos. Esses elementos não falam, frequentemente, o português quando ingressam no seminário, mas quando saem, dominam perfeitamente o vernáculo. Observei entre seminaristas catarinenses uma verdadeira dedicação ao estudo do português que não se explicava apenas pela obrigação moral e a pressão social do ambiente escolar. Em um desses seminários onde me foi dado fazer observações prolongadas e minuciosas, notei entre os rapazes do curso menor, um verdadeiro culto do vernáculo. A emulação de falar e escrever com elegância e correção, de penetrar o espírito da língua, de cultivar a frase retórica, realizava verdadeiros milagres, tendo-se em vista o fa-

to de os seminaristas, com pouquíssimas exceções, serem descendentes de colonos alemães, provenientes de um ambiente culturalmente pobre onde quasi não se falava o português. De mais a mais, o seminário era dirigido por padres alemães e o próprio professor de português, de incontestável competência aliás, era alemão de origem. Como explicar, em tais condições, a assimilação rápida dos educandos? Já aludimos ao fenômeno. O ingresso no seminário significa para o filho do colono uma elevação de nível social. Ele se vai preparar para a carreira de maior e mais duradouro prestígio a seu alcance. No meio originário falava o linguajar dos colonos, pobre em recursos, ridicularizado senão desprezado, às vezes, pelos companheiros que não o entendem. Realizada a mudança, o linguajar primitivo já não parece compatível com o novo meio. Os rapazes começam a envergonhar-se da língua materna. O português torna-se *meio de distinção* e requisito imprescindível da nova posição. E' claro que, em regra, esse processo é subconsciente. Pontos-de-vista utilitaristas, leituras e lições cívicas, o prazer estético serão outros motivos que se associam à reação psíquico-social.

À primeira vista pode parecer estranho que, apesar desses fatos facilmente observáveis, se depara, de vez em quando, com tópicos como este: "E' forçoso confessar que a Igreja Católica também esteve, durante muito tempo, a serviço da infiltração germanista no sul do Brasil. Alegam os fiéis que à direção da Igre-

ja competia resguardar o seu caráter nacional. E os sacerdotes alemães põem todo o peso do seu prestígio no sentido de formar germanicamente a juventude teuto-brasileira". (203) Não pretendemos insistir na incoerência do autor que fala da Igreja Católica para logo em seguida se referir à atuação dos sacerdotes alemães. Evidentemente não é o mesmo se a Igreja Católica como tal ou alguns de seus ministros estão a serviço do germanismo. A primeira hipótese seria estranha e improvável, a segunda parece admissível. Casos houve de propaganda étnica conciente, feita por sacerdotes católicos e não somente alemães, em desobediência flagrante às autoridades eclesiásticas. A reação do povo ou dos bispos nunca se fez esperar. Mas tais casos são muito raros e por isso mesmo podem ser desprezados aqui. Não é possível que o autor e outros que não podemos citar, se refiram a casos isolados os quais nada tem que ver com as diretrizes espirituais que orientam a atuação do clero alemão. Aos que tiveram oportunidade de fazer observações *in loco* (e isso é indispensável para chegar a uma conclusão válida) certamente não escaparam estes fatos:

1 — Em alguns seminários dirigidos por sacerdotes alemães, ensina-se, obrigatoriamente, o alemão aos alunos do curso menor, (assim como se ensina o francês entre franceses e o italiano entre italianos).

(203) Observador Econômico, outubro de 1938, A colonização alemã no Brasil, p. 132.

Em São Leopoldo, por exemplo, todos os candidatos ao sacerdócio, independentemente de origem étnica, saem sabendo o alemão. Nas minhas numerosas entrevistas e conversas com padres dirigentes e professores de seminários diversos, indaguei a razão de tão difícil e demorado aprendizado. Todos me responderam, com rara unanimidade, que o conhecimento do alemão era de grande valor para o sacerdote devido à riqueza de publicações teológicas, editadas em alemão. Mormente a literatura homilética existente em alemão consideravam quasi que insubstituível.

2 — A segunda razão indicada era a necessidade de dominar o alemão para os sacerdotes que iam trabalhar entre colonos alemães e teuto-brasileiros os quais ignoravam o português.

Realmente, a igreja católica sempre levava em conta as condições linguísticas do meio. Entre populações que só falam o alemão, os sacerdotes são obrigados a pregar, ouvir confissão e dirigir as associações religiosas no idioma dos colonos. Em zonas mistas mas com separação linguística, o serviço religioso é ministrado em duas línguas, havendo sermão em português e alemão. Geralmente, a população rural frequenta a missa “alemã”, ao passo que o povo da cidade constitue a maioria da assistência na missa “brasileira”.

Em tais condições, a língua não passa de mero instrumento destinado apenas à difusão de doutrinas religiosas. Ao aprendizado e uso do alemão não se asso-

ciam idéias étnicas ou intenções de propaganda cultural ou política.

3 — A vida religiosa das comunidades teuto-brasileiras não sofreu, em regra, hiato nenhum. Com os colonos católicos surgiram os padres e poucos eram os núcleos numericamente importantes que permaneciam, por algum tempo, privados de assistência religiosa de sacerdotes ordenados. Assim compreende-se a intensidade da vida religiosa das comunidades teuto-brasileiras que apresentam, em comparação com a maioria das comunidades luso-brasileiras, certo número de traços diferenciais. O mais relevante é este: *não somente as mulheres, mas também os homens participam, fervorosamente, das práticas religiosas. Segundo as concepções coletivas da comunidade somente "tem religião" quem a pratica.* Só quem frequenta a missa, se confessa e comunga pode afirmar que é católico. O ateu, o indiferente, o anticlerical não gozam de confiança nem de crédito. O controle social da comunidade se estende indiferentemente e com sanções idênticas a homens, mulheres, jovens e crianças de quasi todas as idades. (204) Essas concepções são heranças da terra de

(204) Não vai nisso nenhuma contradição com as afirmações que fizemos sobre a moral sexual. Observei, no entanto, um choque dessas concepções tradicionais com as representações coletivas ibero-brasileiras acerca do valor da virgindade das jovens. A análise desses conflitos no entanto, que se travam no seio das uniões pias, nos levaria demasiadamente longe, no quadro limitado deste trabalho.

origem, das aldeias germânicas onde o catolicismo domina as almas dos camponeses desde os tempos de São Bonifácio. Basta ver a assistência de uma missa dominical para perceber imediatamente que o número de homens não é muito inferior ao das mulheres, guardando-se a mesma proporção até nas cidades. Ora, é sabido que entre populações luso-brasileiras, a situação é inteiramente diferente. Há uma “divisão de trabalho dos sexos” quanto às atividades religiosas. Enquanto o zelo das mulheres é notável e talvez superior ao das mulheres teutas, o número de homens que se pode qualificar de “católicos praticantes”, é relativamente diminuto. O anticlericalismo e a indiferença religiosa são fenômenos quasi exclusivamente masculinos. A razão está, pelo menos em grande parte, na situação mais que precária da Igreja Católica no Brasil, durante o século passado ou mesmo já nos tempos coloniais. A falta de sacerdotes, as concepções inadequadas que muitos párocos nutriam da sua missão, mormente nas paróquias afastadas das sedes episcopais, produziram um hiato secular na vida religiosa das comunidades. Aliás, são fatos demasiadamente conhecidos para que haja necessidade de insistirmos neles. Interessa-nos aqui o contacto das duas populações, sob o ponto de vista religioso. Entrevistei vários sacerdotes alemães que faziam parte das primeiras levas de padres que chegaram, no limiar do século, nos Estados meridionais, mormente em Santa Catarina. Eram homens “peneira-

dos” por longos anos de experiências, de decepções, de trabalhos árduos e extremamente penosos. Nenhum deles ocultou-me os receios desses contactos inter-étnicos. Claro é que não me estou referindo a possíveis preconceitos individuais. Todos me declararam que os teutos perdiam geralmente a religião quando entravam em contacto com luso-brasileiros ou “caboclos”. “A perda da religião” constitue evidentemente o pior que pode acontecer, na opinião de quem põe a religião acima de tudo. E’ nesse sentido que os referidos sacerdotes alemães achavam que a assimilação era um mal. *Ela era um mal para a religião.*

Infelizmente tenho de limitar-me a reproduzir a opinião de sacerdotes entrevistados. Não me foi dado, por força das circunstâncias, realizar investigações pessoais sobre o interessante mas intrincado problema dos contactos religiosos. Parece-me que os depoimentos merecem fé e as consequências, assim como me foram descritas, são admissíveis, tendo em vista *a situação diferencial das comunidades religiosas*. A crise religiosa do homem marginal não passa de um aspecto da crise geral. Traços culturais perdem-se, e essa perda não é compensada, como dissemos inicialmente, pela aquisição imediata de traços novos.

E’ possível que o autor acima se tenha reportado a semelhantes casos. Todavia, vemos mais uma vez que a atitude negativa de alguns sacerdotes alemães (naturalmente não de todos), em relação à assimila-

ção dos colonos, é determinada pelo ideal religioso, e não pela vontade de conservar ou difundir determinadas idéias étnicas ou nacionais.

CAPÍTULO XIV

A ECONOMIA

O problema básico que se nos depara na sociologia econômica, é a causação e constituição de um sistema de representações coletivas, de valores específicos aceitos pelo grupo ou, em outras palavras, uma mentalidade econômica com atitudes estereotipadas susceptível de influir decisivamente sobre todas as atividades relacionadas com as formas de produção, de distribuição e de consumo.

A mentalidade que domina as atividades econômicas do homem moderno, é comumente chamada de “capitalista”. O capitalismo caracteriza-se, segundo Sombart, pelo princípio do ganho irrestrito e pela racionalização dos princípios e meios econômicos. Demonstra esse autor, no “Capitalismo Moderno”, a existência de mentalidades pre-capitalistas desprovidas de um e de outro traço. Na Idade Média, por exemplo, o indivíduo trabalhava, com recursos determinados pela tradição, até o limite ditado pelas suas necessidades imediatas. E esses parecem ser os traços mais relevantes de todas as modalidades de mentalidade não capitalista.

Foi preciso que viesse uma força de extraordinária eficiência para transformar o tradicionalismo das necessidades e dos meios da sua satisfação. “O homem, pela sua natureza, não quer ganhar dinheiro e mais dinheiro, mas quer simplesmente viver, viver de maneira a que ele está habituado e ganhar tanto quanto precisa para isso. Por toda parte onde o capitalismo moderno começou a sua obra, pelo aumento da “produtividade” do trabalho humano mediante o aumento da sua intensidade, esbarrou com a resistência infinitamente tenaz desse motivo principal do trabalho econômico pre-capitalista, e ainda hoje esbarra tanto mais com ele quanto mais “atrazado” (do ponto de vista capitalista) é o operariado do qual depende”. (205) Max Weber de quem são essas observações, atribue a transformação da mentalidade pre-capitalista às reformas religiosas desde Lutero, mormente às modalidades ascéticas do protestantismo, isto é, ao calvinismo, metodismo, pietismo e às seitas batistas (independentes, congregacionalistas, batistas, menonites e quakers). E’ sob influência protestante que o conceito de vocação profissional se desprende de seu revestimento medieval. “Segundo a nova doutrina já não é preciso tornar-se “monge” para agradar a Deus, mas basta ficar no seu “ofício” ou “estado”, exercer seu “trabalho” e “profissão”. Príncipes e súditos, senhores e vassalos,

(205) Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, Vol. I, 3.^a edição, Tübingen 1934, p. 44,45.

donas de casa e criadas, camponeses e burgueses, todos devem ter a certeza de que o seu “estado ou profissão” agradam tanto a Deus quanto o dos monges, ou mais ainda: que este estado nem pode ser considerado um estado profissional cristão”. (206) Mais do que Lutero foi Calvino que pôs em relevo o novo sentido do trabalho profissional. Depara-se-nos, nas doutrinas calvinistas, a condenação formal da ociosidade e de qualquer forma de vida contemplativa. Os princípios do “Christian Directory” e de outras obras teológicas de Baxter se condensam nesta passagem de Max Weber: “Não é ociosidade ou gozo mas somente atividade que contribue, segundo a vontade de Deus revelada de modo inequívoco, para aumentar a sua glória. *Desperdício de tempo* é, portanto, o primeiro e, em tese, mais grave dos pecados... Perda de tempo pela vida social, “tagarelice podre”, pelo luxo e até pelo sono que não é estritamente necessário para a conservação da saúde — 6, no máximo 8 horas — é inteiramente condenável do ponto de vista moral”. (207) O dogma da predestinação é, como se sabe, a doutrina básica do calvinismo. Para o calvinista é dever acreditar na seleção e para chegar a conhecer o seu destino no outro mundo, recomenda-se o “trabalho profissional incansável”. “*Pois o sucesso alcançado pelo trabalho, a prosperi-*

(206) Karl Dunkmann, *Die Lehre vom Beruf*, Berlin 1922, p. 83.

(207) Max Weber, *o. c.* p. 167.

dade econômica como consequência do trabalho profissional eficiente, honesto e ininterrupto, é sinal convincente de ser predestinado ao céu. Os membros da igreja pura são, diz a Savoy Declaration (208) “saints by effectual calling, visibly manifested by their professions and walkings”. A riqueza econômica é pecado só quando usada para o gozo e a ociosidade. “Como exercício do dever profissional ela é não somente permitida, mas até ordenada”. (209) Mas, “O gozo de interesse do capital leva à ociosidade. Mesmo aquele que pode viver de seus interesses, é obrigado a trabalhar segundo a ordem de Deus”. (210) Está aí a raiz principal das representações coletivas que presidiram o advento do regime capitalista. Essa idéia profissional é hoje, na ordem econômica dos povos ocidentais, um “*caput mortum*”. O trabalho contínuo incansável, a princípio *in maiorem Dei gloriam*, tornou-se depois um costume, em seguida um dever cívico, mantido, em parte pelas sanções da sociedade contra os que não “viviam honestamente de seu trabalho”, estigmatizando-os de “vagabundos” ou de “vadios elegantes” (segundo a classe social). Viver a “custo dos pequenos”, “explorar os desamparados e pobres”, ser “parasita”, “acarrapatar-se ao organismo social” sem produzir, característicos da ordem feudal, são os crimes mais graves con-

(208) Cit. apud Max Weber, o. c. p. 110.

(209) Ibidem, p. 176.

(210) Ibidem, p. 172.

tra a coletividade, contra o povo e, ultimamente, também contra a nação.

De mais a mais, desde que se constituiu um determinado tipo de ordem social, a vontade de indivíduos ou até de grupos já não pode fugir, impunemente, às tendências assimiladoras do todo. Estruturas sociais e econômicas são entidades objetivas que dificilmente se substituem. O regime capitalista, com sua divisão em classes e sua especialização profissional levada a um ponto sem precedentes, criou um sistema social e econômico em que todos dependem de todos, e a menor alteração produz desequilíbrios e abalos que parecem apresentar “defeitos” maiores do que possivelmente o próprio regime.

O regime pre-capitalista caracterizava-se pelo *trabalho intermitente*. Inclinada à vida contemplativa e cuidando apenas de seu sustento, o homem medieval, por exemplo, trabalhava apenas em número bastante limitado de dias durante o ano. Segundo um relato sobre a mineração da Bavária, no século 16

de 203 dias	123	eram	destinados	ao	descanso
de 161 dias	99	”	”	”	”
de 287 dias	193	”	”	”	”
de 366 dias	260	”	”	”	”
de 366 dias	263	”	”	”	”

Em 1660, quando as autoridades parisienses queriam reduzir os feriados de 103 a 80, houve arruaças do povo que conseguiu um aumento de 6 dias de repouso.

(211) “Percebe-se nitidamente que as pessoas pobres daqueles séculos *não queriam trabalhar*, em todo caso não queriam trabalhar assim como os empregadores capitalistas deles exigiam. Essa preguiça natural, ociosidade, indolência da grande massa é constatada, com singular coincidência, por todos os contemporâneos que se manifestaram sobre os trabalhadores daqueles séculos, em todos os países de incipiente cultura capitalista”. (212) Em meados do século 19 ainda, a junta comercial de Bremen emitiu sobre os operários alemães este parecer: “Muitos operários trabalham somente quatro, alguns como dizem só três dias da semana na sua profissão, costume esse que um exame mais minucioso revela ser não somente a inclinação da natureza humana pela ociosidade contemplativa ou o pendor patriótico de participar da política pública, mas também uma consequência das perturbações sociais às quais não ficou alheia a classe operária da Alemanha”. (213) O trabalho ditado pelas necessidades do regime capitalista, isto é, o *trabalho permanente*, outrora só a cargo de escravos e gente tributária, se implantou aos poucos. A mentalidade pre-capitalista ou, melhor, acapitalista mostrou-se refratária a uma erradicação rápida correspondente às necessidades da ordem capitalista. Vemos a sua força de

(211) Apud Sombart, *Der moderne Kapitalismus*, 6.^a edição, München 1924 I, p. 306.

(212) *Ibidem*, p. 302.

(213) *Ibidem*, p. 317.

resistência nos países vanguardistas do surto capitalista. Entre povos que permanecem isentos dessas influências, onde a maquinofatura e especialização profissional são fenômenos tardios e incipientes, a grande massa conservou a mentalidade pre-capitalista excedendo, no trabalho, raramente as necessidades do mero sustento. E' o caso dos países sulamericanos, mormente dos tropicais, onde as condições mesológicas facilitam extraordinariamente o suprimento das necessidades vitais. O autor do *Pluto Brasiliensis* (214) caracteriza a situação do trabalhador brasileiro assim: "Porque o homem livre havia de sujeitar-se a serviço de estranhos, no qual se veria obrigado a trabalhar o ano inteiro, num país como o Brasil, onde qualquer um obtem terras para cultivar e onde lhe basta trabalhar apenas quatro semanas durante o ano, para ter o que comer à vontade o ano inteiro e ainda mais ficando senhor de si mesmo? Também maiores lucros não tentam ao trabalho, pois o brasileiro prefere viver pobre e independente e mesmo prefere tal vida à riqueza, se, para alcançá-la tiver que trabalhar. Deve-se, portanto, admitir absolutamente, sem contestação, que a existente geração de homens livres nunca se sujeitará àqueles trabalhos esforçados, que eram executados pelos escravos". Os que criticam a indolência e preguiça do colono ou trabalhador brasileiro, colocam-se, inconscientemente, no ponto de vista capitalista ignorando provavelmente que se trata de uma

(214) Cit. apud Handelman, o. c. p. 976.

atitude tipicamente pre-capitalista a qual podia ser classificada como “normal” e que nada revela sobre o potencial de capacidade de trabalho porventura existente.

Partindo dessas reflexões e levando em conta a raiz religiosa das concepções de trabalho capitalista, parece provável:

1 — que haja diferenças entre a atitude econômica de católicos e protestantes;

2 — que a atitude das populações católicas se afaste mais e a dos protestantes se aproxime mais do ideal capitalista (trabalho permanente);

3 — que o encontro súbito de populações de mentalidades econômicas diferentes produza choques, dificultando a assimilação.

As primeiras duas hipóteses acham uma confirmação em diversas investigações feitas sobre a concentração dos capitais na Alemanha. Essas estatísticas demonstram claramente que os grandes capitais estão, na sua maior parte, em mãos de protestantes. Em 1896, os protestantes da Badênia pagavam quasi o dobro de impostos sobre o capital que os católicos da mesma região”. (215)

Aliás, basta lançar um olhar rápido sobre os povos chamados românicos. A indústria francesa não tinha, até os nossos dias, organização racional que se pudesse

(215) Max Weber, o. c. p. 19.

comparar com a organização inglesa ou alemã. E o ideal de "rentier", aspiração do francês médio de viver, a partir dos cinquenta anos, de seus rendimentos? E' demasiadamente conhecida a estrutura econômica dos outros países para que haja necessidade de expô-la.

Realmente, a diferença aparece também entre os colonos teuto-brasileiros. Nos núcleos do vale do Itajaí que pude estudar, a diferença das atitudes econômicas de católicos e protestantes é tão acentuada que repetidas vezes até pessoas do povo me chamaram a atenção sobre esse fato. Os colonos observam, religiosamente, um número elevado de dias santificados, muitos até que não são considerados dias de guarda pela Igreja. Toda primeira sexta-feira perde-se parcial ou totalmente para qualquer trabalho agrícola de envergadura. De mais a mais, a tendência para aumentar o número de dias de descanso é bastante acentuada. As diferenças porém entre núcleos antigos e novos é grande. Ao passo que o espírito de cooperação, isto é, a compreensão da utilidade de um trabalho racionalizado, é frequentemente nulo entre colonos antigos, os católicos emigrados em época mais recente, possuem, em geral, uma organização econômica em forma de cooperativas e associações agrícolas. Nos distritos colonizados em 1860, por colonos teuto-brasileiros católicos, do município de Brusque, por exemplo, não havia, em 1934, uma única cooperativa sequer. Nos núcleos mistos ou constituídos, na maioria, por protestantes, o caso é diferente. Em 1933 tive oportunidade de visitar duas colônias novíssimas, fundadas

por alemães do Volga, todos eles protestantes menonites. A capacidade de organização de trabalho e o espírito de solidariedade desses núcleos são extraordinários, mesmo em comparação com os demais núcleos teuto-brasileiros da zona.

Como representante do puritanismo, do ideal de trabalho incansável e, ao mesmo tempo, racional, deve ser considerado Hermann Blumenáu. Em uma das suas cartas de 1854 lemos estas palavras: “Não jogo, não bebo, as mulheres não me custam nada, e isso por causa da impressão moral e também para evitar a libertinagem, o pior dos vícios que pode prejudicar uma colônia nova e lhe tolher o desenvolvimento. Tudo sacrifico pela colônia que precisa muito de auxílio, vivo mais do que parcamente quasi que pobremente, afim de não dar azo às comparações odiosas, mostrando a essa gente que é possível acomodar-se quando se quer...” (216) A atitude científica desse homem (em contraste com a atitude empírica da mentalidade pre-capitalista) ressalta de uma descrição feita pela filha: “Como meu pai procurava aclimar, desde o princípio da sua colonização, vegetais de todas as espécies, ele mandou vir, no decorrer dos anos, inúmeras plantas de todos os países, não temia nem trabalho nem despesas quando se tratava de beneficiar a colônia. Mandou buscar videiras das melhores e mais caras da Argélia, de Bordeaux e da Bélgica, de Lisboa, da Grécia e da América do Norte,

(216) Cit. apud Freedén e Smolka, o. c. p. 95.

pois as videiras alemãs não deram o resultado desejado. Chegaram as melhores árvores frutíferas, em uma palavra: tudo quanto havia de melhor em plantas e sementes. Papai empreendeu as mais variadas tentativas nas suas plantações; ele foi um excelente botânico, do contrário não teria obtido os resultados que realmente obteve". (217)

Quanto à terceira hipótese, isto é, as dificuldades de assimilação produzidas pelo embate de mentalidades econômicas divergentes, a situação realmente encontrada não é fácil de ser analisada. Independentemente da sua atitude mental, racional ou não, científica ou empírica, o imigrante tinha e ainda tem de acomodar-se à técnica de trabalho ditada pelas condições do ambiente físico. A primeira fase das suas atividades agrícolas se caracteriza, forçosamente, pelos processos mais rudimentares: a queima do mato e o trabalho com a enxada. Posteriormente três atitudes são possíveis:

1 — O colono considera esses processos definitivos, transmitindo-os a seus filhos e levando uma existência semi-nômade, no fundo pouco distinta da dos colonos caboclos.

2 — O colono considera o período inicial como transitório voltando em seguida aos processos intensivos da agricultura. A racionalização da técnica pode variar em grau, desde a utilização do arado até a adubação química e a criação de gado de raça.

(217) Cit. apud Freedon e Smolka, o. c. p. 95.

3 — O colono, influenciado pelos processos técnicos das populações circunvizinhas, forçado por condições econômicas diferentes ou seduzido pelas facilidades de obter terras novas, abandona, aos poucos, os processos racionais, acabando por aceitar a técnica empírica e rudimentar.

No primeiro caso estão os colonos que emigraram antes da época de racionalização da agricultura, a qual se iniciou, frequentemente, contra a vontade conservadora das populações rurais européias, somente no último quartel do século passado. Os alemães que, em 1823, começaram a cultivar o solo rio-grandense, eram na maioria pequenos rendeiros, jornaleiros e artífices sem tradição agrícola. (218) Não é de se admirar que eles considerassem as terras facilmente adquiridas como objeto de exploração. A técnica agrícola no país de origem assemelhava-se às formas ainda hoje praticadas no Brasil. Ora, essa técnica que os alemães chamam "Raubbau" (cultura de rapina), transmitiu-se de geração a geração. Dentro de 35 anos no máximo as terras se esgotam e o colono é obrigado a procurar novas terras devastando, a ferro e fogo, como o caboclo, as matas cuja extensão vai diminuindo sensivelmente. "O camponês germânico no Rio Grande do Sul integrou-se, durante as quatro gerações de colonização alemã no Rio Grande do Sul, de tal maneira no seu papel de pioneiro da mata, que se tem a impressão de que a conquista imediata

(218) Porzelt, o. c. p. 24.

de terras virgens se tornou conteúdo essencial da vida a ponto dele preferir essas conquistas à conservação das terras já ocupadas". Não se observa, portanto, o apego secular à gleba que caracteriza o elemento rústico alemão cuja vida se desenrola toda, através de muitas gerações, dentro da mesma aldeia ou quinta. O nomadismo dos jovens colonos é tido como fatalidade e apesar da prole numerosa, a população de diversas colônias está envelhecendo devido ao êxodo dos jovens. Aliás, o esgotamento rápido das terras é favorecido pelas condições climatéricas e pela falta de adubos naturais e químicos.

Sobre as colônias espírito-santenses, ouçamos o depoimento de Wagemann:

"A terra que os colonos quasi nunca adubam, é privada das substâncias vegetais pelo cultivo ininterrupto, de sorte que o rendimento vai diminuindo a ponto de não compensar o cultivo. Esse momento chega, segundo os processos empregados e a qualidade do solo, depois de 15 a 40 anos. Então o colono é forçado a abandonar a propriedade e se mudar para outras terras.

"Sob condições européias, o valor do solo exigiria o investimento de capital (adubo etc.) e aumento de trabalho. Como no Espírito Santo extensões de terra quasi ilimitadas ainda são disponíveis, o trabalho de desbravamento talvez seja mais compensador do que um tratamento intensivo das terras velhas. Às atuais condições de transporte, de técnica e de crédito correspondem, mais ou menos, os processos econômicos, isto é,

a cultura de rapina atualmente em uso. Ela se justifica, encarado sob um ponto de vista exclusivamente econômico, pelo princípio evidente de que não se compensam capital e trabalho onde riquezas naturais se oferecem de graça. De outro lado, não se deve esquecer que ela torna o colono um semi-nômade condenando-o a uma vida primitiva e, em geral, a um regresso cultural.

“O ponto mais precário é a influência desagregadora que exerce sobre a organização das comunas, construídas em bases territoriais. Tais efeitos se mostraram, com grande nitidez, em Santa Leopoldina. Essa comuna que compreendia, há trinta anos (1885), 300 famílias, perdeu desde então tantos membros pelas migrações regionais que ela conta, apesar de forte aumento natural da população, presentemente apenas 150. Que perda de valores culturais significa a decadência, a agonia lenta de um tal corpo criado em décadas de trabalho árduo! Pela desagregação de semelhante agrupamento solidamente construído, não são apenas valores sentimentais que desaparecem; também dados culturais concretos, como particularmente a organização escolar, são afetados de maneira grave”. (219)

Vê-se que a mentalidade pre-capitalista das levas de imigrantes vindos pelo fim do século passado, achava um poderoso apoio nas próprias condições econômicas e demográficas do país de adoção.

(219) Wagemann, o. c. p. 72, 73.

A segunda atitude, isto é, a conservação dos processos racionais, depois de um período transitório de poucos anos, encontra-se em zonas de população relativamente densa com vida econômica organizada em moldes capitalistas, com facilidades de transporte e bons centros consumidores locais. E', por exemplo, o caso dos municípios catarinenses de Blumenau, Hamônia, Indaial, Rio do Sul, Rodeio, Timbó e São Bento. Os núcleos têm, desde o princípio, um caráter quasi definitivo. Certas formas de organização coletiva, principalmente cooperativas e associações agrícolas, estas últimas administrando ensinamentos de agricultura e criação em moldes racionais, evitam as recidivas individuais em padrões pre-capitalistas. Aliás, nos últimos vinte anos o esforço desenvolvido por imigrantes novos, no sentido de adaptar a economia dos antigos colonos aos padrões racionalizados, foi impressionante e produziu, ao menos, resultados parciais. E' evidente que essas formas de organização e técnica afastam os teuto-brasileiros dos padrões empíricos das populações circunvizinhas cujas atividades econômicas não ultrapassam as necessidades do mero sustento.

A terceira atitude, isto é, a volta aos processos empíricos, é frequente em zonas de colonização afastadas dos mercados consumidores e sem meios de comunicação. Pois é impossível criar formas de produção racionalizada com processos técnicos modernos em zonas deshabitadas ou com populações rarefeitas e sem potência ou vontade aquisitiva. Explica-se assim o malogro ou

declínio rápido de numerosas colônias fundadas depois da guerra mundial, no interior do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O regresso inesperado a padrões econômicos discordantes da sua mentalidade e das representações coletivas predominantes, teve efeitos seletivos sobre os colonos que abandonaram, em grande parte, as zonas respectivas.

A família rural teuto-brasileira afigura-se, em geral, como unidade produtora organizada. O teuto raramente é colono assalariado. O sistema de parceria provocou tanta celeuma entre os colonos vindos para a lavoura cafeeira que prejudicou seriamente a imigração alemã contribuindo para que o governo prussiano proibisse, praticamente, a emigração para o Brasil. (1859) Raríssimo também é o sistema latifundiário entre teuto-brasileiros. A pequena propriedade, cultivada exclusivamente pela própria família, é quasi a única forma existente. “O fato de os imigrantes alemães se haverem contentado com pequenas propriedades, explica-se facilmente: no país de origem eles não eram senão chacareiros ou apenas jornalceiros. Faltavam-lhes, a princípio, os recursos materiais como também a capacidade intelectual para a instalação e direção de grandes empresas. Mas porque permaneceram no regime da pequena propriedade?

“As razões são, principalmente, de ordem psicológica. O colono germânico não tem, devido a sua reduzida cultura, elementos para empreendimentos agrícola-

las de maior envergadura. De outro lado não encontraria jornaleiros entre os seus conterrâneos, porque ninguém precisa alugar os seus serviços e todos anseiam pela independência completa.” (220)

Na unidade econômica familiar, todos os componentes são integrados, o mais cedo possível, em um regime de trabalho cujo rigor obriga muitas vezes até as crianças a determinados serviços. Nunca os filhos ficam abandonados a si mesmos. Não há uma sociedade infantil propriamente dita com atividades lúdicas próprias da idade. Geralmente, os pais se contentam com a simples alfabetização dos filhos, não permitindo, em geral, que o tempo escolar exceda os dois primeiros anos. Esse regime de trabalho intrafamiliar que abrange também as mulheres casadas ou solteiras, fez desaparecer determinados dados culturais não estritamente necessários à manutenção da vida. Relata um viajante alemão as impressões de uma escola rural do município de Timbó (Sta. Catarina) frequentada por descendentes de pomeranos imigrados em 1860: “Quem me sabe contar um conto alemão? Ninguém me responde. Continuo perguntando: “Ninguém conhece o conto de *Hänsel und Gretel*, de *Rotkäppchen und dem Wolf*, de *Aschenbrödel*, de *Dornröschen*? Fisionomias admiradas em volta. “Sua mãe ou avó nunca lhes contou um desses belos contos alemães?” Meninos e meninas permanecem mudos. “Que vocês fazem em suas horas vagas

depois de voltar da escola?” Resposta: “Então tratamos os porcos, vamos à roça, ao potreiro”. E nas longas noites de inverno? “Então vamos dormir”. (221) Nas minhas frequentes visitas a tais núcleos, notei uma ignorância completa em tudo quanto não se relacionava com os interesses imediatos dos colonos. Todavia, é evidente que esses núcleos familiares são de difícil penetração cultural e o desaparecimento de dados antigos não é compensado pela aquisição de dados novos, no mesmo setor cultural. Assim, por exemplo, a riqueza folclórica das aldeias germânicas cedeu a uma pobreza impressionante dos núcleos teuto-brasileiros em dados folclóricos. Entre populações mistas, a assimilação envolve, frequentemente, a desagregação desse regime de trabalho familiar. Já aludimos à atração que, sob o ponto de vista econômico, os casamentos com “lusobrasileiros” exercem sobre as colonas. Da mesma forma, os filhos abasileirados costumam subtrair-se aos rigores do regime de trabalho imposto pelos progenitores.

A intensidade do trabalho varia em função de fatores diversos. Além do já mencionado fator religioso, são as moléstias e a fraqueza física consequente que diminuem, enormemente, a capacidade de trabalho dos colonos. Em quasi todos os municípios da zona litorânea de Santa Catarina, maleita e opilação afetam quasi a população inteira. Sobre os colonos espírito-santenses possuímos estas observações: “Os colonos alemães

(221) Hugo Grothe, o. c. p. 192, 193.

todos ultrapassam longe no seu trabalho, a média necessária para suprir as necessidades vitais, de modo que se pode afirmar que até o colono mais relaxado, abstraindo de alguns poucos ébrios habituais, ainda é mais assíduo e trabalhador do que a média da população rural nativa. De mais a mais, a capacidade de trabalho físico do colono teuto é muito grande de maneira que muitas vezes realiza, em pouco tempo, enormes trabalhos: em serviços como a derrubada, construção de casas, estradas ou picadas, um trabalhador recentemente imigrado da Alemanha, não o alcança facilmente. Verdade é que ele, de vez em quando, se utiliza, largamente, do seu direito de auto-determinação. Quando lhe convem, encerra as atividades às 5, em vez de trabalhar até às 6 horas. Ou em vez de ir ao trabalho, vai à venda demorando-se aí horas a fio para fazer alguma compra insignificante. Mas essas coisas são bastante raras e se limitam, em geral, ao sábado.

“Em média, o tempo de trabalho quotidiano não é muito longo. O colono se levanta na madrugada, isto é, no inverno pelas 6, no verão não antes das 5. Pelas 7 horas começa o trabalho na roça; com um pequeno intervalo para a merenda, o trabalho continua até às 11½, às vezes com muita energia, às vezes comodamente. Depois almoça-se. Nas regiões altas às 2 horas, na zona baixa às 3 horas recomeça o trabalho que prossegue até o pôr do sol. Às vezes trabalha-se ainda de noite à luz de lampeões: confeccionam-se balaios e peneiras, executam-se concertos e armazena-se o milho etc. Geralmente,

porém, o colono deita-se muito cedo, isto é, pelas 8 ou 9 horas. O colono que se levanta só (222) às 5 ou 6 horas, tem assim um repouso de 9 horas o que constitue a base da sua capacidade física quando se levam em conta os efeitos cansativos do calor e da irradiação solar.

“Abstraindo dos trabalhos casuais à noite, temos no inverno o dia de trabalho de 8 horas. No verão trabalha-se ora menos ora mais, como, por exemplo, durante a colheita do café, isto é, até 10 ou 11 horas. Também no inverno despreza-se, por vezes, o intervalo para o almoço resultando daí 10 a 11 horas de trabalho.

“Tive a impressão de que entre os colonos do Espírito Santo, o tempo de trabalho é mais reduzido do que entre os sitiantes e jornaleiros da Alemanha, mas que a intensidade do trabalho entre aqueles é maior. Em todo caso conservaram ou, talvez, aumentassem a sua capacidade de trabalho.” (223)

A forma mais simples de organização de trabalho inter-familiar é o mutirão.

“Não há dúvida”, diz Wagemann (224), de que não foi no Brasil que os colonos (espírito-santenses) chegaram a conhecer o trabalho a pedido (Bittarbeit); eles trouxeram esse uso de sua terra de origem.” Contudo, o uso da palavra “Juntament” corruptela de ajun-

(222) O autor julga com o critério europeu.

(223) Wagemann, o. c. p. 79, 80.

(224) o. c. p. 78.

tamento, prova que houve influências brasileiras sobre as formas de mutirão primitivo. Realmente, certas aplicações do mutirão entre os colonos, não se conhecem na Alemanha, por exemplo:

1 — as derrubadas;

2 — a limpeza dos cafesais e colheita do café, feita por homens e moças solteiras;

3 — a construção da casa.

Formas racionais de organização do trabalho inter-familiar, são as cooperativas e associações agrícolas. Mentalidades pre-capitalistas raramente compreendem o alcance dessas organizações e daí as dificuldades quasi insuperáveis que se deparam a quem tenciona criá-las. Em alguns municípios catarinenses, onde houve imigração recente, a fabricação de laticínios, por exemplo, tem uma organização cooperativista. Associações e sindicatos mantêm postos para a criação de gado de raça, caixas econômicas para facilitar o crédito agrícola, depósitos e escritórios para a aquisição de sementes e, às vezes, campos para experiências. Numerosos, porém, são os núcleos (geralmente antigos) em que não se encontram nem vestígios de tais organizações. Aí tudo é empírico, rudimentar e quasi estacionário. Foi certamente em face dessa situação que um observador (225) descobriu a distância mental de um século entre o colono rio-grandense e o camponês alemão. E' incontes-

(225) Porzelt, o. c. p. 107.

tável que as atividades econômicas podem ser determinadas por representações específicas tão difíceis de serem quebradas quanto superstições, costumes e crenças. O exemplo seguinte mostra que até as condições mais propícias não bastam para quebrar padrões estabelecidos:

As terras planas do município de Brusque (Sta. Catarina) são quasi todas propriedades de colonos teuto-brasileiros. Essas terras pantanosas ou esgotadas, em todo caso impróprias para as culturas comuns, estão transformadas em pastagens ou capoeiras. Em 1934, iniciou-se uma propaganda com o intuito de convencer os colonos da utilidade da cultura do arroz. Sairam caravanas da cidade chamando a atenção dos colonos sobre a configuração propícia do terreno, a abundância de água, as boas estradas de rodagem, a pouca distância que separava os centros de produção dos centros de comércio, os preços compensadores desse cereal etc. Embora se servisse de todos os meios de persuasão e se estribasse nos argumentos mais sólidos, a campanha não surtiu o menor efeito. Apesar das vantagens materiais evidentes e imediatos, os colonos não mudaram de atitude. Ao mesmo tempo, colonos italianos da região montanhosa do mesmo município, adaptando terrenos impróprios mediante obras de arte, iniciaram culturas de arroz apesar das dificuldades do terreno, das péssimas estradas de rodagem e das distâncias que os separavam do centro comercial da zona. Observações semelhantes fiz no município de Timbó. Em condições físi-

cas e econômicas perfeitamente iguais, os colonos de origem italiana cultivam o arroz em larga escala, mas teuto-brasileiros não o cultivam. Apesar do exemplo e da prosperidade de seus vizinhos, os teutos continuam com suas atividades menos lucrativas. Em todos os casos, porém, trata-se de colônias antigas. Acontece que pessoas da cidade adquirem terrenos para o plantio do arroz. Mas os trabalhadores do arrozal sempre serão colonos italianos e nunca teutos, embora os arrozais estejam frequentemente localizados em meio de colônias teuto-brasileiras.” (226)

Uma coisa é certa: onde há diferenças axiológicas nas atitudes e nas representações coletivas que determinam essas atitudes, as vantagens econômicas por mais evidentes e sedutoras que sejam, não bastam para quebrar padrões sancionadas pela tradição. Diferenças axiológicas existem entre as mentalidades capitalista e pre-capitalista, mas também entre as feições diversas que essas mentalidades podem assumir. Onde dominam diferenças axiológicas, o caboclo não imita, apesar da sua miséria, os processos de produção dos prósperos colonos teutos; estes não se impressionam com as culturas lucrativas dos italianos; os colonos antigos preferem continuar desorganizados e com técnicas rudimentares, a imitar os processos mais eficientes dos colonos novos, embora tenham a mesma descendência étnica;

(226) Não pude estudar as condições que levaram os colonos de alguns distritos rio-grandenses ao cultivo do arroz.

os colonos católicos não imitam em determinadas condições o regime de trabalho dos colonos protestantes, apesar das vantagens materiais evidentes deste regime. Mas onde quer que se observem esses fenômenos, sempre aparecem acompanhados de dois fatores:

1 — A pequena propriedade trabalhada pela família do dono apenas, sem trabalhadores assalariados que possam enriquecer o cabedal de técnicas existente com experiências novas. O regime familiar constitui um microcosmo econômico relativamente impermeável. O contacto vicinal com outros “microcosmos” não parece suficiente para a difusão de técnicas e experiências novas. *O mero conhecimento de técnicas novas e de sua utilidade nem sempre determina a sua difusão.*

2 — A interpenetração étnica é inexistente ou reduzida. Casamentos inter-étnicos são raros. Indivíduos de grupos étnicos e religiosos diversos não entram em convivência permanente.

Sabemos que, onde há essa interpenetração, a quebra dos padrões e estereótipos anteriores é fatal, ainda que através de desajustamentos familiares. Os colonos velhos conhecem essas consequências e procuram impedir, a todo transe, os casamentos inter-étnicos, obedecendo a impulsos etnocêntricos bem conhecidos.

Nas indústrias, porém, o embate de mentalidades econômicas divergentes produz choques mais sérios. Os donos de fábricas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são geralmente descendentes de alemães. O ope-

rariado é misto, contendo uma grande variedade de elementos diversos. Nos distritos rurais com pequenos centros industriais, a tendência da população para as fábricas é muito acentuada. Assim, por exemplo, a indústria textil de Brusque recrutou uma grande parte de seu operariado entre as populações "luso-brasileiras" de Tijucas e Itajáí. São, na maioria, elementos que se ajustam difficilmente ao regime de trabalho industrial, com horário e horas de trabalho rígidos.

HabituaDOS com os processos de trabalho intermitente, esses trabalhadores encontram dificuldades muito sérias. Impontualidade no serviço, "preguiça", analfabetismo, abandono esporádico do trabalho aparentemente sem motivo nenhum, são as queixas mais comuns proferidas contra os trabalhadores. Nesse processo de assimilação, no entanto, temos apenas uma repetição daquilo que se pode observar em outros centros industriais do Brasil: o ajustamento de um operariado em que predomina a mentalidade pre-capitalista a uma ordem econômica altamente racionalizada e idêntica, em seus princípios básicos, em todos os países de civilização ocidental.

CAPÍTULO XV

A EDUCAÇÃO

Se a assimilação é um processo de transmissão social e cultural originado por uma série de contactos incidentais ou intencionais, ela não deixa de ser, ao mesmo tempo, *um fenómeno eminentemente educacional*. Assimilação é educação em dois sentidos. Em um sentido restrito, a educação se processa entre gerações adultas e outras ainda sem maturidade para os encargos da vida social. Os imaturos (crianças, adolescentes) são assimilados aos padrões sociais e culturais do grupo. O grupo pode ser um clan, uma tribo, um povo, uma nação ou, também, grupos intermediários. Parece haver congruência de padrões culturais do meio especial em que se processa a educação e do meio geral dominante; quer dizer que a família, o grupo vicinal, a escola, a associação religiosa e recreativa, não transmitem padrões culturais diversos daqueles tenham o consenso moral do grupo maior. É o caso das sociedades que se caracterizam pela unidade étnica, cultural e política. Sabemos, no entanto, que semelhantes sociedades são extremamente raras. Quasi sempre há grupos parciais

com padrões culturais e caracteres étnicos diversos. Quer que seja o caso das minorias nacionais nos países balcânicos, ou dos sistemas federativos constantes de grupos étnicos equiparados como a Suíça, ou de grupos étnicos e linguísticos como os bascos e bretões em França ou catalões na Espanha ou, para citar casos do Novo Mundo, como os franco-canadenses e inúmeros grupos indígenas com padrões sociais e culturais inteiramente diferentes em quasi todos os países sulamericanos, quer que seja enfim o caso dos países de imigração; sob o ponto de vista educacional, o problema se apresenta sempre nos mesmos termos: grupos menores a transmitirem, às gerações novas, padrões culturais em desacordo com o princípio da unidade cultural do conjunto. A intervenção educacional organizada ou incidental do grupo dominante (a nação) origina situações de conflitos e crises com todas as suas consequências psíquicas e sociais que já analisámos em capítulos anteriores. Encarado como processo educacional, a crise consiste na *duplicidade da transmissão*, seus processos, conteúdos e sanções. É a família, o grupo vicinal, a igreja, a associação religiosa ou aula particular que transmite, usando da sua terminologia e técnica próprias, inculcando no educando conhecimentos, convicções e atitudes, usando de meios característicos de coerção, punição, de recompensa ou ostracismo social, sendo todos esses fatores determinados pelas representações coletivas da etnia respectiva. Simultaneamente age um outro meio: as autoridades políticas e militares, a opinião pública da

nação e seus órgãos, a escola pública e, talvez, iniciativas privadas, afim de transmitir outros conhecimentos, outras convicções e concepções, muitas vezes incompatíveis com as primeiras, usando também meios de coerção ou sanções contra indivíduos refratários. Assim forma-se a mentalidade do educando através de uma série de antagonismos e conflitos de singular efeito sobre o processo de fixação dos traços culturais.

Em um sentido mais lato, pode haver educação entre indivíduos e grupos quaisquer. Relações sociais podem ocasionar relações pedagógicas. É o caso dos contactos culturais entre grupos diversos. (Verdade é que o mero contacto não implica transmissão. É preciso que haja atitudes aprobatórias em relação aos dados culturais oferecidos). Em regra tratar-se-á de transmissão entre adultos que tenham prestígio ou autoridade suficiente para alterar a cultura existente do grupo, por exemplo, a língua. É óbvio que a assimilação de adultos se afigura como processo de re-educação visto já existir um acervo de traços culturais fixados no indivíduo. A eficiência do processo re-educativo varia, abstraindo de outros fatores, com a idade do indivíduo. Entre os vinte e trinta anos, o indivíduo é suficientemente plástico para se ajustar, perfeitamente, a meios sociais diferentes do meio anterior. A re-educação não abarca em regra, a cultura inteira do indivíduo. Já frisámos a semelhança cultural dos povos de civilização ocidental, semelhança essa que, por vezes, nem exige mudança de língua.

Em analogia ao meio educacional intencional e sistematizado que é a escola para os imaturos, os americanos procuraram construir um meio educacional específico para os imigrantes adultos. “Em síntese, esse movimento tem sua origem no reconhecimento do fato de que a assimilação não havia sido produzida, em anos anteriores, pela ação espontânea de forças descontroladas, assim como pela resolução de imaginar e pôr em prática um mecanismo que produziria resultado por meios deliberados e propositais” (227). Essa tentativa concretizada em “The National Immigrants Committee” e “The Committee for Immigrants in America”, é considerado como um dos maiores movimentos sociais nos Estados Unidos (228). Notara-se que os imigrantes formaram grupos dentro da sociedade americana: “O imigrante típico era assalariado, mandado, pago por um indivíduo dificilmente mais americano do que ele mesmo”. Afim de modificar a situação, abriram-se cursos de inglês, de história, de geografia e educação cívica para estrangeiros, proporcionando-se às mulheres cursos culinários, de costura e puericultura. Opina Fairchild que houve confusão de meios e fins. Realmente, tudo aquilo é meio indispensável para chegar a um determinado fim. Mas “não é aquilo que alguém sabe, mas a maneira de que ele sente, que o afilia a uma certa nacionalidade” (229). Tencionavam os americanos ace-

(227) H. P. Fairchild, *Immigration*, New York 1926, p. 415.

(228) *Ibidem*, p. 415.

(229) Fairchild, *o. c.* p. 420.

lerar a assimilação dos imigrantes, utilizando-se da ingerência organizada de um corpo de pessoas especialmente preparadas para essa atividade. Não é mera opinião se Fairchild se manifesta nestes termos: “Americanização é o resultado do contacto com um ambiente social, e um grupo de trabalhadores treinados não pode, absolutamente, abranger e nem adequadamente representar um meio inteiro. Mais do que isso, trabalhadores treinados estão em contacto com o imigrante só durante uma pequena porção de tempo, ao passo que a aquisição de uma nova nacionalidade num ambiente estranho requer um contacto contínuo” (230).

Em compensação, o autor relaciona o sucesso da assimilação às seguintes condições:

1 — Maior simpatia para com o estrangeiro: “Uma das injustiças mais lamentáveis infligidas ao imigrante, no decurso da agitação americanista, tem sido a implicação de que ele devia ser censurado por causa da sua falta de assimilação”.

2 — Atuação da parte dos americanos, no sentido de apresentar ao imigrante uma América que seja de fato digna de sua devoção e lealdade. Evitar com que o imigrante chegue a conhecer o reverso ou a caricatura dos Estados Unidos” (231).

(230) *Ibidem*, p. 421.

(231) *Ibidem*, p. 425 seg.

Os efeitos da educação incidental ou organizada do imigrante adulto são, como inúmeras vezes verifiquei, muito maiores do que geralmente se supõe. Eles podem agir no sub-consciente do alienígena e originar, alheios à vontade individual, um sentimento de lealdade que em determinados momentos costuma surgir à luz da consciência: É o caso de muitos imigrantes os quais, impelidos pela saudade da terra natal, voltam para “achar tudo tão diferente” como dizem. Profundamente decepcionados pelas “diferenças” encontradas, retornam à pátria adotiva. Esse processo pode repetir-se algumas vezes refletindo a situação marginal do indivíduo, mas acaba pela radicação definitiva aquém ou além do oceano.

Cecil Clare North cita o resultado duma investigação curiosa que tencionou medir a atuação educacional do meio sobre o nível intelectual dos imigrantes. Descobriu-se que a diferença dos níveis de inteligência diminui com o tempo que decorreu desde a entrada do imigrante. “A maior diferença encontrou-se entre os brancos nativos e os ádvencas mais recentes. Essa diferença diminui à medida que o tempo de residência nos Estados Unidos aumenta a ponto de aqueles que moram aí vinte anos ou mais, mostrarem praticamente um nível igual ao dos nativos brancos. Muitos pesquisadores admitiriam isso como argumento de maior evidência de que a diferença demonstrada pelos testes, entre brancos nativos e alienígenas, é realmente uma diferença de ajustamento à vida americana, no qual

o fator tempo é de importância maior do que capacidade inerente” (232).

A educação incidental do meio ambiente transforma primeiro tudo quanto afeta os interesses e necessidades vitais dos indivíduos. É uma educação para a simbiose com o novo ambiente. Não se deve esquecer que a possível resistência à assimilação não obedece, na grande maioria dos casos, mormente entre camponeses, a um esforço conciente e deliberado. É antes uma forma de conservantismo comum a todos os grupos e indivíduos radicados na tradição. Não é, em outras palavras, a oposição contra este ou aquele valor novo, mas uma atitude mental generalizada que se opõe a tudo quanto é novo e não pode ser relacionado, facilmente, ao acervo de valores tradicionais. Não há quasi nunca reflexão sobre a utilidade de determinados valores culturais. O melhor exemplo é a língua. Racionalmente falando, não se compreende o apego dos imigrantes à língua materna, visto que vultosos prejuízos materiais lhes podem advir dessa atitude conservadora. São valores *sentimentais* que determinam, antes de tudo, o apego a grupos étnicos ou nacionais. É a educação, em todas as suas modalidades, está subordinada direta ou indiretamente, à perpetuação dos valores sentimentais. “Uma boa parte da nossa educação tende a reviver em nós as emoções dos nossos

(232) Cecil Clare North, *Social Differentiation*, Chapel Hill 1926, p. 163.

antepassados, dos homens que fizeram parte da nossa família, habitarem a mesma pátria, falaram a mesma língua, praticaram a mesma religião, participaram das mesmas crenças, viveram da mesma civilização, mesmo em gráus de desenvolvimento bastante diferentes” (233). Essa educação é quasi toda incidental, e por isso mesmo, de um raio de ação surpreendente. “A sociedade emprega também processos mnemotécnicos, propositalmente e com método. Tais como cerimônias que reproduzem, com emoção, os acontecimentos antigos, onde nos convidam a compreender as almas de outrora, a revivescer em nós o patriotismo, as suas virtudes, a nos repôr numa situação há muito desaparecida. Tais como as festas nacionais, as inaugurações de monumentos destinados aos grandes homens, ou em comemoração de acontecimentos importantes e, muitas vezes, nos próprios lugares onde se deram esses acontecimentos, as estátuas que se levantam em nossas praças públicas. Tudo isso constitue “souvenirs”, destinados, em parte pelo menos, a revivescer as impressões de tempos passados, de sentimentos de outrora” (234). Se os valores mnemotécnicos do ambiente novo não podem ter, a princípio, um significado para o imigrante, é incontestável que os valores transplantados no meio antigo, *perdem*, paulatinamente, o seu significado. Pois é óbvio que o significado de um valor cultural

(233) Fr. Paulhan, *La fonction de la mémoire et le souvenir affectif*. Paris 1924, 2. edição, p. 116.

(234) Paulhan o. c. p. 117.

somente pode existir em relação a um determinado ambiente. O imigrante vem, em regra, carregado de valores culturais e, frequentemente, suas objetivações mnemotécnicas, como retratos, objetos de enfeite, trajes regionais etc. Colocado num meio diverso, em contacto permanente com etnias diversas, os valores começam a perder o seu significado. Os trajes regionais que sobreviveram séculos graças ao conservantismo campesino, desaparecem rapidamente, e quasi toda cultura material que não for avaliada positivamente pelo novo meio, seguirá o mesmo caminho. Mesmo em núcleos relativamente fechados em que existe uma vontade organizada de conservar os valores antigos, não faltam processos acomodativos. A substituição de valores sentimentais se processa à medida que a sua atualização se torna impossível. É notável, por exemplo, a rapidez com que muitos imigrantes se desprendem de seus laços pessoais com amigos e parentes de além-mar. Entrevistando inúmeros imigrantes *alemães* verifiquei que poucas amizades subsistiam e que as relações com os parentes mais próximos constavam da troca de algumas raras cartas. Depois de alguns anos essa correspondência se tornava cada vez mais rara, acabando por desaparecer completamente em muitas famílias.

Se o insulamento cultural permite a transmissão de valores culturais de geração a geração, não é menos verdadeiro que as gerações novas, assimiladas pelos contactos permanentes com o meio nacional, influem

poderosamente sobre as gerações intermediárias e velhas. Para cada família chega o momento em que já não é possível evitar que os filhos falem o português em casa, que projetem a sua vida recreativa e escolar para dentro do lar. Pais experientes sabem que a reação é inútil. A proibição de falar português em casa faz com que os filhos aprendam a detestar o alemão, como observei em muitas famílias. Para impedir o alheamento espiritual dos filhos, os pais são obrigados a interessar-se pela vida, pelas atividades e pelo desenvolvimento da prole. E através dos filhos chegam a conhecer o Brasil. Insensivelmente, os pais criam raízes na pátria adotiva, vão estreitando os laços afetivos ou mesmo adotando, às vezes sem percebê-lo, modos de pensar que os aproxima de seus filhos. É isso o que os alemães chamam “verbrasilianern”, quer dizer, abrasilizar, adotar modos de pensar e viver adquiridos por longa convivência com brasileiros. É difícil dizer em que consiste esse processo de brasilização, mas dois elementos entram nele com toda certeza:

1 — Uma maneira diversa de sentir e utilizar o tempo. É a aquisição de que, vulgarmente, se chama “paciência” brasileira. Duas me parecem ser as condições dessa mudança. Em primeiro lugar o ritmo mais lento, mais espaçado da vida social. As atualizações da vida coletiva são menos frequentes e menos intensas. Em segundo lugar, as distâncias no espaço são maiores, exigindo outras formas de adaptação.

2 — Uma atitude mental diferente no que diz respeito à função do controle social. As tensões sociais são menos numerosas e menos violentas na sociedade brasileira. O controle social, difuso e organizado, se exerce com um número muito menor de interferências e de maneira muito menos incisiva. Há mais “bondade” de um, e mais “liberdade” de outro lado.

É justamente a ação educacional do meio social que vai inculcando esses traços, os quais, aliás, são severamente condenados pelos europeus em geral, como “amolecimento”, “falta de energia” ou “relaxamento”. Um estudo nesse sentido representa a Frau Martha de Vianna Moog (235). Se grande parte dos núcleos teuto-brasileiros é constituída por populações marginais, a organização escolar tem que refletir essa situação. A denominação “escolas estrangeiras” ou “escolas alemãs” não corresponde à realidade embora se trate de denominação usada pelos próprios estabelecimentos. *Escolas, como outras instituições sociais não podem ser transplantadas. Toda transplantação implica uma mudança e um reajustamento a condições que não podem ser idênticas às do meio antigo.* Um estudo comparativo demonstrará que a escola rural alemã é algo muito diferente das escolas “alemãs” do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina. Desde a estrutura, a organização e os processos de ensino até a eficiência intelectual e social, as diferenças se estendem a todos os pormenores.

(235) Em “Um rio imita o Reno”, o. c.

Começemos pelas mais grosseiras. A escola rural da Alemanha é escola pública integrada em uma instituição com experiências seculares. Tudo quanto se relaciona à escola, é subtraído à ingerência direta da comunidade. À autoridade impessoal da instituição liga-se a autoridade do professor que figura na hierarquia do lugar logo abaixo do vigário e do médico. Gozando de estabilidade profissional, ele foi, não raro, o educador respeitado de várias gerações da aldeia. É o formador da mentalidade local. A escola é de fato *rural*, isto é, não desagrega a comunidade e age como força centrípeta. As escolas teuto-brasileiras são *comunais*: A associação escolar (Schulverein) mantém a escola e remunera o professor. Dada a pobreza dos meios, este quasi sempre é colono, cultivando a roça e criando porcos nas horas vagas. A remuneração excede raramente 150\$ a 200\$000. Conheço escolas em que os professores ganhavam 80\$000. Raramente, o prestígio do professor ultrapassa o de um colono de posição mediana, muitas vezes é menor. Todos os contribuintes da “associação escolar” podem intervir como intervêm diretamente na gestão da escola. Daí os atritos frequentes entre professor e associação escolar ou alguns de seus componentes. Há correntes contra ou em favor do professor, as mais das vezes, contratado por uma associação escolar religiosa ou leiga; recebendo o seu ordenado como mensalidade per capita *diretamente dos pais*, o professor está quasi sempre numa situação de sensível dependência da comunidade. Acresce que a recorda-

ção de certos professores imprestáveis se transmite de geração a geração e que um educador realmente hábil nem sempre encontra a compreensão de seus “patrões” pouco cultos. Assim se explica o fato que o magistério goza de pouco prestígio sendo considerado por muitos de seus representantes como transição para uma profissão mais bem remunerada e reputada. Também a estabilidade dos professores sofre muito com essas condições. Numa ocasião verificou-se que, em dez escolas da região serrana (Rio Grande do Sul), os professores eram substituídos, num caso, de 42 em 42 meses e, noutra caso, de 38 em 38 meses” (236). A construção do prédio escolar e mormente a sua localização, provocam quasi sempre desavenças e desuniões entre os colonos. “Uma parte separa-se formando outra associação escolar, mas permanece na comunidade afim de não perder o direito a atos oficiais e à “quota” da escola paroquial. A consequência é que um segundo professor é contratado — sendo que então duas pessoas têm de manter-se mediante um ordenado que não era suficiente para um” (237). Uma grande parte do professorado, talvez a maioria, não tem formação profissional. Não há unidade de método nem de material didático. A eficiência do curso de 4 anos não é comparável com o nível alcançado numa escola do mesmo tipo na Alemanha. A maioria dos alunos desiste, forçada pelos pais, depois

(236) Porzelt, o. c. p. 85, 86.

(237) Ferdinand Schröder, o. c. p. 237.

do segundo ou terceiro ano, para “trabalhar na roça”. “Nas escolas rurais trabalham professores que lembram mestres rurais da Idade Média. Geralmente é um colono que, levado por um interesse particular (o que é raro) ou para ganhar algum dinheiro a mais, se dedica ao ensino. Pode-se observar em alguns lugares que pessoas mal sucedidas na lavoura ingressam no magistério. Entre os mestres rurais encontra-se, de vez em quando, um indivíduo naufragado na vida, o qual achou abrigo no mato. Quasi todos eles mantêm relações bastante tensas com a ortografia e gramática, a ponto de não reconhecerem, às vezes, a ordem das sílabas de uma palavra...

“Os conhecimentos históricos e geográficos são quasi nulos. As crianças mal sabiam, por exemplo, onde estava situada a Alemanha e como se chegava à Alemanha. Alguns responderam: “no lombo do burro” outros: “de trem” e ainda outros: “a navio”. Só alguns alunos sabiam o nome do imperador alemão (em 1913) e do presidente do Brasil” (238).

As condições demográficas e materiais são sempre muito diferentes do país de origem. Quasi sempre paupérrimas em material didático o qual, aliás, é quasi sempre antiquado e bastante heterogêneo, (239) as es-

(238) Wagemann, o. c. p. 123, 124.

(239) Vi escolas rurais onde as crianças usavam três ou quatro espécies de cartilhas muito diferentes.

colas são, em regra, barracões de madeira cuja localização encontra grandes dificuldades devido à rarefação demográfica. O analfabetismo é mais comum do que geralmente se diz. Wagemann verificou que, em 1913, 25% dos teuto-brasileiros do Espírito Santo não sabiam ler nem escrever, e muito mais do que a metade da população não costumava ler coisa alguma (240). Carl Ballod que no fim do século passado visitou Santa Catarina observou: “Muito mal estão Tereziópolis e Braço do Norte onde há apenas uma escola, assinando as 600 ou 700 famílias apenas três jornais” (241). Uma carta recente de um morador da zona do alto Uruguai, manifesta-se nestes termos: “Os teuto-brasileiros conservaram o germanismo quasi só na língua e nas suas canções; além disso nada sabem a respeito da Alemanha. Para nós é, por isso, uma tarefa grata despertar nesses homens quasi perdidos para o germanismo, os sentimentos pelo seu país de origem. Fazemos aqui o possível. Infelizmente, a maioria daqueles que estão confiados aos nossos cuidados, consiste de *analfabetos* e quando, às vezes, sabem ler um pouco, não compreendem o sentido. Por isso mostramo-lhes revistas ilustradas e explicamos-lhas. Aqui, as crianças vão três anos à escola e muitos não a frequentam” (242).

(240) Wagemann, o. c. p. 127.

(241) Carl Ballod, Cit. apud Hugo Grothe, o. c. p. 97.

(242) Cit. apud Hugo Grothe, o. c. p. 97.

ESTATÍSTICA SOBRE AS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS

RIO GRANDE DO SUL (243)

Evangélicas			Católicas		Mistas		Total	
Ano	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos
1920	310	12.345	310	13.463	112	3.426	787	27.234
1930	545	18.936	361	16.656	41	1.474	951	37.066

ESTADOS EM GERAL (244)

Estado	Número de teuto-brasileiros	Número de escolas	Número de professores	Número de alunos
Rio Grande do Sul	500.000	960	1000	32.000
Sta. Catarina	200.000	180	200	10.000
Paraná	30.000	40	100 (?)	1.950
São Paulo	32.000	25	103	2.800
Rio de Janeiro	20.000	5	106	650
Espirito Santo	30.000	100	50	2.500
Minas Gerais	10.000	7	8	150
Outros	4.000	3	4	75
Totais	826.000	1260	1571	50.125

(243) Cit. apud Porzelt, o. c. p. 84.

(244) Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul, Porto Alegre Junho/Julho 1930, p. 1.

Além de inexatas, as estatísticas escolares são, para o nosso fim, perfeitamente inexpressivas porque não refletem o grau de marginalidade da população e nem tão pouco da própria escola. Pois nas colunas acima figuram todas as escolas particulares, mantidas por associações escolares, congregações e ordens religiosas cujos componentes são constituídos por alemães ou descendentes de alemães. Sem unidade de pontos de vista filosófico e pedagógico, sem uniformidade na formação dos professores, nos processos de aprendizagem e no material didático, a heterogeneidade das chamadas “escolas alemãs”, na roça e na cidade, é a maior possível. Ressalta, em primeiro lugar, a diferença entre escolas protestantes e escolas católicas. As primeiras estão subordinadas ao princípio de fusão de caracteres religiosos e étnicos. Sua finalidade social é, ou melhor era, a transformação de grupos marginais em minorias étnicas e nacionais, pelo estancamento do processo de brasilização. Mesmo assim, lecionava-se o vernáculo em muitas escolas evangélicas. O ensino do português, da história e geografia do Brasil, era desde 1930, obrigatório em Santa Catarina. Muitos núcleos com escolas particulares pediram, espontaneamente, ao governo catarinense a designação de professores públicos. É o que se deu, por exemplo, com dois núcleos de teuto-russos protestantes que acabaram de estabelecer-se no município de Hamônia.

A educação católica obedece, como já vimos no capítulo sobre a religião, a princípios inteiramente di-

versos. Em vez da supremacia étnica temos a supremacia do ideal religioso. A possível resistência contra a assimilação ocorre somente quando esta *parece* comprometer a continuidade do ideal religioso. As escolas paroquiais catarinenses, geralmente dirigidas por religiosas, pouco se distinguem das escolas públicas, razão essa que deve ter contribuído para o seu reconhecimento como grupos escolares equiparados aos oficiais. O ensino todo é (e era) dado em português, embora a grande maioria das freiras seja de origem alemã. O alumnão ensinava-se em aulas particulares, no período da tarde, pelo menos nos estabelecimentos com população escolar etnicamente heterogênea.

Das escolas complementares alemãs (Fortbildungsschulen) no Rio Grande do Sul, um observador afirma o seguinte: “Sendo as escolas complementares estabelecimentos preparatórios ao ingresso nas escolas estaduais, cultivam-se principalmente as matérias dadas em português. Por isso não podem ser incondicionalmente chamadas escolas alemãs” (245). Dos colégios dirigidos por congregações religiosas e com alunos descendentes de alemães, o mesmo autor diz que “a adaptação ao programa das escolas brasileiras os leva ao abandono do caráter germânico” (246).

Outra diferença muito acentuada existe entre as escolas rurais e urbanas. Aquelas já caracterizamos e

(245) Porzelt, o. c. p. 86.

(246) Ibidem, p. 87.

estas se distinguem por um corpo docente seletivo, (247) pela riqueza material (prédios e material didático), pela orientação técnica e pedagógica e pelos subsídios que as autoridades alemãs costumavam pagar. Figuravam aí as escolas alemãs de Porto Alegre, São Leopoldo, Blumenau, Curitiba, São Paulo e mais algumas de importância secundária, dirigidas e orientadas sempre por protestantes.

Diferenças bastante pronunciadas existem também no que diz respeito à composição da população escolar. A orientação da escola nem sempre refletia a situação marginal da população. Esta podia estar parcialmente assimilada a ponto de não se ouvir falar alemão no recreio (como verifiquei em diversas localidades catarinenses) ao passo que a escola, mera dependência do "núcleo" paroquial evangélico, continuava com a sua orientação rigidamente germânica. Era interessante observar como, em tais condições, o ensino de alemão se tornava difícil e inócuo (248).

(247) Composto em parte (até há pouco) por professores comissionados e remunerados pelo governo alemão.

(248) O ensino no ambiente bilingue apresenta uma série de problemas mormente nas classes superiores. Os livros didáticos habituais, brasileiros ou alemães, são quasi imprestáveis nesse meio. Os alunos perderam o conhecimento da língua materna a ponto de não entenderem mais os textos alemães. No outro lado, o conhecimento do vernáculo ainda é tão diminuto que as antologias, os compêndios de história e geografia mais em

Nos núcleos rurais "fechados", a única língua conhecida é, frequentemente, o alemão, oferecendo o ensino do vernáculo as maiores dificuldades. Aí português é quasi uma língua "estrangeira", sobretudo nas colônias novas, não pela vontade ou oposição dos colonos que se mantêm passivos, (249) mas por meras consequências do insulamento social e cultural. E não é preciso ser professor para compreender as dificuldades decorrentes do ensino de uma língua desconhecida, em um meio puramente rural em que a escola em geral é considerada uma espécie de luxo que serve apenas para desvirtuar os filhos do trabalho na roça. É por isso que os governos sulinos sempre lutaram com a falta de professores idôneos, dispostos a trabalhar em tais condições.

Entre os dois extremos, a escola rural dos núcleos puramente teutos e a escola urbana ou semi-urbana com população assimilada etnicamente mista ou marginal, temos uma variedade surpreendente de formas transitórias refletindo cada qual um determinado grau de marginalidade social e cultural com todos os fenômenos psico-sociais que costumam acompanhar essas situações.

uso, não produzem o menor resultado (a não ser por mera decoreação), se o manuseio diário não é precedido por minuciosas interpretações semânticas e sintáticas do professor.

(249) Há quem atribua o conformismo fácil, a fraca reagi-
bilidade em face de tudo quanto vem "de cima" ou "de fora",
à servidão secular dos campônios alemães.

Não vai exagero na afirmação de que não há, sob o ponto de vista aculturativo, duas escolas perfeitamente iguais.

Não somente a situação real de uma grande parte das escolas chamadas “alemãs” reflete a marginalidade da população (sendo elas próprias fenômenos marginais), mas também a opinião de seus dirigentes e fautores contribue para definir a situação marginal. Repete-se aqui o que já deixámos assinalado com respeito a outros fenômenos culturais: o tipo de escola em questão, embora marginal no momento, *é destinado a estancar o processo de assimilação e aculturação*, como se pode inferir facilmente do seguinte tópico:

“Uma das questões de máxima importância constitue sempre o programa de ensino das escolas alemãs no estrangeiro. Essa questão somente pode ser respondida assim: principalmente tudo aquilo deve fazer parte desse programa o que serve à formação de uma tradição própria, motivo de justo orgulho, do grupo étnico”.

“Nas escolas teuto-brasileiras, as crianças de origem alemã devem ser educadas para ser cidadãos brasileiros os quais, porém, se lembrem sempre de sua descendência alemã e da sua participação da etnia germânica, ufanando-se altivamente dessa comunidade étnica e cultural. Se as antigas escolas rurais, devido ao isolamento linguístico e étnico das colônias alemãs, a falta completa de escolas públicas e de professores teuto-brasileiros, não passavam de meras escolas ale-

mãs, diferentes das escolas da própria Alemanha apenas pelos fins e pelas matérias educativas, tal estado de coisas mudou há muito. Pois, em primeiro lugar, as crianças que se formaram nessas escolas, acharam-se na vida prática privadas de conhecimentos linguísticos e cívicos, fato esse que acentuou ainda mais o isolamento das colônias, não admitindo uma influência dos elementos de origem germânica sobre a vida pública. Daí resultou a necessidade de uma finalidade educacional e cívica autóctone que formasse as crianças para a vida no Estado no qual nasceram como cidadãos... Pode-se dizer que a atual escola teuto-brasileira achou a solução adequada *tendo por objetivo a formação de cidadãos brasileiros concientes de sua etnia germânica...*

“Mas a escola teuto-brasileira também não pode formar um tipo determinado de brasileiro de origem germânica. Pois verificamos que cada geração nova revela uma estrutura mental e cultural diferente, isto é, as gerações tornam-se cada vez mais arraigadas (*bodenständig*). O contacto sempre vivo com o país de origem vai enfraquecendo, embora a consciência étnica se conserve.

“E assim o povo representa algo de imortal e o último fim dos teuto-brasileiros, numa visão multi-secular, não será outro senão contribuir para a formação do futuro tipo brasileiro... introduzindo-lhe uma parte da sua própria mentalidade...” (250).

Como em outros casos já mencionados, a distância social e cultural do país de origem se traduz em ressentimentos contra todas as tentativas do nacional-socialismo de imiscuir-se na vida das escolas teuto-brasileiras:

“Até agora nos calámos, mesmo quando membros do partido e os próprios núcleos traziam a desunião nas instituições mais importantes e delicadas: as associações escolares. Futuramente será preciso tomar uma atitude decidida se a organização partidária não tomar as medidas necessárias...

“Nas escolas ensinam-se a língua do país, história pátria, geografia e civismo sendo as crianças educadas para serem bons cidadãos do país. Seu amor, seu trabalho, até o seu sangue e a sua vida pertencem ao Brasil. Mas como verdadeiros cidadãos eles também defendem os seus direitos. Eles aderem à etnia germânica e têm um direito de transmitir aos filhos os seus costumes e a sua língua...” (251).

Não podemos deixar de abordar, nesta altura, pelo menos perfuntoriamente, a importância do ensino da língua para a assimilação de grupos étnicos diferentes do grupo dominante. As populações teuto-brasileiras, porquanto marginais (e somente à parte marginal estamos aludindo), definiram muitas vezes e através de inúmeras publicações, a sua vontade de conservar e transmitir a língua alemã ao lado da língua nacional:

(251) *Ibidem*, 1935, No. 34.

“Todo povo civilizado faz questão de ensinar uma ou várias línguas estrangeiras ao lado da língua nacional. Porque então não havemos de transmitir aos nossos filhos a língua materna, o alemão, que nos abre uma cultura tão rica e preciosa quanto as outras que se encontram pelo mundo afora? Não desdenhamos da língua do país. Ela está em primeiro lugar. Mas a língua que a mãe nos ensinou, na qual aprendemos a rezar e a exprimir, de maneira mais pura e profunda, as nossas alegrias e dores, ela nos significa uma herança querida cuja perda tornaria o Brasil não mais rico, mas muito mais pobre; pois toda língua é um tesouro precioso que deve ser fielmente conservado” (252).

Atualmente é comum atribuir-se à aprendizagem da língua um efeito intrinsecamente nacionalizante, a ponto de considerar o ensino do português como elemento decisivo da brasilização. Esse ponto de vista não resiste à análise sociológica. “Ninguém contestará a importância da língua para a aproximação das consciências e para a sua ligação interna. (O papel da língua na formação da unidade nacional é bem conhecido). Mas para que os sinais de uma língua provoquem os mesmos efeitos em todos os que a falam, para que a língua mesma se constitua, é necessário que ela se apoie sobre uma união prévia das consciências. A língua é apenas um meio para reforçar a interpenetração das consciências; ela não é o fundamento da sua fusão parcial,

no “Nós”, *pois ela a pressupõe*. É porque a sociabilidade, como participação em um “Nós” é, no seu fundamento, intuitiva, imediata; ela dispensa intermediários e torna possível a mediação por sinais” (253).

Em última análise, nacionalizar significa integrar indivíduos ou grupos na consciência coletiva de uma nação, a ponto de sentirem-se solidários em tudo quanto afeta a existência, os interesses e valores vitais dessa nação. Evidentemente, a solidariedade nacional, a fusão das consciências individuais numa consciência nacional, não surge com a aprendizagem da língua nacional. Essa há de *acompanhar* o processo de nacionalização, sendo até *indispensável* para a compreensão das exteriorizações da vida nacional, mas não é a condição básica para a formação de uma consciência nacional ou a integração nessa consciência...

Sobejamente conhecidas são as causas que levaram à fundação de um número tão elevado de escolas comunitárias entre as populações de origem germânica. A imigração se deu numa fase em que a educação da população rural brasileira era quasi que unicamente incidental, ao passo que os imigrantes germânicos já tinham a estrutura social e a vida cultural baseadas em um sistema educacional, numa verdadeira organização escolar. Quando as autoridades brasileiras iniciaram a sua in-

(253) Georges Gurvitch, *Essai d'une classification pluraliste des formes de Sociabilité*, *Annales Sociologiques* — Série A, Fac. 3 Paris 1938, p. 7.

tervenção educacional, já encontraram um sistema criado pelos núcleos teuto-brasileiros. Começou então, a princípio pouco sensível depois cada vez mais acentuado, um processo competitivo entre a escola pública estadual e comunal (254), figurando como tipo intermediário a escola municipal. A julgar pelas observações que pude fazer em muitas localidades catarinenses, o processo já estaria decidido em favor das escolas públicas se estas existissem em número suficiente. Não obstante ser raramente boa a fama das escolas públicas, a maior parte das classes campesina e proletária as prefere porque não oneram o orçamento familiar (255). O ministro evangélico M. Dedekind caracterizou, em 1931, a situação como segue: “Numa concorrência muito pronunciada com as escolas alemãs privadas e comunais, a escola luso-brasileira penetra cada vez mais as colônias germânicas. Ela é inteiramente gratuita; mesmo livros e material didático fornecem-se gratuitamente aos alunos. Para o colono pobre, forçado a ganhar os seus milreis num trabalho árduo, é uma

(254) Não podemos concordar com a denominação “escolas particulares”, pois as organizações escolares abrangem a comuna inteira e nunca têm fins mercantis. Apenas juridicamente trata-se de escolas particulares.

(255) As taxas das escolas comunais raramente excedem 5\$000 mensais, frequentemente são inferiores. Mesmo assim, o número de alunos, cujos pais não podem pagar taxa nenhuma por menor que seja, é elevadíssimo.

tentação muito grande de mandar a prole numerosa à escola estadual gratuita, em vez de pagar a mensalidade à escola alemã... Hoje em dia com o desenvolvimento cada vez mais vigoroso da cultura luso-brasileira, com a atração magnética que associações brasileiras desportivas e juvenis exercem sobre os jovens, o perigo para a mocidade alemã é cada vez mais grave” (256).

“Uma grande parte da população teuta não auxilia mais a manutenção das escolas alemãs. Mandam os filhos às escolas públicas brasileiras, nas quais o ensino é completamente gratuito, além das vantagens e privilégios de que gozam os alunos mais tarde, depois de diplomados” (257).

Característico para essa situação competitiva é um tópico de Vianna Moog: “Geraldo queria mais detalhes. A professora respondia sem afetação. Explicava que, além da aula estadual, havia ainda a aula municipal, cujo professor vivia do que lhe davam os colonos, em gêneros da roça, porque o que ganhava, oitenta milreis mensais, não lhe chegava para o sustento. Tinha muita pena dele. Os colonos porém, preferiam a aula estadual, que lhes saia mais barata. Só encontrava até ali uma dificuldade para o desempenho do cargo: o pastor protestante” (258).

(256) Der Ansiedler, Vol. de Março Abril 1931

(257) Der Kompass 1937, No. 25.

(258) Vianna Moog o. c. p. 156.

Abandonando a parte geral, procedemos, no seguinte, à análise sociológica, sempre perfuntória, de alguns livros didáticos muito divulgados na população escolar teuto-brasileira. Note-se que quasi todos os livros didáticos são (ou eram) editados no Brasil. Os principais editores são teuto-brasileiros de várias gerações. Entre as publicações mais expressivas deparamos com um “manual para as escolas complementares e noturnas, assim como para as classes superiores das escolas alemãs no Brasil”, (259) ditado pela Casa Rotermund em São Leopoldo e destinado às escolas protestantes. Com exceção de algumas poesias, o volume está inteiramente em alemão. Sob o título “Ninguém prospera sem pátria”, encontramos 12 lições geográficas e um trecho da autoria do próprio editor (já falecido), sobre “Alemães no Brasil”, que passamos a transcrever.

“A história daquilo que os alemães em geral e alguns homens ilustres fizeram em prol do Brasil, não somente nos enche de alegria e orgulho, pois somos da mesma ascendência, mas também a maioria dos nossos concidadãos lusos reconhece francamente os méritos que os imigrantes alemães e seus descendentes adquiriram pelo país. Apenas uma repreensão ouvimos, às vezes, daquele lado: que não nos fundimos completamente com eles, conservando, ao contrário, nossa língua e nossos costumes germânicos.

(259) Handbuch für Fortbildungsschulen und Abendschulen sowie für die Oberstufe der deutschen Schulen in Brasilien, São Leopoldo, 1929.

Ora, porque fazemos isso?

“Como o indivíduo, também cada etnia se revela segundo suas disposições, cada qual se comporta segundo o que a natureza e a educação fizeram dele. Ora, admitte-se, em geral, que os alemães, pela conduta e pelo trabalho em casa, na roça, no comércio, nas fábricas, na escola e na igreja, nas repartições públicas, nos negócios particulares e em sociedades, merecem o respeito geral e, frequentemente, até glória. Qual será a causa? Que é que os torna capazes de tanto? Não é senão seu espírito germânico, isto é, falando alemão, pensando em alemão, vivendo à maneira alemã, que conservam costumes e hábitos germânicos, energia e ideais germânicos. Enquanto conservarem esse espírito germânico, hão-de produzir sempre coisas extraordinárias apesar de seu número reduzido. Se o abandonarem, acontecer-lhes-á o mesmo que se deu com as diversas tribus germânicas que, durante a Idade-Média, invadiram a Itália, a França e a Espanha e, sem deixar vestígios, se fundiram, apesar de seu grande número, com os povos românicos, por que adotaram as línguas neo-latinas e se deixaram absorver, desta maneira, pelas convicções e maneiras de viver dos latinos.

“Como não significa uma ofensa ou humilhação para outras famílias se defendemos a nossa com todas as energias, mesmo com sacrifício da própria vida, procurando amparar e levá-la, da mesma forma não pode ser considerada afronta para os nossos concidadãos de ascendência latina, se nos ufanamos da nossa descendên-

cia germânica, trabalhando para manter pura a nossa etnia. Assim como cada família, também cada etnia tem suas virtudes e seus defeitos. Não se nega que podemos aprender muito dos nossos concidadãos de outra estirpe, assim principalmente amabilidade e hospitalidade. Mas podemos ficar o que somos. Para os Estados e o país inteiro só pode ser vantajoso se cada qual das etnias fixadas no Brasil, contribuir para a elevação e prosperidade do todo segundo as convicções e os modos de trabalho decorrentes da própria origem étnica.

“Recomenda-se naturalmente ou parece mesmo necessário pelas próprias circunstâncias que todo alemão aprenda a língua oficial do país. Mas quem a adotar como familiar tornando-a, desta maneira, língua materna para seus filhos, efetuou um passo fatal para o enfraquecimento da etnica germânica na nossa pátria brasileira. Certamente, nossos filhos devem ter contacto, nas escolas, com a língua e a história do país, mas antes de tudo eles devem aprender a língua e a história de seu próprio povo; e o que lhes deve ser transmitido da nossa religião cristã, da sua história, de sua doutrina e de seus dogmas, só lhes pode ser comunicado em alemão.

“Porque amamos o Brasil como sendo a nossa pátria, queremos servir-lhe, como até agora, de maneira germânica e com energia germânica.”

Seguem os títulos seguintes (todos em alemão):

“*O cidadão*” com 7 trechos instrutivos sobre a constituição e administração do Brasil.

- “*Em terras pátrias*” com 10 trechos instrutivos sobre as riquezas e indústrias do Brasil e sua exploração agrícola.
- “*Da natureza da nossa terra*”, com 4 capítulos instrutivos sobre assuntos diversos.
- “*Dos povos da nossa terra*”, com 9 trechos expondo, de modo objetivo, a composição racial do povo brasileiro.
- “*Mitologia indígena*” reproduzindo 10 lendas.
- “*Poesia e prosa da literatura pátria*” com 26 trechos e poesias de autores teuto-brasileiros, o texto do Hino Nacional brasileiro, a
- “*Canção do Exílio*” de Gonçalves Dias, tres traduções de Afonso Arinos, Afonso Celso e Afrânio Peixoto, assim como duas notas bibliográficas sobre Coelho Neto e Viriato Correa. E’ a única seção que não está inteiramente em alemão.
- “*Da História pátria*” (com estes 7 trechos, todos em alemão) :

Descobrimento da América.

Descobrimento do Brasil

A Inconfidência Mincira

As Sete Missões

A escravidão no Brasil

O Barão do Rio Branco

Dom Pedro II.

“*Da história do nosso país de origem*”, com 15 trechos e poesias: versando 8 sobre a história antiga e medieval, 5 sobre a história moderna, uma poesia sobre a batalha da Champagne e o hino nacional alemão.

Outro livro de leitura, editada pela mesma casa, (260) contém 66 poesias, lições históricas, geográficas e morais. Trechos sobre o descobrimento do Brasil, o sertão, o Rio Amazonas. O Estado de Santa Catarina e poesias como a Canção dos teuto-brasileiros e uma tradução de Gonçalves Dias, alternam-se com histórias sobre Carlos Magno e Lutero, descrições de batalhas das guerras entre a Prússia e França, histórias sobre o general Bluecher e o príncipe Bismarck, biografias de imperadores alemães, descrições da vida dos antigos germanos e poesias de Goethe.

Em um livro de canções, editado também pela casa Rotermond, (261) deparamos com uma tradução alemã do Hino Nacional brasileiro, com a música de Francisco Manoel da Silva. O texto é organizado assim:

(Parte em alemão)

Oh! Patria amada
 Idolatrada
 Salve, Salve!

(260) D. Dr. Wilh. Rotermonds Lesebuch für Schule und Haus. 7.^a edição, São Leopoldo 1928.

(261) Es tönen die Lieder, São Leopoldo 1931, p. 119 seg.

(Parte em alemão),

Terra adorada
 Entre outras mil, és tu, Brasil,
 Oh! Pátria amada!
 Dos filhos deste solo és mãe gentil,
 Pátria amada, Brasil.

Segue uma estrofe suplementar da autoria de Hellmut Culmann, cuja versão portuguesa passamos a transcrever.

Tu te elevas, Brasil, pela força alemã
 ao paraíso dourado pelo sol:
 o comércio e as fábricas das cidades,
 a coroa flórida das colônias
 proclamam a benção da nossa operosidade.
 Queremos gravar em nossos corações:
 Força germânica — a prosperidade do Brasil!
 Irmãos! Permaneçamos dignos de nossos pais:
 Oh! Pátria amada,
 Idolatrada,
 Salve, Salve!
 O Brasil esteja eternamente aliado à Alemanha
 Numa fraternidade nobre e humana.
 Nós brasileiros de sangue alemão
 Sentimo-nos profundamente penhorados por essa ami-
 zade fiel!
 A alegria do sul coroa a energia do Norte,
 A aguia germânica saúda o sol brasileiro,
 Em um vôo pelas estrelas vós rodeais a
 Terra adorada,
 Entre outras mil, és tu, Brasil
 Oh! Pátria amada!

Dos filhos alemães és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Em um outro livrinho destinado a servir às festividades do “Dia do Colono”, (262) tudo converge para a questão étnica. Por exemplo, este coro falado: (263)

Que queremos?
Ser fiéis!
Fiéis até a morte
ao país que amamos
onde vivemos,
onde morreremos:
a ti, o Brasil!

Que queremos?
guardar fidelidade!
Fidelidade a nossos pais,
e àquele povo
cuja língua falamos
cujos costumes cultivamos,
cujas canções cantamos:
ao povo alemão...
Que é que tu tens de mais sagrado?
Fé!
Língua
e sangue!

Das diversas cartilhas impressas no país, mencionamos uma das mais difundidas e destinada às escolas

(262) Unser Tag, Ein Festspielbuch zur Feier des 25. Juni. São Leopoldo 1935.

(263) Ibidem, p. 40 seg.

católicas teuto-brasileiras (264) onde a língua didática era o alemão. Ela contém 93 páginas em alemão e 16 em português. Só um trecho (265) reporta-se (em alemão) à formação cívica. Ei-lo aqui:

“Nossa Pátria.

Nossa pátria é o Brasil. Somos brasileiros porque nascemos no Brasil. A maioria dos habitantes fala a língua portuguesa. Esta é a língua do país. Esta língua devemos e queremos aprender. Mas a nossa língua materna é o alemão, pois esta língua aprendemos dos nossos pais alemães. Nunca devemos esquecer a língua alemã como sendo a herança dos nossos pais; ela é uma língua maravilhosa. Não devemos envergonharmo-nos dessa língua e da nossa descendência germânica. Nossa pátria, o Brasil, é um belo e rico país. Devemos amá-lo de todo o coração.

Amor fiel até o túmulo
 juro-te com mão e coração,
 o que sou e que tenho,
 devo a ti, minha Pátria.”

Os valores propalados nessas obras didáticas já nos são familiares. Notável é apenas o fato de que a tendência de estancar a marginalidade no ponto a que a conduziram as condições do meio, se tornou diretriz pedagógica. “Amor pela nova Pátria — fidelidade à

(264) Neue Fibel, Porto Alegre 1933.

(265) *Ibidem* p. 81, 82.

velha Mãe-Pátria” ou “Quem nega o seu sangue, nega a sua Pátria”, são princípios que procuram conciliar possíveis conflitos resultantes de uma situação nitidamente transitória. É fácil verificar-se que a orientação dos trechos transcritos ora se esforça por distribuir “os pesos” equitativamente entre as “duas pátrias”, ora revela uma preferência nítida pela terra dos antepassados, como o primeiro dos trechos citados. A orientação é, pois, menos segura do que parece à primeira vista. Se levamos em conta que muitas escolas usavam livros didáticos dos mais diversos tipos vindos da própria Alemanha, não se pode negar que os processos da transmissão cultural e os próprios conteúdos transmitidos refletiam gráus diversos de marginalidade cultural.

Ao lado da formação cívica encontramos valores econômicos e religiosos tradicionais que a educação escolar procurava inculcar nos adolescentes.

Em um “Manual” oferecido em 1930, pela Câmara Municipal de Blumenau, aos alunos das escolas primárias do município, o ruralismo e o ideal campesino da população projeta-se em trechos como estes que transcrevemos *literalmente*:

“O lavrador ou colono que administra com cuidado os seus bens, tem sempre para viver. Ganha pouco, mas também ele gasta pouco. O serviço do lavrador é pesado. Trabalha desde a madrugada até a noite. Muitos colonos emprestam o dinheiro para pagar sua terra, e cada ano eles pagam juros e amortização que

o leva à necessária economia. — Na colônia onde não há criação, há miséria.” (266)

O lavrador vive para trabalhar.

“O operário ou trabalhador vende a sua força ao fabricante ou empresário. Conforme o serviço ele ganha muito ou pouco. Diariamente trabalha só certas horas. O operário ganha mais dinheiro do que o lavrador, porém, ele precisa gastar mais. — Tem de comprar vestuários, lenha, e todos os alimentos para sustentar a família. Em geral paga aluguel de casa e não tem espaço para criar. Se faltar o serviço, não tem o operário com que se manter. — Como ele vive quando está doente? Muito mal, porque não tem o mesmo recurso do colono que pode obter na sua propriedade os víveres:

O operário trabalha para viver.” (267)

No capítulo sobre a economia apontamos a fusão do ideal religioso com o ideal profissional tentado pelo protestantismo. No trecho que damos a seguir, a mesma fusão aparece como ideal educativo a ser transmitido às gerações novas.

A reforma do mundo pela fé. (Rudolf Sohm).

“O monasticismo terminou na pessoa de Martin Lutero que atirou, longe de si, a ascese, que se livrou do hábito e da vida claustral de jejuar e pedir esmola, que voltou ao mundo, *não para fugi-lo, mas para santificá-lo...*”

(266) Manual, p. 60.

(267) Manual, p. 61.

“Para a Idade-Média o mundo era um mundo do pecado. Porisso, a piedade medieval consistia na negação desse mundo com todos os seus bens. Neste sentido, o monge foge do matrimônio, da propriedade, do mundo todo com suas ciências, suas alegrias, seus deveres, afim de mortificar sua carne com todos os seus desejos. Que magnífico espírito de sacrifício! Mas ai dele! Evitando o mundo, ele foge, ao mesmo tempo, das tarefas com que Deus incumbiu cada indivíduo, das tarefas da vida familiar; da vida cívica com todas as suas exigências à abnegação pessoal, ao espírito de sacrifício, à moralidade verdadeira e ativa...”

“O homem foi posto no mundo, não para fugir do mundo, mas para que ele, no mundo, servisse a Deus. A integração no mundo *em todas as alegrias e sofrimentos da profissão*, da vida de família, da vida com e para o próximo é a verdadeira moralidade. O cumprimento do dever é o verdadeiro serviço divino. Assim, a fé conduz ao mundo, ao serviço do próximo...”

“A vida na profissão mundana, no Estado, na comuna e família já não se afigurava como mal inevitável, admissível por causa dos fracos, como taça brilhante com um conteúdo mortífero, mas como atuação da verdadeira e perfeita moralidade cristã.”

“*Eis aqui o Estado! Já não se afigura como obra do demônio ou do pecado ou da injustiça.* Pelo contrário: como a família, o Estado representa uma ordem divina, contendo uma tarefa moral autónoma destinada a pro-

porcionar ao homem a liberdade jurídica que é o grau preliminar da liberdade moral. *Eis aqui toda a vida cívica*, o trabalho na agricultura e no comércio, nos ofícios e nas profissões, na ciência e na arte, no mandar e no obedecer, o trabalho do criado, da criada, do juiz, do soldado, do funcionário, do príncipe, olhe para onde quiser: todo este trabalho feito como uma profissão dada por Deus, eis o ofício divino que agrada a Deus." (268)

(268) Handbuch etc. o. c. p. 2 a 5.

CAPÍTULO XVI

DIREITO E POLÍTICA

I. Se analisarmos, neste capítulo, alguns “choques de concepções jurídicas”, é óbvio que não poderá tratar-se de embates, divergências de opiniões, fórmulas, regras, dogmas ou textos do direito formal, mas tão somente de antagonismos e possíveis conflitos de representações coletivas atinentes ao estatuto jurídico de indivíduos ou agrupamentos humanos. Quem não distinguir essas duas coisas, incide no erro de *confundir direito com sociologia*. A análise de regras jurídicas em terreno puramente jurídico, é perfeitamente estéril para a sociologia...

Impõe-se ao observador dos contactos culturais, a divergência das concepções que se prendem ao *ius soli* e *ius sanguinis*. “Os povos europeus, já formados e homogêneos, adotam o *ius sanguinis*, com maiores ou menores atenuações que a experiência apontou; os sul-americanos, que receberam, durante os séculos de formação, grandes contingentes imigratórios, editaram leis baseados no *ius soli*, com exceções que se prendem ao

ius sanguinis." (269) O contacto de imigrantes com brasileiros revela que estamos, de fato, diante do embate de duas representações coletivas divergentes. O imigrante alemão, por exemplo, trata, espontaneamente, todos aqueles que falam a sua língua e conservaram costumes, tradições e usos que lhe são correntes, como patrióticos. Não lhe passa pela mente que os outros, apesar de todas as semelhanças, estão ligados, mediante laços morais, afetivos, volitivos e políticos, à nação brasileira. "A princípio não entendia", me confessou um imigrante alemão de certa cultura, "porque todos indagavam lugar e país de meu nascimento. Estranhava e até achava exquísitas essas perguntas que se repetiam infalivelmente, quando era apresentado a pessoas desconhecidas". Inúmeros malentendidos e até desinteligências têm a sua origem no fato de que os alemães recentemente imigrados tratam os teuto-brasileiros como se tivessem os mesmos interesses, as mesmas concepções e sentimentos políticos como eles próprios. Criticam-se, por exemplo, certas instituições ou certos fenômenos da vida social brasileira, na suposição de falar a indivíduos naturalmente aliados. Reiterados desenganos ensinam ao advena que se encontra entre cidadãos brasileiros e não alemães como erroneamente supunha. Um critério aproveitável, aliás, apresenta a variedade de

(269) Pontes de Miranda, Nacionalidade de origem e Naturalização no Direito brasileiro, 2.^a Tiragem, aumentada. Rio de Janeiro 1936, p. 54, 55.

denominações que se aplicam aos teuto-brasileiros e que estes, em parte, aceitam ou, pelo menos, outrora aceitavam. O termo mais corrente é “Deutschbrasilianer”, quer dizer alemão nascido ou domiciliado no Brasil”. (270) Surgiu, mais tarde, por iniciativa dos próprios teuto-brasileiros, a palavra “Brasildeutscher”. Adotaram-na principalmente aqueles que queriam pôr em relevo a sua qualidade de cidadãos brasileiros sem restrição nenhuma, acrescentando “deutscher” apenas para designar a descendência étnica. Nos dois termos, naquele mais do que neste, transparecem representações coletivas nas quais predomina o *ius sanguinis*. A denominação “Auslanddeutscher” (alemães no estrangeiro), usada mais na própria Alemanha, abrange todos os indivíduos de língua alemã, domiciliados ou nascidos e frequentemente fixados há séculos em países etnicamente diversos. O significado desse termo não admite a menor dúvida acerca da preponderância absoluta da concepção do *ius sanguinis* sobre a do *ius soli*. “Quem nega seu sangue, nega sua pátria”. A tentativa de conciliar a solidariedade étnica com a solidariedade nacional, característico essencial da marginalidade, procura a fusão das duas concepções do *ius sanguinis* e *ius soli*.

(270) A tradução literal seria teuto-brasileiro. Lembramos, no entanto, que, neste estudo, o termo não é empregado neste sentido, mas como já foi exposto, exclusivamente para designar a marginalidade cultural. Aos que estão inteiramente assimilados naturalmente não se pode aplicar o termo.

Aliás, a divergência das concepções aparece com grande nitidez no antagonismo entre *germanismo* e *nativismo brasileiro*, antagonismo esse de que as publicações teuto-brasileiras estão cheias. E' indubitável, noutro lado, que no povo brasileiro predomina a representação de "quem nasce no Brasil, brasileiro é" (*ius soli*).

Esse princípio se manifesta com muito rigor a ponto de se transformar em formalismo jurídico, adstrito, singularmente, à própria representação coletiva. Temos exemplos frizantes nos muitos casos de "nacionalidade artificial". Têm nacionalidade artificial (no sentido sociológico, naturalmente) os imigrantes perfeitamente assimilados, os quais nenhum traço distingue do meio em que vivem integrados. Trata-se, em geral, de indivíduos imigrados com poucos meses ou anos de idade os quais foram inteiramente absorvidos pelo meio brasileiro. E' óbvio que eles são brasileiros sob o ponto de vista sociológico embora sejam estrangeiros juridicamente. O povo, porém, costuma considerá-los estrangeiros, desprezando assim a evidência social em favor da concepção jurídica. Em virtude da unanimidade do juízo coletivo, tais "estrangeiros" embora completamente estranhos ao país que lhes é atribuído, acabam, enfim, considerando-se a si mesmos, não raro com orgulho ingênuo, como "estrangeiros". Um formalismo jurídico radicado na consciência popular, afasta-os da comunidade nacional à qual pertencem naturalmente.

Mas a despeito de estar arraigado na consciência coletiva, o nativismo se manifesta não sem restrições notáveis. As marcas raciais cuja importância para o processo de assimilação já frizámos, limitam, sensivelmente, a aplicação espontânea da concepção do *ius soli*. Deixámos assinalada a tendência muito nítida de chamar “alemão” a quem tem olhos azues e cabelos loiros. O indivíduo pode ser brasileiro de terceira ou quarta geração, se corresponde a certas classificações raciais, continua sendo alemão, japonês ou “turco”. Evidentemente, trata-se de sobrevivência do *ius sanguinis* na consciência popular, com efeitos cismogénéticos sobre o processo de assimilação. Pois a classificação por marcas raciais é compreendida — já deixámos assinalado esse fato — como desclassificação e produz sentimentos de inferioridade e, por conseguinte, ressentimentos sociais. Ou ela, derivada de uma consciência étnica semi-apagada, tem efeitos simétricos, robustecendo a consciência étnica dos próprios teuto-brasileiros que justificam a sua própria atitude pela atitude negativa dos brasileiros. “Todos os dois critérios puros, o *iure sanguinis* e o *iure soli*, são nocivos ao Estado: o primeiro deixaria sem a sua nacionalidade entes humanos que no território nasceram e vivem; quiçá em contacto ou íntima relação com o Estado; o segundo daria a nacionalidade a entes humanos que nasceram, ocasionalmente, no seu território e nenhum laço efetivo têm mais com o Estado. É interessante observar que o dado da educação, tão importante na direção psicológica e na cons-

tuição dos sentimentos e convicções cívicas, não é levado em conta como poderia ser. Um exemplo: o filho de estrangeiros, cuja mãe se achava no Brasil a passeio, ao nascer ele, pode exercer todos os cargos que a Constituição do Brasil reserva aos brasileiros natos (arts. 24, 52, 55, 74, 79, 80, 89 e 95); (271) não tinham a mesma situação (Constituição de 1891, art. 69) os filhos de brasileiros que nasceram no estrangeiro, por estar impossibilitada de voltar ao seu país a mãe (doença, parto prematuro, etc.), aos quais a Constituição de 1934 veio permitir a opção pela nacionalidade brasileira, considerando-os brasileiros natos (art. 106, b, *in fine*), à diferença do texto de 1891, que exigia o domicílio..." (272)

Não podemos deixar de assinalar outro choque de concepções jurídicas o qual, embora se haja produzido uma única vez só, revela o potencial de conflitos que culturas parcialmente diversas, contêm ao entrar em contacto. Em 1877 começou a imigração de teuto-russos do Volga para o planalto paranaense. Trata-se de alemães que se fixaram na segunda metade do século 18 na região do Volga onde formaram núcleos endógamos e conseguiram, graças a certos privilégios que o governo imperial lhes concedera, conservar língua e muitos costumes germânicos. Ora, esses teuto-russos trouxeram, no entanto, uma instituição rural da sociedade

(271) Trata-se da Constituição de 1934.

(272) Pontes de Miranda, o. c. p. 94.

rusa, o *Mir*. (Opschtschina) Segundo esse sistema somente a comunidade possui terras. Toda pessoa masculina participa, em proporções iguais, da terra para o usufruto temporário. Cada 10 ou 12 anos as terras são medidas e repartidas de novo, mediante um sorteio. Por essa remedição os usufrutuários falecidos já não são contemplados, tornando-se os filhos, que entretanto nasceram, usufrutuários recebendo seu quinhão equivalente. Somente a casa, a quinta e a horta permanecem propriedade da família. — Foi isso uma espécie de socialismo agrário, que trazia uma grande vantagem sob o ponto de vista étnico: ninguém podia ingressar nas comunidades rurais, pois somente o “burguês”, os primitivos membros da comunidade e seus descendentes podiam participar da distribuição. Somente a *comunidade* estava em contacto com o Estado. Era ela que pagava os impostos e se responsabilizava por tudo perante o Estado. Esse sistema vigorou até 1906. Os colonos estavam tão familiarizados com ele que os emissários o pediram como privilégio do governo de D. Pedro II. Foi-lhes concedido de bom grado. Evidentemente compreendera-se no Rio que essa forma de apropriação do solo devia cultivar o interesse pela comunidade, mediante a equiparação e igualdade social de todos os colonos. — Tudo correu bem até que depois da queda do império, os novos dirigentes não mais reconheceram essas terras comunais como sendo terrenos da colônia, pois não existiam títulos de posse,

de modo que muitos foram expulsos de suas terras. — Ainda em 1926-27 essa mudança originou na colônia católica de Lago e na colônia evangélica de Quero-Que-ro (ambas situadas no município de Palmeira), consequências graves e exacerbação geral, por ocasião de uma remediação. O governo republicano do Brasil não reconheceu o privilégio porque o direito brasileiro não tem a instituição russo do *Mir*, mas somente a propriedade privada.” (273)

II. Há quem atribua a passividade e indiferença política dos teuto-brasileiros à servidão secular a qual estavam sujeitos os camponeses germânicos. Já aludimos às causas políticas que levaram centenas de milhares de camponeses empobrecidos a abandonar, no século passado, os territórios germânicos onde a pressão do regime da Restauração relegava os populares ao papel de mecos súditos contribuintes para o crário real. Foi com esta mentalidade de “súditos que os camponeses germânicos se fixaram no Brasil. Embora ávidos de liberdade e relativamente independentes devido ao regime econômico da pequena propriedade, essa mentalidade os predestinava a servir, pelo menos em grande parte, aos interesses e manobras da “política de cabresto.”

(273) Friedrich Wilh. Brepohl e Wilhelm Fugmann, *Die Wolgadeutschen im Brasilianischen Staate Paraná*, Stuttgart 1927, p. 25, 26.

Aludimos também à camada de imigrantes intelectuais que se refugiaram no Brasil após o fracasso da revolução liberalista de 1848. Esses liberais sobrepuseram-se, como deixámos assinalado no princípio deste estudo, aos colonos formando uma elite que visava o conagração político da população rural. Essa elite política assimilou-se, como mostra o exemplo de Koseritz, com relativa rapidez, ao meio político brasileiro, embora não abandonasse os objetivos étnicos. Nos decênios seguintes vai-se processando, paulatinamente, uma bifurcação na elite política teuto-brasileira: Uma parte não pequena assimila-se completamente aceitando os padrões e praxes políticos brasileiros. É o caso dos Lauro Müller, Felipe Schmidt, Adolfo e Vitor Konder etc. A outra parte, embora participando ativamente da vida política, permanece em posição marginal defendendo as teses étnicas do germanismo. Essa corrente, favorecida pela política liberal dos borgistas, era mais forte no Rio Grande do Sul do que em outros Estados.

Os representantes dessa política "marginal" eram principalmente deputados estaduais, prefcitos e vereadores municipais. As influências políticas da corrente marginal *explicam-se justamente pela discrepância entre estatuto jurídico e status social das populações marginais*. O princípio, de "quem nasce no Brasil, brasileiro é" conferia (e confere) a cidadania a todos que apresentassem a sua certidão de nascimento passada em

cartório brasileiro, *independentemente de seu status social*. 90% mais ou menos, das chamadas populações “estrangeiras” do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná consistem de *brasileiros natos*, com todos os direitos políticos. O critério de assimilação (que seria um critério realmente sociológico) jamais entrava na cogitação dos legisladores. A consequência que acarretava esse ponto de vista (doutrinário e formalista) era o fato de que o eleitorado político dos Estados meridionais era constituído, em grande parte, por *elementos marginais*. Nos núcleos teuto-brasileiros a “política de cabresto” fazia-se no sentido marginal. Os cabos e chefes políticos distritais, geralmente comerciantes sob a influência dos pastores e da imprensa teuta, indicavam pessoas que se comprometiam a defender as teses étnicas do germanismo. Quem não se comprometesse nesse sentido, não podia contar com votos. Vimos cidades inteiras em franca oposição contra candidatos com fama “germanófila”, chegando-se mesmo ao ponto de recusar a um candidato à presidência do Estado, um dos muitos salões da cidade para realizar comícios eleitorais. O compromisso político implicava sempre transigências com *as escolas particulares e atividades associativas dos núcleos teuto-brasileiros*. O eleitorado (“de cabresto”) jamais votava em candidatos que não fossem indigitados pelos verdadeiros manejadores da opinião local. Os representantes eleitos jamais ousavam desagradar ao eleitorado teuto. Esse mecanismo não permi-

tia, por exemplo, qualquer medida susceptível de nacionalizar as escolas particulares. Assim explica-se o fato singular de que, apesar das discussões periódicas que surgiram desde o início da imigração germânica há um século, nunca se tomou qualquer medida eficiente de assimilação. Um dos primeiros decretos de nacionalização das escolas particulares catarinenses, é de 1930 e traz a assinatura do *interventor federal*, General Ptolomeu Assis Brasil. Esse decreto instituiu, nas referidas escolas, o ensino obrigatório do vernáculo, da história e geografia do Brasil.

CAPÍTULO XVII

SÍNTESE

Na vida social não se repete a assimilação biológica. O processo de assimilação é recíproco afetando o ádvena e o nativo, mas em proporções desiguais. Traços há cuja conservação implicaria na perda da nacionalidade já constituída ou em vias de formação. Os dados culturais “oferecidos” pelo imigrante sofrem um processo de seleção. O penciamento ou seleção pode obedecer a critérios homogêneos ou heterogêneos senão contraditórios. No último caso, a assimilação pode ser perturbada por desajustamentos do imigrante.

A assimilação é um processo exclusivamente social, estendendo-se aos dados transmissíveis pelo convívio ou pela educação. A correção terminológica impõe a distinção rigorosa entre assimilação e aclimação ou adaptação e amalgamação, processos esses limitados ao campo biológico. A assimilação costuma ser precedida por uma série de processos de avaliação que abrangem, principalmente, os fenômenos familiares, linguísticos, religiosos, econômicos, políticos, educacionais e os dados da cultura material. Do confronto dos dados culturais

e da subsequente avaliação podem resultar conflitos tanto mais graves quanto maior fôr a divergência entre as culturas em contacto. Dado o carácter social de todo fenómeno cultural, parece inadmissível a hipótese de um grupo social inassimilável. Nos Estados Unidos, as marcas raciais representam um obstáculo maior para a assimilação dos alienígenas do que as próprias diferenças culturais.

À base do estudo da assimilação está a análise do meio originário dos imigrantes. A grande maioria dos imigrantes germânicos que se transplantaram para o Brasil, eram compônios. O estudo do meio rural germânico está, portanto, em primeira plana. A verdadeira comunhão do camponês com o solo ultrapassa longe uma simples sedentariedade. Em virtude dessa relação íntima com o meio físico, a cultura campesina é puramente local, revelando traços que se encontram, frequentemente, entre povos naturais. A própria ordem social da população rural germânica afigura-se como ordem existencial, abrangendo a vida do indivíduo em todas as suas manifestações. O rigor das tradições e o relativo isolamento do homem rústico repercutem de um modo específico, sobre o horizonte cultural, muito mais pobre em experiências, conhecimentos e iniciativas do que o do cidadão. As populações campesinas da Alemanha viviam, até há pouco, à margem da nacionalidade cujas atuações lhes eram incompreensíveis.

Correspondendo à estreiteza do horizonte cultural, ao conservantismo rural, o controle racional exercido

sobre o meio, é pouco acentuado. As atitudes do camponês são antes reativas do que refletidas. Como imigrante, falta-lhe o aparelhamento racional para anteciper as condições do futuro meio físico e social. Daí resultam certas desvantagens quanto à assimilação do camponês em comparação com o cidadão. A formação rural é ou, melhor, era contrípeta, a do meio urbano é contrífuga. Aquela converge para o microcosmo do sítio, da família e dos animais, esta procura edificar um macrocosmo espiritual que ultrapassa o meio imediato do indivíduo ou grupo. Entre os emigrantes germânicos do século passado podemos distinguir três grupos principais: os pequenos proprietários do sul, os proletários rurais do leste e os intelectuais de todos os Estados alemães. As causas mais importantes do êxodo eram: densidade demasiada da população rural, retalhamento exagerado das terras, direito de sucessão, impostos escorchantes, propaganda dos agentes de companhias de colonização, perseguição política e a atração exercida pelos países novos e sua mobilidade social. Depois da guerra mundial, a emigração germânica abrangia todas as classes sociais e todas as profissões. Nada se pode dizer, por falta de investigações, sobre os efeitos seletivos da emigração.

A assimilação propriamente dita vai precedida ou acompanhada pelos processos biológicos de adaptação e aclimação. A julgar pelos exemplos das colônias do Espírito Santo, não pode haver dúvida da capacidade de sobrevivência do elemento germânico em zonas sub-

tropicais e temperadas do nosso país, embora a adaptação apresente dificuldades iniciais, em numerosos indivíduos. Papel mais relevante do que a adaptação passiva, tem, hodiernamente, a adaptação ativa e os inúmeros processos acomodativos no terreno da cultura material e espiritual. A cultura material dos atuais colonos apresenta um aspecto pelo menos parcialmente original. Uma superioridade relativa dos núcleos recentes sobre os núcleos mais antigos, é inegável.

As indicações estatísticas sobre a população brasileira de origem germânica, são falhas e inexpressivas para o problema de assimilação.

Entre os fatores que se opõem à assimilação rápida dos emigrantes, pode-se citar o conflito mental entre os exageros da expectativa, nutrida pela propaganda, e a realidade bastante difícil, mormente para as primeiras levas. Mais do que esse obstáculo, porém, é o insulamento cultural dos núcleos que tornava simplesmente impossível a assimilação, facilitando, no entanto, a formação de traços culturais distintos e relativamente autônomos. Daí resultam situações de conflito entre os núcleos antigos e as levas imigratórias mais recentes. O insulamento cultural das colônias teuto-brasileiras cedia a uma penetração lenta à medida que os núcleos se expandiam economicamente, os seus filhos procuravam a sua formação intelectual nas cidades brasileiras e à medida que magistrados brasileiros, funcionários, militares e representantes das profissões liberais iam fixando residência nas zonas de colonização germânica.

O contacto entre indivíduos ou grupos de culturas diferentes leva à comparação recíproca de que podem resultar conflitos mentais nos indivíduos. Manifestações comuns oriundas de situações de conflito, são, pelo menos nos Estados Unidos, suicídio e criminalidade entre os imigrantes. Trata-se, porém, de fenômenos atípicos. Parece preferível estudar os conflitos através de uma manifestação típica que é o ressentimento social. O ressentimento é uma consequência da situação marginal do indivíduo ou grupo que se acha na divisa de duas raças ou culturas sem pertencer, realmente, a nenhuma delas. O imigrante mal assimilado, no Brasil, é um homem marginal no sentido cultural, embora o fator racial tenha certas influências. Como crise da vida afetiva, a marginalidade produz sentimentos de inferioridade e daí deriva o ressentimento social muito pronunciado em inúmeros descendentes de imigrantes alemães, com relação tanto aos luso-brasileiros como, também, aos imigrantes recentes.

A marginalidade caracteriza-se pela ambivalência das atitudes em relação às duas culturas com que o imigrante ou seu descendente está em contacto. No caso brasileiro, a ambivalência do imigrante, a sua hesitação e vacilação entre a cultura germânica e cultura brasileira, somente se compreende em função das atitudes ambíguas que parte da população brasileira de antiga estirpe, revela em face da imigração estrangeira. A ambivalência dos teuto-brasileiros aparece, com a maior nitidez, em numerosas publicações onde se tenciona

conciliar ou fundir o sentimento étnico germânico com o sentimento nacional brasileiro, na tentativa de estancar o processo de transição (marginalidade) de uma cultura para outra.

Aos grupos marginais atribue-se a função de efetuar a primeira etapa da assimilação ao novo meio, evitando, sobretudo, desajustamentos sociais. Como instrumento importante nesse sentido é considerada a imprensa em idioma estrangeiro. Mas se ela tivesse somente essa função, sua importância devia diminuir com a diminuição da imigração que realmente se deu nos Estados Unidos, mas não no Brasil. Entre nós ela tem, como se vê facilmente de certas publicações típicas, a função de transformar os grupos marginais em minorias étnicas. Tais tendências se basciam, frequentemente, em representações coletivas sancionadas pela opinião pública e transmitida de geração à geração. Assim, preconceitos contrários à assimilação, podem ser não somente eternizados, mas consideravelmente reforçados pela cismogênese.

A cultura marginal chama a atenção do observador, antes de mais nada, sobre o linguajar dos colonos. Além de apresentar, geralmente, combinações variadas de dialetos germânicos, a língua das populações marginais é riquíssima em vocábulos portugueses, em grande parte, corrompidos ou germanizados. Contámos 378 termos portugueses em cuja introdução se refletem determinadas condições sociais e técnicas. Quanto à permeabilidade

de linguística dos diversos núcleos, assinalamos diferenças importantes quanto à religião, à classe social e nível cultural.

Um exame da estrutura e organização da família entre populações marginais, revela a conservação de determinados traços que caracterizam a família germânica e anglo-saxônica. A participação da mulher das atividades masculinas é, geralmente, maior estendendo-se as influências femininas a setores da vida do homem nos quais a mulher brasileira, geralmente, não pode interferir. As representações coletivas sobre o valor da virgindade, sobre a prostituição e as relações sexuais pre-nupciais e adúlteras, apresentam padrões diferentes entre teuto-brasileiros e luso-brasileiros. Apesar disso a miscibilidade tem em muitos distritos, índices elevados, mormente entre católicos e proletários.

Os trabalhos de Max Weber revelaram a íntima ligação que existe entre a mentalidade econômica moderna e o protestantismo. Esses e outros estudos mostraram também, que a mentalidade capitalista é de origem bem recente, sendo a "norma" uma espécie de mentalidade pre-capitalista, a qual costuma apresentar as modalidades mais diversas. Constatámos atitudes econômicas diferenciais entre teuto-brasileiros protestantes e católicos, constituindo estes tipos intermediários entre a mentalidade econômica racionalizada dos protestantes e os matutos brasileiros com a sua mentalidade ainda pre-capitalista (trabalho intermitente). Choques decorrentes de atitudes econômicas diversas, são comuns, mor-

mente nas indústrias com operariado misto. Na organização e nos processos de trabalho agrícola das colônias teutas existem, lado a lado, processos altamente racionalizados e outros não racionais trazidos da Europa ou aceitos dos sertanejos nativos. A derrubada e a queima do mato, o esgotamento das terras e o nomadismo são fenômenos comuns entre os colonos cujos antepassados se transplantaram para o Brasil em épocas anteriores à racionalização da agricultura. A família teuto-brasileira é, antes de tudo, unidade de trabalho e produção. Não existe um proletariado rural e a pequena propriedade predomina. Mas os núcleos familiares tornam-se, assim, de penetração difícil. Embora haja influências recíprocas entre as diversas etnias, determinados impedimentos axiológicos fazem com que se encontrem os processos de trabalho mais divergentes entre grupos vizinhos e de origem étnica diferente.

As influências da religião sobre a assimilação são manifestas. Os teuto-brasileiros evangélicos sempre formaram comunidades relativamente impermeáveis, pela fusão das idéias religiosas e étnicas. Dentro das comunidades evangélicas destaca-se o núcleo paroquial, formado de ministros e professores com suas famílias, considerados emissários oficiais das igrejas evangélicas da Alemanha. Se o clero protestante exerce ou exercia influências destinadas a conservar o germanismo, o papel do clero católico é nitidamente nacionalizante. Casos discordantes se explicam unicamente pela preocupação de conservar a religiosidade dos colonos teuto-bra-

sileiros, quasi nunca porém, pela propaganda de um ideal étnico ou racial.

No campo educacional é preciso distinguir a educação meramente incidental exercida pelo meio social sobre os imigrantes e seus descendentes e a educação sistemática pelas escolas. O processo de brasilização tem sido até hoje, quasi unicamente incidental. As escolas particulares dos grupos marginaes, embora conservassem certos traços culturais germânicos, diferem em sua organização, seus processos didáticos, sua eficiência moral e intelectual, completamente das escolas da Alemanha. A diferenciação das escolas pela organização, pelos recursos, pelo espírito orientador, é muito pronunciada. Ao passo que numerosas escolas católicas em nada se distinguem das escolas públicas brasileiras, as escolas protestantes tencionam, pelo menos parcialmente, transmitir valores e idéias destinadas a transformar os grupos marginaes em minorias étnicas. Foi fácil provar essa tendência pela análise de livros didáticos.

No campo de direito assimilámos o embate das duas concepções do *ius sanguinis* e *ius soli*. No ponto de vista marginal que procura conciliar o étnico com o nacional, transparecem sobrevivências do “direito de sangue”. Vestígios semelhantes também se manifestam nas atitudes da população brasileira em geral, que costuma classificar os indivíduos pelas marcas raciais. Esta como a atitude contrária apoiada em concepções extremadas do *ius soli*, prejudicam a assimilação.

Outros embates de concepções jurídicas há que caracterizam as dificuldades do processo de assimilação. Entre eles está uma forma de propriedade comunitária que os colonos teuto-russos trouxeram do Volga e a qual se chocou com as concepções de propriedade individual do direito brasileiro, produzindo uma desorganização parcial nos núcleos teuto-russos.

Na elite política sobreposta à população teuto-brasileira é possível distinguir duas correntes: uma que se identifica, completamente, com o meio nacional, e outra que permanece em posição marginal defendendo a doutrina étnica. O hiato entre estatuto político e *status* social dos teuto-brasileiros, implicava o uso dos direitos políticos de cidadão nato (voto) em defeza de princípios do germanismo étnico e cultural.

LITERATURA COMPULSADA

- Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Junho, Julho 1930.
- Ansiedler, Der, Vol. Março, Abril 1931.
- Baldus Herbert e, Willems, Emílio, Dicionário de Etnologia e Sociologia. São Paulo 1939.
- Balld, Carl, Der Staat Santa Catarina, Stuttgart, 1892.
- Bateson, Gregory, Culture Contact and Schismogenesis, Man 1935.
- Berkson, Isaac B. Theories of Americanization, New York 1920.
- Blondel, Charles, Introduction à la Psychologie collective, Paris 1928.
- Brepohl, F. W. and Fugmann W. Die Wölgadeutschen im Brasilianischen Staate Paraná. Stuttgart 1927.
- Calmon, Pedro, Espírito da Sociedade Colonial, São Paulo 1935.
- Calmon, Pedro, Espírito da Sociedade Imperial, São Paulo 1937.
- Carvalho, Augusto de, O Brasil, Porto 1875.
- Davie, Maurice A. World Immigration, New York 1936.
- Dedekind, M. Deutschtum und Evangelium in Brasilien. Leipzig 1929.
- Deutsche Evangelische Bfätter für Brasilien, Agosto-Setembro 1937.
- Duncan, Hannibal G. Immigration and Assimilation, New York 1933.
- Dunkmann, Karl. Die Lehre vom Beruf. Berlin 1922.
- Encyclopaedia of the Social Sciences, The, New York, 1935.
- Fairchild, Henry P. Immigration, New York 1936.
- Fairchild, Henry P. Immigrant Backgrounds, New York 1927.

- Freeden, Hermann und Smolka Georg, *Auswanderer*, Leipzig 1937.
- Geese Hans, *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*, Münster 1931.
- Grothe, Hugo. *In Kamp und Urwald Brasiliens*.
- Gurvitch, Georges. *Essai d'une classification pluraliste des formes de Sociabilité*. *Annales Sociologiques*. Série A. Fac. 3, Paris 1938.
- Halbwachs, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris 1925.
- Handelmann, Henrique, *História do Brasil*. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro 1931.
- Ipsen, Gunther, *Das Dorf als Beispiel einer echten Gruppe*. *Archiv für Angewandte Soziologie*, 1929, II.
- Kalender für die Deutschen in Brasilien. São Leopoldo 1937.
- Kompass, *Der (Jornal)*, Curitiba, Anos 1934 a 1939.
- Kuder, Manfred, *Die deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschbrasilianischen Volksgruppe in Brasilien*. *Ibero-Amerikanisches Archiv Berlin*, Bd. X. Heft 4.
- Lambert, Jacques, *As colônias alemãs no Rio Grande do Sul*. *Estado de São Paulo* 8/6/1939, 13/6/1939.
- McDougall, William. *The Group Mind*, Cambridge 1927.
- Metzler, Franz. *Volkstum und Volksgemeinschaft*. Porto Alegre 1937.
- Miranda Pontes de. *Nacionalidade de Origem e Naturalização no Direito brasileiro*, Rio de Janeiro 1936.
- Moog, Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre 1939.
- North, Cecil Clare. *Social Differentiation*, Chapel Hill 1926.
- Observador Econômico, Outubro de 1938.
- Paulhan, Fr. *La fonction de la mémoire et le souvenir affectif*, Paris 1924.
- Porzelt, Hans Dr. *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul* 1937.
- Publicação em Comemoração do Cincoentenário da Associação dos Atiradores, Brusque, 1916.*

- Queen, Bodenhofer and Harper. *Social Organization and Disorganization*, New York 1935.
- Ross, Edward A. *Principles of Sociology*. New York 1930.
- Schröder, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg*. Berlin 1936.
- Silva Rocha, Joaquim da. *História da Colonização do Brasil*. Rio de Janeiro 1918.
- Simmel, Georg. *Cultura Filosófica*. Leipzig 1919. Em espanhol: *Cultura feminina y otros ensayos*, Madrid 1934.
- Sombart, Werner. *Der Moderne Kapitalismus*. 6.^a edição. München 1924.
- Stonequist, Everett V. *The Marginal Man*. New York 1935.
- Sutherland, *Principles of Criminology*. Philadelphia, 1934.
- Taft, Donald, *Human Migration*, New York 1936.
- Thomas, W. I. and Znaniecki, F. *The Polish Peasant in Europa and America*, 5 Vols. 1918.
- Thurnwald, Richard. *Archiv für Anthropologie*. Bd. XXIV, 3, 4. Unser Tag. *Festspielbuch*, São Leopoldo 1935.
- Viana, Oliveira. *Raça e Assimilação*, São Paulo 1934.
- Wagemann, Ernst. *Die deutschen Kolonisten im brasilianischen Staate Espírito Santo*. München und Leipzig 1915.
- Weber, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. Vol. I, 3.^a edição, Tübingen 1934.
- Wiese, Leopold von, *System der Allgemeinen Soziologie*, München 1933.
- Willems, Emílio, *Mobilidade e Flutuação das Profissões no Brasil e o Problema Educacional*. São Paulo 1937.
- Willems Emílio, *Essai sur le problème de la colonisation au Brésil*. *Revue Internationale de Sociologie*. Julho — Agosto 1934.
- Young, Kimball. *An Introductory Sociology*. New York 1934.
- Znaniecki, Florian, *The Method of Sociology*, New York 1934.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

- Abbott, Edith: *Immigration*, Chicago 1924.
- Abbott, Grace, *The Immigrant and the Community* 1917.
- American Citizenship*, New York 1933.
- Aronovici, Carol, *Americanization*, St. Paul 1919.
- Beach, Walter G. *Oriental Crime in California*, Stanford University 1932.
- Beech, Emily G: *Our Slavic Fellow-Citizens*, 1910.
- Bercovici, Konrad: *On New Shores*, New York, 1925.
- Berkson, Isaac Baer: *Theories of Americanization*, New York 1920
- Bernard, William S. *Naturalization in Its Social Setting*, Yale 1934.
- Bernheimer, Charles S. *The Russian Jew in the United States*, 1905.
- Bierstadt, Edward Hale, *Aspects of Americanization*, Cincinnati 1922.
- Bogardus, Emory S; *Essentials of Americanization*, 1919.
- Bogen, Boris, D. *Born a Jew*, New York, 1930.
- Bok, Edward. *The Americanization of Edward Bok*, New York 1920.
- Brandenburg, Broughton: *Imported Americans*, 1904.
- Bridges, Horace, James. *On Becoming an American*, Boston 1919.
- Brown, Lawrence Guy. *Immigration*, New York, 1933.
- Burgess, T. Gilbert, Ch. e Bridgenan, Ch. *Foreigners or Friends*, New York 1921.
- Chickering, Jesse. *Immigration into the United States*, 1848.
- Commons, John, R. *Races and Immigrants in America*, 1908.

- Coolidge, Mary R. Chinese Immigration, 1909.
- Davis, Jerome: The Russian Immigrant, 1922.
- Davis, Philipe e Bertha Schwartz. Immigration and Americanization, Boston 1920.
- Daniels, John. America via the Neighborhood, New York, 1920.
- Drachsler, Julius. Democracy and Assimilation, 1920.
- Edwards, Richard H. Immigration, 1909.
- Evans, Gordon, W. The Alien Immigrant, 1903.
- Fairchild, H. P. Greek Immigration to the United States, 1911.
- Fairchild, Henry Pratt. The Melting Pot Mistake, Boston 1926.
- Faust, A. B. The German Element in the United States, 1909.
- Feldman, Herman. Racial Factors in American Industry, New York 1931.
- Foerster, Robert F. The Italian Immigration of our Times, 1919.
- Flom, Georges, T. Norwegian Immigration into the Unites States, 1909.
- Gavit, John P. Americans by Choice, New York 1922.
- Green, S. S. The Scotch-Irish Immigration, 1852.
- Hale, E. E. Letters on Irish Immigration, 1852.
- Hall, Prescott, F. Immigration, 1906.
- Hanna, Charles A. The Scotch — Irish, 1902.
- Hourwick, Isaac, A. Immigration and Labor, 1922.
- Jenks, Jeremiah and Lauck, W. Jett. The Immigration Problem, 1911.
- Kellow, Frances. Immigration and the Futurc, 1920.
- Lewisohn, Ludwig. Up Stream, New York, 1922.
- Lewisohn, Ludwig. The Island Within, New York 1928 .
- Lord, Eliot, Trenor, J. D. and Barrows, S. J. The Italian in America, 1905.
- Mac Lean, J. P. Settlements of Scotch Highlanders in America, 1900.
- Mayo-Smith, Richmond. Emigration and Immigration, 1890.
- Maguire, J. F. The Irish in America, 1868. -
- Mariano, John H. The Second Generation of Italians in New York City, Boston 1921.

- McKenzie, R. D. *The Oriental Exclusion*, Chicago, 1928.
- Mears, Eliot Grinnell, *Resident Orientals on the American Pacific Coast*, Chicago 1928.
- Millis, H. A. *The Japanese Problem in the United States*, 1915.
- Orth, Samuel P. *Our Foreigners; a Chronicle of Americans in the Making*, New Haven 1920.
- Panunzio, Constantine M. *The Soul of an Immigrant*. 1921.
- Panunzio, Constantine, *Immigration Crossroad*, New York 1927.
- Park, Robert E. e Miller, Herbert A. *Old World Traits Transplanted*, New York, 1921.
- Park, Robert E. *The Immigrant Press and Its Control*, New York 1922.
- Peters, Madison C. *The Jews in America*, 1905.
- Ravage, Marens Eli, *An American in the Making*, New York 1917.
- Rüs, Jacob, *The Making of an American*, 1901.
- Roberts, Peter. *The New Immigration*, 1913.
- Ross, Edward A. *The Old World in the New*, 1914.
- Schibsbj, Marian, *Educational Requirements for Naturalization*, New York 1930.
- Seward, George, F. *Chinese, Immigration*, 1881.
- Sharlip, William e Owens, Albert A. *Adult Immigrant Education*, New York 1925.
- Smith, William C. *The Second — Generation Oriental in America*, Honolulu 1927.
- Steiner, Edward A. *On the Trail of the Immigrant*, 1906.
- Steiner, Jesse F. *The Japanese Invasion*, 1917.
- Strong, Edward K, Jr. *The Second Generation Japanese Problem*, Stanford University 1934.
- Strong, Edward K, Jr. *The Japanese in California*, Stanford University 1933.
- Taft, Henry, W. *Japan in America*, New York 1932.
- Thompson, Warren S. and Whelpton, P. K. *Population Trends in the United States*, New York 1933.
- Trevoy, John Bond, *Japanese Exclusion*, Washington, Government Printing Office 1925.

- Ueland, Andreas, Collections of an Immigrant, New York 1929.
- Warne, J. The Immigrant Invasion, 1913.
- Warne, F. J. The Slav Invasion and the Mine Workers, 1904.
- Whelpley, James, D. The Problem of the Immigrant, 1905.
- Wessel, Bessie B. An Ethnic Survey of Woonsocket, Rhode Island, Chicago 1931.
- Woods, Robert A. e outros. Americans in Process, 1902.
- Woods, Robert A. e outros. The City Wilderness, 1898.
- Woolter, T. I. Jr. Races and Ethnic Groups in American Life. New York 1933.

**Este livro foi composto e impresso nas
Oficinas da Emprêsa Grafica da “Re-
vista dos Tribunais”, — Rua Conde de
Sarzedas, 38, para a Companhia Editora
Nacional, em agôsto de 1940.**